

JULIO JACOBO WASELFISZ

# RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL 2007

RITLA

INSTITUTO SANGARI

Secretaria de Ciência e  
Tecnologia para Inclusão Social

Ministério da  
Ciência e Tecnologia



JULIO JACOBO WAISELFISZ

RELATÓRIO DE  
DESENVOLVIMENTO  
JUVENIL  

---

2007



Secretaria de Ciência e  
Tecnologia para Inclusão Social

Ministério da  
Ciência e Tecnologia



Realização

Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA

Instituto Sangari

Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Produção editorial

AUTOR: Julio Jacobo Waiselfisz – Diretor de Pesquisas do Instituto Sangari

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Cacá Monteiro

APOIO EDITORIAL: Vera Ros

REVISÃO: Reinaldo de Lima Reis e Mariana Reis

PROJETO GRÁFICO: Fernanda do Val

DIAGRAMAÇÃO: Daniela Fogaça Salvador, Marcelo Campos e Robson Rocha

Impresso no Brasil

1ª Edição – 2007

TIRAGEM: 5.000 exemplares

RITLA

SHS Quadra 06 conj. A bloco C

Ed. Brasil XXI Salas 1102 a 1108

70316-000 Brasília DF Brasil

(55) (61) 3225 7330

[www.ritla.net](http://www.ritla.net)

INSTITUTO SANGARI

Rua Estela Borges Morato, 336. Vila Siqueira

Cep: 02722-000 – São Paulo-SP

Tel: 55 (11) 3474-7500 /Fax: 55 (11) 3474-7699

[www.sangari.com](http://www.sangari.com)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

4º andar

CEP: 70067-900

Brasília DF

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	5
<b>Introdução</b>	9
<b>1. Notas conceituais e metodológicas</b>	11
1.1 Considerações sobre o conceito de juventude	11
1.2 Notas técnicas	13
<b>2. Os jovens e a transição demográfica</b>	21
<b>3. Educação</b>	27
3.1 Analfabetismo entre os jovens	27
3.2 Situação educacional dos jovens	36
3.3 Escolarização: frequência à escola	40
3.4 Anos de estudo	51
3.5 Qualidade do ensino	56
<b>4. Renda e atividades</b>	67
4.1 Renda	67
4.2 Ocupação e atividades	79
<b>5. Saúde</b>	91
5.1 O marco da mortalidade juvenil	92
5.2. Mortalidade por causas violentas	95
5.3 Mortalidade por causas internas	106
<b>6. Os jovens e o universo digital</b>	115
<b>7. Índice de desenvolvimento juvenil</b>	133
7.1 O IDJ	133
<b>8. Considerações finais</b>	145
<b>Referências bibliográficas</b>	159
<b>Nota sobre o autor</b>	167



## APRESENTAÇÃO

Com o presente, já é o terceiro Relatório de Desenvolvimento Juvenil que está sendo divulgado. Com o primeiro, no ano de 2003, pretendeu-se realizar uma descrição da situação social, educacional e ocupacional dos jovens do Brasil, objetivando também, e fundamentalmente, propor a construção de um indicador sintético capaz de refletir as condições de vida e as possibilidades de acesso da juventude brasileira a benefícios sociais considerados básicos, como educação, saúde e renda, nas diversas unidades federadas do país. Esse indicador sintético foi denominado Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) e para sua construção, foram utilizados critérios e dimensões semelhantes aos propostos no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Mas não foi uma simples transposição de critérios, foram reestruturados e adaptados de modo a contemplar questões e situações específicas da juventude na faixa etária de 15 a 24 anos.

Dois anos depois desse primeiro estudo, os dados foram atualizados num segundo relatório, comparando a situação encontrada em 2003 com a existente em 2005, na tentativa de estabelecer áreas nas quais o direito de acesso aos benefícios sociais básicos melhorou, estagnou ou, inclusive, regrediu no período transcorrido entre ambos os relatórios. Além do índice sintético: o IDH, também foram dedicados capítulos específicos para cada dimensão utilizada para construir o índice: educação, saúde e renda, verificando a incidência de diversos aspectos, como cor/raça, gênero, grupos etários, renda etc. na situação de vida da juventude brasileira.

Agora, mancomunando esforços, o Instituto Sangari, a RITLA e o Ministério da Ciência e Tecnologia estão divulgando o terceiro Relatório, que corresponde ao ano de 2007 e com idêntico propósito ao dos anteriores: verificar a evolução da situação da juventude brasileira nos últimos anos.

Quando o presente relatório já se encontrava no prelo, de forma bem recente, foram divulgados resultados de dois grandes esforços internacionais dirigidos a ponderar a situação dos diversos países do mundo. Em primeiro lugar, a série anual do PNUD: o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007. Nesse relatório, se na área da saúde ou da educação não foram observadas grandes mudanças, impulsionado

por aumentos de renda de sua população o Brasil consegue ingressar, pela primeira vez, no seleto grupo de países com elevado Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Apesar de ter perdido uma posição em relação ao ano anterior, passando a ocupar o 70º lugar entre os 177 países analisados pelo PNUD, o fato de ter atingido o índice 0,800 possibilitou ao Brasil sair do grupo de desenvolvimento médio e formar parte dos de desenvolvimento elevado onde, da América Latina, já se encontravam países como Chile, Uruguai, Argentina e México.

De forma quase simultânea, foram divulgados resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos: o PISA, do qual participaram 30 países pertencentes à OCDE e 27 países convidados, entre estes últimos, o Brasil. Da América Latina, além do Brasil, também participaram Chile, México, Uruguai, Argentina e Colômbia. O PISA avalia as competências em leitura, matemática e ciências de alunos de 15 anos de idade, com independência da série ou nível de ensino que se encontram cursando. O estudo de 2006 se concentrou no nível de conhecimento dos estudantes na área de ciências e sua capacidade de usar esse conhecimento para identificar e resolver problemas do dia-a-dia.

O Brasil não teve nesse PISA, da mesma forma que nos anteriores, um bom resultado. Ocupou a 52ª posição entre os 57 países participantes, que totalizam quase 90% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. O desempenho dos estudantes brasileiros foi considerado superior apenas ao dos estudantes da Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Catar e Quirguistão. Destes, só Tunísia, ao igual que o Brasil, participou das versões anteriores do PISA. Os quatro restantes fizeram sua estréia no PISA, como países convidados, não pertencentes à OCDE.

Isto já está a indicar que, no caso brasileiro, não se registraram mudanças entre o PISA 2003 e 2006: dos 40 países participantes em 2003, Brasil só esteve melhor que Tunísia, fato que se repete em 2006. Mas não só isso, o quantitativo dos resultados é um bom indicador. O Brasil obteve 390 pontos na escala de matemática de 2003, exatamente a mesma pontuação que obteve em 2006.

Todos esses resultados reforçam alguns dos achados globais do presente Relatório. No âmbito educacional, avanços lentos e contínuos, ao menos, nos aspectos quantitativos: quedas nas taxas de analfabetismo juvenil, em que, ao menos nos aspectos formais, o analfabetismo existente é só residual, mas com taxas ainda muito elevadas e preocupantes de analfabetismo funcional. Melhoria do fluxo escolar dos jovens, com conseqüente diminuição dos índices de jovens defasados na relação idade/série, mas pouca variação nos níveis de escolarização e desescolarização da juventude. Mas é no plano da qualidade do ensino e das aprendizagens que se encontram os reais gar-

galhos na educação de nossa juventude. Tanto o PISA quanto o Sistema de Avaliação do Ensino Fundamental – SAEB são contundentes ao afirmar a baixa qualidade das aprendizagens escolares e sua persistência imutável no tempo. No SAEB desde 1997 e no PISA desde 2000, temos evidências que permitem afirmar a estagnação, quando não a erosão, da qualidade do ensino dirigido à nossa juventude. Se a invenção e o domínio da escrita é o que caracteriza a passagem da pré-história para a história e o domínio da ciência e da tecnologia é o sinal distintivo que marca a passagem da história para a modernidade, para a sociedade do conhecimento, os dados do SAEB e do PISA nos indicam, de forma conjunta, que ainda temos certa proporção de jovens que, com escasso ou nulo domínio de escrita, ainda formam parte da pré-história. Mas, em geral, os resultados obtidos no PISA 2006, que nos está a falar diretamente do domínio da ciência e da tecnologia por parte de nossa juventude, vemos que os nossos resultados estão muito aquém das necessidades de construção de futuro. Nesse sentido, compartilhamos a observação de Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, comentando os resultados do PISA 2006, centrado na área de ciência e tecnologia: “Na competitiva economia global de hoje, a qualidade da educação é um dos ativos mais valiosos que uma sociedade e um indivíduo podem ter”.

A pesar dos recentes avanços, o Relatório quer ser enfático ao chamar a atenção das autoridades e da sociedade em geral para o fato da continuidade e reprodução, sobre os nossos jovens, dos velhos padrões de desigualdade já amplamente discutidos e documentados no Brasil. Se muito já se tem feito, ainda falta um longo caminho para percorrer. A concentração de renda persiste e é claramente influenciada pela cor, pelo sexo e por fatores regionais. Estreitamente ligada a esses aspectos está a desigualdade na distribuição de renda indireta quais são as possibilidades de acesso a serviços essenciais, como educação e saúde.

O painel traçado pela pesquisa permite distinguir avanços, realizações, limitações e problemas ainda graves que têm que ser superados. A nossa expectativa é que essa discussão contribua para repensar e aprofundar estratégias, políticas e ações concretas que se convertam em fator de mudança das condições de nossa juventude, no sentido de tornar possível um Brasil mais equilibrado e justo para as próximas gerações.

JORGE WERTHEIN  
Diretor Executivo  
da RITLA

BEN SANGARI  
Presidente do  
Instituto SANGARI

JOE VALLE  
Secretário de Ciências e  
Tecnologia para a Inclusão Social



## INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende dar continuidade ao trabalho iniciado no ano de 2003, com a publicação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Juvenil. Em 2003 foi divulgado o segundo Relatório, e estamos agora divulgando o terceiro da série. Em conjunto, os estudos pretendem focalizar a situação social e econômica dos jovens do Brasil e, com as sucessivas publicações, sua evolução ao longo do tempo, tendo como objetivo principal a constituição de um indicador sintético do nível de vulnerabilidade juvenil, denominado Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ).

Dessa forma, intenta-se propor uma plataforma de conhecimentos em condições de orientar debates, estudos e políticas sobre o tema e, principalmente, acompanhar a situação da juventude no país, verificando se as limitações e os problemas diagnosticados no Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2003 e 2001 tiveram solução ou continuam tal como foram apontados.

É importante indagar sobre o significado de “ser jovem” em um mundo como o de hoje, globalizado, culturalmente diversificado, voltado para as novas tecnologias digitais; atravessando diversas crises que vão além do econômico para ingressar no institucional, em uma sociedade cuja democracia encontra-se profundamente afetada por situações de extrema pobreza, exclusão e iniquidade. São essas situações de exclusão, aliadas às desfavoráveis condições socioeconômicas, que constituem cenários significativamente comprometedores para o processo de integração e inclusão social dos jovens. Na América Latina, apesar de avanços nos diversos indicadores sociais, tais como os apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) divulgado anualmente, a juventude ainda está sujeita a sérias limitações que se relacionam com direitos considerados básicos, como o de acesso ao conhecimento disponível e adequado às modernas necessidades sociais, ou a uma vida longa e saudável, indicados pelos déficits educacionais, limitações de inserção no mercado de trabalho e padrões de mortalidade de nossa juventude. Por outro lado, a despeito da atenção que o tema da juventude vem assumindo nas discussões acerca dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico e social, tanto em oito países em desenvolvimento da

América Latina e Caribe quanto em países desenvolvidos, pouco se dispõe de forma específica para mensuração dos graus de exclusão e de vulnerabilidade da juventude, interna ou entre países.

A construção do IDJ, proposta no presente documento, baseou-se em critérios semelhantes aos utilizados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mas adaptando-os de modo a contemplar questões específicas dos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. Foram selecionadas para compor o Índice as seguintes dimensões: educação, indicada pela taxa de analfabetismo, de jovens que frequentam o Ensino Médio em diante e um índice de qualidade do ensino ministrado à juventude; saúde, indicada pela taxa de mortalidade por causas violentas e pela taxa de mortalidade por causas internas; renda e ocupação, indicadas pela renda familiar *per capita* dos jovens nas unidades federadas.

Além desse indicador sintético, o estudo dedicou capítulos específicos para a análise de cada uma das dimensões e dos indicadores utilizados. Dada a relevância atual, no presente estudo foi incluído um capítulo analítico dedicado às relações da juventude com o universo digital e, mais especificamente, à Internet.

O estudo utilizou as bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2001, as do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/Datasus) de 2000 e os relatórios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Com isso espera-se divulgar uma visão, ao mesmo tempo, sintética dos locais, aspectos, graus e evolução dos diversos aspectos que configuram as dificuldades de acesso a benefícios sociais considerados básicos e fundamentais por parte da juventude brasileira, contribuindo para maior eficiência no direcionamento, planejamento e execução de políticas sociais ora em andamento.

Espera-se também obter uma identificação sintética dos locais, aspectos e graus de inclusão/exclusão da juventude brasileira, contribuindo para melhor focalização do planejamento e da execução de políticas sociais para os jovens do Brasil.

# 1. NOTAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

## 1.1 Considerações sobre o conceito de juventude

O significado de ser “jovem” tem sido visto e explicado de formas bem diferentes, não só ao longo do tempo, mas também na atualidade. Trata-se de mera categoria analítica ou representa uma situação vital, uma condição social com características próprias? Ou, como pergunta Sposito<sup>1</sup>: “trata-se de saber se a juventude existe como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é apenas uma palavra”, como afirmava Bourdieu<sup>2</sup>.

Encarada como categoria analítica, a juventude tem sido definida como um agregado estatístico, o que possibilita juntar, em um mesmo conjunto, indivíduos diferentes categorizados pelo fato único de ser de tal ou qual idade. Se o início dessa fase jovem é mais ou menos consensual – começa quando finalizam as transformações da adolescência, algo entre os 13 e os 15 anos de idade –, o ponto final parece ser bem mais difuso: 18, 24 ou até 29 anos ou mais de idade, segundo o país, a época, o grupo, a cultura, dentre outros fatores. Trata-se, via de regra, de encontrar as diferenças de situação ou de condição a partir da ruptura da aparente homogeneidade estabelecida pela faixa etária que permitiria englobar uma enorme diversidade em uma categoria única, a “juventude”.

Em geral, considera-se juventude o período de transição que vai da adolescência à idade adulta. Na adolescência, tem lugar uma longa série de mudanças fisiológicas, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento das características sexuais secundárias e à maturidade reprodutiva. Na idade adulta, ocorre a autonomia dos indivíduos, com a independência familiar e econômica. Em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa na qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para a produção e a reprodução da vida, ainda são considerados socialmente imaturos para desempenhar essas funções<sup>3</sup>. Pode-se falar até de uma transição para a vida adulta que apresenta, na atualidade, trajetórias juvenis mais ou menos definidas, mas em cons-

---

1. SPOSITO, Marília Pontes. Considerações em Torno do Conhecimento sobre Juventude na Área da Educação. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord). *Estado do Conhecimento*. Juventude e Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

2. BOURDIEU, P. – *La jeunesse n'est qu'un mot*. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980

3. BRASLAVSKY, Cecilia. *La juventud argentina: informe de situación*. Buenos Aires: Centro Editor, 1986

tante mutação<sup>4</sup>: terminar os estudos, ingressar no mundo do trabalho, o casamento, a formação de um novo lar apareceriam como indicadores da trajetória nesse processo juvenil de aquisição do papel de adulto na sociedade.

Também cabe considerar que a consolidação da categoria juventude como etapa específica do ciclo de vida humano, inserida entre a infância e a idade adulta, é fato relativamente recente na história da humanidade, um dos vários subprodutos da modernidade.

Ainda nos séculos XVII e XVIII, as crianças eram vistas como adultos em miniatura<sup>5</sup>. Trajados como gente grande nas famílias nobres ou participando desde cedo no trabalho familiar nas famílias camponesas<sup>6</sup>, a infância, em geral, preanunciava e encaminhava, de forma direta, para o mundo adulto. Mesmo a reprodução acontecia cedo, sem transição ou fase de preparo tal como hoje.

Essa construção do conceito de juventude, a partir da qual se identifica hoje um amplo setor da população com características próprias, consolida-se com os novos ordenamentos sociais e produtivos de finais do século XIX e, principalmente, do século XX. O fortalecimento e a universalização da instituição escolar tiveram papel fundamental nessa construção. A partir dessa universalização a escola adquiriu importância fundamental na construção da categoria “jovem” como fase de preparação para a vida, na qual a instituição “escola” desempenharia papel central. Assim, a juventude desenvolveu-se no âmbito do sistema escolar, que se converteu no principal agente de expansão das potencialidades individuais. Por isso uma das primeiras imagens representativas da juventude foi a do estudante.

O conceito continuou evoluindo ao longo do século XX, especialmente nas últimas décadas, quando o processo de globalização originou transformações nas relações econômicas e sociais que, impactando o mundo todo, tiveram especial efeito na juventude. A globalização e universalização das comunicações, da publicidade, da TV a cabo, da Internet e as crescentes trocas a partir da nova conectividade originaram novos ordenamentos e arranjos na vida cultural, social e laboral.

Para a juventude, tem significado profundas mudanças nas formas de se relacionar com os outros, de aprender e de construir-se como parte da sociedade.

A Assembléia Geral da ONU definiu a juventude, pela primeira vez, em 1985, para o Ano Internacional da Juventude. Ao subscrever as diretrizes para o planejamento pos-

---

4. CAMARANO, Ana Amélia et alii. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, Textos para Discussão 1038, agosto de 2004.

5. ARIËS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.

6. TAVARES DOS SANTOS, J.V. Os Colonos do Vinho. São Paulo, Hucitec, 1978, verifica, estudando a colônia gaúcha do vinho, as crianças aprendendo os trabalhos adultos, brincando com pás ou enxadas.

terior e o acompanhamento do setor da juventude, a Assembléia definiu como jovens as pessoas entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo de outras definições de Estados-membros. Quando a Assembléia Geral aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude até o ano 2000, reiterou que a Assembléia Geral definia a juventude como a faixa etária de 15 a 24 anos. No entanto acrescentou que, para além da definição estatística, o sentido do termo juventude variava em diferentes sociedades em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudado continuamente como resposta a flutuações das circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais.

## 1. 2 Notas técnicas e metodológicas

Criado pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, o IDH veio reformular o indicador quase universal até então utilizado para medir o desenvolvimento dos países: o PIB *per capita*. O IDH pretende retratar o grau de desenvolvimento de uma nação levando em conta não só esse indicador, mas também a expectativa de vida da população (esperança de vida ao nascer), o acesso ao conhecimento (alfabetização, taxa de escolaridade bruta combinada do Ensino Fundamental, Secundário e Superior) e o acesso a serviços básicos que proporcionem uma condição de vida considerada digna<sup>7</sup>.

A proposta das três últimas dimensões representa a mudança de uma concepção de desenvolvimento de um ponto de vista meramente econômico para uma perspectiva mais ampla, a que muitos autores passaram a denominar “paradigma do desenvolvimento humano”. Como afirmam Najberg e Oliveira,

(um) dos grandes méritos desse índice é utilizar dados básicos de existência quase universal. É também essa característica que possibilita o cálculo do IDH (e de suas variantes) para unidades subnacionais, tais como regiões, estados e municípios, ou ainda para grupos ou partições da população, segundo atributos não geográficos tais como gênero, etnia, situação urbana ou rural etc<sup>8</sup>.

---

7. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2002. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002/Left.htm>> Acesso em: 02/05/2003.

8. NAJBERG, Sheila; OLIVEIRA, André de Souza de. Políticas públicas: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e variantes. Informe-se, nº 19, out/2000, p. 2. Disponível em: <[http://www.federativo.bndes.gov.br/bf\\_bancos/estudos/e0001405.pdf](http://www.federativo.bndes.gov.br/bf_bancos/estudos/e0001405.pdf)> Acesso em: 07/05/2003. Dada a extensão territorial brasileira e a ampla desigualdade na distribuição de renda, houve a necessidade de se criar, com base no IDH, indicadores espacialmente desagregados, adaptados para realidades micro como os municípios, para mensurar as desigualdades de desenvolvimento humano. Em 1996, o PNUD, junto com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) publicou o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) no Brasil. Desde então, novos índices desagregados foram constituídos, sendo os principais o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice de Condições de Vida (ICV).

Os indicadores utilizados na composição do IDH têm o mesmo peso na ponderação final. Para que possam ser combinados em um índice único, eles primeiramente são transformados em índices parciais. A combinação desses índices, ponderados de forma uniforme, gera o indicador-síntese: o IDH.

A composição do IDJ seguiu um modelo de formulação semelhante ao do IDH. Mas adaptado para expressar questões específicas referentes à juventude, bem como à configuração de tais questões na realidade brasileira.

Nesse sentido, foram selecionados indicadores que contemplassem as peculiaridades das juventudes e que mensurassem, de maneira articulada, os graus de exclusão/integração e de acesso aos serviços sociais considerados básicos desse segmento da população.

As dimensões consideradas no cálculo do IDJ e seus respectivos indicadores foram as seguintes:

a) Educação, integrada por três indicadores:

- **ANALFABETISMO.** A alfabetização tem sido vastamente reconhecida como fator determinante na situação econômica e social dos indivíduos. Não poderia deixar de constituir, portanto, um dos indicadores básicos do IDJ. Embora fosse relevante a abordagem de várias esferas da alfabetização (funcional, documental, quantitativa)<sup>9</sup>, foi utilizado no estudo o conceito operacionalizado na PNAD, o mesmo empregado na grande maioria das estatísticas internacionais, em que são definidas como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem<sup>10</sup>. Operacionalmente, foi definido como a relação entre o número de analfabetos na faixa de 15 a 24 anos registrados pela PNAD 2006 e a população de 15 a 24 anos de uma unidade de análise determinada.
- **ESCOLARIZAÇÃO ADEQUADA.** Esse indicador corresponde à taxa de escolarização combinada utilizada no IDH, que se baseia no somatório da taxa bruta de matrícula de todos os níveis de ensino<sup>11</sup>. Substitui também a opção utilizada no IDH-M que, em lugar das taxas de matrícula, recorre ao indicador “frequência à escola”, também em todos os níveis educacionais<sup>12</sup>. Aqui, como no

---

9. PNUD/ RDH 2002, op. cit., p. 143.2

10. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio./IBGE, 2001. Notas Técnicas. Microdados, CD-Rom.

11. PNUD/ RDH 2002, op. cit., p. 146.

12. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados. Disponível em: <[http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos\\_IDH/Novo\\_Atlas-Press\\_release\\_1.doc](http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos_IDH/Novo_Atlas-Press_release_1.doc)>. Acesso em: 23/07/2003.

IDH-M, foi utilizada a frequência à escola, mas restrita aos níveis de ensino correspondentes à faixa etária focalizada neste estudo (15 a 24 anos). Segundo o Ministério da Educação, a faixa etária adequada para o Ensino Médio vai de 15 a 17 anos e, em situação regular, um jovem estaria concluindo o curso superior por volta dos 22 anos. Baseada nesse pressuposto, a taxa de escolarização adequada é constituída a partir do número de jovens que freqüentam o Ensino Médio em diante. Dessa forma, o indicador desconsidera os jovens de 15 a 24 anos cursando ainda o Ensino Fundamental. Operacionalmente, foi definido como a porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que freqüentam curso regular de Ensino Médio ou Superior registrado pela PNAD 2006 em relação à população de 15 a 24 anos de uma determinada UF.

- **QUALIDADE DO ENSINO.** Sem correlato no IDH. Tão importante quanto os aspectos quantitativos da cobertura incluídos no IDH são os aspectos que apontam para a qualidade do acesso ao conhecimento. Provavelmente, esse aspecto não foi incluído no IDH porque não são muitos os países que contam com mecanismos de avaliação os quais, de forma sistemática, possibilitem aferir essa qualidade do ensino. Como o Brasil possui, desde o ano de 1990, uma sistemática nacional que pondera a qualidade do ensino: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC), julgou-se conveniente considerar mais esse indicador dentro do índice educacional. O SAEB, a cada dois anos, aplica provas de língua portuguesa e matemática a amostras representativas de alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a alunos da 3ª série do Ensino Médio. Os resultados são divulgados em uma escala única para todas as séries, que vai de 150 a 500 pontos. Para a construção do IDJ, foram selecionadas as séries disponíveis que correspondiam à faixa etária em foco: 8ª do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Assim, esse indicador foi operacionalmente definido como a média padronizada<sup>13</sup> das escalas de proficiência da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, nas áreas de língua portuguesa e matemática aferidas pelo SAEB 2005.

---

13. Ver procedimentos de standardização mais à frente, neste mesmo capítulo.

b) Saúde, integrada por 2 indicadores:

- **MORTALIDADE POR CAUSAS INTERNAS.** Refere-se às mortes de jovens por problemas que erodem a saúde física. Em mais de 80% dos casos, segundo análise do próprio Ministério da Saúde disponibilizada pelo DATASUS, as causas seriam perfeitamente “evitáveis”<sup>14</sup>. Ou seja, as mortes ocorrem apesar da existência de cobertura de saúde e de possibilidades de profilaxia, o que estaria evidenciando, quando a mortalidade é elevada, a fragilidade do serviço público e a ausência de políticas de acesso dos jovens à saúde. Esse indicador guarda estreita relação não somente com a pobreza, mas, sobretudo, com a possibilidade de acesso a um dos serviços sociais considerados básicos<sup>15</sup>. Operacionalmente, esse indicador foi investigado relacionando o número de óbitos por causas internas em 100 mil jovens de 15 a 24 anos, registrados nas bases de dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde correspondente ao ano de 2005.
- **MORTALIDADE POR CAUSAS VIOLENTAS.** A seleção desse indicador remete a uma especificidade recente da juventude: a vulnerabilidade dos jovens à violência. O indicador foi construído somando o número de óbitos por homicídios, por suicídios e por acidentes de transporte<sup>16</sup> registrados em 2005 no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, entre cada 100 mil jovens.

c) Renda

- **RENDA FAMILIAR PER CAPITA.** Correlato do PIB *per capita* utilizado pelo IDH, corresponde ao total de rendimentos mensais obtidos pelo grupo familiar dos jovens de 15 a 24 anos, segundo declarado no levantamento da PNAD 2005, relacionado com o número de membros do grupo. Para possibilitar a comparabilidade atual e futura, os rendimentos mensais foram reduzidos a salários-mínimos, cujo valor, na época do levantamento da PNAD 2005, era de R\$ 350,00.

---

14. SIM/DATASUS. Mortalidade: notas técnicas, 2003. Disponível em: <http://www.DATASUS.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm>. Acesso em: 02/06/2003.

15. SEN, Amartya. A economia da vida e da morte. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), n. 23, ano 8, outubro 1993.

16. Corresponde às categorias agressões intencionais, lesões auto-infringidas e acidentes de transporte da Classificação Internacional de Doenças – CID-10 – utilizada pelo SIM.

Para a construção do IDJ, as taxas, médias ou porcentagens originais dos indicadores de base foram transformadas em índices seguindo os mesmos procedimentos utilizados pelo IDH:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor observado} - \text{Valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo}}$$

A partir dessas dimensões, foram utilizados os seguintes parâmetros para o cálculo do IDJ:

Dimensões/ indicadores	Limites do indicador		Peso do indicador na dimensão	Peso da dimensão no IDJ
	Mínimo 0	Máximo 1		
<b>EDUCAÇÃO</b>	0	1		
Analfabetismo	20%	0%	1/3	
Escolarização adequada	10%	40%	1/3	
Qualidade de Ensino	0	1	1/3	
Português, 8ª Série do EF	194,0	277,6	1/4*	1/3
Matemática, 8ª Série do EF	200,8	286,4	1/4*	
Português, 3ª Série do EM	213,7	313,9	1/4*	
Matemática, 3ª Série do EM	219,4	339,9	1/4*	
<b>SAÚDE</b>	0	1		
Mortalidade por causas internas	100	0	1/2	1/3
Mortalidade por causas violentas	200	0	1/2	
<b>OCUPAÇÃO E RENDA</b>	0	1		
Renda familiar <i>per capita</i>	0,5	3,5	1/2	1/3

\* Peso da variável no indicador

No IDH, a média dos índices parciais tem como resultado o índice final, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O mesmo procedimento foi utilizado para se avaliar o IDJ nas UF.

Na região Norte, algumas adaptações foram necessárias, em virtude de limitações na cobertura geográfica da PNAD. Como esclarece o próprio IBGE<sup>17</sup> “em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD foi implantada nas áreas rurais

17. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comentários. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/comentarios2006.pdf>. Acesso em: 01/10/2007.

dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, alcançando a cobertura completa do território nacional. Naquele ano, as pessoas residentes nessas áreas rurais, que anteriormente não eram abrangidas pela pesquisa, representavam 1,9% da população do país e 23,9% da região Norte. Tendo em vista a influência dessa parcela nos resultados obtidos para o período de 2004 a 2006, as comparações em relação aos anos anteriores foram efetuadas considerando a cobertura geográfica do país que a PNAD alcançava até 2003.” Dadas as mudanças operadas nas bases de dados, no presente trabalho adotamos a mesma metodologia utilizada pelo IBGE.

- a. Para situações em que são analisados dados exclusivamente de 2006, foi utilizada a cobertura completa da PNAD, isto é, incluindo as zonas rurais de todos os estados da região Norte.
- b. Em situações em que se comparam os dados da PNAD 2006 com os resultados obtidos em 2001 e 2003, datas de nossos relatórios anteriores, segue-se a metodologia proposta pelo IBGE, os dados de 2006 são utilizados considerando a cobertura da PNAD até 2003, isto é, sem incluir os dados das áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Esta situação é sempre explicitada ou no texto, ou em nota na tabela correspondente.
- c. Para construir os IDJ nos relatórios anteriores, foram realizadas estimativas e ajustes para a situação das zonas rurais desses estados. Esses ajustes tomaram como base a estrutura de dados do Censo 2000 e o comportamento diferenciado das áreas rurais do resto do país, notadamente o Nordeste, segundo os dados da mesma PNAD de 2001 e 2003.

Outra decisão decorrente da estrutura dos dados refere-se à análise por cor, embora nesse caso não haja relação com o cálculo do IDJ. Na faixa de 15 a 24 anos, os índios e amarelos representam na PNAD apenas 0,1% e 0,4%, respectivamente, da amostra. Tais proporções inviabilizariam o tratamento dos dados e comprometeriam sua confiabilidade. Optou-se, desse modo, por observar a presença do viés racial apenas entre brancos e pretos/pardos, aqui denominados negros.

Finalmente, antes de prosseguir com a apresentação dos resultados, resta ainda precisar qual o conceito de juventude que orientou este trabalho.

A juventude foi delimitada na faixa etária de 15 a 24 anos e caracterizada como (...) “o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel adulto na sociedade, tanto

no plano familiar quanto no profissional”<sup>18</sup>. Essa faixa etária foi dividida em três subfaixas: 15 a 17, 18 a 19 e 20 a 24, cada uma constituindo uma fase específica nesse processo.

Sob essa definição, educação e trabalho constituem dimensões fundamentais para o desenvolvimento dos jovens. Nessa perspectiva, foi adotado um quadro de referência baseado em Filgueira e Fuentes<sup>19</sup>, posicionando os jovens segundo quatro situações típicas, na passagem para a vida adulta e no posicionamento em uma ocupação socialmente definida:

- Jovens que estudam e não trabalham: tipicamente, os jovens nessa combinação seriam economicamente dependentes e estariam em situação residencial em relação aos pais. Tal combinação, segundo os autores, seria mais comum entre os jovens não-pobres e solteiros que moram com a família. Aqui, estaremos associando esta fase à idade de 15 a 17 anos.
- Jovens que trabalham e estudam: esta fase caracterizaria uma transição entre a vida jovem e a vida adulta. Tipicamente corresponderia à idade de 18 a 19 anos.
- Jovens que apenas trabalham e não estudam (abandono do sistema escolar): esta fase caracterizaria a configuração de papéis adultos e corresponderia à idade de 20 a 24 anos.
- Jovens que não estudam nem trabalham: esta categoria caracterizaria o jovem em situação mais grave de exclusão social, uma vez que demonstra a frustração da própria “fase de transição” que constitui a juventude: o sujeito já está se desvinculando dos seus papéis de jovem, mas não está conseguindo se inserir socialmente para desempenhar seus papéis de adulto.

Bem recentemente, no mês de março de 2007, o IBGE divulgou os resultados do suplemento de sua PNAD de 2005 focando pela primeira vez, de forma extensa e específica, o tema do acesso à Internet. De posse dos microdados da pesquisa, consideramos que era uma oportunidade ímpar para analisar, a partir de dados quantitativos, o fascinante mundo da relação dos jovens com a Internet, fenômeno bem recente, para o qual temos escassas informações objetivas.

Nesse levantamento suplementar sobre o uso da Internet por parte da população de 10 anos ou mais, o questionário levanta questões como:

---

18. WAISELFSZ, 1998, op. cit., p. 153.

19. FILGUEIRA, C. Estructura de Oportunidades y Vulnerabilidad Social: aproximaciones conceptuales recientes. In: Seminario Internacional: Las Diferentes Expresiones de la Vulnerabilidad Social. Santiago de Chile, 20/21 junho 2001. Anales. Santiago de Chile: 2001.

- Se a pessoa utilizou Internet em qualquer local, no período de referência dos últimos três meses (domicílio, trabalho, unidade de ensino, centro gratuito, centro pago, outros).
- Se no domicílio tem acesso discado ou banda larga.
- Freqüência de utilização da Internet.
- Número de horas semanais de uso da Internet.
- Finalidades de utilização da Internet.
- Motivos de não-utilização da Internet (para aqueles que não utilizam).

Essas informações constituíram um rico material, que possibilitou elaborar um capítulo específico sobre o jovem e a Internet no Brasil.

Dadas essas definições, dimensões e pressupostos, podemos agora continuar com a discussão dos dados obtidos das diversas fontes para os indicadores, analisando-os conforme faixas etárias, sexo, cor e áreas rural e urbana, para só depois chegarmos à apresentação dos IDJ nas unidades federadas.

## 2. OS JOVENS E A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Estimativas realizadas pelo IBGE permitem afirmar que tínhamos no país, no ano de 2006, um contingente de 34,7 milhões de jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade. Isso representava exatos 18,5% da população total estimada para o ano em 187,2 milhões de pessoas.

Em que pese a semelhança nas proporções de participação dos jovens na população total das diversas unidades federadas e regiões do país (ver tabela 2.1), existem diferenças marcadas quanto à significação do peso da juventude na estrutura populacional.

Antes de continuar com a análise de distribuição espacial da juventude, resulta extremamente ilustrativo realizar algumas considerações sobre a significação social e histórica da evolução demográfica e o que representa tal transição na constituição das categorias juvenis. Existiria um conjunto de regras e fases de caráter praticamente universal regulando a denominada transição demográfica que todas as sociedades atravessam.

A primeira fase nessa transição, denominada indistintamente pré-moderna, pré-capitalista ou pré-industrial caracteriza uma situação extremamente tradicional: sociedades predominantemente agrárias, com elevadas taxas de natalidade e de mortalidade em que pesem as fortes oscilações resultantes de conjunturas específicas (guerras, epidemias, fome), o crescimento da população é muito baixo ou inexistente. A pirâmide etária é extremamente achatada, com uma base jovem muito larga e curta esperança de vida. Praticamente inexistente um período de vida que podemos denominar juventude no sentido moderno, como fase de transição entre a adolescência e a maturidade.

Numa segunda fase, denominada moderna, industrial, capitalista etc., a melhoria nas condições sanitárias, a evolução da medicina e o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas que resultam em maior oferta de alimentos originam uma rápida queda nas taxas de mortalidade, aumentando a expectativa de vida da população. Mas os índices de natalidade não acompanham essa tendência, causando forte crescimento populacional. É o *boom* demográfico. A pirâmide etária permanece larga em sua base, mas ganha em altura. É essa fase que cobra via e substância à categoria “juventude”, como identificação de um segmento da população com tempos, características e necessidades próprias, categoria conceitual que se consolida com os novos ordenamen-

tos sociais e produtivos de finais do século XIX e, principalmente, do século XX.

Numa terceira fase, que corresponderia à industrialização madura, a melhoria da renda e dos níveis educacionais, o acesso a métodos anticoncepcionais, a crescente urbanização e a difusão dos ideais e dos problemas de vida urbana etc. originam fortes quedas nas taxas de natalidade. O resultado é um crescimento vegetativo reduzido (nova estabilização da população). A pirâmide etária estreita-se na base e ganha em altura: menor número de crianças. A faixa juvenil alcança sua máxima expressão quantitativa, tendendo futuramente a cair em magnitude como produto das quedas na natalidade. O Brasil, em seu conjunto, se encontra finalizando essa fase, apesar das diferenças regionais que veremos mais adiante.

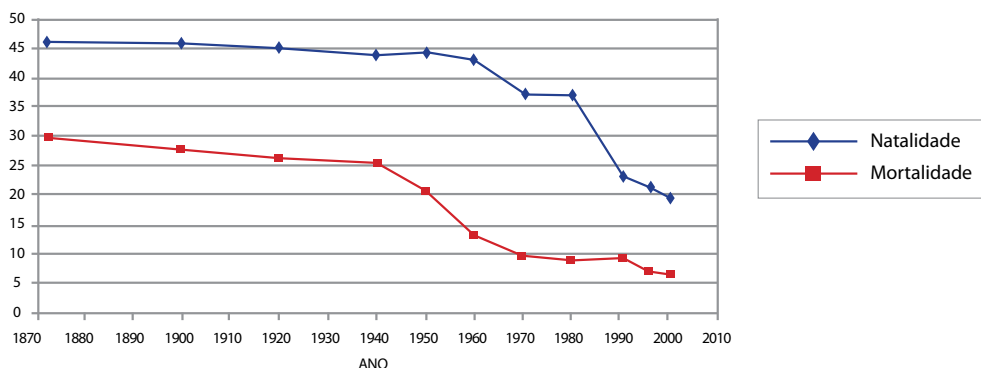
A quarta fase, ou pós-industrial, é caracterizada por taxas baixas de natalidade e de mortalidade e com níveis de fecundidade que ficam abaixo da taxa de reposição populacional. Conseqüentemente, registra-se grande aumento na proporção de população madura e na idosa, com uma pirâmide estreita na base e que ganha corpo nas faixas seguintes. É a situação de muitos países da Europa e de algumas cidades brasileiras.

O gráfico 2.1 possibilita verificar a evolução das taxas de mortalidade e de natalidade no Brasil, desde 1872 até nossos dias.

Gráfico 2.1

Evolução das taxas de natalidade e mortalidade.

Brasil – 1872 a 2000.



Fonte: Lotufo, 2007.<sup>20</sup>

20. LOTUFO, Paulo. Como funciona a transição demográfica. Publicado em 24 de maio de 2007. <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/transicao-demografica.htm>> Acesso em: 02/10/2007.

Praticamente até 1940, tanto as taxas de mortalidade quanto as de natalidade permanecem elevadas, caracterizando o período tradicional acima descrito. A partir de 1940 começam a cair, decisivamente, as taxas de mortalidade, permanecendo as de natalidade extremamente elevadas. Começa o *boom* demográfico.

Timidamente na década de 70, e mais ostensivamente na década de 80, começa a cair a taxa de natalidade, o que origina um arrefecimento no crescimento. A partir do novo século, o Brasil começa a registrar taxas de reposição de sua população.

Efeito desses movimentos nas taxas de natalidade e de mortalidade, a participação do contingente de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) cai drasticamente: de 38,2% do total da população em 1980 despenca para 26% em 2006. Também cai em proporção bem menor a participação dos jovens, resultado posterior das quedas nas taxas de natalidade: de 21,1% em 1980 para 18,5% em 2004. Mas esse processo de contração da população jovem está em sua fase inicial; vai se incrementar ainda nos próximos anos.

Pelo contrário, a população adulta (25 a 64 anos de idade) cresceu bem rapidamente, passando de 36,6% em 1980 para 48,4% do total em 2006. Situação semelhante acontece com a população idosa, que passa de 4% para 7,1% do total da população nesse mesmo período.

Nos estados das regiões Sul e Sudeste, em todas as unidades federadas, a população de mais de 25 anos representa mais da metade da população, com índice médio em torno de 54%. Já essa população adulta, nas regiões Norte (40,9%) e Nordeste (45,7%), apresenta ainda um peso bem menor, evidenciando outro momento da transição demográfica. No sentido inverso, as regiões Sul e Sudeste apresentam menor incidência de crianças e adolescentes (em torno de 27%) do que as regiões Norte (37,2%) e Nordeste (33%). Esse progressivo decréscimo – produto de quedas nas taxas de natalidade – está originando um crescente envelhecimento da população. Processo já evidente nos estados das regiões Sul e Sudeste, incipiente ainda no Centro-Oeste, vai afetar também, de forma progressiva, os estados das regiões Norte e Nordeste. Logo, em termos relativos, a participação da faixa jovem tende a diminuir.

Tabela 2.1

Estrutura da população por faixa etária.

Brasil – 2006

UF/ REGIÃO	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e +	Total	% 0 a 14	% 15 a 24	% 25 a 64	% 64 e +
Acre	239.507	135.095	260.897	28.157	663.656	36,1	20,4	39,3	4,2
Amazonas	1.125.038	660.956	1.429.918	135.165	3.351.077	33,6	19,7	42,7	4,0
Amapá	210.670	137.911	253.520	17.333	619.434	34,0	22,3	40,9	2,8
Pará	2.377.521	1.449.962	2.990.589	318.147	7.136.219	33,3	20,3	41,9	4,5
Rondônia	467.807	316.683	715.443	67.263	1.567.196	29,8	20,2	45,7	4,3
Roraima	141.770	82.864	169.951	10.863	405.448	35,0	20,4	41,9	2,7
Tocantins	412.979	264.637	581.418	78.119	1.337.153	30,9	19,8	43,5	5,8
<b>NORTE</b>	<b>4.975.292</b>	<b>3.048.108</b>	<b>6.401.736</b>	<b>655.047</b>	<b>15.080.183</b>	<b>33,0</b>	<b>20,2</b>	<b>42,5</b>	<b>4,3</b>
Alagoas	960.583	589.552	1.302.478	204.168	3.056.781	31,4	19,3	42,6	6,7
Bahia	3.945.202	2.843.366	6.242.113	743.249	13.973.930	28,2	20,3	44,7	6,8
Ceará	2.384.837	1.621.379	3.652.561	579.427	8.238.204	28,9	19,7	44,3	7,0
Maranhão	2.096.923	1.301.055	2.446.441	354.441	6.198.860	33,8	21,0	39,5	5,7
Paraíba	987.451	730.108	1.627.367	283.109	3.628.035	27,2	20,1	44,9	7,8
Pernambuco	2.459.454	1.616.875	3.862.981	578.994	8.518.304	28,9	19,0	45,3	6,8
Piauí	877.391	632.017	1.326.911	205.155	3.041.474	28,8	20,8	43,6	6,7
Rio Grande do Norte	823.358	620.807	1.377.438	229.332	3.050.935	27,0	20,3	45,1	7,5
Sergipe	557.024	393.063	927.878	128.584	2.006.549	27,8	19,6	46,2	6,4
<b>NORDESTE</b>	<b>15.092.223</b>	<b>10.348.222</b>	<b>22.766.168</b>	<b>3.506.459</b>	<b>51.713.072</b>	<b>29,2</b>	<b>20,0</b>	<b>44,0</b>	<b>6,8</b>
Espírito Santo	890.511	662.391	1.702.465	218.779	3.474.146	25,6	19,1	49,0	6,3
Minas Gerais	4.847.406	3.585.191	9.606.437	1.482.983	19.522.017	24,8	18,4	49,2	7,6
Rio de Janeiro	3.236.165	2.540.058	8.258.283	1.558.654	15.593.160	20,8	16,3	53,0	10,0
São Paulo	9.492.078	7.235.481	21.372.617	3.063.642	41.163.818	23,1	17,6	51,9	7,4
<b>SUDESTE</b>	<b>18.466.160</b>	<b>14.023.121</b>	<b>40.939.802</b>	<b>6.324.058</b>	<b>79.753.141</b>	<b>23,2</b>	<b>17,6</b>	<b>51,3</b>	<b>7,9</b>
Paraná	2.603.498	1.838.300	5.273.693	694.026	10.409.517	25,0	17,7	50,7	6,7
Rio Grande do Sul	2.564.844	1.823.985	5.647.302	947.929	10.984.060	23,4	16,6	51,4	8,6
Santa Catarina	1.407.047	1.078.155	3.076.971	412.269	5.974.442	23,6	18,0	51,5	6,9
<b>SUL</b>	<b>6.575.389</b>	<b>4.740.440</b>	<b>13.997.966</b>	<b>2.054.224</b>	<b>27.368.019</b>	<b>24,0</b>	<b>17,3</b>	<b>51,1</b>	<b>7,5</b>
Distrito Federal	620.247	476.182	1.197.371	98.918	2.392.718	25,9	19,9	50,0	4,1
Goiás	1.493.672	1.085.757	2.838.221	332.647	5.750.297	26,0	18,9	49,4	5,8
Mato Grosso do Sul	620.189	428.262	1.118.501	136.936	2.303.888	26,9	18,6	48,5	5,9
Mato Grosso	803.173	559.813	1.358.762	144.726	2.866.474	28,0	19,5	47,4	5,0
<b>CENTRO OESTE</b>	<b>3.537.281</b>	<b>2.550.014</b>	<b>6.512.855</b>	<b>713.227</b>	<b>13.313.377</b>	<b>26,6</b>	<b>19,2</b>	<b>48,9</b>	<b>5,4</b>
<b>BRASIL</b>	<b>48.646.345</b>	<b>34.709.905</b>	<b>90.618.527</b>	<b>13.253.015</b>	<b>187.227.792</b>	<b>26,0</b>	<b>18,5</b>	<b>48,4</b>	<b>7,1</b>

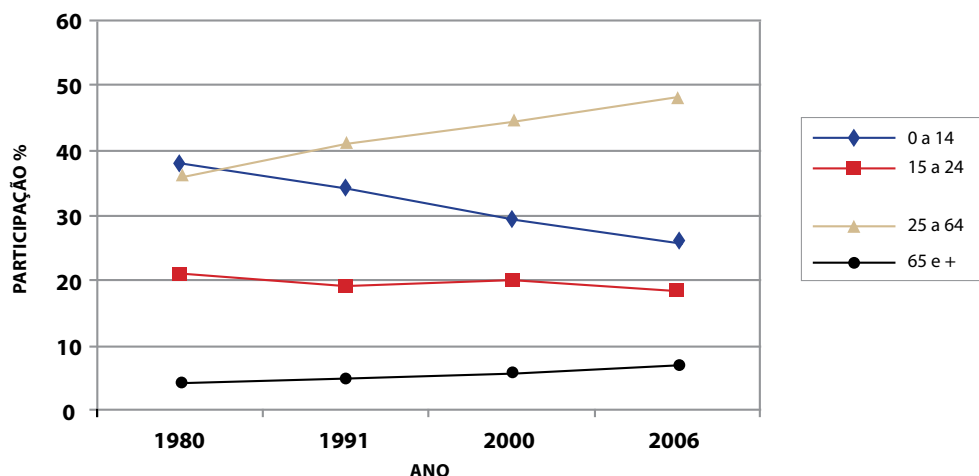
Fonte: PNAD/IBGE.

Isso pode ser observado no gráfico 2.2, que detalha a evolução histórica das diversas faixas etárias da população brasileira. A participação do contingente de crianças e adolescentes cai de 38,2% em 1980 para 30% em 2004. Também cai, em proporção bem menor, a participação de jovens, 21,1% em 1980 para 20,3% em 2004. Mas esse processo de contração da população jovem está se iniciando; vai se incrementar nos próximos anos.

Gráfico 2.2

Participação (%) das diversas faixas etárias na população total.

Brasil – 1980/2006



Fonte: IBGE. Censos Demográficos e PNAD 2006.

Pelo contrário, a população adulta cresceu bem rapidamente, passando de 36,6% para 45% do total. Situação semelhante acontece com a população idosa, que passa de 4% para 5,9% do total da população nesse mesmo período.



## 3. EDUCAÇÃO

### 3.1 Analfabetismo entre os jovens

Antes de entrar na análise propriamente dita, cabe esclarecer o entendimento, neste trabalho, sobre o “(an)alfabetismo”, termo que tem assumido conotações tão diversas que se chega a sugerir sua utilização no plural.

#### **ALFABETISMOS OU ANALFABETISMOS<sup>21</sup>**

O termo alfabetização está sendo substituído, gradativamente, pela noção de alfabetismo, não só para melhor traduzir o conceito em inglês de *literacy*, como para dar idéia mais ampla da ação de alfabetizar, a qual implica avanços na compreensão e no domínio de códigos, seu manejo na sociedade e na prática social de ler e escrever.

A introdução de novas tecnologias está desmistificando a escrita como código único e conduzindo às noções de “alfabetismos” ou “analfabetismos” – no plural – para designar a referência a múltiplos códigos e à multiplicidade de significações que pode adquirir o “alfabetismo” em diferentes culturas e com variados níveis de exigência. Na verdade, somos todos analfabetos, de um modo ou de outro, perante diferentes tipos de informação e comunicação.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, de 1990, teve influência marcante na definição de “alfabetismo” ao ampliar sua abrangência de forma a incluir as necessidades básicas de aprendizagem, tanto no domínio da escrita, leitura e aritmética quanto em relação às habilidades para resolver problemas. Tal conceito tem a vantagem de contemplar as competências adquiridas em sistemas não formais e nas experiências pessoais, em contextos cotidianos de aprendizagem.

Esse novo enfoque fortalece a visão ética de jovens e adultos, valoriza as aprendizagens ativas, revaloriza o aporte cultural de cada pessoa e comunidade e incentiva a solidariedade e a cooperação na luta pela erradicação do analfabetismo.

JORGE WERTHEIN –DIRETOR EXECUTIVO  
DA REDE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA – RITLA

---

21. WERTHEIN, Jorge. Alfabetismos ou analfabetismos. Construção e identidade: as idéias da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2002, p. 39-40.

Essa ampla e atual visão de alfabetismo é fruto da maturação do conceito de alfabetização, que tem evoluído no decorrer do tempo. “À época da fundação da UNESCO, a alfabetização era vista predominantemente como a capacidade de ler, escrever e fazer cálculos aritméticos. Promover a alfabetização significava então dar aos indivíduos a capacidade de decodificar e codificar a linguagem em forma escrita (...)”<sup>22</sup>. Mais recentemente, ao se abordar o termo referido, ao lado da preferência pela sua utilização no plural, observa-se a sua inevitável associação com o espectro mais amplo das práticas sociais de comunicação, como se pode ver a seguir.

### **ALFABETIZAÇÃO: UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO**<sup>23</sup>

O foco cada vez mais intenso colocado sobre as práticas de alfabetização, o uso da alfabetização e os contextos nos quais ela é transmitida levou ao reconhecimento de que a alfabetização serve a propósitos múltiplos e é adquirida de diversas maneiras. A alfabetização, portanto, passou a ser encarada não como um conceito único, mas sim plural: as alfabetizações. Tanto nas práticas individuais de alfabetização quanto no uso comunitário da alfabetização, sua natureza plural ficou evidente: burocrática, religiosa, pessoal, cultural, na língua materna ou em línguas oficiais, adquirida na escola ou fora dela. Esse enfoque dá ênfase ao fato de que a alfabetização está sempre engastada em outras realidades sociais: trabalho, família, religião, relações com o Estado, etc. (...).

(...) Em meio a esses fatos novos, dois conceitos fundamentais já se tornaram claros. Em primeiro lugar, a alfabetização, em si, é ambígua, nem positiva nem negativa, e seu valor depende da maneira como ela é adquirida ou transmitida e do modo como ela é usada. Ela pode ser um fator de liberação ou, na linguagem de Paulo Freire, de domesticação. Nesse particular, a alfabetização se vê na mesma situação que a educação em geral, quanto ao seu papel e a sua finalidade. Em segundo lugar, a alfabetização se vincula a um vasto espectro de práticas sociais de comunicação, só podendo ser tratada paralelamente aos demais meios de comunicação, como rádio, televisão, computadores, mensagens de texto em telefones celulares, imagens visuais etc. O desenvolvimento maciço das comunicações eletrônicas não substituiu a alfabetização impressa, embora forneça um novo contexto para ela: os gráficos assumiram um papel importante como complementação de textos; o aprendizado e a recreação computadorizados ocupam tanto crianças quanto adultos, tomando o lugar da leitura de livros – todos esses fenômenos vêm transformando a maneira pela qual encaramos a alfabetização (...).

UNESCO/2003.

22. Organização para as Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Alfabetização. A perspectiva da UNESCO. In: UNESCO. Alfabetização como liberdade. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 33.

23. UNESCO. Alfabetização. A perspectiva da UNESCO. In: UNESCO, 2003, op. cit., p. 35-37

Não obstante o vasto campo em que uma abordagem sobre a (an)alfabetização no país pode se inserir, o conceito utilizado pela pesquisa IBGE/PNAD 2001 é bem mais restrito: considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse<sup>24</sup>. Assim sendo, apesar da moderna abrangência do termo, considerando a ausência de dados, a análise levará em conta as bases de dados da PNAD e as definições do IBGE a respeito.

Observando a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE/2003, mais especificamente onde se apresenta um perfil educacional da população brasileira, encontra-se que “[a] taxa de analfabetismo caiu e o acesso à escola e a escolaridade da população melhoraram”<sup>25</sup>.

Apesar dos empreendimentos feitos na década transcorrida entre as Conferências de Jomtien e de Dacar, “(...) os esforços de alfabetização não foram suficientes em face do crescimento demográfico e de outros fatores (...). O fato é que [o] analfabetismo está comprometendo o futuro do Brasil”, contribuindo para aumentar o número de excluídos. Não se pode fechar os olhos para essas evidências, e o “(...) Brasil precisa engajar-se plenamente na Década da Alfabetização das Nações Unidas, que começa este ano e se estende até 2012”.<sup>26</sup>

Particularmente no Brasil, o engajamento pleno na Década da Alfabetização não pode desconhecer estatísticas que apontam, ainda em 2005, um índice de analfabetismo de 11,1% na população com mais de 15 anos. Para esse mesmo ano de 2005, a CEPAL<sup>27</sup> apontava o seguinte conjunto de índices nos países da América Latina:

Uruguai	2,0%	Peru	8,4%
Cuba	2,7%	Brasil	11,1%
Argentina	2,8%	Bolívia	11,7%
Chile	3,5%	República Dominicana	14,5%
Costa Rica	3,8%	El Salvador	18,9%
Paraguai	5,6%	Honduras	22,0%
Venezuela	6,0%	Guatemala	28,2%
Equador	7,0%	Nicarágua	31,9%
Panamá	7,0%	Haiti	45,2%
Colômbia	7,1%		
México	7,4%	América Latina/Caribe	9,5%

24. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios– PNAD – 2001. Microdados CD-Rom. Rio de Janeiro, 2001.

25. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2003. p. 13. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>>. Acesso em: 14/6/2003.

26. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Alfabetização como liberdade. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 7.

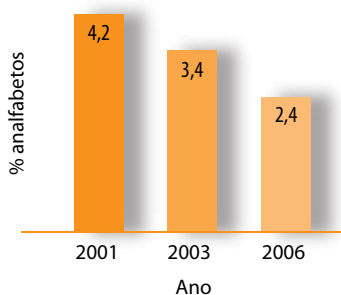
27. CEPAL. Anuário Estadístico de América Latina y El Caribe. 2006. Santiago, Chile. CEPAL/ONU. 2007.

Por esses dados vemos que os índices de analfabetismo do Brasil ainda são elevados, inclusive considerando o contexto dos vinte países da América Latina, numa incômoda 13ª posição. A taxa de analfabetismo do Brasil resulta superior à média SOS países da América Latina e do Caribe, e bem distante da situação de alguns dos países listados anteriormente, como Uruguai, com 2%, Cuba com 2,7%, Argentina, 2,8% ou Chile, 3,5%

No que diz respeito aos jovens de 15 a 24 anos – objeto desta pesquisa, os índices de analfabetismo indicam uma situação bem melhor, apresentando uma significativa melhoria, o que origina um diferencial significativo com respeito ao restante da população. Efetivamente, no ano de 1993, segundo os dados da PNAD daquele ano, o analfabetismo na população jovem era de 8,2%. Em 2006, ano-base dos dados do presente relatório, essa taxa caiu para bem menos de um terço daquele índice: 2,4%. No primeiro Relatório de Desenvolvimento Juvenil, com dados do ano 2001, essa taxa era ainda de 4,2%.

Gráfico 3.1.1

Evolução do analfabetismo juvenil. Brasil – 2001/2006



Fonte: PNAD/IBGE

Observamos ao longo desse percurso um gradual e significativo decréscimo dos índices de analfabetismo juvenil. Isso explica que, já em 2006, diversas unidades federadas, como Amapá, Rondônia, Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, possam ser considerados territórios praticamente livres de analfabetismo juvenil por apresentar índices que não ultrapassam a casa de 1%.

Continua vigente a situação já indicada nos relatórios anteriores: a enorme disparidade de taxas entre as regiões e as UF. Se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste algo em torno de 1% dos jovens ainda são analfabetos, no Nordeste essa taxa eleva-se para 5,3%, isto é, cinco vezes maior. A maior taxa de analfabetismo, que se registra em Alagoas (8,2%), é quase 12 vezes maior que as de Santa Catarina e de São Paulo (0,7%).

Tabela 3.1.1

## Situação e Evolução do Analfabetismo Juvenil

Segundo Regiões e Unidades da Federação. 2001/2006

UF/REGIÃO	Sabe ler e escrever? 2006			% Analfabetos <sup>1</sup>			Evolução <sup>1</sup> (Dif. %)		
	Sim	Não	% Nacional	2001	2003	2006	2001-2003	2003-2006	2001-2006
Acre	128.404	6.691	0,8	6,3	4,6	2,4	-27,0	-47,9	-62,0
Amazonas	643.636	17.320	2,1	2,5	1,7	2,0	-32,0	14,8	-21,9
Amapá	136.722	1.189	0,1	0,5	0,5	0,7	0,0	31,3	31,3
Pará	1.401.309	48.653	5,8	5,1	3,4	2,4	-33,3	-30,1	-53,4
Rondônia	313.175	3.508	0,4	2,1	1,6	0,7	-23,8	-58,2	-68,1
Roraima	82.293	571	0,1	3,9	1,7	0,5	-56,4	-73,3	-88,4
Tocantins	256.506	8.131	1,0	5,2	3,8	3,1	-26,9	-19,1	-40,9
<b>NORTE</b>	<b>2.962.045</b>	<b>86.063</b>	<b>10,3</b>	<b>4,0</b>	<b>2,8</b>	<b>2,1</b>	<b>-30,0</b>	<b>-26,3</b>	<b>-48,4</b>
Alagoas	541.260	48.292	5,8	15,4	15,4	8,2	0,0	-46,8	-46,8
Bahia	2.727.096	116.270	13,9	7,7	6,0	4,1	-22,1	-31,8	-46,9
Ceará	1.545.724	75.217	9,0	9,4	7,0	4,6	-25,5	-33,7	-50,6
Maranhão	1.214.927	86.128	10,3	9,6	8,0	6,6	-16,7	-17,3	-31,0
Paraíba	693.736	36.372	4,3	11,8	7,5	5,0	-36,4	-33,6	-57,8
Pernambuco	1.533.509	83.366	9,9	9,2	8,4	5,2	-8,7	-38,6	-44,0
Piauí	587.678	44.339	5,3	13,1	10,5	7,0	-19,8	-33,2	-46,4
Rio Grande do Norte	581.331	39.476	4,7	9,6	7,5	6,4	-21,9	-15,2	-33,8
Sergipe	373.655	19.408	2,3	8,7	7,2	4,9	-17,2	-31,4	-43,2
<b>NORDESTE</b>	<b>9.798.916</b>	<b>548.868</b>	<b>65,4</b>	<b>9,6</b>	<b>7,9</b>	<b>5,3</b>	<b>-17,7</b>	<b>-32,9</b>	<b>-44,8</b>
Espírito Santo	651.241	11.150	1,3	3,2	1,9	1,7	-40,6	-11,4	-47,4
Minas Gerais	3.535.092	50.099	6,0	2,3	1,8	1,4	-21,7	-22,4	-39,2
Rio de Janeiro	2.515.710	24.348	2,9	1,6	1,1	1,0	-31,3	-12,9	-40,1
São Paulo	7.185.857	49.624	5,9	1,1	0,9	0,7	-18,2	-23,8	-37,7
<b>SUDESTE</b>	<b>13.887.900</b>	<b>135.221</b>	<b>16,1</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>0,9</b>	<b>-25,0</b>	<b>-27,2</b>	<b>-45,4</b>
Paraná	1.820.398	17.902	2,1	1,6	1,3	1,0	-18,8	-25,1	-39,1
Rio Grande do Sul	1.807.998	15.987	1,9	1,3	1,3	0,9	0,0	-32,6	-32,6
Santa Catarina	1.070.628	7.527	0,9	1,0	0,9	0,7	-10,0	-22,4	-30,2
<b>SUL</b>	<b>4.699.024</b>	<b>41.416</b>	<b>4,9</b>	<b>1,4</b>	<b>1,2</b>	<b>1,0</b>	<b>-14,3</b>	<b>-19,6</b>	<b>-31,1</b>
Distrito Federal	472.518	3.664	0,4	1,5	1,0	0,8	-33,3	-23,1	-48,7
Goiás	1.071.882	13.528	1,6	2,2	1,3	1,2	-40,9	-4,2	-43,4
Mato Grosso do Sul	423.982	4.280	0,5	2,0	2,0	1,0	0,0	-50,0	-50,0
Mato Grosso	553.690	6.123	0,7	2,6	1,8	1,1	-30,8	-39,2	-57,9
<b>CENTRO OESTE</b>	<b>2.522.072</b>	<b>27.595</b>	<b>3,3</b>	<b>2,1</b>	<b>1,5</b>	<b>1,1</b>	<b>-28,6</b>	<b>-27,9</b>	<b>-48,5</b>
<b>BRASIL</b>	<b>33.869.957</b>	<b>839.163</b>	<b>100,0</b>	<b>4,2</b>	<b>3,4</b>	<b>2,4</b>	<b>-19,0</b>	<b>-30,7</b>	<b>-43,9</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota 1: 2001 e 2003 a PNAD não trabalhou as áreas rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR.

Para comparar com anos anteriores, também de 2006 foram abstraídos os dados das áreas rurais desses estados.

Se a queda recente foi acentuada no país, a região Nordeste continua a apresentar taxas elevadas, mais que duplicando a média nacional. Preocupa enormemente verificar que 65,4% do total de analfabetos jovens, isto é, quase 550 mil, encontram-se na região Nordeste, especialmente em quatro Estados: Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco, que concentram 361 mil analfabetos jovens, o que representa 43% do total de analfabetos do país.

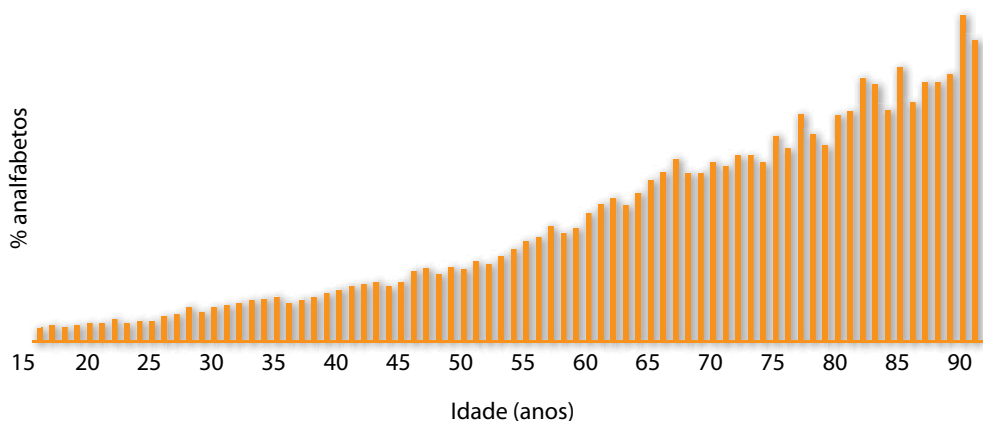
Deve-se considerar ainda que, se a taxa de analfabetismo juvenil de 2,4% pode ser considerada muito baixa, representa ainda mais de 839 mil jovens brasileiros excluídos de forma absoluta de um dos benefícios básicos e fundamentais de nossa sociedade.

Essa melhoria de 43,9% nas taxas de analfabetismo juvenil entre 2001 e 2006 tem várias fontes de explicação.

a) Melhoria histórica das taxas de escolarização. Havendo praticamente universalizado a cobertura do Ensino Fundamental de forma bem recente (como será visto mais adiante), cada idade simples, cada camada etária apresentam melhores e maiores níveis de alfabetização do que a anterior, como pode ser visto no gráfico 3.1.2 a seguir.

b) Concomitantemente, e em menor medida, programas de alfabetização também têm contribuído para diminuir os índices. Mas a explicação não parece ser muito generalizada, uma vez que, ao todo, segundo os dados da PNAD de 2006, os jovens que declararam estar cursando ou ter finalizado curso de alfabetização de adultos representam apenas 0,3% do universo juvenil.

Gráfico 3.1.2  
Analfabetos (%) por idade simples. Brasil – 2006



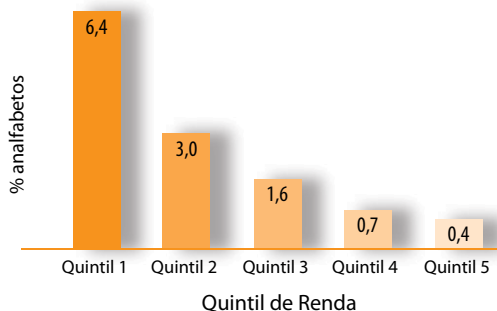
Fonte: PNAD/IBGE.

Mais algumas características dos jovens analfabetos:

- 43,8% (acima de 367 mil) moram na zona rural, que concentra só 16,7% do total de jovens do país. Por esse motivo, a zona rural apresenta taxas de analfabetismo juvenil (6,4%) quatro vezes maiores que as da zona urbana (1,6%).
- Encontram-se nas famílias com menor poder aquisitivo: se a renda familiar *per capita* dos jovens alfabetizados era de 1,34 salário mínimo, a dos jovens analfabetos era de 0,44 salário, isto é, menos de 1/3. Dividindo a população jovem em cinco grupos iguais segundo sua renda familiar – os quintis –, no quintil mais pobre, o primeiro, o índice de jovens que não sabe ler e escrever é de 6,4%. Esse índice vai caindo progressivamente até que, no quintil mais rico, o índice é de 0,4%.
- Existiria um forte mecanismo de reprodução familiar do analfabetismo: 56,5% dos pais e 57,1% das mães dos jovens analfabetos também são analfabetos.

Gráfico 3.1.3

Analfabetos (%) por quintil de Renda Familiar. Brasil – 2006



Fonte: PNAD/IBGE.

Analisando os analfabetos jovens por faixa etária, verifica-se o fenômeno da redução do analfabetismo com a idade acima indicada. Se na faixa dos 15 aos 17 anos a taxa de analfabetismo nacional é de 1,6%, na faixa dos 18 e 19 anos de idade eleva-se para 2,0%, e na dos 20 aos 24 anos, para 3,1%. Pelos motivos já apontados, verifica-se que as quedas do analfabetismo entre 2001 e 2006 foram maiores para as faixas mais jovens.

Percebe-se que esse decréscimo progressivo atua em todas as regiões e, em geral, também nos estados. Mas no nível estadual podem acontecer pequenas oscilações devido ao erro amostral, uma vez que a PNAD do IBGE, fonte dos dados, opera com base amostral.

Tabela 3.1.2

Analfabetismo Juvenil por Faixa Etária. Segundo Regiões e Unidades da Federação. 2001/2006

UF/REGIÃO	Faixa Etária		
	15/17	18/19	20/24
Acre	3,0	2,7	7,4
Amazonas	2,3	2,0	3,1
Amapá	0,2	1,1	1,2
Pará	3,6	3,1	3,3
Rondônia	1,4	0,4	1,2
Roraima	0,7	0,3	1,0
Tocantins	2,1	2,4	4,0
<b>NORTE</b>	<b>2,7</b>	<b>2,3</b>	<b>3,1</b>
Alagoas	5,2	7,8	10,5
Bahia	2,3	3,4	5,4
Ceará	2,9	3,9	6,1
Maranhão	3,6	6,0	9,1
Paraíba	2,5	5,7	6,2
Pernambuco	2,6	4,7	6,9
Piauí	3,8	5,3	10,0
Rio Grande do Norte	5,2	4,6	7,7
Sergipe	2,2	5,6	6,1
<b>NORDESTE</b>	<b>3,1</b>	<b>4,7</b>	<b>7,0</b>
Espírito Santo	1,4	1,1	2,0
Minas Gerais	1,0	0,7	2,0
Rio de Janeiro	0,7	1,1	1,0
São Paulo	0,5	0,5	0,9
<b>SUDESTE</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>1,1</b>
Paraná	0,6	0,4	1,4
Rio Grande do Sul	1,1	0,8	0,8
Santa Catarina	0,3	0,8	0,9
<b>SUL</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>1,2</b>
Distrito Federal	0,6	0,7	0,9
Goiás	0,9	0,9	1,6
Mato Grosso do Sul	0,5	0,2	1,7
Mato Grosso	0,2	0,6	1,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>	<b>1,5</b>
<b>BRASIL (2006)</b>	<b>1,6</b>	<b>2,0</b>	<b>3,1</b>
<b>BRASIL (2003)</b>	<b>2,3</b>	<b>3,1</b>	<b>4,1</b>
<b>BRASIL (2001)</b>	<b>3,0</b>	<b>3,6</b>	<b>5,3</b>
<b>Dif. % 2001/2003</b>	<b>-46,8</b>	<b>-43,5</b>	<b>-42,1</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 3.1.3

Analfabetismo juvenil por sexo e por raça/cor

Segundo Região e Unidades da Federação. Brasil – 2001/2006

UF/ REGIÃO	Sexo 2006		Raça/Cor 2006	
	Masculino	Feminino	Branca	Negra
Acre	6,4	3,3	4,0	5,2
Amazonas	2,5	2,7	2,6	2,6
Amapá	1,4	0,4	0,0	1,1
Pará	4,6	2,1	2,5	3,6
Rondônia	2,0	0,2	0,6	1,4
Roraima	1,0	0,4	0,0	0,9
Tocantins	4,3	1,8	2,2	3,4
<b>NORTE</b>	<b>3,7</b>	<b>2,0</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>
Alagoas	9,1	7,2	5,3	9,6
Bahia	5,3	2,9	4,1	4,1
Ceará	6,5	2,8	3,3	5,3
Maranhão	9,1	4,1	5,9	6,8
Paraíba	6,7	3,3	5,9	4,5
Pernambuco	7,0	3,4	3,6	6,0
Piauí	11,4	3,0	3,9	8,1
Rio Grande do Norte	8,5	4,1	4,5	7,5
Sergipe	7,2	2,6	3,3	5,5
<b>NORDESTE</b>	<b>7,2</b>	<b>3,4</b>	<b>4,3</b>	<b>5,7</b>
Espírito Santo	2,2	1,1	1,4	1,9
Minas Gerais	2,0	0,8	1,0	1,7
Rio de Janeiro	1,0	0,9	0,5	1,5
São Paulo	0,8	0,5	0,5	0,9
<b>SUDESTE</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>1,6</b>
Paraná	1,2	0,8	0,8	1,5
Rio Grande do Sul	1,1	0,6	0,8	1,3
Santa Catarina	0,6	0,8	0,4	3,1
<b>SUL</b>	<b>1,2</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6</b>	<b>1,4</b>
Distrito Federal	1,1	0,4	0,8	0,8
Goiás	1,7	0,8	1,0	1,5
Mato Grosso do Sul	1,1	0,9	1,0	1,0
Mato Grosso	1,0	1,1	1,0	1,2
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1,3</b>	<b>0,8</b>	<b>1,0</b>	<b>1,2</b>
<b>BRASIL 2006</b>	<b>3,2</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>3,3</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>4,4</b>	<b>2,3</b>	<b>1,6</b>	<b>5,1</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>5,3</b>	<b>3,1</b>	<b>2,0</b>	<b>6,4</b>
<b>Dif (%) 2001/2006</b>	<b>-39,6</b>	<b>-47,2</b>	<b>-30,8</b>	<b>-47,8</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Considerando o analfabetismo segundo o sexo (tabela 3.1.3), nota-se que continua sendo maior o analfabetismo masculino (3,2% de analfabetos entre os homens e 1,6% entre as mulheres). Em alguns estados, como Piauí, as diferenças de alfabetização entre os sexos são bem elevadas, sendo que em outros, como Amazonas, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, essas diferenças praticamente inexistem.

Observa-se que, desde o primeiro relatório, a distância entre homens e mulheres aumentou mais ainda: a queda do analfabetismo masculino entre 2001 e 2006 foi de 39,6% enquanto no universo feminino a queda foi de 47,2%.

Outra dimensão de análise do analfabetismo refere-se à situação por cor/raça. Pela mesma tabela 3.1.3 pode ser visto que, ainda em 2006, embora reduzido, o analfabetismo entre os jovens negros (3,3%) é duas vezes e meia maior do que o existente entre os jovens brancos (1,4%). Se essa proporção muda de estado para estado, de região para região, é indubitável que, mesmo tratando-se de uma amostra nacional, com possíveis erros amostrais, ainda assim são computados os estados – Amazonas, Bahia, Paraíba, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – onde essas diferenças por raça/cor não acontecem.

Entre 2001 e 2006 a discriminação diminuiu. Entre os jovens brancos, a queda do analfabetismo foi de 30,8%. Já entre os negros, essa queda foi de 47,8%, o que encurtou a distância entre ambos os grupos.

### 3.2 Situação educacional dos jovens

Estatísticas oficiais sobre a escolarização da população brasileira na atualidade evidenciam que, em 2006, 97,6% das pessoas de 7 a 14 anos de idade estavam na escola, ou 0,3 ponto percentual acima do registrado em 2005<sup>28</sup>, e 1,1 ponto percentual acima do registrado em 2003. Inclusive na zona rural, 96,2% das crianças e adolescentes nessa faixa encontravam-se freqüentando escola. Esses dados permitem confirmar novamente a universalização da escolaridade na faixa dos 7 aos 14 anos de idade.

Mas, ao analisar a situação educacional da juventude (15 a 24 anos), nosso otimismo decresce. Mais da metade (53,1%) dos jovens se encontra fora das salas de aula. Além disso, quando estão na escola, freqüentemente se encontram numa modalidade ou nível de ensino que não corresponde à sua idade cronológica, na tentativa de recuperar o atraso educacional resultante do ingresso escolar tardio, do abandono e retorno ao sistema ou de repetências no histórico escolar. Assim temos que: 0,2% dos jovens com mais de

---

28. IBGE. Comentários. PNAD 2006. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/comentarios2006.pdf>> Acesso em: 0 5/10/2007.

15 anos são encontrados em cursos de alfabetização; 12,5% ainda cursando o Ensino Fundamental regular (que normalmente deveria ser finalizado com 14 anos de idade) e 1,1% cursando suplência também de primeiro grau. Com isso, totalizamos quase 14% de nossos jovens escolarizados cursando níveis de ensino que não correspondem à sua fase de vida. Somando essa escolarização defasada com os que estão fora da escola, restam somente 33,1%, isto é, um em cada três jovens cursando estudos num nível compatível com sua idade: o segundo grau ou o ensino superior.

Outro dado chama a atenção nessa tabela. Existe um aparente contra-senso: estados das regiões mais avançadas apresentando elevadas proporções de jovens fora da escola – São Paulo, Paraná ou Rio Grande do Sul, com índices acima de 55%. Já em estados das regiões Norte e Nordeste, essa taxa é menor, como no Amapá ou no Piauí, em torno de 44 ou 47%.

Tabela 3.2.1

Situação Educacional dos Jovens.

Segundo Regiões e Unidades da Federação - 2006

UF/REGIÃO	Não estuda	Alfabet. adultos	Regular 1º grau	Suplet. 1º grau	Regular 2º grau	Suplet. 2º grau	Pré-vestibular	Superior	Mestrado Doutorado	Total
Acre	50,8	0,7	13,8	3,1	22,0	1,9	0,9	6,8	0,0	100,0
Amazonas	49,3	0,8	19,4	1,5	21,4	0,6	0,7	6,3	0,1	100,0
Amapá	44,4	0,0	14,5	1,7	27,6	0,3	2,8	8,7	0,0	100,0
Pará	55,1	0,1	16,3	3,0	19,1	0,7	1,7	4,0	0,1	100,0
Rondônia	57,4	0,3	14,8	1,8	18,0	1,7	0,1	5,8	0,1	100,0
Roraima	55,1	0,8	11,1	2,3	20,0	1,6	1,3	7,7	0,0	100,0
Tocantins	50,1	0,3	15,2	0,1	25,9	0,2	0,9	7,3	0,1	100,0
<b>NORTE</b>	<b>53,0</b>	<b>0,3</b>	<b>16,4</b>	<b>2,2</b>	<b>20,6</b>	<b>0,8</b>	<b>1,2</b>	<b>5,4</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
Alagoas	51,1	1,1	25,0	0,6	17,4	0,8	0,4	3,6	0,0	100,0
Bahia	52,0	0,2	19,4	0,8	21,5	0,6	1,2	4,2	0,1	100,0
Ceará	54,2	0,5	14,8	1,0	21,8	0,8	1,1	5,5	0,1	100,0
Maranhão	51,6	0,3	20,6	1,3	21,3	0,8	0,4	3,7	0,0	100,0
Paraíba	51,4	0,0	21,5	1,3	18,7	0,8	0,7	5,7	0,1	100,0
Pernambuco	53,0	0,6	18,1	1,3	19,7	0,6	1,1	5,6	0,0	100,0
Piauí	46,9	0,2	22,3	1,1	21,9	0,1	1,9	5,5	0,0	100,0
Rio Grande do Norte	56,1	0,5	14,8	2,3	18,5	0,3	1,4	6,0	0,1	100,0
Sergipe	48,9	0,2	19,8	1,6	18,9	1,1	2,2	7,3	0,1	100,0
<b>NORDESTE</b>	<b>52,2</b>	<b>0,4</b>	<b>19,0</b>	<b>1,1</b>	<b>20,6</b>	<b>0,7</b>	<b>1,1</b>	<b>4,9</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
Espírito Santo	57,9	0,1	8,8	1,0	20,6	1,3	1,3	9,0	0,0	100,0
Minas Gerais	54,5	0,1	10,6	0,5	23,2	0,7	1,3	9,1	0,1	100,0
Rio de Janeiro	45,7	0,1	13,7	1,2	23,2	1,5	0,8	13,4	0,3	100,0
São Paulo	55,2	0,1	6,0	0,7	23,9	1,2	1,1	11,6	0,2	100,0
<b>SUDESTE</b>	<b>53,4</b>	<b>0,1</b>	<b>8,7</b>	<b>0,8</b>	<b>23,4</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>11,2</b>	<b>0,2</b>	<b>100,0</b>
Paraná	55,6	0,1	8,3	0,9	21,2	1,1	1,0	11,8	0,0	100,0
Rio Grande do Sul	55,3	0,1	8,4	1,0	21,0	0,9	1,0	12,2	0,1	100,0
Santa Catarina	52,1	0,3	5,7	1,5	24,3	2,3	0,6	12,9	0,4	100,0
<b>SUL</b>	<b>54,7</b>	<b>0,1</b>	<b>7,8</b>	<b>1,0</b>	<b>21,8</b>	<b>1,3</b>	<b>0,9</b>	<b>12,2</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
Distrito Federal	45,9	0,3	10,1	2,2	22,6	1,9	1,1	15,5	0,3	100,0
Goiás	53,7	0,1	11,3	0,5	21,7	1,0	0,9	10,8	0,0	100,0
Mato Grosso do Sul	55,5	0,8	11,1	1,7	20,0	1,1	1,3	8,4	0,2	100,0
Mato Grosso	54,8	0,2	12,7	0,8	22,2	0,3	0,5	8,3	0,1	100,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>52,8</b>	<b>0,3</b>	<b>11,3</b>	<b>1,1</b>	<b>21,7</b>	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>10,7</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL 2006</b>	<b>53,1</b>	<b>0,2</b>	<b>12,5</b>	<b>1,1</b>	<b>22,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>8,9</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>51,0</b>	<b>0,2</b>	<b>15,3</b>	<b>1,3</b>	<b>22,4</b>	<b>0,9</b>	<b>1,3</b>	<b>7,5</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>51,4</b>	<b>0,2</b>	<b>17,7</b>	<b>1,5</b>	<b>20,5</b>	<b>1,1</b>	<b>1,3</b>	<b>6,2</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Essa aparente anomalia tem a sua explicação. Por haver iniciado sua expansão educacional e universalização do Ensino Fundamental de forma mais recente, uma boa proporção dos jovens encontram-se, nas regiões Norte e Nordeste, cursando modalidades de ensino que não correspondem à sua idade. Assim, por exemplo, na região Norte, encontramos 16,4% dos jovens cursando seu Ensino Fundamental, e no Nordeste 19%, quando na região Sudeste essa proporção cai para algo em torno de 8%.

Num extremo, Alagoas e Piauí apresentam elevadas taxas de jovens, acima de 23% em situação de atraso escolar. No outro, São Paulo e Santa Catarina, com índices abaixo de 7,5%, possibilitam maior identidade entre a idade cronológica e a modalidade de estudo. Efetivamente, vemos também que são os estados e as regiões onde encontramos maior proporção de jovens cursando seus estudos superiores.

Seria de extremo interesse fazer uma análise, embora sucinta, considerando um período de tempo mais longo. Para esse fim, foi construída a tabela 3.2.2 detalhando a situação educacional dos jovens em quatro cortes temporais. O primeiro corte, em 1993, o segundo, a situação em 2001, registrada em nosso primeiro relatório, e os anos de 2003 e 2006, que correspondem aos relatórios subsequentes. Várias situações e mudanças podem ser registradas.

a) Ao longo do período analisado, a proporção de jovens que não estuda teve um comportamento não-linear, mas caindo de 62,7% em 1993 para 53,1% em 2006, o que representa uma queda de 1,26% ao ano. Mas o ritmo de queda foi bem mais veloz no início do período, e no final houve certa estagnação, e até aumento. Entre os dois primeiros relatórios a queda, que foi de 2,44% ao ano entre 1993 e 2001, ficou bem moderada, com um ritmo de 0,37 ao ano. Mas entre 2003 e 2006, observa-se a tendência contrária: a proporção de jovens fora dos estudos aumenta a um ritmo de 1,35% ao ano. Será que está se esgotando a inclusão educacional dos jovens? Ou será que está se esgotando um determinado modelo de compensação tardia de jovens defasados?

b) Efetivamente, o único segmento de escolaridade que teve quedas sistemáticas ao longo de todo o período foi o dos os jovens matriculados no Ensino Fundamental regular, que de 1993 a 2001 cai a uma moderada taxa de 0,88% ano; entre 2001 e 2003 a uma taxa bem veloz de 7,06% ao ano, continuando no último período com taxas de queda bem elevadas: 6,38% ao ano. Assim, entre os extremos do período analisado, a matrícula de jovens defasados diminui a um ritmo significativo: 3,14% ao ano. Essas quedas, longe de constituírem um problema, representam um salto positivo. As evidências permitem afirmar que resultam, fundamentalmente, de um processo de regularização do

fluxo escolar no Ensino Fundamental, que diminui a matrícula de jovens fora da faixa etária, promovendo-os de forma mais eficiente ao Ensino Médio.

c) A modalidade que aumenta significativamente entre os jovens no início do período analisado é o Ensino Médio, com taxas mais expressivas até 2001 (5,9% a.a.), com taxas levemente menores, (4,6% a.a.) entre 2001 e 2003 e com uma virtual estagnação a partir dessa data.

d) O ensino superior cresceu significativa e homogeneamente ao longo de todo o período, chegando quase a triplicar, em 2006, os índices de 1993. A expansão mais marcada, mesmo com baixos índices, é a que se registra na pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, com um aumento de 10,5% ao ano no período considerado.

Tabela 3.2.2

Evolução da Situação Educacional dos Jovens. Brasil – 1993/2006

Situação	% de Jovens				% Crescimento ao ano			
	1993	2001	2003	2006	2001	2003	2006	2003
Não estuda	62,7	51,4	51,0	53,1	-2,44	-0,37	1,35	-1,26
Alfabetização de adultos	0,2	0,2	0,2	0,2	5,24	0,99	-1,05	3,10
Regular de 1º grau	19,0	17,7	15,3	12,5	-0,88	-7,06	-6,38	-3,14
Supletivo de 1º grau	0,9	1,5	1,3	1,1	6,47	-5,76	-6,85	1,31
Regular de 2º grau	12,9	20,4	22,4	22,0	5,91	4,58	-0,57	4,18
Supletivo de 2º grau	0,3	1,1	0,9	1,0	17,25	-10,17	2,16	9,02
Pré-vestibular	0,8	1,3	1,3	1,1	5,89	0,00	-6,74	1,93
Superior	3,2	6,2	7,5	8,9	8,58	9,30	6,13	8,12
Mestrado ou Doutorado	0,0	0,1	0,1	0,1	9,40	26,43	3,71	10,49
Total	100,0	100,0	100,0	100,0				

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

### 3.3 Escolarização: frequência à escola

Como já foi observado na tabela 3.2.1, o percentual dos jovens que frequenta escola, em qualquer modalidade, não chega a 50% na maior parte das unidades federadas. Só em seis estados, Amapá, Amazonas, Piauí, Sergipe, Rio de Janeiro e Distrito Federal, esse índice ultrapassa, bem pouco, a metade dos jovens. E isso não tem mudado muito nos últimos anos, segundo pode ser verificado na tabela 3.3.1.

Vários fatos chamam a atenção nessa tabela. Em primeiro lugar, as limitadas ou nulas mudanças acontecidas no período. Efetivamente, se a taxa de escolaridade bruta de 2001 era de 48,6%, em 2003 passou para 49% e caiu levemente em 2006 para 46,9%. Em

todos os estados da região Norte houve queda relativa na escolarização bruta de jovens, com maior intensidade no Acre e em Roraima, onde essa queda foi superior a 12%. Já nas restantes regiões a situação é bem mais matizada, com aproximadamente a metade dos estados apresentando ganhos de escolaridade e a outra metade, perdas.

Percebe-se que no ano de 2006, em 21 das 27 unidades federadas, mais da metade dos jovens não freqüentam a escola. Mais grave ainda se torna o problema quando levamos em consideração que, entre os que estão na escola, acima de 50% não se encontram nas séries correspondentes às idades. O problema da distorção série/idade ou defasagem escolar é preocupante.

(...) em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para o ingresso no Ensino Fundamental e a de 14 para a conclusão. A faixa etária correta para o Ensino Médio vai de 15 a 17 anos. Esse indicador permite relacionar o percentual de alunos, em cada série, que se encontra em idade superior à recomendada.<sup>29</sup>

---

29. ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ensino médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 26.

Tabela 3.3.1

Evolução da Escolarização Bruta

Segundo regiões e Unidades da Federação. 2001/2006

UF/REGIÃO	Escolarização Bruta			Dif %
	2001	2003	2006	2001/2006
Acre	56,1	51,6	49,2	-12,3
Amazonas	52,9	52,5	50,7	-4,1
Amapá	58,4	57,0	55,6	-4,7
Pará	51,0	51,4	44,9	-12,0
Rondônia	43,6	47,5	42,6	-2,4
Roraima	52,8	51,1	44,9	-14,9
Tocantins	52,5	51,2	49,9	-4,9
<b>NORTE</b>	<b>51,6</b>	<b>51,6</b>	<b>47,0</b>	<b>-8,9</b>
Alagoas	49,0	51,4	48,9	-0,2
Bahia	54,1	52,6	48,0	-11,2
Ceará	50,9	48,6	45,8	-10,1
Maranhão	51,4	50,0	48,4	-5,9
Paraíba	49,7	51,5	48,6	-2,2
Pernambuco	47,4	48,1	47,0	-0,8
Piauí	54,9	58,7	53,1	-3,3
Rio Grande do Norte	49,7	50,6	43,9	-11,7
Sergipe	51,5	54,0	51,1	-0,9
<b>NORDESTE</b>	<b>51,3</b>	<b>51,1</b>	<b>47,8</b>	<b>-6,8</b>
Espírito Santo	42,6	45,0	42,1	-1,2
Minas Gerais	43,9	45,4	45,5	3,7
Rio de Janeiro	50,8	53,2	54,3	6,8
São Paulo	48,0	46,8	44,8	-6,6
<b>SUDESTE</b>	<b>47,3</b>	<b>47,5</b>	<b>46,6</b>	<b>-1,5</b>
Paraná	44,0	46,8	44,4	0,9
Rio Grande do Sul	46,4	48,0	44,7	-3,7
Santa Catarina	48,4	50,0	47,9	-1,0
<b>SUL</b>	<b>46,0</b>	<b>48,0</b>	<b>45,3</b>	<b>-1,5</b>
Distrito Federal	54,9	53,1	54,1	-1,5
Goiás	49,0	50,1	46,3	-5,5
Mato Grosso do Sul	39,8	45,0	44,5	11,7
Mato Grosso	43,8	42,2	45,2	3,2
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>47,4</b>	<b>48,0</b>	<b>47,2</b>	<b>-0,4</b>
<b>BRASIL</b>	<b>48,6</b>	<b>49,0</b>	<b>46,9</b>	<b>-3,6</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

As distorções assinaladas se estendem além do Ensino Fundamental. Na faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos, seria de esperar que os jovens estivessem cursando, no mínimo, o Ensino Médio ou correspondente, seja no formato regular ou supletivo, ou estivessem em níveis mais adiantados. Não é a realidade observada.

Existe uma diferença entre o que denominamos escolarização bruta (que inclui no índice todos os níveis de ensino: Fundamental, Médio e Superior) e a adequada (que abrange a formação obtida do Ensino Médio em diante) entre os jovens de 15 a 24 anos de idade. Uma comparação entre os dois tipos de escolarização, na tabela a seguir, permite observar a defasagem escolar – diferença entre a escolarização bruta e a escolarização adequada – existente nas diversas regiões e unidades federadas.

Como já foi apontado no item 3.2, se as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores índices de escolarização bruta, isso acontece em virtude de apresentar também as maiores taxas de alunos defasados: 18,9 e 20,5%, respectivamente. Já as regiões Sul e Sudeste, que apresentam taxas de escolarização bruta levemente inferiores – 45,3% e 46,6%, respectivamente – possuem taxas de alunos defasados muito mais baixas, na faixa de 9%. Com taxas elevadas de alunos defasados, destacam-se Alagoas (26,7%) e Amapá (26,6%). No outro extremo, com as menores taxas de alunos defasados, sobressaem São Paulo (6,9%) e Santa Catarina (7,4%).

Comparando a situação nos cortes temporais que utilizamos ao longo da análise, vemos que entre 2001 e 2006:

- Caiu levemente – 3,6% – a escolarização bruta, isto é, o volume total de jovens escolarizados em qualquer nível de ensino.
- Mas aumentou fortemente – 13,2% – o número de jovens cursando estudos considerados adequados para a faixa etária.
- Pode-se concluir que, nesse caso, a queda da escolarização bruta indica um fato positivo representado pela significativa diminuição dos alunos defasados – 28,8% – nesse mesmo período.

Tabela 3.3.2

Escolarização Juvenil Bruta, Adequada e Defasada . Segundo Regiões e Unidades da Federação. 2006

UF/REGIÃO	Escolarização Bruta (%)	Escolarização Adequada (%)	Escolarização Defasada (%)
Acre	49,2	31,6	17,6
Amazonas	50,7	39,4	11,3
Amapá	55,6	29,1	26,6
Pará	44,9	25,4	19,4
Rondônia	42,6	25,7	16,9
Roraima	44,9	30,8	14,2
Tocantins	49,9	34,4	15,5
<b>NORTE</b>	<b>47,0</b>	<b>28,1</b>	<b>18,9</b>
Alagoas	48,9	22,2	26,7
Bahia	48,0	27,6	20,4
Ceará	45,8	29,5	16,3
Maranhão	48,4	26,2	22,2
Paraíba	48,6	25,9	22,8
Pernambuco	47,0	27,0	20,1
Piauí	53,1	29,4	23,7
Rio Grande do Norte	43,9	26,3	17,6
Sergipe	51,1	29,5	21,5
<b>NORDESTE</b>	<b>47,8</b>	<b>27,3</b>	<b>20,5</b>
Espírito Santo	42,1	32,2	9,9
Minas Gerais	45,5	34,4	11,2
Rio de Janeiro	54,3	39,2	15,1
São Paulo	44,8	38,0	6,9
<b>SUDESTE</b>	<b>46,6</b>	<b>37,0</b>	<b>9,6</b>
Paraná	44,4	35,1	9,3
Rio Grande do Sul	44,7	35,2	9,5
Santa Catarina	47,9	40,5	7,4
<b>SUL</b>	<b>45,3</b>	<b>36,4</b>	<b>8,9</b>
Distrito Federal	54,1	41,4	12,6
Goiás	46,3	34,4	11,9
Mato Grosso do Sul	44,5	30,9	13,6
Mato Grosso	45,2	31,5	13,7
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>47,2</b>	<b>34,5</b>	<b>12,7</b>
<b>BRASIL 2006</b>	<b>46,9</b>	<b>33,1</b>	<b>13,8</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>49,0</b>	<b>32,2</b>	<b>16,8</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>48,6</b>	<b>29,2</b>	<b>19,4</b>
<b>Dif. % 2001/2006</b>	<b>-3,6</b>	<b>13,2</b>	<b>-28,8</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

A explanação do aparente paradoxo de diminuir a escolarização pela melhoria do fluxo já foi abordada e tem mais um reforço nos dados da tabela 3.3.3, que verifica o curso freqüentado pelos jovens que estudam, de acordo com os decis de renda familiar. Percebe-se que, no primeiro decil de renda, quase 2/3 dos jovens (60,9%) ainda se encontra cursando o Ensino Fundamental, quando já deveria estar pelo menos no Ensino Médio. Essa proporção vai caindo progressivamente à medida que aumenta a renda até que, no décimo decil, só 7,3% dos jovens são encontrados no Ensino Fundamental. Com os estudos superiores acontece exatamente o oposto. No primeiro decil, 0,8% dos jovens freqüenta universidade, no décimo decil, essa proporção vai para mais da metade dos jovens (53,8%).

Dessa forma, verificamos que se repete na hierarquia social, o que já se observava em escala geográfica: nas regiões – e nos grupos sociais – mais pobres registra-se um inchaço na escolarização, resultante de uma escolaridade tardia de amplas camadas de jovens. Há múltiplas causas, sendo as mais reveladoras o início também tardio da escolarização, freqüente nas zonas rurais, atraso escolar derivado de abandonos e/ou repetência.

Se até duas décadas atrás a discriminação socioeconômica atuava no sentido de determinar quem teria ou não acesso aos bancos escolares, a atual discriminação atua mais no sentido de decretar o destino escolar: até que série ou nível de ensino poderá chegar e as dificuldades no percurso: indicada pelo tempo que vai demorar em chegar a esse destino.

Tabela 3.3.3

Curso freqüentado pelos jovens que estudam, por decil de renda familiar. Brasil – 2006

Decil de Renda	% Escolarizado	Alfabetização	Fundamental	Médio	Pré-vestibular	Superior	Mestrado-Doutorado	Total
1º	42,3	1,2	60,9	36,6	0,5	0,8	0,0	100
2º	43,7	1,0	50,9	45,7	0,6	1,8	0,0	100
3º	44,8	0,6	45,2	51,2	0,9	2,0	0,0	100
4º	44,3	0,8	39,8	54,8	1,3	3,3	0,0	100
5º	42,7	0,4	31,9	59,3	1,6	6,7	0,0	100
6º	42,6	0,4	27,0	60,2	2,1	10,2	0,1	100
7º	41,5	0,2	20,6	59,0	2,7	17,3	0,2	100
8º	46,0	0,3	14,1	54,3	3,4	27,7	0,2	100
9º	54,0	0,2	8,6	44,7	4,1	41,8	0,6	100
10º	67,6	0,1	7,3	33,5	4,2	53,8	1,0	100
Total	46,9	0,5	29,2	48,9	2,3	18,9	0,3	100

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Relacionando a escolaridade com o sexo dos jovens, cabem novas observações. Mulheres têm maior escolaridade e adequação nos estudos do que os homens. Isso já acontecia em 2001 e se repete, de forma quase idêntica, em 2003, aumentando ainda mais em 2006. Entre 2001 e 2006, o índice melhorou para ambos os sexos, só que o aumento feminino – 13,9% – foi levemente maior que o dos homens – 12,7%. Com isso, a diferença entre os sexos, que já era de 16,7% em 2001, cresceu para 18% em 2006. Em todas as regiões e Unidades da Federação, em maior ou menor grau, parece ser uma constante a escolaridade diferencial das mulheres. Isso é mais evidente na região Nordeste (25,5% maior nas mulheres) do que na região Sudeste (12,9% maior).

Entre os estados, destacam-se Sergipe (diferencial de 34,3%), Piauí (39,3%) e Paraíba (38,7%), por incorporarem bem mais mulheres do que homens, em contraste com São Paulo, Distrito Federal e Pará, onde as diferenças de escolaridade adequada entre os sexos são mínimas, não alcançando o patamar de 10%.

As diferenças por motivo de raça ou cor, se ainda persistem de forma significativa – 32,4% menor adequação etária entre os negros –, vêm caindo ao longo do tempo. Efetivamente, em 2003 essa diferença já foi de 36,6% e em 2001, de 41,8%. Pode ser visto que, quando comparamos 2001 com 2006, o nível de adequação educacional entre os brancos melhorou só 8,6%. Já entre os negros essa melhoria foi bem mais significativa: 26,3%, quase três vezes maior. Isto é, enquanto nos brancos se observa certa estagnação, entre os negros a adequação vai melhorando progressivamente. Ao que tudo indica, é um resultado positivo das diversas políticas anti-segregacionistas e de discriminação positiva para os negros.

Vemos, nesse caso, que são as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste as que apresentam os maiores níveis de desigualdade (30,8; 36,9 e 30,7%, respectivamente) quando comparados com as regiões Norte (22,3%) e Nordeste (25,9%). Mas são os estados de Alagoas e Paraíba, junto com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os que apresentam os maiores índices individuais de diferenciação racial. Nos quatro casos, negros têm acima de 40% menor adequação educacional que os brancos.

Tabela 3.3.4

% de Jovens com Escolarização Adequada por Sexo e por Raça/Cor

Segundo Regiões e Unidades da Federação. 2001-2006

UF/REGIÃO	Sexo			Raça/Cor		
	Masculino	Femininos	Dif. %	Branco	Negro	Dif. %
Acre	25,5	38,6	51,5	35,3	30,2	-14,6
Amazonas	27,6	30,7	10,9	35,0	27,6	-21,2
Amapá	32,1	46,5	45,0	41,5	38,7	-6,6
Pará	24,3	26,6	9,4	30,8	23,9	-22,6
Rondônia	20,9	30,9	47,9	28,7	23,8	-17,1
Roraima	24,3	37,7	55,4	39,3	28,2	-28,3
Tocantins	29,7	39,5	33,1	48,6	29,7	-38,8
<b>NORTE</b>	<b>25,5</b>	<b>30,7</b>	<b>20,2</b>	<b>33,8</b>	<b>26,2</b>	<b>-22,3</b>
Alagoas	22,0	22,5	2,5	31,7	17,8	-43,7
Bahia	23,9	31,3	30,9	33,7	26,2	-22,2
Ceará	27,6	31,2	13,0	35,4	26,5	-25,2
Maranhão	23,5	28,9	22,7	33,8	23,5	-30,4
Paraíba	21,7	30,1	38,7	35,3	20,6	-41,7
Pernambuco	23,5	30,4	29,3	31,8	24,3	-23,6
Piauí	24,4	34,1	39,3	35,1	27,5	-21,5
Rio Grande do Norte	24,0	28,6	19,2	30,4	23,9	-21,5
Sergipe	25,2	33,9	34,3	34,5	27,3	-20,6
<b>NORDESTE</b>	<b>24,2</b>	<b>30,4</b>	<b>25,5</b>	<b>33,5</b>	<b>24,8</b>	<b>-25,9</b>
Espírito Santo	29,1	35,3	21,2	39,8	27,0	-32,2
Minas Gerais	31,1	37,5	20,6	42,8	28,0	-34,5
Rio de Janeiro	36,6	41,7	13,8	47,1	30,5	-35,3
São Paulo	36,4	39,6	8,8	41,2	30,4	-26,2
<b>SUDESTE</b>	<b>33,0</b>	<b>39,7</b>	<b>20,5</b>	<b>39,3</b>	<b>24,8</b>	<b>-36,9</b>
Paraná	31,9	38,3	20,0	37,9	27,3	-27,8
Rio Grande do Sul	32,0	38,4	20,1	38,3	21,9	-42,7
Santa Catarina	36,5	44,5	21,8	42,9	22,6	-47,4
<b>SUL</b>	<b>34,7</b>	<b>39,2</b>	<b>12,9</b>	<b>42,4</b>	<b>29,4</b>	<b>-30,8</b>
Distrito Federal	39,8	42,9	7,9	48,7	37,1	-23,9
Goiás	31,4	37,3	18,7	43,5	28,4	-34,6
Mato Grosso do Sul	28,8	33,1	15,1	37,0	24,7	-33,1
Mato Grosso	28,3	34,6	22,4	39,6	27,2	-31,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>31,8</b>	<b>37,1</b>	<b>16,7</b>	<b>42,3</b>	<b>29,3</b>	<b>-30,7</b>
<b>BRASIL 2006</b>	<b>30,3</b>	<b>35,8</b>	<b>18,0</b>	<b>39,7</b>	<b>26,9</b>	<b>-32,4</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>29,7</b>	<b>34,7</b>	<b>16,8</b>	<b>39,3</b>	<b>24,9</b>	<b>-36,6</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>26,9</b>	<b>31,4</b>	<b>16,7</b>	<b>36,6</b>	<b>21,3</b>	<b>-41,8</b>
<b>Dif. % 2001/2006</b>	<b>12,7</b>	<b>13,9</b>	<b>7,6</b>	<b>8,6</b>	<b>26,2</b>	<b>-22,6</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 3.3.5

Escolarização Adequada por Faixa Etária

Segundo Regiões e Unidades da Federação. 2001-2003

UF/REGIÃO	Faixa Etária			
	15/17	18/19	20/24	15/24
Acre	45,8	33,5	20,0	31,6
Amazonas	36,9	35,3	21,7	39,4
Amapá	48,8	56,3	26,0	29,1
Pará	29,4	36,5	18,7	25,4
Rondônia	36,9	29,7	15,6	25,7
Roraima	48,3	41,3	16,9	30,8
Tocantins	46,0	38,2	24,6	34,4
<b>NORTE</b>	<b>35,5</b>	<b>36,6</b>	<b>19,8</b>	<b>28,1</b>
Alagoas	25,9	29,4	16,4	22,2
Bahia	32,2	37,3	21,0	27,6
Ceará	43,8	37,8	16,6	29,5
Maranhão	32,7	34,9	17,6	26,2
Paraíba	30,6	30,6	20,9	25,9
Pernambuco	33,2	33,7	20,2	27,0
Piauí	33,2	36,9	23,5	29,4
Rio Grande do Norte	34,6	34,6	18,2	26,3
Sergipe	29,5	41,1	24,5	29,5
<b>NORDESTE</b>	<b>33,8</b>	<b>35,6</b>	<b>19,6</b>	<b>27,3</b>
Espírito Santo	53,4	32,3	20,1	32,2
Minas Gerais	51,1	38,2	21,8	34,4
Rio de Janeiro	51,0	46,4	29,8	39,2
São Paulo	66,4	38,8	22,1	38,0
<b>SUDESTE</b>	<b>56,3</b>	<b>39,3</b>	<b>22,8</b>	<b>37,0</b>
Paraná	54,3	38,0	21,7	35,1
Rio Grande do Sul	53,7	38,8	23,1	35,2
Santa Catarina	63,7	42,6	24,4	40,5
<b>SUL</b>	<b>58,8</b>	<b>39,7</b>	<b>23,4</b>	<b>36,4</b>
Distrito Federal	56,7	48,3	30,5	41,4
Goiás	50,5	39,0	23,5	34,4
Mato Grosso do Sul	45,7	36,5	19,4	30,9
Mato Grosso	48,0	38,4	18,6	31,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>50,2</b>	<b>40,1</b>	<b>23,1</b>	<b>34,5</b>
<b>BRASIL 2006</b>	<b>48,1</b>	<b>38,2</b>	<b>21,9</b>	<b>33,1</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>44,1</b>	<b>39,4</b>	<b>21,7</b>	<b>32,2</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>38,0</b>	<b>36,4</b>	<b>20,2</b>	<b>29,2</b>
<b>Dif. % 2001/2006</b>	<b>26,6</b>	<b>4,8</b>	<b>8,3</b>	<b>13,2</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Considerando a faixa etária dos jovens – tabela 3.3.5 –, é possível verificar alguns aspectos significativos.

a) A escolarização adequada diminui com o incremento da idade dos jovens: entre os mais novos – 15 a 17 anos – a adequação é de 48,1%; na faixa de 18 e 19 anos, essa proporção cai para 38,2% e, na faixa de 20 a 24 anos, cai mais ainda: 21,9%.

b) A adequação da escolarização dos jovens sofreu incrementos diferenciais desde o levantamento com dados de 2001: a faixa em que cresceu drasticamente a adequação foi a de 15 a 17 anos, que entre 2001 e 2006 cresceu 26,6%. A faixa dos 18 e 19 anos cresceu 4,8%, e a dos 20 aos 24 anos cresceu 8,3%.

c) Destaca-se o fato de que em São Paulo e Santa Catarina, praticamente 2/3 dos jovens de 15 a 17 anos apresentam escolarização adequada. No outro extremo, em Alagoas só 25,9% desses jovens, praticamente um em cada quatro, encontra-se em idêntica situação.

Para analisar escolarização segundo níveis de renda familiar *per capita*, foi utilizada a técnica dos decis – dividir os jovens em dez grandes grupos de igual tamanho segundo a renda familiar *per capita* – RFPC. Os 10% de jovens com a menor RFPC constituem o primeiro decil; os 10% seguintes com renda mais elevada e assim até o 10º decil, que congrega os 10% de jovens com maior RFPC.

A tabela e o gráfico a seguir sintetizam esse procedimento para 2001, 2003 e 2005. Podemos verificar que, se houve melhoria na adequação escolar em quase todas as faixas de renda, essa melhoria foi bem mais marcada nos 30% de jovens com menor renda, isto é, nos três primeiros decis, com acréscimos acima de 40%. Essa melhoria pode ser considerada muito expressiva, máxime por incidir nos níveis de renda mais baixos. Com crescimento intermediário, encontram-se os três decis seguintes (decil 4 a 6). Já nos quatro decis de maior renda (decil 7 a 10), o crescimento foi baixo ou nulo. Isso representa boa evidência de que são os jovens das camadas de menor renda da população os que mais pressionam por educação.

Tabela 3.3.6

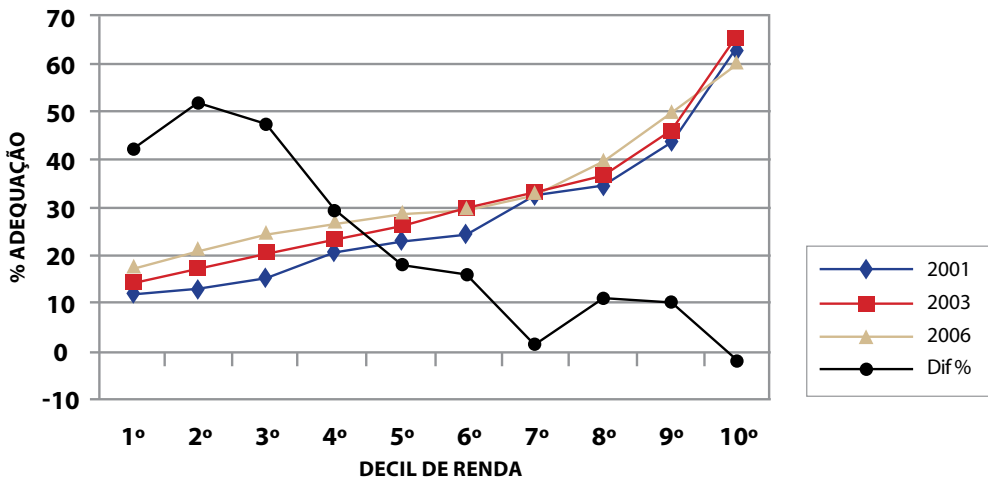
% de Escolarização Adequada segundo Decil de Renda Familiar *per capita*. Brasil - 2001/2006

Decil de Renda Familiar <i>per Capita</i>	% Escolarização Adequada			Dif. % 2001-03	Dif. % 2003-06	Dif. % 2001-06
	2001	2003	2006			
1º Decil	11,3	14,4	16,1	27,4	11,5	42,1
2º Decil	13,9	18,2	21,1	30,9	15,7	51,4
3º Decil	16,4	20,9	24,2	27,4	16,0	47,8
4º Decil	20,7	23,5	26,3	13,5	12,1	27,2
5º Decil	24,4	27,4	28,9	12,3	5,4	18,4
6º Decil	26,6	31,0	30,9	16,5	-0,2	16,3
7º Decil	32,4	33,7	32,9	4,0	-2,5	1,4
8º Decil	35,6	37,4	39,3	5,1	5,2	10,5
9º Decil	44,8	46,0	49,2	2,7	7,0	9,9
10º Decil	63,6	66,1	62,6	3,9	-5,3	-1,5

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Gráfico 3.3.1

% Escolarização Adequada segundo decil de renda familiar dos jovens. Brasil – 2001/2006



Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Outro fato que merece destaque é que esse processo de regularização foi bem mais intenso no primeiro período (2001/2003) do que no segundo (2003/2006).

### 3.4 Anos de estudo

De forma paralela ao tratamento da situação da escolaridade, resulta conveniente realizar algumas considerações sobre os anos de estudo da juventude brasileira. Embora esse indicador não venha a ser incluído na composição do IDJ, possibilita uma visão panorâmica da situação educacional, altamente relacionada com os problemas e questões acima exposto.

Tal como se encontra definido na PNAD 2001, tendo vigência atual,

[a] classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo.<sup>30</sup>

Dadas as análises educacionais até aqui realizadas, como seria de se esperar, encontramos médias de anos de estudo maiores no Sul (9,2 anos), no Sudeste (9,1 anos) e no Centro-Oeste (8,8 anos), regiões com melhores índices de alfabetização e de escolarização. Já as regiões Norte (7,6 anos) e Nordeste (7,3 anos) ostentam as menores médias do país. Entre as unidades, temos extremos como São Paulo com 9,6 anos de estudo, além do Distrito Federal, Rio de Janeiro e os três estados da região Sul, todos com índices de nove ou mais anos de estudo. Em outro extremo, Alagoas, com 6,3 anos de estudo, e Paraíba, com 6,9 anos, são um claro indicador do déficit educacional desses estados.

---

30. PNAD, 2001, op. cit., p. 21.

Tabela 3.4.1

Anos de Estudo dos Jovens por sexo e raça/cor

Segundo Regiões e Unidades da Federação. Brasil – 2006

UF/REGIÃO	Sexo			Raça/Cor			Anos Total
	Masculino	Feminino	Dif. %	Branco	Negro	Dif. %	
Acre	7,3	7,8	7,6	8,0	7,3	-8,9	7,5
Amazonas	7,8	8,2	5,1	8,9	7,7	-13,1	8,0
Amapá	8,4	9,1	8,4	9,6	8,5	-11,8	8,8
Pará	7,0	7,6	8,5	8,1	7,0	-13,5	7,3
Rondônia	7,3	8,1	11,5	7,9	7,5	-4,6	7,7
Roraima	8,2	9,0	9,3	9,7	8,3	-13,8	8,6
Tocantins	7,5	8,5	12,6	9,1	7,6	-16,5	8,0
<b>NORTE</b>	<b>7,3</b>	<b>7,9</b>	<b>8,2</b>	<b>8,4</b>	<b>7,4</b>	<b>-12,3</b>	<b>7,6</b>
Alagoas	6,0	6,7	11,3	7,4	5,8	-21,8	6,3
Bahia	6,9	7,9	15,3	8,1	7,3	-10,1	7,4
Ceará	7,6	8,2	8,5	8,5	7,6	-10,7	7,9
Maranhão	6,5	7,5	15,6	7,6	6,8	-10,2	7,0
Paraíba	6,3	7,5	19,4	7,6	6,6	-13,3	6,9
Pernambuco	6,9	7,9	14,2	8,0	7,1	-11,7	7,4
Piauí	6,3	7,7	22,1	8,2	6,7	-18,9	7,1
Rio Grande do Norte	7,2	8,2	13,8	8,3	7,3	-11,1	7,7
Sergipe	6,9	7,8	13,0	8,1	7,1	-11,9	7,4
<b>NORDESTE</b>	<b>6,8</b>	<b>7,8</b>	<b>14,3</b>	<b>8,0</b>	<b>7,1</b>	<b>-12,0</b>	<b>7,3</b>
Espírito Santo	8,3	9,1	10,5	9,4	8,2	-12,1	8,7
Minas Gerais	8,3	9,0	9,4	9,3	8,2	-12,2	8,7
Rio de Janeiro	8,8	9,3	5,4	9,6	8,4	-12,3	9,0
São Paulo	9,4	9,8	4,4	9,9	9,0	-9,9	9,6
<b>SUDESTE</b>	<b>8,8</b>	<b>9,4</b>	<b>6,8</b>	<b>9,4</b>	<b>8,0</b>	<b>-14,8</b>	<b>9,1</b>
Paraná	8,9	9,5	6,6	9,5	8,2	-14,3	9,2
Rio Grande do Sul	8,7	9,3	7,7	9,3	7,8	-16,0	9,0
Santa Catarina	9,1	9,6	5,7	9,5	8,1	-14,6	9,3
<b>SUL</b>	<b>9,0</b>	<b>9,5</b>	<b>6,0</b>	<b>9,7</b>	<b>8,5</b>	<b>-12,4</b>	<b>9,2</b>
Distrito Federal	9,0	9,6	6,5	10,1	8,9	-11,6	9,3
Goiás	8,3	9,2	10,7	9,5	8,3	-12,6	8,8
Mato Grosso do Sul	8,2	8,6	4,8	9,1	7,7	-14,6	8,4
Mato Grosso	8,2	8,8	7,5	9,3	8,0	-13,6	8,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>8,4</b>	<b>9,1</b>	<b>8,3</b>	<b>9,5</b>	<b>8,3</b>	<b>-12,6</b>	<b>8,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>8,1</b>	<b>8,8</b>	<b>8,6</b>	<b>9,3</b>	<b>7,7</b>	<b>-16,7</b>	<b>8,5</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Analisando os anos de estudo segundo o sexo dos jovens, temos novamente níveis mais elevados entre as mulheres que, com uma média nacional de 8,8 anos de estudo, superam os 8,1 anos de estudo que apresentam os homens. As diferenças são menores nas regiões Sul e Sudeste (entre 6 e 7% de diferença favorável às mulheres) e maiores no Nordeste (14,3%) e no Norte (8,2%). É um fenômeno que se repete em todas as regiões e em todas as unidades do país. Os extremos vão de Piauí, com uma diferença de acima de 22%, até São Paulo, que apresenta uma diferença bem menor: 4,4%, também favorável ao sexo feminino.

Analisando as diferenças por raça/cor, podemos observar os seguintes fenômenos:

- 
- As diferenças de anos de estudo entre brancos e negros ainda são largas: 1,5 ano de estudo, o que representa 16,7% menos de escolaridade entre os negros – 7,7 anos de estudo – quando comparada à dos brancos – 9,3 anos.
- As diferenças são constantes e mais ou menos semelhantes em todas as regiões.
- As maiores diferenças registram-se em Alagoas – 21,8% – e Piauí – 18,9%. As menores, em São Paulo – 9,9% –, no Acre – 8,9% – e em Rondônia – 4,6%.

A tabela 3.4.2 permite verificar a evolução histórica dos anos de estudo dos jovens no quinquênio decorrido desde o primeiro relatório.

Tabela 3.4.2

Evolução dos Anos de Estudo dos Jovens

Segundo regiões e Unidades da Federação. 2001/2006

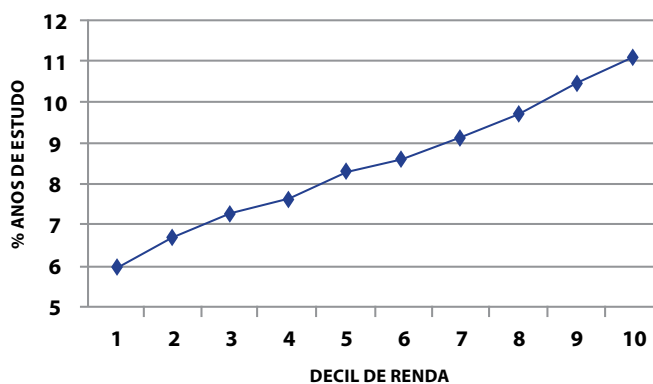
UF/REGIÃO	Anos de			Dif. % 2001-03	Dif. % 2003-06	Dif. % 2001-06
	2001	2003	2006			
Acre	7,0	7,6	8,4	8,5	10,0	19,4
Amazonas	7,2	8,0	8,6	10,5	7,1	19,0
Amapá	8,2	8,3	8,9	0,8	7,1	8,4
Pará	6,6	7,2	7,7	8,9	7,0	16,8
Rondônia	7,1	7,7	8,4	8,5	8,4	17,6
Roraima	7,3	8,3	8,8	13,9	6,4	20,9
Tocantins	6,8	7,3	8,0	7,4	9,3	17,4
<b>NORTE</b>	<b>6,9</b>	<b>7,5</b>	<b>8,1</b>	<b>9,0</b>	<b>8,0</b>	<b>17,4</b>
Alagoas	4,9	5,4	6,3	11,2	17,4	29,4
Bahia	6,0	6,7	7,4	11,1	10,6	23,5
Ceará	6,4	7,1	7,9	10,9	11,3	23,5
Maranhão	5,7	6,4	7,0	12,2	9,2	22,6
Paraíba	5,4	6,4	6,9	17,6	8,1	28,2
Pernambuco	6,3	6,7	7,4	6,1	10,3	17,3
Piauí	5,5	6,1	7,1	10,5	15,9	28,5
Rio Grande do Norte	6,6	6,9	7,7	4,2	11,3	16,4
Sergipe	6,3	6,8	7,4	8,1	8,5	17,1
<b>NORDESTE</b>	<b>6,0</b>	<b>6,6</b>	<b>7,3</b>	<b>9,9</b>	<b>11,0</b>	<b>22,1</b>
Espírito Santo	7,6	8,3	8,7	9,2	4,7	14,3
Minas Gerais	7,7	8,2	8,7	5,9	5,5	12,4
Rio de Janeiro	8,1	8,7	9,0	7,1	3,7	11,4
São Paulo	8,8	9,2	9,6	4,3	4,7	9,5
<b>SUDESTE</b>	<b>8,3</b>	<b>8,7</b>	<b>9,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>10,0</b>
Paraná	8,2	8,8	9,2	6,8	4,1	11,8
Rio Grande do Sul	8,1	8,6	9,0	6,5	4,4	10,9
Santa Catarina	8,4	8,8	9,3	4,4	6,1	11,1
<b>SUL</b>	<b>8,2</b>	<b>8,8</b>	<b>9,2</b>	<b>7,2</b>	<b>4,9</b>	<b>12,5</b>
Distrito Federal	8,3	8,9	9,3	7,1	5,0	12,6
Goiás	7,4	8,1	8,8	9,0	8,6	18,8
Mato Grosso do Sul	7,6	8,1	8,4	6,7	3,7	10,5
Mato Grosso	7,3	7,8	8,5	7,5	8,7	16,2
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>7,6</b>	<b>8,2</b>	<b>8,8</b>	<b>7,6</b>	<b>6,8</b>	<b>15,3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>7,5</b>	<b>8,0</b>	<b>8,5</b>	<b>6,4</b>	<b>6,5</b>	<b>13,6</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Um elemento que incide fortemente nas condições de escolaridade é a renda familiar dos jovens. O gráfico 3.4.1 e a tabela 3.4.3 permitem verificar que os jovens de menor renda, os que se encontram no primeiro decil, têm seis anos de estudo. Os anos de estudo aumentam progressivamente com o incremento da renda familiar até que no decil 10, dos jovens de maior renda familiar, os anos de estudo passam para 11,1, quase o dobro.

Gráfico 3.4.1

Anos de Estudo dos Jovens segundo decil de renda familiar. Brasil – 2006.



Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 3.4.3

Anos de estudo dos jovens segundo decil de renda familiar. Brasil – 2001/2006

Decil de Renda	Anos de Estudo			Dif. 2001-2006	
	2001	2003	2006	Anos	%
1º Decil	5,4	5,8	6,1	0,7	12,7%
2º Decil	5,1	5,8	6,7	1,6	32,4%
3º Decil	5,8	6,5	7,2	1,5	25,1%
4º Decil	6,4	7,0	7,7	1,3	20,3%
5º Decil	7,1	7,6	8,3	1,2	16,5%
6º Decil	7,6	8,2	8,6	1,0	13,3%
7º Decil	8,3	8,7	9,1	0,8	10,0%
8º Decil	9,1	9,3	9,8	0,7	7,8%
9º Decil	9,9	10,1	10,4	0,5	5,2%
10º Decil	11,1	11,0	11,2	0,0	0,3%
Total	7,5	7,9	8,5	1,1	14,2%

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

### 3.5 Qualidade do ensino

Evidências nacionais e internacionais permitem apontar que o Brasil, se está vencendo os desafios quantitativos da inclusão educacional de vastos contingentes de crianças e adolescentes, ainda apresenta sérios e profundos déficits na qualidade do seu ensino. Tal fato remete necessariamente às capacidades e competências para a vida e para a maturidade que a educação consegue – ou não – desenvolver nos jovens que passam pelos bancos escolares.

Já no ano de 2001, tanto estimativas do MEC<sup>31</sup> a partir dos cálculos de matrícula, quanto os levantamentos amostrais da PNAD/IBGE, afirmam igualmente que perto de 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão escolarizados. Também para a faixa jovem de acima dos 15 anos de idade, a década de 90 evidenciou expressiva expansão da escolarização, apesar dos problemas apontados nos tópicos anteriores. Esse incremento quantitativo do acesso em todos os níveis de ensino (Fundamental, Médio e Superior) determinou uma sensível melhoria na posição do país no Índice de Desenvolvimento Humano, devido aos avanços evidenciados em sua Taxa de Escolaridade Combinada (proporção da população matriculada em todos os níveis de ensino).

Mas diversas fontes também são coincidentes ao afirmar que a qualidade do aprendizado dos jovens é extremamente deficitária. Uma dessas fontes é o PISA, avaliação internacional de alunos, de 2000 e de 2003, divulgado pela OCDE<sup>32</sup>, que avaliou as competências de jovens de 15 anos de idade de 41 países, sendo trinta deles membros da OCDE e os demais, convidados<sup>33</sup>. Da América Latina, participaram Brasil, Uruguai e México. O PISA realiza avaliações das competências para a leitura, a matemática e as ciências. Nos dois ciclos, os resultados obtidos pelo Brasil o localizam nas últimas posições, quando não na última, entre os países participantes.

---

31. BRASIL. Ministério da Educação – MEC. SAEB 2001. Relatório Nacional – Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2002.

32. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA/OECD. Literacy Skills for the World of Tomorrow – Further Results From PISA 2000. UNESCO – Institute for Statistics/Organization For Economic Cooperation and Development, 2003.

OCDE. Aprender para el mundo de mañana. Resumen de Resultados. PISA 2003. Madrid, INECSE, 2004.

33. Quando da elaboração do presente estudo, ainda não tinham sido divulgados os resultados do PISA de 2006.

Também estudos do INEP<sup>34</sup>, ao reanalisarem os resultados do SAEB para os alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, chegam a conclusões extremamente preocupantes sobre a qualidade do ensino ministrado a nossos jovens. A análise divide os resultados obtidos nas provas em cinco grandes categorias: Muito Crítico, Crítico, Intermediário, Adequado e Avançado. Deve ser apontado que o nível intermediário é considerado, pelo próprio estudo, ainda insuficiente. Só o adequado marca o início da suficiência, que se aprofunda no nível avançado. As conclusões do estudo apontam que:

- Em matemática, só foram considerados adequados 2,65% dos alunos e 0,14% em estágio avançado. Intermediário: 38,85%, Crítico: 51,71% e Muito Crítico: 6,65%. Noutras palavras, acima de 97% dos alunos não tiveram uma formação adequada.
- Em língua portuguesa, foram considerados adequados 10,23% dos alunos e 0,06% em estágio avançado. Intermediário: 64,76%, Crítico: 20,08% e Muito Crítico: 4,86%. Noutras palavras, perto de 90% dos alunos não apresentaram uma formação adequada.

A proposta do presente estudo, de incluir a qualidade do ensino ministrado aos jovens entre os indicadores do IDJ, diferentemente do IDH, que só opera com os aspectos quantitativos da cobertura educacional (matrícula combinada nos três níveis de ensino), prende-se a um fato muito simples. Tão importantes quanto os aspectos quantitativos da inclusão educacional pesquisados pelo IDH são os aspectos qualitativos, notadamente os níveis de aprendizagem e de desenvolvimento de competências nos alunos. Mas nem todos, nem a grande maioria dos países, possuem sistemas de avaliação que possibilitem contar com indicadores fidedignos sobre a qualidade do ensino ministrado. Ao incluir esse aspecto, o IDH ver-se-ia limitado a um reduzido número de países.

Mas o Brasil conta com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que, desde 1990, de forma sistemática, vem avaliando a evolução da educação básica no país. Dentre os aspectos avaliados pelo Sistema, destaca-se a aferição da competência demonstrada pelos alunos, via provas independentes, em diversas áreas curriculares, notadamente língua portuguesa e matemática. Na oitava rodada do SAEB, em 2005, responderam as provas alunos da 4ª e da 8ª séries do Ensino

---

34. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do Ensino Fundamental. Brasília, INEP/MEC. 2003.

Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Para focalizar os resultados do SAEB no tema da juventude, objeto do presente estudo, foram considerados pertinentes os resultados da 3ª série do Ensino Médio e da 8ª série do Fundamental. Justifica-se a inclusão dos resultados das provas da 8ª série no cômputo do índice por dois motivos. Em primeiro lugar, apesar da idade ideal de finalização da 8ª série ser 14 anos de idade, 61% dos alunos dessa série, segundo a PNAD 2003, têm 15 anos ou mais (em 2001, essa proporção foi ainda maior: 65%). Em segundo lugar, a situação de entrada na faixa etária considerada ao longo do trabalho (15 a 24 anos) também prova ser relevante e digna de consideração.

Os resultados das provas do SAEB são divulgados numa escala de proficiência única por disciplina, que vai de 150 a 500 pontos. Assim, os resultados da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Médio se encontram na mesma escala.

Pode-se ver na tabela 3.5.1 que, entre 1995 e 2005, com poucas oscilações, registram-se contínuas quedas no desempenho dos alunos, tanto na 8ª série do Ensino Fundamental quanto na 3ª série do Ensino Médio. Há quedas significativas e preocupantes em língua portuguesa, cujas perdas giram em torno de 10% na década considerada. Menos significativas, mas ainda preocupantes, na área de matemática. E essa preocupação surge pelo fato de que, nas avaliações internacionais, o Brasil repetidamente tem evidenciado uma enorme distância na qualidade educacional dos países avançados e, inclusive, com países do terceiro mundo. O gráfico e a tabela 3.5.1 possibilitam visualizar melhor as quedas de qualidade do ensino registradas pelo SAEB desde 1995<sup>35</sup>.

Tabela 3.5.1

Proficiência dos alunos nas provas do SAEB, por série e disciplina. Brasil – 1995/2005

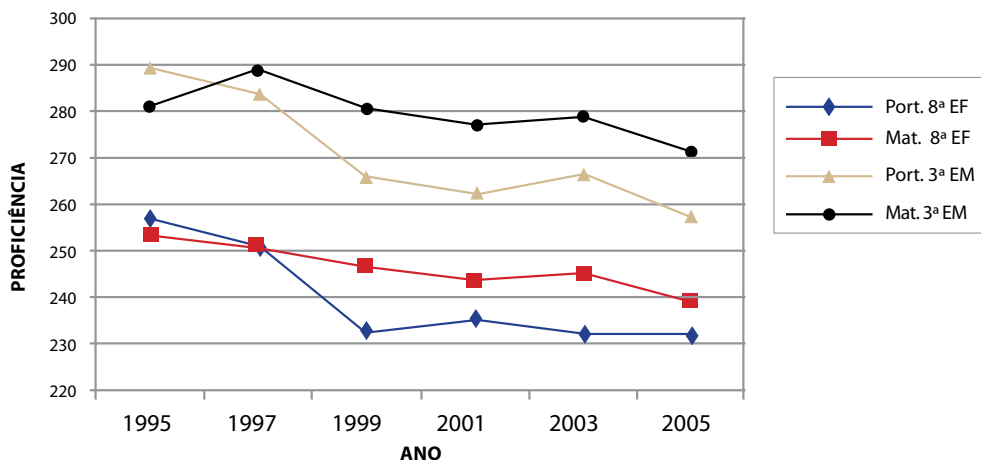
Série/Disciplina	ANO						Dif. %	Dif. %
	1995	1997	1999	2001	2003	2005	1995/2005	2001/2005
Português. 8ª EF	256,9	250,7	232,9	235,2	231,9	231,7	-9,8	-1,5
Matemáticas. 8ª EF	253,7	250,7	246,4	243,4	244,8	239,4	-5,6	-1,6
Português. 3ª EM	289,7	283,9	266,6	262,3	266,2	257,1	-11,3	-2,0
Matemática. 3ª EM	280,7	288,7	280,3	276,7	278,0	270,7	-3,6	-2,2

Fonte: DAEB/INEP/MEC

35. Nos ciclos anteriores do SAEB: 1990 e 1993 foram testadas outras séries, motivo pelo qual os resultados não são comparáveis.

Gráfico 3.5.1

Proficiência dos alunos nas provas do SAEB por série e disciplina. Brasil – 1995/2005



Podemos verificar, graficamente ou nas quantidades, a erosão acima apontada. A queda média, considerando a década 1996/2005, foi de 7,6%. Os maiores declínios registram-se em linguagem (9,8% na 8ª série do EF e 11,3% na 3ª série do EM). Já em matemática, a queda foi menor (5,6 e 3,6% respectivamente), mas ainda assim, queda. Deve-se considerar, pelo já exposto, que o ponto de partida, revelado pelas pesquisas comparativas internacionais, já era muito baixo. E longe de experimentar melhoria na qualidade do ensino ministrado aos jovens, registra-se ainda um preocupante processo de erosão.

As tabelas 3.5.2 e 3.5.3 permitem verificar a evolução das unidades federadas, a partir do ano de 1995.

Ao comparar os resultados obtidos pelo SAEB de 2005 com a situação de dez anos antes, podemos justificar a preocupação acima enunciada. É possível observar, com relação ao desempenho dos alunos em língua portuguesa, que:

- a. Como já indicado, é a que sofreu maiores perdas ao longo do tempo.
- b. As quedas aconteceram, com maior ou menor intensidade, em todas as unidades e todas as regiões.
- c. Na 8ª série, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste são as que sofreram maior impacto: 11,2, 9,0 e 9,4%, respectivamente. Individualmente, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Distrito Federal são as unidades que evidenciaram as maiores quedas: de 10% para cima.

d. Também na 3ª série do Ensino Médio as quedas foram generalizadas. Em unidades como Amazonas, São Paulo, Goiás, Rondônia e Distrito Federal as quedas foram intensas: 17,2; 14,4; 14,2; 12,2 e 12,0% na década, respectivamente.

e. Com referência à matemática, também houve deterioração nos resultados, mas de menor intensidade e não tão generalizada quanto à da língua portuguesa. Na 8ª série, a queda de desempenho na década considerada foi de 5,6%. Na 3ª série do Ensino Médio foi menor: 3,6%.

f. Na 8ª série, só três unidades federadas evidenciam ganhos bem modestos.

g. Na 3ª série do Ensino Médio, sete das 27 unidades federadas apresentam ganhos relativamente baixos na década. Só a região Sul não evidencia queda.

Tabela 3.5.2.

Desempenho dos alunos nas provas do SAEB da 8ª Série do Ensino Fundamental por Unidade da Federação e Região.  
Brasil – 1995/2005

UF/REGIÃO	Língua Portuguesa								Matemática							
	1995	1997	1999	2001	2003	2005	95/05	01/05	1995	1997	1999	2001	2003	2005	95/05	01/05
Acre	230	230	219	223	226	228	-0,7	2,6	225	228	226	223	229	227	0,7	1,6
Amapá	234	242	233	233	235	223	-4,7	-4,0	227	236	237	232	233	225	-1,0	-2,9
Amazonas	236	239	226	221	221	218	-8,0	-1,7	237	235	236	226	226	219	-7,6	-3,4
Pará	250	249	230	236	227	231	-7,6	-2,0	240	240	235	236	231	230	-4,1	-2,3
Rondônia	237	244	222	237	223	233	-1,5	-1,9	237	242	235	241	234	240	1,5	-0,1
Roraima	244	234	227	229	238	225	-8,0	-2,1	239	229	238	235	243	228	-4,7	-2,8
Tocantins	222	233	222	228	222	220	-1,1	-3,6	226	230	225	232	226	221	-2,3	-4,8
<b>Norte</b>	<b>239</b>	<b>242</b>	<b>226</b>	<b>229</b>	<b>225</b>	<b>226</b>	<b>-5,4</b>	<b>-1,6</b>	<b>235</b>	<b>236</b>	<b>234</b>	<b>232</b>	<b>229</b>	<b>227</b>	<b>-3,7</b>	<b>-2,3</b>
Alagoas	218	229	219	217	216	210	-3,5	-3,0	223	228	232	226	228	219	-2,1	-3,0
Bahia	233	248	229	226	229	225	-3,4	-0,5	234	248	240	232	236	227	-3,0	-2,2
Ceará	238	245	230	220	221	218	-8,6	-0,8	237	245	241	226	228	226	-4,8	-0,3
Maranhão	220	232	214	216	219	219	-0,6	1,3	219	226	225	223	222	218	-0,2	-2,1
Paraíba	237	242	225	225	222	220	-7,4	-2,3	238	238	236	232	228	224	-5,8	-3,4
Pernambuco	231	245	219	218	220	216	-6,7	-1,0	234	239	230	226	230	225	-3,6	-0,4
Piauí	227	244	228	229	224	221	-2,6	-3,6	232	253	239	240	239	228	-1,6	-4,7
Rio G. do Norte	241	239	223	228	221	219	-8,9	-4,0	239	242	232	234	233	226	-5,1	-3,1
Sergipe	236	238	228	227	221	231	-2,0	2,0	238	239	239	232	233	241	1,0	3,9
Nordeste	232	243	225	222	222	219	-5,3	-1,0	233	241	236	229	230	225	-3,2	-1,6
Espírito Santo	248	242	238	241	231	235	-5,4	-2,5	248	243	253	246	246	250	0,9	1,5
Minas Gerais	266	256	238	243	232	238	-10,6	-1,8	267	262	251	255	251	254	-4,6	-0,2
Rio de Janeiro	264	260	245	247	240	237	-10,2	-4,3	258	259	258	252	252	244	-5,4	-3,2
São Paulo	270	248	231	237	236	237	-12,0	0,1	264	248	247	247	254	242	-8,2	-2,1
Sudeste	267	252	235	240	235	237	-11,2	-1,2	263	253	250	250	252	246	-6,4	-1,5
Paraná	260	262	235	241	238	230	-11,5	-4,4	256	265	247	247	258	245	-4,3	-1,0
Rio Grande do Sul	269	260	242	252	246	245	-9,0	-3,1	265	255	259	260	259	258	-2,8	-1,0
Santa Catarina	257	257	242	246	243	246	-4,1	0,1	254	261	265	260	257	253	-0,5	-2,9
<b>Sul</b>	<b>263</b>	<b>260</b>	<b>239</b>	<b>246</b>	<b>242</b>	<b>239</b>	<b>-9,0</b>	<b>-3,0</b>	<b>259</b>	<b>260</b>	<b>255</b>	<b>255</b>	<b>258</b>	<b>251</b>	<b>-2,9</b>	<b>-1,5</b>
Distrito Federal	274	261	242	249	240	247	-10,0	-0,8	278	260	257	258	258	261	-6,0	1,2
Goiás	255	258	236	232	236	230	-9,7	-0,8	249	260	248	240	245	235	-5,5	-2,2
Mato Grosso do Sul	251	257	232	245	239	240	-4,5	-2,0	247	263	248	251	252	245	-0,8	-2,4
Mato Grosso	248	240	232	232	225	225	-9,4	-3,1	245	236	243	239	237	232	-5,6	-3,1
Centro-Oeste	257	255	236	237	235	233	-9,3	-1,7	254	256	249	245	246	240	-5,4	-2,1
Brasil	257	251	233	235	232	232	-9,8	-1,5	254	251	246	243	245	239	-5,6	-1,6

Fonte: DAEB/INEP/MEC

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL 2007

Tabela 3.5.3

Desempenho dos alunos nas provas do SAEB da 3ª Série do Ensino Médio por Unidade da Federação e Região.  
Brasil. –1995/2005

UF/REGIÃO	Língua Portuguesa								Matemática							
	1995	1997	1999	2001	2003	2005	95/05	01/05	1995	1997	1999	2001	2003	2005	95/05	01/05
Acre	263	256	242	247	263	253	-3,9	2,3	259	272	250	258	257	257	-0,8	-0,5
Amapá	282	259	253	253	259	253	-10,1	0,3	269	254	261	256	270	260	-3,2	1,8
Amazonas	279	257	245	241	254	231	-17,2	-4,2	268	277	253	244	256	241	-9,8	-1,1
Pará	274	278	247	253	248	243	-11,1	-3,9	262	271	252	259	256	249	-5,0	-4,1
Rondônia	293	274	259	261	260	258	-12,2	-1,2	269	268	270	275	272	271	0,8	-1,5
Roraima	267	265	240	241	257	257	-3,7	6,8	260	259	252	253	262	269	3,4	6,1
Tocantins	260	268	234	237	235	241	-7,4	1,3	264	273	246	255	247	254	-3,8	-0,5
<b>Norte</b>	<b>275</b>	<b>269</b>	<b>246</b>	<b>248</b>	<b>251</b>	<b>242</b>	<b>-11,9</b>	<b>-2,4</b>	<b>264</b>	<b>270</b>	<b>253</b>	<b>255</b>	<b>257</b>	<b>250</b>	<b>-5,3</b>	<b>-2,0</b>
Alagoas	274	269	251	247	253	244	-11,1	-1,3	270	281	265	261	261	259	-3,9	-0,7
Bahia	272	289	256	250	253	243	-10,8	-2,9	263	310	267	268	266	262	-0,4	-2,2
Ceará	268	281	259	254	263	257	-4,0	1,3	271	301	274	267	271	265	-2,2	-0,6
Maranhão	251	261	246	246	265	230	-8,2	-6,4	252	274	258	257	271	238	-5,4	-7,4
Paraíba	267	266	258	244	251	240	-10,3	-1,9	260	275	270	266	262	254	-2,4	-4,6
Pernambuco	259	277	249	245	253	249	-3,7	1,8	258	283	259	260	265	254	-1,5	-2,3
Piauí	255	280	259	259	255	248	-3,1	-4,4	252	306	274	271	263	257	1,9	-5,1
Rio G. do Norte	265	267	246	245	252	242	-8,9	-1,4	256	284	259	259	259	255	-0,4	-1,6
Sergipe	287	290	252	248	251	258	-10,1	4,1	287	305	269	267	256	269	-6,1	0,9
Nordeste	265	276	253	249	255	246	-7,4	-1,3	261	290	266	264	265	257	-1,4	-2,6
Espírito Santo	277	292	269	266	270	268	-3,4	0,7	269	298	289	281	283	282	4,8	0,7
Minas Gerais	295	316	275	267	273	268	-9,1	0,6	291	330	285	280	291	289	-0,5	3,2
Rio de Janeiro	285	270	282	273	279	256	-10,4	-6,2	274	267	293	281	282	267	-2,3	-4,9
São Paulo	305	279	268	266	268	261	-14,4	-1,8	291	276	282	280	281	273	-6,3	-2,6
Sudeste	298	283	271	267	271	262	-12,1	-1,9	287	283	284	280	283	276	-3,8	-1,5
Paraná	291	291	276	261	269	267	-8,4	2,4	288	296	294	280	292	284	-1,4	1,5
Rio Grande do Sul	306	308	281	285	286	283	-7,6	-1,0	300	325	305	310	302	306	2,2	-1,2
Santa Catarina	295	292	276	274	-	267	-9,5	-2,4	282	312	290	292	-	287	1,5	-1,9
<b>Sul</b>	<b>297</b>	<b>297</b>	<b>278</b>	<b>272</b>	<b>279</b>	<b>272</b>	<b>-8,4</b>	<b>0,1</b>	<b>290</b>	<b>310</b>	<b>297</b>	<b>293</b>	<b>299</b>	<b>292</b>	<b>0,7</b>	<b>-0,2</b>
Distrito Federal	316	304	284	283	277	278	-12,0	-1,7	319	317	299	296	293	298	-6,5	0,7
Goiás	295	292	269	262	266	253	-14,2	-3,4	282	304	285	280	273	267	-5,5	-4,7
Mato Grosso do Sul	286	291	265	275	273	273	-4,6	-0,9	275	300	285	289	284	283	2,9	-1,9
Mato Grosso	280	281	264	266	268	256	-8,7	-4,0	266	280	279	280	273	264	-0,8	-5,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>296</b>	<b>293</b>	<b>271</b>	<b>270</b>	<b>270</b>	<b>262</b>	<b>-11,7</b>	<b>-3,0</b>	<b>288</b>	<b>303</b>	<b>287</b>	<b>285</b>	<b>279</b>	<b>275</b>	<b>-4,6</b>	<b>-3,7</b>
Brasil	290	284	267	262	266	257	-11,3	-2,0	281	289	280	277	278	271	-3,6	-2,2

Fonte: DAEB/INEP/MEC.

Os questionários do SAEB também perguntam ao aluno sua cor/raça. Da mesma forma que o IBGE nos censos nacionais e na PNAD, é o próprio aluno que se auto-classifica. Seguindo também a categorização IBGE, o questionário oferece cinco alternativas: branco, pardo/mulato, negro, indígena e amarelo. Como fizemos nos itens anteriores, e pelos mesmos motivos, só consideraremos duas categorias: brancos e negros (somando nesta última pardo/mulato e negro). Os resultados obtidos pelos alunos podem ser encontrados na tabela 3.5.4.

Vemos que, quase sem exceções, em todas as unidades federadas, séries e disciplinas testadas, os brancos apresentam melhor desempenho que os negros. No cômputo geral – coluna Dif. % total, que tira a média das diferenças parciais, em poucos casos, como o do Acre, as diferenças são praticamente inexistentes. Mas em outros, como Rio de Janeiro e São Paulo, as diferenças entre brancos e negros beiram 10%.

Fato a destacar é que as regiões Norte e Nordeste apresentam bem menores diferenças do que as regiões Sudeste e Sul, onde se evidencia maior discriminação nesse quesito da qualidade do ensino ministrado.

Outro fato de destaque é que, entre 2003 e 2005, as diferenças de desempenho não só não diminuíram, mas aumentaram levemente, passando de 7,7% para 8,2%.

Dependendo da disciplina e série, as diferenças globais oscilam entre 7,2% (português da 8ª série) até 8,8% (matemática, também da 8ª série).

Tabela 3.5.4

Desempenho dos alunos nas provas do SAEB 2003/2005 por raça/cor

Segundo Regiões e Unidades da Federação

UF/ REGIÃO	8ª Matemática (EF)			8ª Português (EF)			3ª Matemática (EM)			3ª Português (EM)			Dif % total
	Branco	Negro	Dif %	Branco	Negro	Dif %	Branco	Negro	Dif %	Branco	Negro	Dif %	
Acre	228,6	226,6	0,9	231,3	227,5	1,6	257,5	257,0	0,2	246,1	245,7	0,1	0,7
Amazonas	221,0	219,6	0,6	223,7	215,7	3,7	250,8	239,3	4,8	274,8	255,8	7,4	4,1
Amapá	224,9	227,5	1,2	235,2	222,0	6,0	259,1	260,3	-0,5	252,7	250,1	1,0	1,9
Pará	235,7	228,5	3,1	237,7	229,4	3,6	252,5	247,4	2,1	286,4	265,8	7,7	4,1
Rondônia	242,0	238,5	1,5	236,4	231,1	2,3	276,4	270,5	2,2	275,3	269,3	2,2	2,0
Roraima	246,2	220,7	11,5	232,5	220,9	5,3	282,5	262,8	7,5	269,9	255,1	5,8	7,5
Tocantins	229,1	219,0	4,6	224,4	217,8	3,0	257,8	252,0	2,3	256,9	240,7	6,7	4,2
<b>NORTE</b>	<b>231,7</b>	<b>225,6</b>	<b>2,7</b>	<b>232,4</b>	<b>223,7</b>	<b>3,9</b>	<b>256,3</b>	<b>248,2</b>	<b>3,2</b>	<b>269,8</b>	<b>256,5</b>	<b>5,2</b>	<b>3,8</b>
Alagoas	226,6	215,7	5,1	213,0	209,4	1,7	266,1	256,7	3,7	270,5	252,8	7,0	4,4
Bahia	240,3	225,8	6,4	231,6	223,3	3,7	276,2	257,9	7,1	284,9	268,1	6,3	5,9
Ceará	229,1	223,9	2,3	218,8	218,2	0,3	275,7	263,9	4,5	292,9	276,0	6,1	3,3
Maranhão	223,5	217,7	2,7	222,1	219,2	1,3	245,8	237,6	3,4	275,3	258,2	6,6	3,5
Paraíba	224,4	224,7	-0,1	226,1	216,1	4,7	257,9	250,9	2,8	271,1	257,6	5,3	3,2
Pernambuco	230,0	222,2	3,5	223,4	212,1	5,3	259,7	253,6	2,4	284,6	264,4	7,6	4,7
Piauí	228,9	229,1	-0,1	222,6	219,7	1,4	272,2	256,6	6,1	286,2	277,4	3,1	2,6
Rio G. Norte	228,4	225,0	1,5	220,4	217,5	1,3	261,1	251,6	3,8	274,2	266,7	2,8	2,4
Sergipe	250,3	237,9	5,2	234,2	229,5	2,0	283,5	267,7	5,9	291,8	281,2	3,8	4,2
<b>NORDESTE</b>	<b>230,2</b>	<b>223,7</b>	<b>2,9</b>	<b>223,2</b>	<b>218,3</b>	<b>2,2</b>	<b>266,6</b>	<b>255,2</b>	<b>4,5</b>	<b>280,5</b>	<b>266,7</b>	<b>5,2</b>	<b>3,7</b>
Espírito Santo	255,3	247,5	3,2	240,7	232,4	3,6	294,9	276,1	6,8	291,6	282,7	3,1	4,2
Minas Gerais	269,8	243,1	11,0	249,9	234,5	6,6	301,9	282,8	6,7	308,0	274,6	12,2	9,1
Rio de Janeiro	261,5	237,2	10,2	250,0	228,8	9,3	283,4	258,2	9,8	299,4	268,1	11,7	10,2
São Paulo	250,6	227,0	10,4	246,8	226,1	9,2	280,3	258,9	8,3	290,6	261,3	11,2	9,8
<b>SUDESTE</b>	<b>257,0</b>	<b>234,9</b>	<b>9,4</b>	<b>247,8</b>	<b>229,6</b>	<b>7,9</b>	<b>285,3</b>	<b>266,7</b>	<b>7,0</b>	<b>297,4</b>	<b>273,5</b>	<b>8,7</b>	<b>8,3</b>
Paraná	250,2	237,8	5,2	236,9	221,9	6,8	292,8	267,4	9,5	291,5	266,9	9,2	7,7
Rio G. do Sul	264,0	244,0	8,2	246,0	240,9	2,1	308,0	297,4	3,5	304,9	281,5	8,3	5,5
Sta. Catarina	256,1	243,6	5,1	250,2	237,5	5,4	288,9	281,0	2,8	290,4	269,0	7,9	5,3
<b>SUL</b>	<b>257,2</b>	<b>240,8</b>	<b>6,8</b>	<b>243,9</b>	<b>230,5</b>	<b>5,8</b>	<b>297,4</b>	<b>278,1</b>	<b>6,9</b>	<b>296,5</b>	<b>272,7</b>	<b>8,7</b>	<b>7,1</b>
D. Federal	267,7	260,7	2,7	255,7	243,4	5,1	307,7	293,7	4,8	314,7	288,0	9,3	5,4
Goiás	246,2	230,1	7,0	234,4	228,0	2,8	282,5	259,0	9,1	297,4	273,1	8,9	7,0
Mato G. Sul	249,2	241,1	3,4	245,1	237,3	3,3	291,4	274,1	6,3	295,0	276,4	6,7	4,9
Mato Grosso	238,6	230,1	3,7	229,6	226,8	1,2	278,4	257,0	8,3	289,3	263,8	9,6	5,7
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>248,2</b>	<b>236,3</b>	<b>5,0</b>	<b>238,1</b>	<b>231,7</b>	<b>2,8</b>	<b>287,5</b>	<b>267,2</b>	<b>7,6</b>	<b>296,6</b>	<b>273,8</b>	<b>8,3</b>	<b>5,9</b>
<b>BRASIL 2005</b>	<b>251,1</b>	<b>230,8</b>	<b>8,8</b>	<b>241,6</b>	<b>225,5</b>	<b>7,2</b>	<b>283,6</b>	<b>261,0</b>	<b>8,6</b>	<b>289,0</b>	<b>266,6</b>	<b>8,4</b>	<b>8,2</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>255,7</b>	<b>236,2</b>	<b>8,3</b>	<b>241,3</b>	<b>224,5</b>	<b>7,5</b>	<b>290,3</b>	<b>267,9</b>	<b>8,4</b>	<b>275,3</b>	<b>258,2</b>	<b>6,6</b>	<b>7,7</b>

Fonte: DAEB/INEP/MEC.

Mas, que significam as diferenças que oscilam entre 7,2% – português da 8ª série – e 8,8% – nas matemática da mesma série – entre brancos e negros? Ou as diferenças encontradas entre as unidades federadas? À primeira vista, essas diferenças podem até parecer baixas ou insignificantes. Mas isso se deve ao tipo de escala de proficiência utilizada pelo SAEB. Para ver melhor o significado dessas diferenças, podemos fazer um exercício.

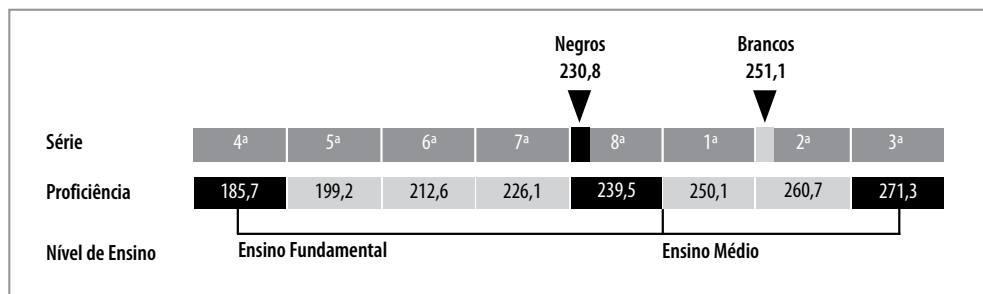
O SAEB aplica provas aos alunos em três momentos do seu ensino básico: ao finalizar a 4ª e a 8ª séries do Ensino Fundamental e ao finalizar a 3ª série do Ensino Médio. Além disso, é utilizada uma escala única por disciplina, para todas as séries. Dessa forma, todos os alunos, com independência da série que se encontram cursando, podem ser localizados na mesma escala de proficiência.

Tomando como exemplo as provas de matemática de 2005. Os alunos obtiveram na 4ª série do Ensino Fundamental, uma média nacional de 185,7; os alunos da 8ª série, uma média de 239,5 e os da 3ª série do Ensino Médio, uma média de 271,3. O SAEB não aplica provas aos alunos das restantes séries, mas podemos realizar uma estimativa dos resultados das séries intermediárias por interpolação linear. A proficiência determinada pelas provas de matemática do SAEB pode ser encontrada no gráfico a seguir, nos retângulos vermelhos com fundo amarelo. As estimativas intermediárias, nos retângulos vermelhos com fundo branco.

Temos assim que os alunos negros da 8ª série obtiveram, em 2005, uma média de 230,8. Na escala SAEB corresponderia a alunos no início da 8ª série. Os alunos brancos, com 251,1 pontos, estariam iniciando sua 2ª série do Ensino Médio. Desta forma, entre os alunos da 8ª série, entre brancos e negros medeia uma distância de quase dois anos de escolarização.

Gráfico 3.5.2

Proficiência dos alunos da 8ª série nas provas de Matemática por raça/cor. Brasil – 2005

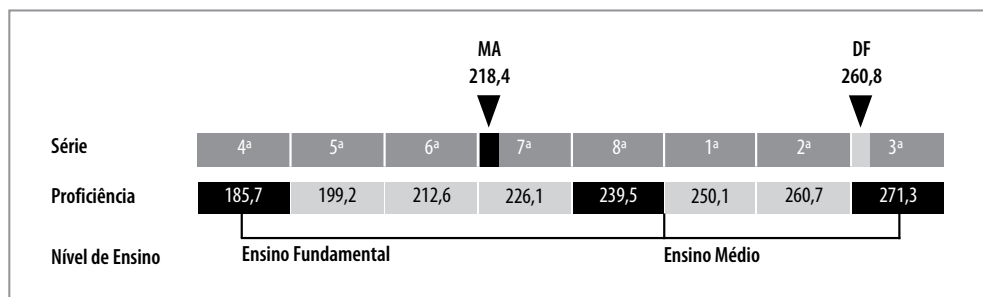


Mais significativa ainda é a distância que separa as unidades federadas. Tomando os extremos de desempenho nas provas de matemática da 8ª série do Ensino Fundamental: Maranhão e Distrito Federal, temos que, no primeiro caso, a média foi de 218,4 na escala de proficiência do SAEB de 2005. Já o Distrito Federal destacou-se com média de 260,8. Dada a escala única utilizada pelo SAEB, e os resultados nacionais obtidos na 8ª série na disciplina, teríamos que os alunos de Maranhão obtiveram resultados equivalentes aos alunos que se encontram ainda na primeira metade de sua 7ª série do Ensino Fundamental. Já os alunos do DF estariam obtendo resultados equivalentes a dos alunos que estão iniciando sua 3ª série do Ensino Médio, isto é, quase quatro anos (séries) de diferença entre os extremos geográficos. E esse diferencial de acesso ao saber socialmente acumulado vai repercutir, e grandemente, nas possibilidades de vida e no destino desses jovens.

Gráfico 3.5.3

Proficiência dos alunos da 8ª série nas provas de Matemática

Segundo Unidade da Federação. Brasil – 2005



Outro elemento que deve ser considerado também é o sexo dos alunos. Tal como verificado em relatórios anteriores e de forma quase unânime nos estudos nacionais e internacionais, as mulheres apresentam melhor disposição para as línguas e os homens, para a matemática.

Tabela 3.5.5

Desempenho dos alunos nas provas do SAEB por série e disciplina. Segundo sexo. Brasil – 2005

Sexo	8ª Série EF		3ª Série EM	
	Matemática	Português	Matemática	Português
Masculino	243,7	225,7	280,0	274,3
Feminino	236,4	238,0	264,6	278,2
Dif. %	3,1	-5,2	5,8	-1,4

Fonte: DAEB/INEP/MEC.

## 4. RENDA E ATIVIDADES

### 4.1 Renda

Um dos eixos que fundamentou a proposta do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é a noção de que níveis aceitáveis de desenvolvimento humano não se encontram atrelados, de forma necessária e direta, aos rendimentos econômicos da população. O acesso efetivo a benefícios sociais básicos, como educação, saúde e serviços de infra-estrutura, podem significar um incremento potencial da renda real que não aparece imediatamente contabilizado nos rendimentos dos indivíduos ou das famílias<sup>36</sup>. Mas se isso resulta evidente em países com longa tradição de instituições e mecanismos de seguridade social, pode-se afirmar que em países da América Latina, com acentuadas desigualdades e Estado relativamente omissivo, o nível de rendimentos econômicos ainda se encontra estreitamente relacionado às possibilidades de acesso aos referidos serviços. Nesse sentido, os estratos jovens da população formam um segmento particularmente vulnerável às condições de renda, como será visto ao longo do presente capítulo.

Os dados mais recentes disponíveis relativos à renda da juventude são os derivados da PNAD 2006. Quando contrastados com os resultados obtidos nos relatórios anteriores, em 2001 e 2003, obtém-se o quadro delineado na tabela 4.1.1.

Verifica-se que a renda familiar *per capita* da juventude brasileira, expressa em salários mínimos, caiu consideravelmente entre 2001 e 2003: de 1,46 para 1,31 salários mínimos, que representa decréscimo de 10,3%. Essa queda ocorreu, em maior ou menor medida, em todas as Unidades da Federação e regiões, salvo Paraíba, Sergipe e Espírito Santo, que apresentam variação levemente positiva.

---

36. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP); Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNPD). Definição do cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida. Disponível em: <<http://www.unpd.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias - IDH-M e ICV.pdf>>. Acesso em: 09/05/2003.

Já no ano de 2006, quando comparado com 2003, observamos que a queda da renda da família dos jovens continua, mas com ritmo mais lento que no período anterior. Efetivamente, a queda nacional foi agora de 6%, pelo que no período de 2001 a 2006 o decréscimo total foi de 15,7%<sup>37</sup>.

Percebem-se também grandes diferenças geográficas: as médias de renda familiar de jovens de Alagoas ou do Maranhão representam perto da terça parte da renda familiar dos jovens do Distrito Federal ou de São Paulo.

A renda familiar dos jovens permite formar dois grandes grupos de estados, reproduzindo os contrastes daquilo que muitos já chamaram de “dois Brasis”: de um lado, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; de outro, as regiões Norte<sup>38</sup> e Nordeste. Essa concentração regional acompanha e reforça a concentração no interior de cada estado.

Torna-se extremamente difícil responder às estatísticas internacionais<sup>39</sup> que apontam a enorme concentração de renda existente no Brasil cujo coeficiente Gini<sup>40</sup> beira a barreira de 0,60, façanha que coloca o Brasil entre os países com pior distribuição de renda do mundo.

Essa elevada concentração da renda originaria também vultoso contingente de excluídos, cuja proporção permaneceu mais ou menos constante: perto de 15% de indigentes e 34% de pobres até fim da década passada<sup>41</sup>. Mas, como se verá a seguir, essa realidade começou a mudar desde o início da presente década.

---

37. Tem que ser lembrado que, para tornar comparáveis os dados das PNAD 2001 e 2003 com a PNAD de 2006, nesta última não foram considerados os dados das áreas rurais de AC, AM, AP, PA, RO e RR, dados que começaram a ser levantados pelo IBGE recentemente, em 2004.

38. Como esclarecido na nota anterior, como na PNAD a área rural da região Norte não está representada (exceto em Tocantins), é provável que a média real dessa região seja mais baixa ainda.

39. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2006. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>

40. Coeficiente que mede o grau de concentração, neste caso, da renda, em que o valor 0,0 indica a ausência absoluta de concentração (todos os indivíduos têm a mesma renda) até o índice 1,0, no qual uma só unidade concentra toda a renda.

41. PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retratos da realidade contemporânea e estratégias de mensuração. In: HENRIQUES, Ricardo (org). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 24.

Tabela 4.1.1

Renda Familiar Per Capita, em Salários Mínimos por Unidade da Federação e Região. Brasil – 2001/2003/2006

UF/REGIÃO	RFPC – SM			Crescimento %		
	2001	2003	2006	2001/03	2003/06	2001/06
Acre	1,57	1,18	1,17	-24,8	-1,1	-25,7
Amazonas	1,05	0,99	0,93	-5,7	-5,9	-11,3
Amapá	1,26	1,14	0,96	-9,5	-15,7	-23,7
Pará	1,02	0,88	0,86	-13,7	-1,9	-15,4
Rondônia	1,32	1,26	1,36	-4,5	7,6	2,7
Roraima	1,33	1,18	1,06	-11,3	-9,8	-20,0
Tocantins	1,15	0,95	0,95	-17,4	0,1	-17,3
<b>NORTE</b>	<b>1,11</b>	<b>0,98</b>	<b>0,95</b>	<b>-11,7</b>	<b>-2,6</b>	<b>-14,0</b>
Alagoas	0,73	0,67	0,62	-8,2	-6,8	-14,5
Bahia	0,83	0,74	0,71	-10,8	-4,3	-14,7
Ceará	0,85	0,75	0,71	-11,8	-5,4	-16,5
Maranhão	0,76	0,68	0,66	-10,5	-2,6	-12,9
Paraíba	0,75	0,78	0,75	4,0	-4,3	-0,5
Pernambuco	0,88	0,76	0,76	-13,6	-0,4	-14,0
Piauí	0,75	0,70	0,78	-6,7	12,1	4,6
Rio Grande do Norte	0,91	0,78	0,80	-14,3	2,8	-11,9
Sergipe	0,91	0,92	0,85	1,1	-7,7	-6,7
<b>NORDESTE</b>	<b>0,82</b>	<b>0,74</b>	<b>0,72</b>	<b>-9,8</b>	<b>-2,2</b>	<b>-11,7</b>
Espírito Santo	1,31	1,36	1,24	3,8	-8,5	-5,0
Minas Gerais	1,30	1,19	1,22	-8,5	2,1	-6,5
Rio de Janeiro	1,83	1,81	1,62	-1,1	-10,5	-11,4
São Paulo	2,17	1,81	1,67	-16,6	-7,9	-23,2
<b>SUDESTE</b>	<b>1,85</b>	<b>1,63</b>	<b>1,53</b>	<b>-11,9</b>	<b>-6,2</b>	<b>-17,4</b>
Paraná	1,65	1,50	1,44	-9,1	-3,9	-12,6
Rio Grande do Sul	1,83	1,70	1,50	-7,1	-11,6	-17,9
Santa Catarina	1,88	1,85	1,72	-1,6	-6,9	-8,4
<b>SUL</b>	<b>1,77</b>	<b>1,65</b>	<b>1,52</b>	<b>-6,8</b>	<b>-7,8</b>	<b>-14,1</b>
Distrito Federal	2,46	2,27	2,25	-7,7	-0,9	-8,5
Goiás	1,46	1,37	1,25	-6,2	-8,9	-14,5
Mato Grosso do Sul	1,49	1,43	1,30	-4,0	-9,0	-12,7
Mato Grosso	1,54	1,28	1,20	-16,9	-6,3	-22,1
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1,67</b>	<b>1,52</b>	<b>1,43</b>	<b>-9,0</b>	<b>-6,0</b>	<b>-14,5</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1,46</b>	<b>1,31</b>	<b>1,23</b>	<b>-10,3</b>	<b>-6,0</b>	<b>-15,7</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: 2001 e 2003 a PNAD não trabalhou as áreas rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR. Para tornar comparáveis os dados de 2006, foram subtraídas as áreas rurais desses estados.

Seguindo a técnica de dividir a população brasileira em dez grandes grupos de acordo com sua renda familiar *per capita*, consegue-se verificar a evolução dos ingressos no tempo. Os resultados encontram-se sintetizados na tabela 4.1.2.

Tabela 4.1.2

Renda Familiar *per capita* em Salários Mínimos segundo Decis de Renda. Brasil – 2001/2003/2006

Decil de Renda	RFPC – SM			Crescimento %		
	2001	2003	2006	2001/03	2003/06	2001/06
1º Decil	0,07	0,08	0,14	17,1	78,5	109,0
2º Decil	0,25	0,25	0,29	-0,3	15,7	15,3
3º Decil	0,40	0,38	0,41	-4,8	7,2	2,1
4º Decil	0,56	0,52	0,53	-6,2	0,4	-5,8
5º Decil	0,75	0,69	0,67	-7,9	-2,8	-10,5
6º Decil	0,97	0,90	0,84	-7,9	-6,1	-13,5
7º Decil	1,28	1,16	1,07	-9,4	-7,6	-16,3
8º Decil	1,82	1,60	1,45	-11,8	-9,8	-20,5
9º Decil	2,97	2,45	2,17	-17,4	-11,6	-27,0
10º Decil	7,90	6,12	5,56	-22,5	-9,1	-29,6
Total	1,46	1,31	1,23	-10,1	-6,6	-16,1

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: 2001 e 2003 a PNAD não trabalhou as áreas rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR. Para tornar comparáveis os dados de 2006, foram subtraídas as áreas rurais desses estados.

Dois fatos têm destaque imediato nessa tabela 4.1.2.

- a. Em primeiro lugar, a perda do poder aquisitivo da renda familiar no período considerado, bem maior entre 2001 e 2003, quando a queda foi de 10,1% em dois anos, do que no período 2003/2006, quando essa queda foi de 6,6% em três anos.
- b. Em segundo lugar, e bem significativo, que apesar das perdas globais, os setores de menor renda familiar obtiveram ganhos expressivos. No primeiro decil, que concentra 10% da população mais pobre, a renda familiar *per capita* em salários mínimos cresceu 17,1% entre 2001 e 2003. Já entre 2003 e 2006, o crescimento foi bem maior: 78,5%. Assim, o incremento total no período desse primeiro decil foi de 109%, mais que duplicando o poder aquisitivo dessa faixa. Com intensidade bem menor, o mesmo acontece com o segundo decil, com crescimento total de 15,3%. Já no terceiro decil, observa-se certa estagnação, e a partir do quarto decil, a população vai perdendo poder aquisitivo de forma progressiva em função de seu nível de renda: quanto maior a renda, maior a perda.

Esse fenômeno – queda nos ingressos médios do brasileiro e processo de desconcentração da renda em virtude da melhoria de ingressos nos setores mais pobres – já tinha sido destacado em nosso relatório anterior.

No comparativo entre 2001 e 2003, por um lado (...) houve queda da renda familiar, quando expressa em salários mínimos *per capita*, de 10,2%. Por outro lado (...) também houve uma queda dos níveis de concentração de renda (...) no primeiro decil, houve um aumento da renda de 17,1%, a partir desse decil, houve quedas progressivas, até que, no decil 10 as perdas na renda foram de 22,5%.

Também uma longa série de estudos verifica e aprofunda a análise desse fenômeno. Num estudo de grande fôlego recentemente organizado pelo IPEA, encontramos a exaustiva análise da situação acima verificada.

Entre 2001 e 2005, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua, atingindo, em 2005, o nível mais baixo dos últimos 30 anos. O coeficiente de Gini declinou quase 5%, e a razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres, mais de 20%. Essa redução na desigualdade contribuiu para diminuir substancialmente a pobreza e melhorar as condições de vida da população mais carente, mesmo em um período de relativa estagnação da renda *per capita*. Contudo, a desigualdade no País continua extremamente elevada. Cerca de 90% dos países do mundo apresentam um grau de desigualdade inferior ao do Brasil. Portanto, é imprescindível investir em ações que favoreçam a continuidade da queda na desigualdade<sup>42</sup>.

Quais seriam os fatores que explicam esses ganhos de renda dos setores mais pobres? Os mesmos autores concluem:

As estimativas obtidas mostraram que dentre os determinantes (...) dois foram fundamentais para explicar a redução na desigualdade de renda *per capita* ocorrida entre 2001 e 2005: a renda não derivada do trabalho e a renda derivada do trabalho por trabalhador. A contribuição da renda não derivada do trabalho situou-se entre 42% e 48%, ao passo que a contribuição da renda derivada do trabalho

---

42. PAES DE BARROS, Ricardo; et alii. Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira. In PAES DE BARROS, Ricardo; FOGUEL Miguel Nathan & ULYSSEA Gabriel (Orgs). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Volume 1. Brasília: IPEA, 2007.

por trabalhador situou-se entre 32% e 46%. A associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto contribuiu adicionalmente com cerca de 10% para a queda na desigualdade<sup>43</sup>.

Uma das técnicas mais simples para ponderar o grau de concentração de renda é a de relacionar grupos de ingresso extremos. Existem diversas formas de agrupamento que podem ser utilizados para tal fim. Nos relatórios anteriores utilizamos a relação entre os ingressos dos 50% de menor renda e os 10% de maior renda. Mas como o fenômeno atual nos remete a ganhos nos primeiros dois decis de renda, e as maiores perdas se registram nos dois decis de maior renda, julgou-se conveniente relacionar esses dois grupos – o 20% superior e o inferior – por ser um mecanismo mais sensível para a detecção das mudanças observadas no período.

Os resultados desse procedimento, para as várias unidades federadas e regiões, podem ser encontrados na tabela 4.1.3.

---

43. Nos mecanismos de renda não derivada do trabalho, os autores referenciam as transferências de renda, via três mecanismos diferenciados: (a) as pensões e aposentadorias públicas; (b) o Benefício de Prestação Continuada (BPC), programa federal que repassa bolsa auxílio de um salário mínimo para cada idoso ou pessoa com deficiência cadastrado, pertencente a famílias com renda média mensal por pessoa até  $\frac{1}{4}$  SM; e (c) os benefícios do Bolsa Família e outros programas similares, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Escola.

Tabela 4.1.3

Renda Familiar *per capita* em SM dos jovens por grupos de renda Segundo Unidade da Federação e Região.  
Brasil – 2001/2003/2006

UF/REGIÃO	Renda Familiar <i>per capita</i> em Salários Mínimos									Crescimento %		
	2001			2003			2006			2001/2003	2003/2006	2001/2006
	20% Inferior	20% Superior	Relação	20% Inferior	20% Superior	Relação	20% Inferior	20% Superior	Relação			
Acre	0,15	6,14	42,0	0,15	3,92	25,6	0,21	3,77	18,4	-38,9	-28,4	-56,2
Amazonas	0,16	4,08	25,8	0,16	4,11	26,4	0,23	3,14	13,7	2,4	-48,3	-47,1
Amapá	0,08	3,85	50,3	0,16	4,08	25,6	0,25	2,91	11,7	-49,0	-54,3	-76,7
Pará	0,16	4,42	27,2	0,17	3,80	22,2	0,24	3,45	14,6	-18,5	-34,2	-46,4
Rondônia	0,19	4,41	23,1	0,18	3,73	21,0	0,22	4,06	18,2	-9,4	-13,2	-21,4
Roraima	0,15	3,92	25,7	0,17	3,45	20,2	0,24	3,36	13,8	-21,5	-31,5	-46,2
Tocantins	0,17	6,31	36,5	0,18	3,86	21,4	0,22	3,82	17,7	-41,4	-17,4	-51,6
<b>NORTE</b>	<b>0,16</b>	<b>4,55</b>	<b>28,2</b>	<b>0,17</b>	<b>3,88</b>	<b>23,2</b>	<b>0,23</b>	<b>3,49</b>	<b>15,1</b>	<b>-18,0</b>	<b>-34,8</b>	<b>-46,5</b>
Alagoas	0,17	5,02	30,4	0,17	4,10	24,0	0,20	4,76	24,3	-21,0	1,2	-20,1
Bahia	0,16	4,81	29,3	0,18	4,21	24,0	0,21	3,54	16,8	-18,1	-29,9	-42,6
Ceará	0,16	5,16	31,8	0,17	4,26	25,0	0,20	3,50	17,3	-21,5	-30,8	-45,7
Maranhão	0,18	4,05	22,6	0,18	4,45	25,4	0,20	4,53	23,1	12,3	-9,2	2,0
Paraíba	0,18	4,54	25,6	0,17	4,27	24,5	0,21	3,89	18,3	-4,1	-25,2	-28,3
Pernambuco	0,17	4,77	28,8	0,16	4,09	25,2	0,21	4,10	19,4	-12,4	-23,1	-32,6
Piauí	0,16	4,28	27,5	0,15	4,54	30,1	0,20	5,01	25,6	9,3	-14,9	-6,9
Rio Grande do Norte	0,16	4,96	30,4	0,17	3,83	22,6	0,22	3,40	15,5	-25,7	-31,4	-49,0
Sergipe	0,16	4,42	28,4	0,16	4,19	26,3	0,22	3,66	16,4	-7,2	-37,7	-42,2
<b>NORDESTE</b>	<b>0,17</b>	<b>4,71</b>	<b>28,3</b>	<b>0,17</b>	<b>4,21</b>	<b>24,8</b>	<b>0,21</b>	<b>3,88</b>	<b>18,8</b>	<b>-12,4</b>	<b>-24,2</b>	<b>-33,5</b>
Espírito Santo	0,16	4,83	29,6	0,17	4,12	24,3	0,22	3,53	15,7	-17,8	-35,2	-46,7
Minas Gerais	0,15	4,51	29,2	0,18	3,99	22,7	0,23	3,69	15,8	-22,1	-30,5	-45,9
Rio de Janeiro	0,13	4,89	37,5	0,16	4,53	28,7	0,23	4,19	18,2	-23,5	-36,6	-51,5
São Paulo	0,12	4,98	43,2	0,13	4,13	31,8	0,22	3,74	16,8	-26,2	-47,2	-61,1
<b>SUDESTE</b>	<b>0,14</b>	<b>4,89</b>	<b>35,7</b>	<b>0,15</b>	<b>4,19</b>	<b>27,2</b>	<b>0,23</b>	<b>3,81</b>	<b>16,7</b>	<b>-23,8</b>	<b>-38,7</b>	<b>-53,3</b>
Paraná	0,16	4,95	31,1	0,18	3,86	21,7	0,22	3,60	16,7	-30,3	-23,1	-46,4
Rio Grande do Sul	0,15	5,02	33,2	0,16	4,20	26,5	0,21	3,48	16,9	-20,1	-36,2	-49,0
Santa Catarina	0,14	4,08	29,6	0,15	3,74	24,7	0,24	3,33	14,0	-16,7	-43,1	-52,6
<b>SUL</b>	<b>0,15</b>	<b>4,73</b>	<b>31,0</b>	<b>0,17</b>	<b>3,96</b>	<b>23,8</b>	<b>0,21</b>	<b>3,48</b>	<b>16,3</b>	<b>-23,1</b>	<b>-31,6</b>	<b>-47,4</b>
Distrito Federal	0,12	5,90	50,8	0,16	5,35	33,3	0,23	4,86	21,0	-34,5	-36,8	-58,6
Goiás	0,14	5,06	35,4	0,17	3,93	23,4	0,23	3,36	14,6	-34,0	-37,6	-58,8
Mato Grosso do Sul	0,15	4,71	30,8	0,18	4,25	24,2	0,23	3,68	16,3	-21,4	-32,5	-46,9
Mato Grosso	0,15	5,17	35,4	0,16	4,09	24,8	0,22	3,53	15,8	-29,8	-36,3	-55,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,14</b>	<b>5,29</b>	<b>37,5</b>	<b>0,17</b>	<b>4,42</b>	<b>26,4</b>	<b>0,23</b>	<b>3,90</b>	<b>17,1</b>	<b>-29,5</b>	<b>-35,2</b>	<b>-54,3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>0,16</b>	<b>4,86</b>	<b>31,0</b>	<b>0,17</b>	<b>4,15</b>	<b>25,1</b>	<b>0,21</b>	<b>3,74</b>	<b>17,5</b>	<b>-19,1</b>	<b>-30,3</b>	<b>-43,6</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: 2001 e 2003 a PNAD não trabalhou as áreas rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR. Para tornar comparáveis os dados de 2006, foram subtraídas as áreas rurais desses estados.

Essa tabela permite indicar que:

- a. No Brasil de 2006 os 20% de maior renda recebem 17,5 vezes mais ingressos que os 20% de renda inferior.
- b. Essa diferença já foi bem maior: em 2003 foi de 25,1 vezes e em 2001 de 31 vezes, o que evidencia notadamente a queda operada na concentração da renda do país.
- c. Verificamos também que, enquanto a renda do grupo inferior cresceu de 0,16 salário mínimo *per capita* em 2001 para 0,17 em 2003 (crescimento de 5,6%), os ingressos do grupo de maior renda caíram de 4,86 para 4,15 salários mínimos *per capita*, o que representa uma perda da ordem de 14,6%. Desta forma, a distância entre ambos os grupos diminuiu entre 2001 e 2003 em 19,1%.
- d. A queda operada entre 2003 e 2006 foi bem mais intensa. O grupo inferior cresceu de 0,17 salário mínimo *per capita* em 2003 para 0,21 em 2006 (crescimento de 29,4%), e os ingressos do grupo de maior renda caíram de 4,15 para 3,74 salários mínimos *per capita*, o que representa uma queda da ordem de 9,8%. Desta forma, a distância entre os grupos diminuiu, entre 2003 e 2006, em 30,3%.
- e. Tomando como referência 2001 e 2006, a queda da relação foi da ordem de 43,6%.
- f. No nível regional, observamos uma grande homogeneidade evolutiva, e também a inexistência de grandes diferenças nos graus de concentração. Os extremos, em 2006, vão da região Norte, com uma relação de 15,1 entre os grupos, até a região Nordeste, cuja relação foi de 18,8 vezes.
- g. Já em termos estaduais, podemos observar diferenças mais marcadas. Em 2006, entre o Amapá, com uma diferença de 11,7 vezes entre os grupos, até o Piauí, com uma relação de 25,6 vezes, o grau de concentração mais que duplica.

Tais diferenças de renda originam formas também diferenciadas de acesso a benefícios sociais, como saúde e educação. Conforme já vimos no capítulo correspondente, apesar da garantia constitucional de educação fundamental obrigatória e gratuita para toda a população, os jovens de menor renda familiar só conseguem completar seis anos de estudo (quando o Ensino Fundamental tem oito anos). Já os jovens de maior renda ostentam uma média de 11,1 anos de estudo, quase o dobro.

A análise dos dados disponíveis permite verificar que a cor da pele dos jovens ainda constitui um fator de discriminação. Em todas as regiões, a renda dos negros é sempre inferior à dos brancos. Isso é uma constante em todas as unidades federadas e todas as regiões. Em 2006, no nível nacional, a renda familiar *per capita* dos jovens negros é 50,6% inferior (metade) da dos brancos.

Mas são diferenças que vêm diminuindo muito lentamente ao longo do tempo. Em 2003, essa diferença já foi de 53,4% e em 2001, de 54,8%. Assim, entre 2001 e 2003, as diferenças caíram. As quedas na renda, já analisadas, afetaram em maior medida os brancos, cuja renda entre 2001 e 2006 caiu 16,2%, do que os negros, cuja renda, que já era bem menor, caiu 8,5%. Isso explica as lentas quedas nas diferenças: não uma efetiva recuperação da capacidade de ingresso dos negros, mas uma queda no ingresso dos brancos.

Alagoas, Roraima, Tocantins e Mato Grosso aparecem como os estados com maior discriminação na renda dos negros (os negros ganham menos da metade que os brancos).

Tabela 4.1.4

Renda Familiar Per Capita em SM segundo raça/cor por Unidade da Federação e Região. Brasil – 2001/2003/2006

UF/REGIÃO	Branca	Negra	Dif%
Acre	1,63	1,01	-38,0
Amazonas	1,20	0,85	-28,9
Amapá	1,18	0,88	-25,4
Pará	1,13	0,78	-31,2
Rondônia	1,81	1,11	-38,7
Roraima	1,86	0,84	-54,7
Tocantins	1,56	0,75	-52,2
<b>NORTE</b>	<b>1,32</b>	<b>0,83</b>	<b>-36,9</b>
Alagoas	1,04	0,43	-59,0
Bahia	1,02	0,64	-37,3
Ceará	0,93	0,60	-35,6
Maranhão	0,99	0,55	-44,6
Paraíba	1,04	0,58	-44,3
Pernambuco	1,06	0,60	-43,4
Piauí	1,14	0,66	-41,8
Rio Grande do Norte	1,01	0,68	-33,1
Sergipe	1,08	0,75	-30,9
<b>NORDESTE</b>	<b>1,02</b>	<b>0,61</b>	<b>-40,3</b>
Espírito Santo	1,49	1,07	-28,0
Minas Gerais	1,65	0,88	-46,4
Rio de Janeiro	2,12	1,08	-49,0
São Paulo	1,95	1,05	-46,2
<b>SUDESTE</b>	<b>1,90</b>	<b>1,00</b>	<b>-47,4</b>
Paraná	1,61	0,94	-41,8
Rio Grande do Sul	1,65	0,87	-47,1
Santa Catarina	1,80	1,20	-33,3
<b>SUL</b>	<b>1,67</b>	<b>0,95</b>	<b>-43,2</b>
Distrito Federal	3,28	1,64	-49,8
Goiás	1,57	1,03	-34,1
Mato Grosso do Sul	1,65	0,95	-42,4
Mato Grosso	1,81	0,89	-50,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1,92</b>	<b>1,10</b>	<b>-42,4</b>
<b>BRASIL 2006</b>	<b>1,67</b>	<b>0,82</b>	<b>-50,6</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>1,79</b>	<b>0,83</b>	<b>-53,4</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>1,99</b>	<b>0,90</b>	<b>-54,8</b>
<b>Dif % 2001/2006</b>	<b>-16,2</b>	<b>-8,5</b>	

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: 2001 e 2003 a PNAD não trabalhou as áreas rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR. Para tornar comparáveis os dados de 2006, foram subtraídas as áreas rurais desses estados.

Também as questões de gênero determinam diferenças nos rendimentos dos jovens. Para fazer essa análise, foi necessário mudar o foco até aqui utilizado: o da renda familiar para o da renda própria do jovem. Para isso, utiliza-se a questão 4.720 da PNAD, que levanta o valor dos rendimentos mensais das pessoas de 10 ou mais anos de idade, de qualquer origem. Engloba todos os rendimentos, de qualquer fonte (mesada, pensão alimentícia, auxílio educacional, bolsa etc.).

Para um país onde menos da metade dos jovens (49,2%) tem algum tipo de renda, incluindo nessa a mesada familiar, a proporção de homens com renda própria supera a existente entre as mulheres: 56,3% contra 42,1%. E esse é um fenômeno universal, que se repete em maior ou menor medida, em todas as unidades federadas e grandes regiões.

Em conformidade com o padrão de distribuição de renda visto anteriormente, a proporção de jovens com renda própria é menor nos estados do Norte e do Nordeste, em torno de 44%, do que nas restantes regiões, com acima de 50%.

Os menores índices de mulheres com rendimentos próprios podem ser encontrados em Alagoas e Amapá, onde em torno de 30% das mulheres têm rendimentos. A maior proporção feminina se observa em Santa Catarina, com 52,5% das mulheres evidenciando renda própria. Mas em todos os casos, as disparidades entre homens e mulheres são significativas.

Não só existe disparidade nas proporções, mas também nos montantes. Na mesma situação de ter renda própria, a média de renda entre os homens foi de R\$ 442,09, e a das mulheres, de R\$ 370,06. Isso significa que a renda das mulheres jovens foi 16,3% inferior à renda dos homens.

TABELA 4.1.6

Proporção (%) e Renda Média de jovens com renda própria.

Segundo sexo por Unidade da Federação e Região. Brasil. 2003

UF/ REGIÃO	Proporção (%)			Renda Média (R\$)		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Acre	45,5	39,3	42,2	378,2	273,8	327,6
Amazonas	46,7	33,7	40,3	447,6	389,0	423,2
Amapá	49,5	30,8	39,9	439,2	346,9	402,3
Pará	54,9	34,2	44,2	364,5	269,3	326,4
Rondônia	50,8	35,3	42,7	473,2	342,6	416,6
Roraima	45,8	44,0	44,9	366,4	290,6	329,0
Tocantins	61,6	49,5	55,7	344,1	280,2	316,5
<b>NORTE</b>	<b>52,5</b>	<b>35,9</b>	<b>44,0</b>	<b>392,1</b>	<b>304,8</b>	<b>355,7</b>
Alagoas	41,4	29,6	35,5	294,1	217,4	262,1
Bahia	52,4	37,5	45,0	281,1	240,8	264,6
Ceará	50,0	41,1	45,6	279,1	217,5	251,4
Maranhão	51,2	36,2	43,7	261,4	208,5	239,5
Paraíba	44,7	39,1	42,0	251,6	199,6	228,5
Pernambuco	49,4	33,6	41,6	309,8	253,9	287,4
Piauí	49,6	34,5	41,7	202,2	172,7	189,6
Rio G. do Norte	53,0	36,3	44,7	279,6	220,6	255,8
Sergipe	51,0	37,1	44,1	297,4	217,3	264,1
<b>NORDESTE</b>	<b>50,0</b>	<b>36,7</b>	<b>43,4</b>	<b>277,6</b>	<b>224,5</b>	<b>255,3</b>
Espírito Santo	57,7	45,0	51,5	452,5	372,7	418,7
Minas Gerais	61,6	46,7	54,2	397,4	309,3	359,6
Rio de Janeiro	48,9	38,3	43,6	508,8	471,1	492,2
São Paulo	61,1	46,3	53,8	577,2	500,7	544,8
<b>SUDESTE</b>	<b>58,9</b>	<b>44,9</b>	<b>51,9</b>	<b>513,8</b>	<b>439,4</b>	<b>482,1</b>
Paraná	61,7	50,3	56,1	531,6	432,5	487,7
Rio Grande do Sul	61,3	46,8	54,3	506,6	422,8	471,4
Santa Catarina	67,9	52,5	60,0	556,7	462,8	514,9
<b>SUL</b>	<b>62,9</b>	<b>49,5</b>	<b>56,3</b>	<b>527,7</b>	<b>436,4</b>	<b>488,0</b>
Distrito Federal	52,4	45,3	48,8	655,5	540,9	600,9
Goiás	63,9	44,5	54,0	446,5	354,5	407,8
Mato Grosso do Sul	62,0	44,2	53,2	459,5	372,4	423,7
Mato Grosso	58,0	39,0	48,7	531,3	416,4	486,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>60,1</b>	<b>43,4</b>	<b>51,7</b>	<b>501,2</b>	<b>406,9</b>	<b>461,3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>56,3</b>	<b>42,1</b>	<b>49,2</b>	<b>442,1</b>	<b>370,1</b>	<b>411,5</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Esses dados referentes à capacidade dos jovens de gerar rendimentos são ilustrativos, uma vez que representam, de uma forma ou de outra, a perspectiva de independência e de autonomização financeira. Vale salientar ainda que possuir renda própria, em contextos em que a desigualdade de gênero ainda impera, constitui inquestionável fator de liberdade e poder decisório para as mulheres no interior dos grupos familiares. Além disso, a situação de “sem renda própria” potencializa entre os jovens, particularmente entre os mais pobres, situações de extrema vulnerabilidade.

## 4.2 Ocupação e atividades

Como já foi indicado nos capítulos iniciais, sob o título de “atividade” consideram-se as ocupações do jovem, definidas pela sociedade como legítimas e necessárias para a juventude desempenhar. Esse entendimento é consequência do conceito de juventude aqui adotado, como fase de transição, em que cada sociedade define um tempo socialmente necessário para a transformação dos jovens “dependentes” em “adultos” autônomos e produtivos. As formas de ocupação de seu tempo, portanto, não estão restritas ao trabalho, mas fundamentalmente à preparação e ao aprendizado para o cumprimento dos papéis de adulto na sociedade.

Como fora mencionado nas Notas Técnicas, serão operacionalizadas quatro grandes categorias ocupacionais: jovens que só estudam, que conciliam estudo e trabalho, que só trabalham e que não trabalham nem estudam. Como evidenciarão os dados, o volumoso contingente de jovens que não trabalham nem estudam não pode deixar de ser visto com enorme preocupação, perante os riscos que essa situação acarreta.

### **JUVENTUDE E TRABALHO: UM CAMPO POLÊMICO<sup>44</sup>**

Várias fontes alertam para a situação de vulnerabilidade dos jovens quanto ao trabalho, sendo esse um dos contingentes populacionais que apresenta algumas das mais altas taxas de desemprego e de subemprego no país, já que enfrenta problemas singulares quanto à primeira inserção no mercado, considerando o requisito da experiência prévia. É também uma população que vem exigindo novos enfoques da educação profissionalizante, novos olhares sobre qualificação profissional, especialmente nas famílias mais pobres. De fato, as mudanças no mundo do trabalho, a desregulamentação e a flexibilização da economia

---

44. CASTRO, Mary et alii. Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001, p. 43.

demandariam habilidades, nem sempre disponíveis aos jovens de setores populares - como conhecimentos em informática e línguas estrangeiras - isso em um contexto de diminuição dos postos de trabalho para grande parte da população.

Por outro lado, trabalho e juventude são campos de polêmica, inclusive no meio internacional, não havendo consenso sobre a propriedade da inserção no mercado de trabalho quando se trata de uma população que, em princípio, deveria estar dedicada aos estudos (...).

MARY CASTRO – DEMÓGRAFA E PESQUISADORA.

No Brasil de 2006, a proporção de jovens que frequenta escola (46,9%) é levemente inferior à dos que trabalham (51%). Com referência a trabalho, destaca-se a região Sul, com 57,5% dos jovens com ocupação remunerada, especialmente Santa Catarina, onde 61,9% dos jovens encontram-se inseridos no mercado de trabalho. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ostentam taxas levemente superiores de jovens trabalhando – acima de 50% – do que as regiões Norte e Nordeste, com menos de 48%. Se em Santa Catarina mais de 60% dos jovens encontra-se trabalhando, em Alagoas e Amazonas, esse índice situa-se em torno de 40%.

Desagregando situações, pode-se perceber pela mesma tabela que a proporção de jovens que consegue só estudar (29,1%) é levemente inferior à que só trabalha (33,2%). Uma proporção bem menor – 17,7% – consegue conciliar estudo e trabalho, e 19,9% não trabalham nem estudam. Se essa última parcela parece baixa à primeira vista, quantitativamente resulta altamente preocupante. São aproximadamente sete milhões de jovens que têm o futuro em risco, vulnerabilizados pela sua realidade, como será visto mais adiante.

Tabela 4.2.1

Estrutura ocupacional dos jovens por regiões e Unidade da Federação (%). Brasil. 2006

UF/REGIÃO	Estuda	Trabalha	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
Acre	49,2	45,6	31,7	17,5	28,1	22,7
Amazonas	50,7	41,7	34,8	16,0	25,7	23,5
Amapá	55,6	38,6	42,7	13,0	25,6	18,8
Pará	44,9	48,9	27,9	16,9	31,9	23,2
Rondônia	42,6	49,9	27,0	15,5	34,3	23,1
Roraima	44,9	53,6	25,8	19,1	34,5	20,6
Tocantins	49,9	53,9	26,8	23,1	30,8	19,3
<b>NORTE</b>	<b>47,0</b>	<b>47,4</b>	<b>30,0</b>	<b>17,0</b>	<b>30,3</b>	<b>22,6</b>
Alagoas	48,9	39,4	34,1	14,8	24,7	26,4
Bahia	48,0	49,1	29,2	18,9	30,2	21,8
Ceará	45,8	49,1	28,8	16,9	32,1	22,1
Maranhão	48,4	46,5	30,7	17,6	28,9	22,7
Paraíba	48,6	48,6	29,6	19,0	29,6	21,8
Pernambuco	47,0	45,9	30,2	16,8	29,1	23,8
Piauí	53,1	54,1	29,3	23,8	30,3	16,6
Rio Grande do Norte	43,9	46,3	28,8	15,1	31,2	24,9
Sergipe	51,1	48,2	33,2	17,9	30,3	18,6
<b>NORDESTE</b>	<b>47,8</b>	<b>47,8</b>	<b>29,9</b>	<b>17,9</b>	<b>29,9</b>	<b>22,3</b>
Espírito Santo	42,1	56,9	24,1	18,0	38,9	19,0
Minas Gerais	45,5	54,5	27,9	17,7	36,8	17,7
Rio de Janeiro	54,3	41,4	39,5	14,8	26,7	19,1
São Paulo	44,8	53,6	27,9	16,9	36,7	18,5
<b>SUDESTE</b>	<b>46,6</b>	<b>51,8</b>	<b>29,8</b>	<b>16,8</b>	<b>35,0</b>	<b>18,4</b>
Paraná	44,4	55,8	25,4	19,0	36,8	18,9
Rio Grande do Sul	44,7	56,6	25,5	19,2	37,4	17,9
Santa Catarina	47,9	61,9	23,4	24,5	37,4	14,7
<b>SUL</b>	<b>45,3</b>	<b>57,5</b>	<b>25,0</b>	<b>20,3</b>	<b>37,2</b>	<b>17,6</b>
Distrito Federal	54,1	44,4	38,0	16,1	28,3	17,6
Goiás	46,3	53,8	27,4	18,9	34,9	18,9
Mato Grosso do Sul	44,5	54,7	25,4	19,1	35,6	19,9
Mato Grosso	45,2	51,4	26,3	18,9	32,4	22,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>47,2</b>	<b>51,6</b>	<b>28,8</b>	<b>18,4</b>	<b>33,2</b>	<b>19,6</b>
<b>BRASIL</b>	<b>46,9</b>	<b>51,0</b>	<b>29,1</b>	<b>17,7</b>	<b>33,2</b>	<b>19,9</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Analisando os dados da tabela 4.2.1 em termos regionais, descobre-se uma primeira situação paradoxal: os estados das regiões mais pobres, com maiores problemas educacionais, apresentam índices semelhantes, e até levemente melhores, de jovens que só estudam do que os das regiões Sul e Sudeste. E isso se deve, como foi visto no capítulo 3, à presença, nesses estados, de grandes contingentes de jovens cursando ainda o Ensino Fundamental, fato que nos estados das regiões Sul e Sudeste acontece em menor medida.

A tabela 4.2.2 permite divisar uma panorâmica da evolução da situação ocupacional dos jovens desde 2001. Novamente deve ser apontado que, para tornar comparáveis os dados das diferentes PNAD, que começou a coletar os dados da zona rural da região Norte só a partir de 2004, os dados de 2006 foram considerados sem a zona rural desses estados.

Vários fatos devem ser destacados:

- a. Entre os anos de 2001 e 2003, praticamente não aconteceram mudanças na estrutura ocupacional.
- b. Já entre 2003 e 2006, diminui levemente a proporção de jovens que só estuda, que estuda e trabalha e que não estuda nem trabalha, aumentando concomitantemente (acima de 6%) a proporção de jovens que só trabalha.
- c. Em termos regionais, e pelos motivos já apontados no capítulo 345, as regiões Norte e Nordeste apresentam maiores proporções e maiores quedas, entre 2001 e 2006, de jovens que só estudam. Com isso, as diferenças devidas ao maior número de jovens ainda freqüentando o Ensino Fundamental no Norte/Nordeste, que já foram bem significativas em 2001, vêm se encurtando.
- d. Como já foi apontado, a única categoria que cresceu entre 2001 e 2006 é a dos jovens que só trabalham, em torno de 6,3%.
- e. Apesar de apresentarem os maiores índices de crescimento entre 2001 e 2006, as regiões Norte e Nordeste continuam evidenciando taxas de jovens que só trabalham (28,2 e 29,9%, respectivamente) bem menores que as das restantes regiões: 35 % o Sudeste; 37,2% o Sul, e 33,2% o Centro-Oeste.

---

45. Regularização do fluxo escolar.

Tabela 4.2.2

Estrutura de atividades (em %) dos jovens por regiões e Unidade da Federação. Brasil. 2001/2003/2006

UF/ REGIÃO	Estuda				Trabalha e estuda				Trabalha				Não estuda nem trabalha			
	2001	2003	2006	Δ%	2001	2003	2006	Δ%	2001	2003	2006	Δ%	2001	2003	2006	Δ%
Acre	38,3	34,5	35,0	-8,7	17,8	17,0	16,1	-9,4	23,6	25,9	25,9	9,8	20,3	22,5	23,0	13,2
Amazonas	39,4	37,8	35,7	-9,2	13,6	14,8	14,7	8,2	24,0	23,5	24,9	4,1	23,1	24,0	24,6	6,6
Amapá	48,5	42,9	43,7	-10,0	9,9	14,1	13,1	32,7	16,1	20,3	25,0	55,1	25,5	22,7	18,2	-28,5
Pará	34,9	32,5	31,7	-9,0	16,2	18,8	15,8	-2,4	25,8	27,7	29,0	12,3	23,2	21,0	23,5	1,6
Rondônia	29,6	29,6	31,0	4,8	14,0	17,9	16,4	17,3	31,8	30,0	30,9	-2,9	24,6	22,6	21,7	-11,9
Roraima	36,5	34,6	25,2	-30,9	16,3	16,5	20,2	24,3	27,8	30,4	32,3	16,0	19,4	18,5	22,3	14,7
Tocantins	25,9	28,3	26,8	3,5	26,6	22,9	23,1	-13,1	30,4	29,3	30,8	1,3	17,1	19,5	19,3	12,8
<b>NORTE</b>	<b>35,2</b>	<b>33,6</b>	<b>32,6</b>	<b>-7,3</b>	<b>16,4</b>	<b>17,9</b>	<b>16,4</b>	<b>0,0</b>	<b>26,0</b>	<b>26,7</b>	<b>28,2</b>	<b>8,6</b>	<b>22,4</b>	<b>21,7</b>	<b>22,8</b>	<b>1,6</b>
Alagoas	31,1	31,1	34,1	9,8	17,9	20,2	14,8	-17,7	27,8	25,4	24,7	-11,3	23,2	23,2	26,4	14,1
Bahia	34,0	32,4	29,2	-14,2	20,1	20,2	18,9	-6,3	26,9	28,8	30,2	12,4	19,0	18,6	21,8	14,6
Ceará	29,6	28,6	28,8	-2,6	21,3	20,0	16,9	-20,6	27,8	30,0	32,1	15,6	21,3	21,4	22,1	3,7
Maranhão	31,2	30,8	30,7	-1,4	20,2	19,2	17,6	-12,7	28,4	29,6	28,9	1,9	20,3	20,3	22,7	12,2
Paraíba	34,1	33,5	29,6	-13,3	15,6	17,9	19,0	22,4	24,7	25,3	29,6	19,5	25,6	23,2	21,8	-14,7
Pernambuco	30,5	30,2	30,2	-0,9	16,9	17,9	16,8	-0,7	29,1	28,9	29,1	0,3	23,5	23,1	23,8	1,3
Piauí	34,2	31,5	29,3	-14,4	20,7	27,2	23,8	15,3	25,6	27,2	30,3	18,1	19,5	14,1	16,6	-14,7
Rio Grande do Norte	34,6	32,2	28,8	-16,5	15,2	18,4	15,1	-0,9	25,8	24,7	31,2	20,9	24,5	24,7	24,9	1,8
Sergipe	35,2	34,4	33,2	-5,9	16,2	19,7	17,9	10,4	26,7	26,9	30,3	13,7	21,9	19,1	18,6	-14,9
<b>NORDESTE</b>	<b>32,4</b>	<b>31,3</b>	<b>29,9</b>	<b>-7,5</b>	<b>18,9</b>	<b>19,8</b>	<b>17,9</b>	<b>-5,4</b>	<b>27,3</b>	<b>28,3</b>	<b>29,9</b>	<b>9,4</b>	<b>21,4</b>	<b>20,7</b>	<b>22,3</b>	<b>4,1</b>
Espírito Santo	26,2	28,3	24,1	-7,9	16,4	16,7	18,0	9,4	35,7	35,4	38,9	8,9	21,7	19,6	19,0	-12,3
Minas Gerais	27,9	28,1	27,9	-0,1	16,0	17,2	17,7	10,6	35,1	34,5	36,8	4,8	21,0	20,2	17,7	-15,9
Rio de Janeiro	37,1	39,7	39,5	6,5	13,7	13,6	14,8	7,9	27,7	26,8	26,7	-3,9	21,5	20,0	19,1	-11,3
São Paulo	29,7	30,3	27,9	-6,2	18,3	16,5	16,9	-7,3	33,4	33,0	36,7	9,9	18,6	20,2	18,5	-0,7
<b>SUDESTE</b>	<b>30,5</b>	<b>31,4</b>	<b>29,8</b>	<b>-2,2</b>	<b>16,8</b>	<b>16,2</b>	<b>16,8</b>	<b>0,1</b>	<b>32,9</b>	<b>32,4</b>	<b>35,0</b>	<b>6,5</b>	<b>19,9</b>	<b>20,1</b>	<b>18,4</b>	<b>-7,5</b>
Paraná	23,6	25,7	25,4	7,7	20,5	21,2	19,0	-7,0	35,9	35,8	36,8	2,4	20,1	17,4	18,9	-6,0
Rio Grande do Sul	25,8	27,9	25,5	-1,3	20,6	20,1	19,2	-6,8	36,4	35,4	37,4	2,7	17,2	16,6	17,9	4,3
Santa Catarina	25,2	25,8	23,4	-7,2	23,2	24,2	24,5	5,6	37,8	36,6	37,4	-1,2	13,7	13,4	14,7	7,2
<b>SUL</b>	<b>24,8</b>	<b>26,6</b>	<b>25,0</b>	<b>0,6</b>	<b>21,1</b>	<b>21,4</b>	<b>20,3</b>	<b>-3,8</b>	<b>36,5</b>	<b>35,8</b>	<b>37,2</b>	<b>1,7</b>	<b>17,5</b>	<b>16,2</b>	<b>17,6</b>	<b>0,3</b>
Distrito Federal	36,3	38,2	38,0	4,7	18,7	14,9	16,1	-13,9	24,8	26,7	28,3	14,2	20,3	20,1	17,6	-13,0
Goiás	27,0	29,1	27,4	1,3	22,0	21,0	18,9	-14,1	31,9	31,1	34,9	9,3	19,1	18,8	18,9	-1,1
Mato Grosso do Sul	24,0	27,9	25,4	5,8	15,7	17,1	19,1	21,0	36,6	33,9	35,6	-2,7	23,6	21,2	19,9	-15,7
Mato Grosso	22,4	24,6	26,3	17,0	21,4	17,6	18,9	-11,4	33,7	35,8	32,4	-4,0	22,4	22,0	22,4	-0,2
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>27,2</b>	<b>29,6</b>	<b>28,8</b>	<b>5,7</b>	<b>20,2</b>	<b>18,5</b>	<b>18,4</b>	<b>-8,8</b>	<b>31,8</b>	<b>31,8</b>	<b>33,2</b>	<b>4,6</b>	<b>20,8</b>	<b>20,2</b>	<b>19,6</b>	<b>-5,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>30,3</b>	<b>30,7</b>	<b>29,3</b>	<b>-3,4</b>	<b>18,3</b>	<b>18,3</b>	<b>17,7</b>	<b>-3,0</b>	<b>31,2</b>	<b>31,2</b>	<b>33,1</b>	<b>6,3</b>	<b>20,2</b>	<b>19,9</b>	<b>19,9</b>	<b>-1,9</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Nota: 2001 e 2003 a PNAD não trabalhou as áreas rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR. Para tornar comparáveis os dados de 2006, foram subtraídas as áreas rurais desses estados.

Considerando a idade dos jovens, nota-se que existem profundas mudanças com o passar dos anos. Se, com 15 anos de idade, mais de 73% só estuda, e 16,4% estuda e também trabalha, verifica-se que, nessa idade, 90% dos jovens ainda se encontravam freqüentando a escola. Essa proporção vai caindo progressivamente com o passar dos anos. Com 24 anos de idade, os que só estudam se convertem em uma ínfima minoria: 5,9%. Somando os que também trabalham (11,8%), observa-se que, nessa idade, só 17,7% dos jovens encontram-se estudando.

Tabela 4.2.3

Estrutura de atividade dos jovens por idade simples e faixa etária. Brasil. 2006

Idade/Faixa	Só estuda	Trabalha e estuda	Trabalha	Não trabalha nem estuda	Total
15	73,5	16,4	3,9	6,2	100,0
16	60,2	22,5	7,2	10,2	100,0
17	49,6	24,6	12,0	13,8	100,0
18	31,3	21,6	25,9	21,2	100,0
19	22,4	18,4	35,6	23,6	100,0
20	16,4	17,1	41,8	24,7	100,0
21	13,0	16,5	45,8	24,6	100,0
22	10,5	15,1	50,3	24,1	100,0
23	8,0	13,1	53,3	25,6	100,0
24	5,9	11,8	57,2	25,1	100,0
15 a 17	61,0	21,2	7,7	10,1	100,0
18 e 19	27,0	20,0	30,6	22,4	100,0
20 a 24	10,8	14,7	49,7	24,8	100,0
Total	29,3	17,7	33,1	19,9	100,0

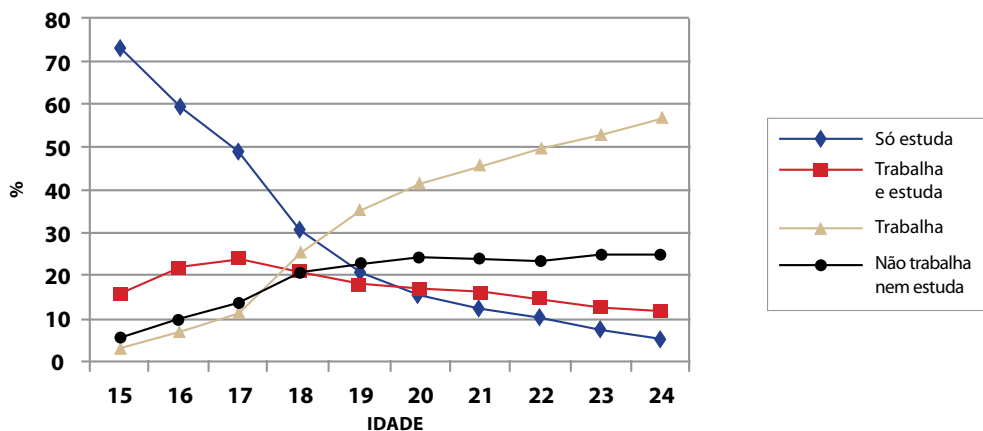
Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Inverte-se o panorama quando se observa a situação sob o prisma do trabalho. Aos 15 anos, 20,3% dos jovens encontrava-se trabalhando, uns poucos (3,9%) de forma exclusiva, a maioria (16,4%) também estudando. A proporção dos que trabalham sobe de forma drástica com a idade dos jovens de forma tal que, aos 19 anos, já é mais da metade que se encontra inserida no mercado de trabalho. Aos 24 anos de idade, essa proporção eleva-se para 69%.

Os que não trabalham nem estudam seguem um percurso semelhante. Poucos, nos 15 anos de idade (6,2%); sua incidência vai crescendo progressivamente com a idade, até que nos 24 anos sua participação ultrapassa a casa de 25%.

Gráfico 4.2.1.

Estrutura de Atividades dos Jovens por Idades Simples. Brasil. 2006



Confirma-se, por esse gráfico, o esquema de cortes etários proposto no capítulo conceitual. Em uma primeira fase, que vai dos 15 aos 17 anos, prepondera o estudo como atividade central. Entre os 18 e os 19 anos, ocorre a transição do universo educacional para o mundo laboral, que predomina decisivamente a partir dos 20 anos.

Sob o ponto de vista das modernas demandas e requisitos de inserção no mercado de trabalho, o fato de continuar os estudos, para a faixa de 15 a 17 anos, deveria ser, a princípio, a situação mais favorável e desejável em termos de futuro. Isso porque daria condições de cursar o Ensino Médio, requisito hoje considerado mínimo para a maior parte dos postos de trabalho disponíveis no mercado. Teoricamente, por volta dos 17 anos, o jovem deveria estar concluindo ou perto de concluir o Ensino Médio.

A questão das possibilidades de vida e das formas de ocupação dos jovens aparece diretamente ligada às condições e diferenças sociais, permitindo inferir, a partir delas, a estrutura de oportunidades que o contexto social oferece a seus jovens. Isso pode ser verificado se desagregarmos as formas de ocupação dos jovens segundo os níveis de renda familiar, e também segundo os possíveis determinantes de gênero. Pelos dados da tabela 4.2.4, podemos inferir que a relação entre os níveis de renda familiar e a estrutura ocupacional dos jovens não é tão simples ou imediata quanto alguns discursos ou estudos afirmam.

- a. Em primeiro lugar, verifica-se que não existe associação imediata entre a possibilidade de se dedicar exclusivamente aos estudos e os níveis de renda familiar.

Até o quinto decil, praticamente não existem diferenças na proporção de jovens que só estuda: em torno de 30%. A partir do quinto decil, até o oitavo decil inclusive, os índices caem, para aumentar novamente no nono e, de forma bem mais evidente (41,5%), no décimo decil: o das maiores rendas familiares.

b. Confirmando, os dados da PNAD 2006 permitem estabelecer a seguinte composição da renda familiar per capita e a média de anos de estudo para cada categoria de atividades dos jovens:

Só Estuda	R\$ 505,29 – 8,4 anos de estudo.
Trabalha e estuda	R\$ 528,18 – 9,2 anos de estudo.
Só trabalha	R\$ 404,86 – 8,6 anos de estudo.
Não trabalha nem estuda	R\$ 259,03 – 7,8 anos de estudo.

Jovens que trabalham e estudam têm, inclusive, melhor nível de renda familiar e de escolaridade. Já os que não trabalham nem estudam têm aproximadamente a metade de renda dos que se encontram estudando, e menor nível de escolaridade.

c. Em segundo lugar, chama a atenção o fato de que a distribuição dos que conseguem se dedicar só a estudar configura uma espécie de curva em “U” (ver gráfico 4.2.2), com maiores possibilidades nos extremos da distribuição de renda, possibilidades infinitamente maiores, evidentemente, nas rendas mais elevadas. Mas só o fato de se ter um grande equilíbrio até o sétimo decil já está a indicar a provável incidência de mais de uma década de programas sociais atrelando benefícios financeiros à permanência na escola. Em geral, boa parte da bibliografia sobre o tema propõe uma relação quase linear entre o nível de renda e as condições de estudo ou a necessidade de ingressar de forma precoce no mercado de trabalho. De forma simplificada, pode-se dizer que a visão predominante é a de que, quanto maior a renda, maior é a chance de se dedicar exclusivamente aos estudos e menor a necessidade de ter de trabalhar, de forma exclusiva ou paralelamente aos estudos. Na atualidade, não parece ser confirmado pelos dados empíricos.

d. A proporção de jovens que estuda (seja de forma exclusiva, seja combinando com trabalho) permanece quase constante, em torno de 40%, até o sétimo decil incluído. A partir desse ponto cresce rapidamente, até que no décimo a proporção de jovens que estuda chega a 64%.

e. A proporção de jovens que concilia trabalho e estudo permanece quase constante até o quarto decil incluído, em torno de 14%. A partir dessa faixa,

vai crescendo de forma constante e progressiva, até que no décimo superior a proporção eleva-se para 26,1%.

f. Com o trabalho dos jovens acontece um fenômeno marcadamente contrário, como pode ser visto no gráfico 4.2.3. A distribuição, tanto do total que trabalha quanto dos que só trabalha, assemelha-se a um U invertido, com participação mais baixa nos extremos da escala de renda.

Gráfico 4.2.2.

Jovens que estudam (%) por situação e decil de renda. Brasil – 2006

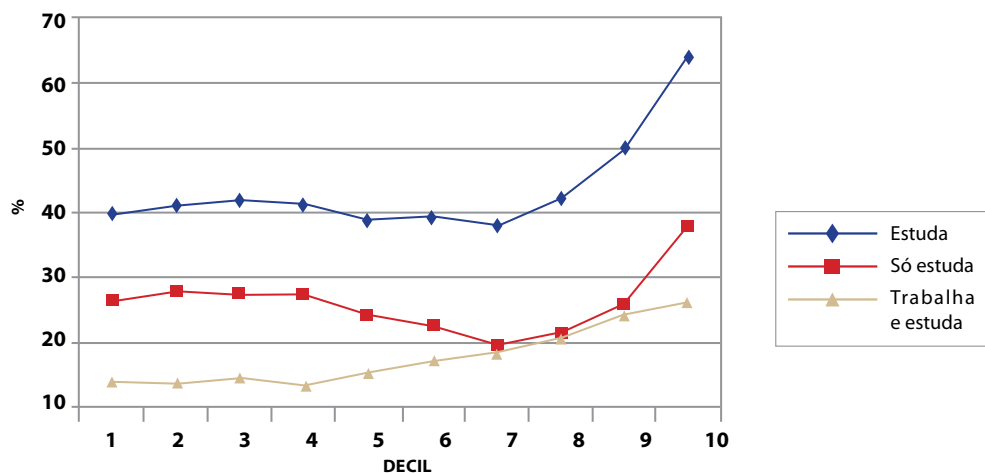


Tabela 4.2.4

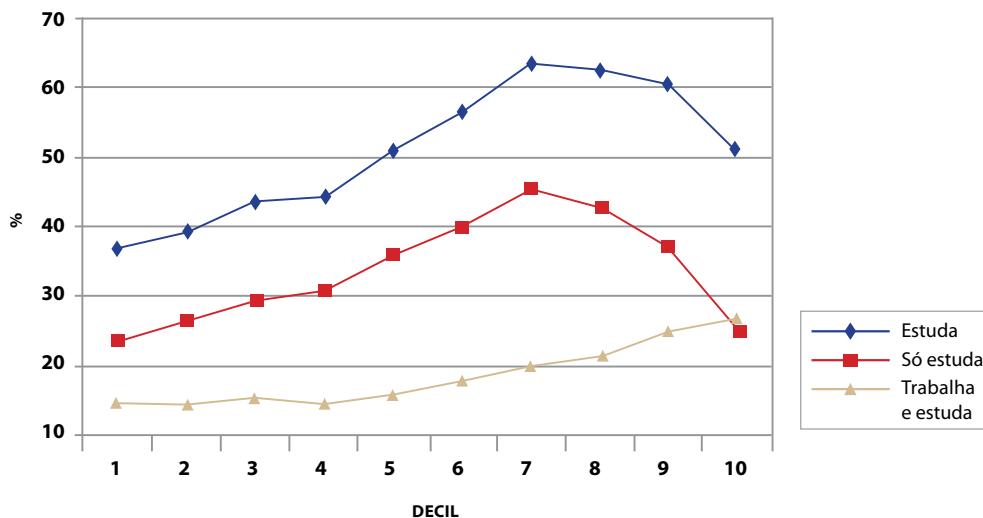
Atividades dos jovens (em %) por decil de renda familiar *per capita* e sexo. Brasil – 2006

Decil de renda familiar <i>per capita</i>	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha nem estuda	Total
<b>Masculino</b>					
Decil 1	26,4	18,4	32,5	22,7	100,0
Decil 2	27,7	17,5	37,3	17,5	100,0
Decil 3	27,6	17,0	40,0	15,4	100,0
Decil 4	27,6	17,5	41,1	13,9	100,0
Decil 5	24,0	17,5	44,4	14,1	100,0
Decil 6	22,4	18,6	47,2	11,7	100,0
Decil 7	19,2	20,5	51,2	9,1	100,0
Decil 8	21,3	21,8	49,2	7,7	100,0
Decil 9	25,6	24,7	42,1	7,6	100,0
Decil 10	37,8	27,9	28,5	5,8	100,0
Total	25,9	20,2	41,4	12,5	100,0
<b>Feminino</b>					
Decil 1	30,8	9,2	14,2	45,7	100,0
Decil 2	32,6	9,7	14,9	42,8	100,0
Decil 3	33,2	11,8	18,0	37,0	100,0
Decil 4	33,6	10,0	20,2	36,2	100,0
Decil 5	31,1	12,7	27,0	29,1	100,0
Decil 6	28,8	15,5	31,5	24,1	100,0
Decil 7	26,1	17,3	37,9	18,7	100,0
Decil 8	29,4	19,6	34,8	16,2	100,0
Decil 9	34,0	23,8	31,1	11,2	100,0
Decil 10	45,2	24,4	21,0	9,5	100,0
Total	32,5	15,2	24,7	27,6	100,0
<b>Total</b>					
Decil 1	28,7	13,6	22,9	34,8	100,0
Decil 2	30,2	13,5	25,7	30,6	100,0
Decil 3	30,4	14,3	28,8	26,4	100,0
Decil 4	30,7	13,7	30,4	25,3	100,0
Decil 5	27,6	15,1	35,7	21,6	100,0
Decil 6	25,5	17,1	39,7	17,7	100,0
Decil 7	22,5	18,9	44,8	13,7	100,0
Decil 8	25,2	20,8	42,3	11,8	100,0
Decil 9	29,7	24,2	36,7	9,3	100,0
Decil 10	41,5	26,1	24,7	7,6	100,0
Total	29,3	17,7	33,1	19,9	100,0

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Gráfico 4.2.3.

Jovens que trabalham (%) por situação e decil de renda. Brasil, 2006



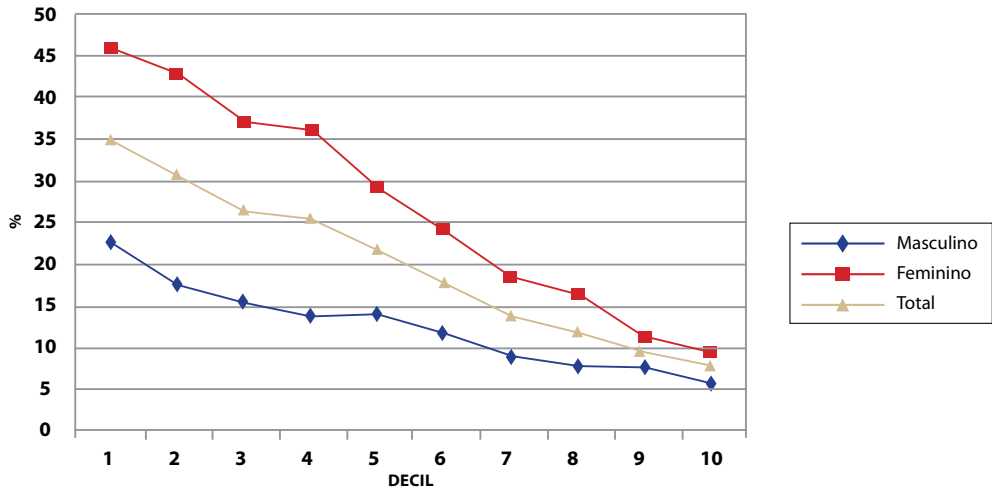
Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

O último grupo, o dos jovens que não trabalham nem estudam, tem duas características bem marcadas:

- Possui bem maior incidência entre jovens do sexo feminino, mas aqui deveríamos ponderar um fator que é o das atividades domésticas, bem mais presente entre as jovens, mas que foge do escopo do presente estudo.
- Comporta-se de forma inversamente proporcional à renda. No primeiro decil de renda, 45,7% das mulheres e 22,7% dos homens não trabalham nem estudam. Essas proporções vão caindo gradativamente com o aumento da renda familiar até que, no décimo decil, só 9,5% das jovens e 5,8% dos jovens não realizam nenhuma das duas atividades.

Gráfico 4.2.4

Jovens que não estudam nem trabalham (%) por sexo e decil de renda. Brasil – 2006



Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

## 5. SAÚDE

As condições de saúde vêm se constituindo, nos últimos anos, num indicador diferencial e privilegiado da vulnerabilidade da juventude não só do Brasil, mas também de diversos países da América Latina e do mundo. Veja-se, como exemplo, o recente Relatório Mundial da Juventude<sup>46</sup>:

A saúde pode ser definida como um estado de completo bem estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou de enfermidade. Dado que a juventude é um segmento da população relativamente saudável, foi prestada pouca atenção à sua saúde (à exceção de questões reprodutivas). Mas quando a saúde da juventude se deteriora, freqüentemente é resultado ou efeito de acidentes, de ferimentos causados por conflitos armados, da violência, do abuso de substâncias nocivas, do HIV/AIDS ou da tuberculose (...) Os acidentes e os ferimentos são causas principais da morbidade, da mortalidade e da incapacitação da juventude.

E isso é conseqüência de uma profunda mudança nos padrões de mortalidade devido à crescente incidência das mortes de jovens por causas violentas. Nesse cenário, o Brasil vem assumindo um indesejado destaque.

Este capítulo abordará duas dimensões referentes às condições de saúde de nossos jovens, dimensões presentes no posterior cálculo do IDJ: a mortalidade por causas violentas e a mortalidade por causas naturais.

A definição das causas de mortalidade aqui utilizada baseia-se na definição da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), da OMS/OPAS, que passou a ser utilizada pelo Brasil a partir de 1996 na codificação das declarações de óbito. Até aquela data, o Brasil utilizava a CID-9.

As mortes por causas externas diferem das chamadas causas endógenas ou naturais por serem provocadas diretamente por uma intervenção humana. Acompanhando o modelo utilizado nos Mapas da Violência<sup>47</sup>, tomando a violência como

---

46. United Nations. World Youth Report 2005. Young people today, and in 2015. N. York. UN. 2005

47. Até o momento, foram cinco os Mapas da Violência divulgados nos anos de 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006. Maiores referências desses trabalhos constam na bibliografia.

fenômeno ao qual os jovens têm se mostrado particularmente vulneráveis, foram desagregadas para o estudo três modalidades de óbitos violentos: homicídios (nomeados na CID-10 como “agressões”); acidentes de transporte (que englobam, além dos acidentes de trânsito, acontecidos nas vias públicas, também os acidentes em locais não públicos, os de transporte aéreo e por água); e suicídios (definidos pelo CID-10 como “lesões autoprovocadas intencionalmente”).

As mortes por causas endógenas ou naturais são aquelas ocasionadas pela deterioração da saúde causada por algum tipo de enfermidade ou doença. Nelas estão incluídas todas as categorias da CID-10, excetuando-se, evidentemente, as causas externas de morbidade e mortalidade.

Os dados analisados no presente capítulo foram obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), gerido pela Secretaria de Vigilância da Saúde do Ministério da Saúde, em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de saúde. Foram tomados como base os microdados do ano 2005, disponibilizados pelo DATASUS no momento de elaboração do estudo.

A fonte utilizada permite discriminar os óbitos pelo local por residência ou pelo local de ocorrência da morte. No presente estudo, optou-se pela segunda alternativa por melhor representar focos da violência, isto é, determinar as áreas ou locais onde as mortes ocorreram.

Para o cálculo das taxas de mortalidade foram utilizados, além dos registros de óbitos do próprio SIM, os dados dos censos demográficos e da contagem populacional divulgados pelo MS/SE/DATASUS<sup>48</sup> a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE para os anos intercensitários.

### 5.1 O marco da mortalidade juvenil

Estudos históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro<sup>49</sup> permitem afirmar que a mortalidade na faixa etária dos 15 aos 24 anos mudou a sua configuração, a partir do que se pode denominar de “novos padrões de mortalidade juvenil”. Esses estudos mostram que as epidemias e doenças infecciosas que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas foram substituídas progressi-

---

48. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Serviço de Informações do Sistema Único de Saúde.

49. VERMELHO, L.L. e MELLO JORGE, M.H.P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). *Revista de Saúde Pública*. 30 (4). 1996. Apud: MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

vamente pelas denominadas “causas externas” de mortalidade, fundamentalmente os acidentes de trânsito e os homicídios.

Maiores evidências desses novos e específicos padrões de mortalidade juvenil podem ser encontradas nos dados do gráfico 5.1.1.

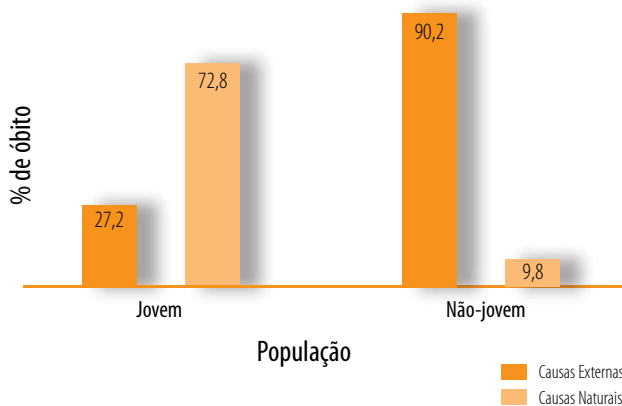
Se dividirmos o universo de óbitos registrados pelo SIM em dois grandes grupos pelas idades: os óbitos jovens (aqueles que se encontram na faixa dos 15 aos 24 anos) e os não-jovens (de 0 a 14 anos e de 25 anos de idade para cima), é possível conferir que a estrutura de mortalidade de ambos os grupos é notadamente diferenciada.

Enquanto as causas naturais (doenças) são responsáveis por 27,2% das mortes de jovens, no grupo não-jovem representam acima de 90,2% da mortalidade.

Já as causas externas (acidentes, homicídios, suicídios etc.), que na população não-jovem respondem por 9,8% dos óbitos, entre os jovens são responsáveis por 72,8% da mortalidade. Essas causas externas englobam, principalmente, as consideradas causas violentas neste estudo (acidentes de transporte, homicídios e suicídios), que, de forma isolada, são responsáveis por mais de 61,3% das mortes de nossa juventude, como será visto mais adiante.

Gráfico 5.1.1.

Causas de Mortalidade (em %) da População Jovem e da Não-jovem. Brasil – 2005.



Fonte: Microdados SIM/SVS/MS.

A tabela 5.1.1, a seguir, desagrega os dados de mortalidade juvenil por unidade federada e permite traçar um comparativo com anos anteriores.

Tabela 5.1.1

Estrutura da mortalidade juvenil. Número, taxas e % de óbitos de jovens segundo causa (interna ou externa).

Brasil – 2001/2005

UF/Região	Número de Óbitos			Taxas de Óbito			% de Óbitos		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
Acre	74	87	161	49,9	58,6	108,5	46,0	54,0	100,0
Amazonas	265	452	717	36,9	62,9	99,8	37,0	63,0	100,0
Amapá	40	149	189	30,0	111,9	141,9	21,2	78,8	100,0
Pará	754	1142	1.896	49,4	74,8	124,3	39,8	60,2	100,0
Rondônia	78	305	383	23,8	93,1	117,0	20,4	79,6	100,0
Roraima	37	66	103	43,8	78,1	122,0	35,9	64,1	100,0
Tocantins	122	186	308	43,1	65,6	108,7	39,6	60,4	100,0
<b>NORTE</b>	<b>1.370</b>	<b>2.387</b>	<b>3.757</b>	<b>42,5</b>	<b>74,1</b>	<b>116,6</b>	<b>36,5</b>	<b>63,5</b>	<b>100,0</b>
Alagoas	220	675	895	34,0	104,2	138,2	24,6	75,4	100,0
Bahia	1008	2018	3.026	32,9	65,8	98,6	33,3	66,7	100,0
Ceará	622	1304	1.926	37,9	79,5	117,4	32,3	67,7	100,0
Maranhão	610	669	1.279	44,9	49,3	94,2	47,7	52,3	100,0
Paraíba	268	517	785	36,0	69,5	105,5	34,1	65,9	100,0
Pernambuco	673	2392	3.065	38,4	136,3	174,7	22,0	78,0	100,0
Piauí	349	407	756	53,1	61,9	115,0	46,2	53,8	100,0
Rio Grande do Norte	187	425	612	30,4	69,0	99,4	30,6	69,4	100,0
Sergipe	177	301	478	42,1	71,5	113,6	37,0	63,0	100,0
<b>NORDESTE</b>	<b>4.114</b>	<b>8.708</b>	<b>12.822</b>	<b>37,7</b>	<b>79,8</b>	<b>117,6</b>	<b>32,1</b>	<b>67,9</b>	<b>100,0</b>
Espírito Santo	211	927	1.138	30,2	132,6	162,8	18,5	81,5	100,0
Minas Gerais	1.194	3.020	4.214	31,2	79,0	110,2	28,3	71,7	100,0
Rio de Janeiro	1.052	4.186	5.238	37,6	149,5	187,1	20,1	79,9	100,0
São Paulo	2.132	6.371	8.503	27,2	81,2	108,4	25,1	74,9	100,0
<b>SUDESTE</b>	<b>4.589</b>	<b>14.504</b>	<b>19.093</b>	<b>30,3</b>	<b>95,6</b>	<b>125,9</b>	<b>24,0</b>	<b>76,0</b>	<b>100,0</b>
Paraná	602	2.242	2.844	30,7	114,5	145,2	21,2	78,8	100,0
Rio Grande do Sul	572	1.519	2.091	29,4	78,2	107,6	27,4	72,6	100,0
Santa Catarina	264	972	1.236	23,7	87,3	111,0	21,4	78,6	100,0
<b>SUL</b>	<b>1.438</b>	<b>4.733</b>	<b>6.171</b>	<b>28,7</b>	<b>94,4</b>	<b>123,0</b>	<b>23,3</b>	<b>76,7</b>	<b>100,0</b>
Distrito Federal	190	505	695	36,4	96,7	133,1	27,3	72,7	100,0
Goiás	281	1058	1.339	24,4	91,7	116,0	21,0	79,0	100,0
Mato Grosso do Sul	158	512	670	35,1	113,7	148,8	23,6	76,4	100,0
Mato Grosso	202	587	789	34,4	100,1	134,5	25,6	74,4	100,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>831</b>	<b>2.662</b>	<b>3.493</b>	<b>30,6</b>	<b>98,1</b>	<b>128,8</b>	<b>23,8</b>	<b>76,2</b>	<b>100,0</b>
<b>Brasil Jovem 2005</b>	<b>12.342</b>	<b>32.994</b>	<b>45.336</b>	<b>33,3</b>	<b>89,1</b>	<b>122,4</b>	<b>27,2</b>	<b>72,8</b>	<b>100,0</b>
<b>Brasil Não-Jovem 2005</b>	<b>866.852</b>	<b>94.639</b>	<b>961.491</b>	<b>589,1</b>	<b>64,3</b>	<b>653,4</b>	<b>90,2</b>	<b>9,8</b>	<b>100,0</b>
<b>Brasil Jovem 2003</b>	<b>13.206</b>	<b>34.371</b>	<b>47.577</b>	<b>37,2</b>	<b>96,7</b>	<b>133,9</b>	<b>27,8</b>	<b>72,2</b>	<b>100,0</b>
<b>Brasil Jovem 2001</b>	<b>13.558</b>	<b>32.250</b>	<b>45.808</b>	<b>39,2</b>	<b>93,2</b>	<b>132,3</b>	<b>29,6</b>	<b>70,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS.

Podemos ver que Rio de Janeiro ultrapassa o índice dos 187 óbitos a cada 100 mil jovens, pelo que é o estado com maior taxa de mortalidade juvenil do país, devido, fundamentalmente, ao fato de possuir a maior taxa de óbitos por causas externas (149,5 em 100 mil).

Pernambuco, com 174,7 óbitos em 100 mil jovens, é o que apresenta a segunda maior taxa de mortalidade juvenil do país, sendo também o segundo, depois de Rio de Janeiro, em incidência de óbitos por causas externas.

Num outro extremo, Amazonas, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte são os que apresentam as menores taxas de mortalidade juvenil, com menos de 100 óbitos em 100 mil jovens.

Já os estados de Piauí, Acre e Pará são os que apresentam as maiores taxas de mortes por causas naturais: em torno de 60 em cada 100 mil jovens, o que está a indicar sérios problemas de cobertura dos serviços de saúde nesses estados, ao menos para a juventude.

Não faremos aqui uma análise mais detalhada desses capítulos da mortalidade, dado que deverão ser temas específicos dos itens a seguir. Mas o que cabe destacar é que a mortalidade juvenil, a partir do primeiro Relatório, teve quedas, embora não muito pronunciadas. A mortalidade por causas naturais caiu de 39,2 para 33,3 em 100 mil jovens entre 2001 e 2005. Já no capítulo de mortalidade por causas violentas, a queda foi bem menor: passou de 93,2 para 89,1 em 100 mil jovens. Esse último fato é atribuível ao Estatuto e à Campanha do Desarmamento, como veremos mais adiante.

## 5.2 Mortalidade por causas violentas

Nos últimos anos tem-se observado uma crescente focalização no problema da violência entre os jovens, focalização que se reflete no enorme incremento havido no número de matérias na grande mídia e também na quantidade de estudos e pesquisas realizados sobre o tema.

Como esclarece um recente relatório da Organização Mundial da Saúde, a atual violência juvenil

compreende um leque de atos agressivos que vão desde a intimidação e a briga até formas mais graves de agressão e os homicídios. Em todos os países, os homens jovens são, ao mesmo tempo, os principais perpetradores e as principais vítimas dos homicídios. Calcula-se que no ano 2000 a violência juvenil cobrou a vida de 199.000

jovens, o que representa uma taxa de 9,2 por 100.000. As taxas mais elevadas de homicídio juvenil registram-se na América Latina e na África, e as mais baixas correspondem à Europa Ocidental e algumas regiões da Ásia e do Pacífico. Com exceção dos EEUU, a maior parte dos países com taxas de homicídio superiores a 10 em 100.000 são países em desenvolvimento.... Calcula-se que, por cada jovem morto como consequência da violência, entre 20 e 40 jovens sofrem lesões que demandam tratamento hospitalar<sup>50</sup>.

Confirmando o acima exposto, diversos estudos e pesquisas verificaram que, no Brasil, a principal causa de mortalidade entre os jovens são as chamadas causas externas e, mais especificamente, as causas violentas (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios)<sup>51</sup>.

Os jovens constituem um segmento particularmente vulnerável à mortalidade por causas violentas, em proporções bem mais significativas do que no restante da população. E, dentre as causas violentas, os homicídios constituem o principal fator de mortalidade entre os jovens.

As vítimas de homicídios são, preponderantemente, jovens na faixa dos 15 aos 24 anos. Considerando uma esperança de vida de 65 anos, são aproximadamente 45 anos de vida produtiva de um contingente de 15 mil jovens mortos que todos os anos o Brasil contabiliza em suas “perdas materiais”<sup>52</sup>.

No ano de 2005, o Subsistema de Informações de Mortalidade registrou um total de 45.336 óbitos de jovens por todo tipo de causa, que vão de enfermidades até acidentes, afogamentos ou homicídios. Desse total, 27.784, o que representa quase dois terços – 61,3% –, foram mortes aqui consideradas violentas, ocasionadas por acidentes de transporte, homicídios ou suicídios.

---

50. Organización Mundial de la Salud. Informe Mundial sobre la Violencia y la Salud. Washington, DC.

51. WAISELFISZ, 2004, op. cit.

52. WAISELFISZ, J. Jacobo; MACIEL, Maria. Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: UNESCO, 2003, p. 27.

Tabela 5.2.1

Número e Taxas (em 100.000) de mortes juvenis violentas segundo grupos de causas, por Unidade da Federação e Regiões. Brasil. 2001/2003/2005

UF/ REGIÃO	Número de Óbitos				Taxa de Óbitos (em 100.000)			
	Homic.	Suicíd.	Transp.	Total	Homic.	Suicíd.	Transp.	Total
Acre	42	5	27	74	28,3	3,4	18,2	49,9
Amazonas	245	36	100	381	34,1	5,0	13,9	53,0
Amapá	95	15	25	135	71,3	11,3	18,8	101,4
Pará	733	50	222	1005	48,0	3,3	14,5	65,9
Rondônia	158	20	77	255	48,2	6,1	23,5	77,9
Roraima	22	9	16	47	26,0	10,7	18,9	55,7
Tocantins	57	17	89	163	20,1	6,0	31,4	57,5
<b>NORTE</b>	<b>1.352</b>	<b>152</b>	<b>556</b>	<b>2.060</b>	<b>42,0</b>	<b>4,7</b>	<b>17,3</b>	<b>64,0</b>
Alagoas	491	19	112	622	75,8	2,9	17,3	96,1
Bahia	1107	69	376	1552	36,1	2,2	12,3	50,6
Ceará	614	122	387	1123	37,4	7,4	23,6	68,4
Maranhão	322	25	209	556	23,7	1,8	15,4	41,0
Paraíba	271	19	154	444	36,4	2,6	20,7	59,7
Pernambuco	1810	69	299	2178	103,2	3,9	17,0	124,1
Piauí	147	42	159	348	22,4	6,4	24,2	52,9
Rio Grande do Norte	165	29	93	287	26,8	4,7	15,1	46,6
Sergipe	156	17	85	258	37,1	4,0	20,2	61,3
<b>NORDESTE</b>	<b>5.083</b>	<b>411</b>	<b>1.874</b>	<b>7.368</b>	<b>46,6</b>	<b>3,8</b>	<b>17,2</b>	<b>67,6</b>
Espírito Santo	645	20	192	857	92,3	2,9	27,5	122,6
Minas Gerais	1.715	155	753	2.623	44,8	4,1	19,7	68,6
Rio de Janeiro	2.704	68	569	3.341	96,6	2,4	20,3	119,3
São Paulo	3.036	293	1.699	5.028	38,7	3,7	21,7	64,1
<b>SUDESTE</b>	<b>8.100</b>	<b>536</b>	<b>3.213</b>	<b>11.849</b>	<b>53,4</b>	<b>3,5</b>	<b>21,2</b>	<b>78,1</b>
Paraná	1.202	142	681	2.025	61,4	7,2	34,8	103,4
Rio Grande do Sul	697	159	473	1.329	35,9	8,2	24,3	68,4
Santa Catarina	220	69	532	821	19,8	6,2	47,8	73,7
<b>SUL</b>	<b>2.119</b>	<b>370</b>	<b>1.686</b>	<b>4.175</b>	<b>42,2</b>	<b>7,4</b>	<b>33,6</b>	<b>83,2</b>
Distrito Federal	331	20	115	466	63,4	3,8	22,0	89,2
Goiás	532	76	320	928	46,1	6,6	27,7	80,4
Mato Grosso do Sul	208	57	184	449	46,2	12,7	40,9	99,7
Mato Grosso	269	30	190	489	45,9	5,1	32,4	83,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1.340</b>	<b>183</b>	<b>809</b>	<b>2.332</b>	<b>49,4</b>	<b>6,7</b>	<b>29,8</b>	<b>86,0</b>
<b>BRASIL 2005</b>	<b>17.994</b>	<b>1.652</b>	<b>8.138</b>	<b>27.784</b>	<b>48,6</b>	<b>4,5</b>	<b>22,0</b>	<b>75,0</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>19.714</b>	<b>1.667</b>	<b>7.492</b>	<b>28.873</b>	<b>55,5</b>	<b>4,7</b>	<b>21,1</b>	<b>81,3</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>18.121</b>	<b>1.652</b>	<b>6.701</b>	<b>26.474</b>	<b>52,4</b>	<b>4,8</b>	<b>19,4</b>	<b>76,5</b>

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS.

A fria realidade dos números relativos a homicídios juvenis acontecidos entre 2001 e 2005 nos indica que no contexto nacional, os anos de 2004 e 2005 representaram a reversão de uma tendência histórica de crescimento sistemático nas taxas de homicídios juvenis<sup>53</sup>. E isto se deve a dois fatos acontecidos no período, como ficou evidenciado nas referências indicadas: à vigência e aos resultados do novo Estatuto do Desarmamento sancionado em 22/12/2003, que tornou bem mais rigorosas as condições para a posse, o porte e o comércio de armas de fogo, e à bem sucedida campanha de entrega voluntária de armas mediante compensação financeira, que teve início no segundo semestre de 2004.

A tabela 5.2.1 permite verificar que no ano 2001 aconteceram acima de 18,1 mil mortes de jovens causadas por agressões intencionais. Esse número, já extremamente alto, eleva-se ainda mais em 2003: passa para 19,7 mil vítimas jovens de homicídios. Isso representa um contingente de 54 jovens que, diariamente, são vítimas de homicídios. Já para o ano de 2005, a campanha e o novo Estatuto do Desarmamento permitiram deter a constante histórica das últimas décadas: o crescimento sistemático da mortalidade juvenil por homicídios. Os números, longe de aumentar, diminuíram, tanto em 2004 quanto em 2005. Nesse último ano, o número absoluto de homicídios jovens caiu para 17.994. É ainda muito elevado, quase astronômico, mas já leva implícita uma esperança. Em primeiro lugar: que os Algarismos da violência letal no Brasil, que beiram à tragédia, podem cair. E mais significativo ainda: que, de fato, pela decisão e intervenção da sociedade, efetivamente caíram.

Mas o panorama, tanto dos índices de homicídio atuais quanto de sua evolução nos últimos anos, é muito heterogêneo. Vai de extremos como os de Pernambuco e Rio de Janeiro, com taxas em torno de 100 homicídios juvenis para cada 100 mil jovens no ano de 2005, até estados como Tocantins e Santa Catarina, onde essas taxas mal chegam a 20 em 100 mil jovens. E esse é um panorama recorrente ao longo do tempo. Na última década, ou pouco mais, Pernambuco e Rio de Janeiro são dois estados que, junto com Espírito Santo, vêm-se revezando nos primeiros lugares desse fatídico ranking de homicídios juvenis.

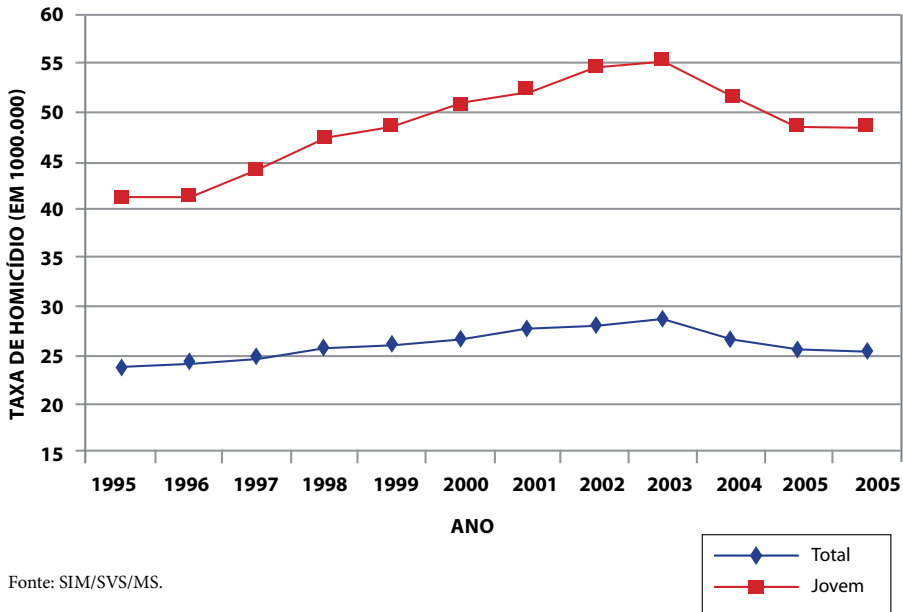
A mesma tabela permite verificar os efeitos do desarmamento nos homicídios juvenis. Entre 2001 e 2003, o número de homicídios cresceu de 18.121 para 19.714, aproximadamente 9%, que representa o ritmo de crescimento histórico dos homicí-

---

53. Waiselfisz, J. J. Mapa da Violência 2006. Brasília: OEI, 2006; Waiselfisz, J. J. Vidas Pougadas. Avaliação do Impacto da Campanha do Desarmamento no Brasil. Brasília, UNESCO; Ministério da Saúde. 2005; Waiselfisz, J. J. Mortes matadas por armas de fogo no Brasil: 1979/2003. Brasília, UNESCO. 2005.

dios juvenis no país nas últimas décadas. Já em 2005, esses números caem significativamente para 17.994 (também aproximadamente 9%). Pelos estudos realizados, tais quedas são atribuíveis exclusivamente às estratégias de desarmamento, acontecidas em 2004 e 2005. Se no curto lapso de tempo fica problemático visualizar o significado do desarmamento, tomando os dados de uma década, desde 1995 até 2005, é possível verificar de forma diretamente visual as quedas atribuídas ao desarmamento.

Gráfico 5.2.1  
Taxas de Homicídio Total e Juvenil. Brasil –1994/2004



Fonte: SIM/SVS/MS.

Vemos, por esse gráfico, a acelerada pendente de incremento dos homicídios juvenis desde 1995 até 2003 e as quedas a partir dessa data.

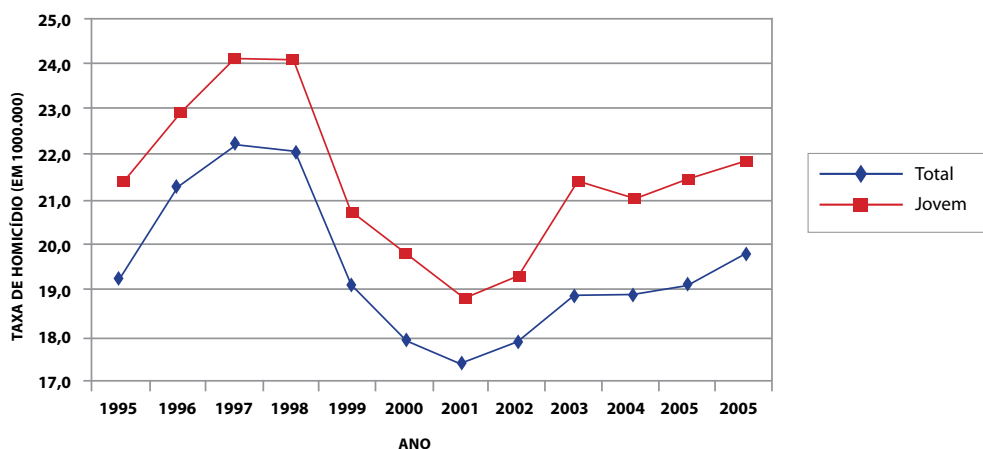
Nesse campo das mortes violentas de jovens, os acidentes de transporte ocupam a segunda posição de destaque, depois dos homicídios. Como é possível verificar na mesma tabela 5.2.1, no ano de 2005 aconteceram 8.138 mortes de jovens por essa causa, com um ritmo de crescimento nos últimos anos altamente preocupante. Em 2001 foram 6.701, e em 2003 esse número aumentou para 7.492, o que representa um incremento de 11,8%. Entre essa última data e 2005, o número de óbitos aumenta mais 8,6%, numa cruenta e significativa escalada.

São as regiões Sul e Centro-Oeste as que apresentam, em 2005, os maiores índices de mortes de jovens em acidentes de transporte (33,6 e 29,8 óbitos em 100 mil jovens). Já no Norte e no Nordeste essa taxa foi bem inferior, em torno de 17 em 100 mil jovens. Individualmente, são os estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul os únicos a apresentar taxas acima de 40 óbitos em 100 mil jovens. Num outro extremo, Bahia e Amazonas são as unidades com menores taxas de mortes no transporte: 12,3 e 13,9 óbitos em 100 mil, respectivamente.

Para visualizar as características da evolução das mortes por acidentes de transporte, também precisamos de uma perspectiva de maior fôlego. Assim, no gráfico 5.2.2, temos as taxas de mortalidade no período 1994/2005.

Gráfico 5.2.2.

Taxa de Óbitos por Acidentes de Transporte. População Total e Jovem. Brasil: 1994/2005



Fonte: SIM/SVS/MS.

Podemos verificar a existência de uma profunda inflexão na evolução dos óbitos por acidentes de transporte, que permite caracterizar três grandes períodos relacionados com o novo Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de setembro de 1997. No primeiro período, que vai de 1994 até 1997, observa-se forte aumento, ano a ano (salvo no ano da promulgação da nova lei), nas taxas de óbito por acidentes de transporte, tanto na população total quanto exclusivamente na jovem. No segundo período, que se inicia em 1997 (com a nova lei) e vai até o ano 2000, observa-se que os números caem drasticamente, principalmente em 1998, quando a queda com respeito a 1997 foi superior a 13%. Nos anos subsequentes, as quedas foram bem mais moderadas, da ordem de 2% ao ano. A partir de 2000, novos incrementos no número de óbitos, da ordem de 4,8% ao ano.

Outro capítulo nesse detalhamento das mortes violentas é o dos suicídios juvenis. A tabela 5.2.1 também detalha a distribuição espacial das taxas. Bem menos expressiva que as mortes por homicídio ou por acidentes de transporte, ainda assim foram 1.662 os jovens que em 2005 optaram por essa via trágica. Com extremos que vão de 11,3 suicídios no Amapá e 12,7 a cada 100 mil jovens no Mato Grosso do Sul, até dois suicídios por 100 mil jovens, como acontece no Maranhão.

Esses três capítulos – homicídios, suicídios e mortes em acidentes de transporte – constituem as denominadas mortes violentas. Agregando-as, temos configurado um panorama no qual têm destaque as regiões Centro-Oeste (taxa de 86 óbitos em 100 mil jovens) e a Sul (taxa de 83,2). Já o Norte e o Nordeste apresentam taxas médias menores: 64 e 67,6 mortes em 100 mil jovens, respectivamente. Individualmente, destacam-se Pernambuco e Espírito Santo, com taxas acima de 120 óbitos por 100 mil jovens. Maranhão, no outro extremo, apresenta taxas bem menores: 41 mortes em 100 mil.

Percebe-se que a mortalidade por causas violentas entre os jovens não está necessariamente vinculada a condições de pobreza, como muitas vezes é sustentado. Algumas das unidades federadas em que foram registradas baixas médias de renda apresentaram taxas relativamente baixas de mortalidade por causas violentas. É o caso do Maranhão, do Piauí, do Acre e do Rio Grande do Norte. Diferentemente de outras situações de vulnerabilidade, portanto, a violência parece constituir um fenômeno bem complexo quanto aos seus fatores determinantes.

O Atlas de Exclusão Social no Brasil<sup>54</sup> reafirma essa tese. No referido estudo, o indicador de violência revela o que os autores consideram uma lógica social e territorial

---

54. PORCHMAN, Marcio; AMORIN, Ricardo (orgs.), 2003, op. cit.

diferente daquela encontrada nas formas de exclusão então estudadas. As manchas mais acentuadas de exclusão social e econômica apresentadas nos mapas não coincidem necessariamente com as dos maiores graus de violência. Mas é sabido, também, que “(...) o fenômeno tem relação com a forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos”.<sup>55</sup>

No Brasil, o grande diferencial nos problemas de saúde entre os jovens e o restante da população centra-se nas consequências da situação de violência endêmica, sendo o gênero um dos fatores determinantes desta síndrome: as mortes por causas violentas acontecem com grande predominância entre os homens jovens.

---

55. ABRAMOVAY, 2002, op. cit., p. 14.

Tabela 5.2.2

% de óbitos masculinos na mortalidade por causas violentas por Unidade da Federação e Regiões.

Brasil – 2001/2003/2005

UF/ REGIÃO	% Óbitos Masculinos			
	Homicídios	Suicídios	Transporte	Total
Acre	88,1	80,0	92,6	89,2
Amazonas	92,7	80,6	76,0	87,1
Amapá	93,7	80,0	84,0	90,4
Pará	96,0	58,0	80,2	90,6
Rondônia	91,1	70,0	83,1	87,1
Roraima	100,0	55,6	62,5	78,7
Tocantins	91,2	70,6	76,4	81,0
<b>NORTE</b>	<b>94,3</b>	<b>74,3</b>	<b>81,3</b>	<b>88,4</b>
Alagoas	94,9	52,6	83,0	91,5
Bahia	95,2	65,2	84,0	91,2
Ceará	94,0	79,5	82,7	88,5
Maranhão	92,9	88,0	78,9	87,4
Paraíba	94,8	78,9	79,2	88,7
Pernambuco	95,1	60,9	82,6	92,3
Piauí	92,5	66,7	84,3	85,6
Rio Grande do Norte	91,5	79,3	88,2	89,2
Sergipe	94,9	41,2	83,5	87,6
<b>NORDESTE</b>	<b>94,6</b>	<b>70,3</b>	<b>82,7</b>	<b>90,2</b>
Espírito Santo	92,9	85,0	79,7	89,7
Minas Gerais	93,8	77,4	83,3	89,8
Rio de Janeiro	94,7	79,4	82,2	92,2
São Paulo	92,6	76,5	81,2	87,8
<b>SUDESTE</b>	<b>93,8</b>	<b>69,1</b>	<b>79,5</b>	<b>87,9</b>
Paraná	94,7	79,6	80,3	88,8
Rio Grande do Sul	92,5	83,6	85,2	88,9
Santa Catarina	92,7	81,2	80,8	84,0
<b>SUL</b>	<b>93,6</b>	<b>81,6</b>	<b>81,9</b>	<b>89,7</b>
Distrito Federal	94,9	80,0	86,1	92,1
Goiás	95,1	76,3	79,1	88,0
Mato Grosso do Sul	90,9	70,2	83,2	85,1
Mato Grosso	92,2	73,3	80,5	86,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>93,8</b>	<b>77,4</b>	<b>81,8</b>	<b>88,0</b>
<b>BRASIL 2005</b>	<b>94,0</b>	<b>75,5</b>	<b>81,8</b>	<b>89,3</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>93,6</b>	<b>75,4</b>	<b>82,4</b>	<b>89,7</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>93,5</b>	<b>76,2</b>	<b>82,5</b>	<b>89,7</b>

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS.

Praticamente 90% do total de óbitos juvenis por causas violentas são de homens. A maior proporção masculina se observa nos homicídios (93,5%), e a menor nos suicídios (76,2%). Mas nas três causas de mortes violentas preponderam decisivamente os homens. Essa preponderância pode ser observada em todas as causas violentas, em todas as regiões e em todas as unidades federadas. A única exceção é Sergipe, cujas taxas de suicídios foram levemente maiores entre as mulheres.

Outro elemento digno de menção é a similitude entre as regiões e as Unidades da Federação. Não são observáveis grandes variações no que parece ser uma regra. Por exemplo, nos homicídios, a menor taxa masculina pode ser observada no Acre, com 88,1% em 100 mil. Já a maior, em Roraima, onde a totalidade dos homicídios juvenis foi de homens, não está muito distante da anterior.

Também digna de consideração é a incidência do fator cor/raça nas situações de violência. As taxas de mortalidade diferenciadas entre brancos e negros podem ser encontradas na tabela 5.2.3.

Os dados permitem verificar as dinâmicas diferenciadas em cada causa de mortalidade violenta quando se trata de analisar a situação considerando o fator cor/raça.

A taxa de óbitos de negros por acidentes de transporte (17,9 em 100 mil) é 48,7% inferior à dos brancos (26,6 em 100 mil). O panorama estadual, neste campo, é muito heterogêneo, sem um padrão muito definido. Existem grandes diferenças quando se trata de índices por raça/cor. Em 13 Unidades da Federação a mortalidade branca é maior, noutras 14, é menor. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, as taxas de mortes brancas superam amplamente as dos negros. Na região Sul, as taxas brancas mais que duplicam as dos negros. Nas regiões Norte e Nordeste acontece o contrário: são as taxas dos negros que superam as dos brancos.

Já no caso dos suicídios, as taxas dos brancos são bem semelhantes às dos negros: 4,6 e 4,0 respectivamente com situações bem diferenciadas entre os diversos estados e regiões, preponderando nas regiões Sul e Sudeste os suicídios brancos e nas regiões Norte e Nordeste os suicídios negros.

Já no caso dos homicídios, a situação é bem mais complexa, mas relativamente uniforme no país, preponderando decisivamente as vítimas negras. Em todas as regiões e em todos os estados – salvo Acre e Paraná – a vitimização de negros parece ser uma constante. Em alguns casos, como os de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Paraíba, as taxas de vítimas negras são acima de 80% superiores às dos brancos.

Tabela 5.2.3

Taxas de Mortalidade Juvenil (em 100.000) por causas violentas por Região e Unidade da Federação segundo raça/cor.  
Brasil. 2005

UF/ REGIÃO	Homicídios			Suicídios			Transporte			Total Violentas		
	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %
Acre	38,0	30,6	24,2	0,0	4,4	-100,0	22,2	19,7	12,7	60,2	54,7	10,2
Amazonas	22,1	41,8	-47,2	3,3	4,6	-29,5	9,8	17,2	-42,8	35,2	63,6	-44,7
Amapá	27,3	78,8	-65,4	0,0	13,6	-100,0	7,8	20,8	-62,6	35,1	113,2	-69,0
Pará	15,1	60,8	-75,2	1,5	4,0	-62,6	11,5	16,5	-30,5	28,0	81,3	-65,5
Rondônia	33,1	60,2	-45,0	4,7	7,7	-38,7	25,6	23,2	10,4	63,4	91,1	-30,4
Roraima	16,4	23,3	-29,6	5,5	5,8	-6,2	10,9	17,4	-37,4	32,7	46,5	-29,6
Tocantins	18,4	22,4	-17,8	5,0	6,8	-26,3	56,8	26,2	116,5	80,2	55,4	44,8
<b>NORTE</b>	<b>20,9</b>	<b>51,7</b>	<b>-59,6</b>	<b>2,6</b>	<b>5,3</b>	<b>-50,8</b>	<b>17,6</b>	<b>18,5</b>	<b>-4,9</b>	<b>41,0</b>	<b>75,4</b>	<b>-45,6</b>
Alagoas	11,4	76,7	-85,2	1,0	2,4	-57,1	7,2	17,8	-59,4	19,7	97,0	-79,7
Bahia	7,6	40,9	-81,5	1,0	2,4	-56,3	8,8	12,4	-29,3	17,4	55,7	-68,8
Ceará	8,9	24,5	-63,8	1,8	6,6	-72,0	11,3	16,4	-31,4	22,0	47,4	-53,7
Maranhão	10,7	27,3	-60,9	0,9	2,0	-56,4	11,8	16,0	-25,9	23,4	45,3	-48,3
Paraíba	4,2	44,5	-90,7	0,8	2,7	-69,6	7,1	23,6	-70,1	12,1	70,9	-83,0
Pernambuco	27,0	137,3	-80,3	1,8	4,7	-61,8	9,5	21,6	-55,7	38,3	163,6	-76,6
Piauí	13,6	25,4	-46,5	3,2	7,2	-55,4	21,3	24,5	-13,1	38,1	57,1	-33,3
Rio Grande do Norte	12,1	30,6	-60,3	3,3	5,1	-36,4	16,3	13,8	18,4	31,7	49,5	-35,9
Sergipe	16,8	37,9	-55,7	1,8	4,9	-63,7	11,5	21,5	-46,8	30,0	64,3	-53,3
<b>NORDESTE</b>	<b>13,1</b>	<b>51,1</b>	<b>-74,4</b>	<b>1,6</b>	<b>3,8</b>	<b>-58,1</b>	<b>10,8</b>	<b>17,0</b>	<b>-36,5</b>	<b>25,5</b>	<b>71,9</b>	<b>-64,6</b>
Espírito Santo	30,7	100,3	-69,4	1,9	2,8	-31,6	30,3	19,9	52,4	62,9	123,1	-48,9
Minas Gerais	26,3	59,8	-56,0	4,9	3,2	53,1	26,2	14,2	84,2	57,4	77,2	-25,7
Rio de Janeiro	56,1	156,2	-64,1	2,6	2,7	-5,1	21,4	22,6	-5,3	80,1	181,6	-55,9
São Paulo	32,2	59,1	-45,4	4,0	4,0	-0,5	27,0	15,2	77,5	63,2	78,3	-19,3
<b>SUDESTE</b>	<b>35,0</b>	<b>81,3</b>	<b>-56,9</b>	<b>3,8</b>	<b>3,4</b>	<b>13,4</b>	<b>26,0</b>	<b>16,7</b>	<b>56,2</b>	<b>64,9</b>	<b>101,3</b>	<b>-35,9</b>
Paraná	68,5	60,0	14,3	9,4	3,3	185,8	46,2	16,3	183,8	124,1	79,5	56,1
Rio Grande do Sul	33,3	58,6	-43,1	9,4	4,4	115,0	27,3	15,8	72,7	70,1	78,8	-11,1
Santa Catarina	17,3	33,3	-48,1	6,0	5,9	1,0	51,1	20,7	146,7	74,3	59,9	24,1
<b>SUL</b>	<b>41,5</b>	<b>55,6</b>	<b>-25,3</b>	<b>8,6</b>	<b>4,0</b>	<b>112,7</b>	<b>39,6</b>	<b>16,8</b>	<b>136,0</b>	<b>89,7</b>	<b>76,4</b>	<b>17,4</b>
Distrito Federal	23,8	102,5	-76,8	4,0	4,4	-7,9	15,2	30,8	-50,7	43,0	137,7	-68,8
Goiás	30,1	61,9	-51,3	6,4	7,3	-11,9	34,0	25,0	36,1	70,6	94,2	-25,0
Mato Gros- so do Sul	34,3	55,5	-38,1	9,1	6,4	41,1	50,5	30,7	64,5	93,9	92,6	1,4
Mato Grosso	33,2	55,4	-40,1	5,4	5,1	7,6	42,6	27,8	52,9	81,2	88,3	-8,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>30,4</b>	<b>66,9</b>	<b>-54,7</b>	<b>6,3</b>	<b>6,1</b>	<b>3,9</b>	<b>35,4</b>	<b>27,6</b>	<b>28,3</b>	<b>72,1</b>	<b>100,7</b>	<b>-28,4</b>
<b>BRASIL 2005</b>	<b>31,6</b>	<b>62,8</b>	<b>-49,6</b>	<b>4,6</b>	<b>4,0</b>	<b>14,3</b>	<b>26,6</b>	<b>17,9</b>	<b>48,7</b>	<b>62,9</b>	<b>84,7</b>	<b>-25,8</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>38,9</b>	<b>68,0</b>	<b>-42,8</b>	<b>4,6</b>	<b>4,2</b>	<b>9,5</b>	<b>24,1</b>	<b>16,4</b>	<b>47,0</b>	<b>67,6</b>	<b>88,6</b>	<b>-23,7</b>

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS.

### 5.3 Mortalidade por causas internas

No Brasil, as taxas de mortalidade juvenil por causas endógenas (33,3 em 100 mil jovens) são bem inferiores às taxas de óbitos por causas violentas, já vistas anteriormente. Contudo, essas taxas variam consideravelmente entre as regiões e unidades federadas, revelando níveis bem diferenciados de vulnerabilidade dos jovens a doenças e outros males que terminam sendo letais. Isso nos está a indicar, conseqüentemente, níveis extremamente diferenciados de oferta e de cobertura dos serviços de saúde para a população, especificamente para os jovens. Os níveis de mortalidade, nesse contexto, são indicadores de uma longa série de fatores que incidem na erosão da saúde: má qualidade de vida (condições de moradia, saneamento, esgoto), precariedade dos mecanismos de assistência à saúde, desigualdade no acesso aos serviços, fragilidade ou ausência de trabalhos preventivos e educativos relacionados à saúde etc.

#### **UM TEMA CRUCIAL: A DESIGUALDADE NA SAÚDE<sup>56</sup>**

O estado de saúde é um catalisador de círculos virtuosos ou perversos em relação a pobreza. Um círculo perverso freqüente é o de que os pobres têm mais possibilidades de adoecer e, ao perder a saúde, têm maiores dificuldades para buscar alternativas para enfrentar a pobreza. Na situação inversa, a melhoria no acesso à saúde dota-os de melhores possibilidades para encará-la.

A saúde é ainda, por suas características, um campo privilegiado para melhorar a desigualdade em geral. É possível em saúde conquistar avanços importantes em cobertura, acesso, informação e outros aspectos, com menor custo e em menos tempo que o necessário para introduzir mudanças na redistribuição de renda ou criar empregos estáveis.

Por outro lado, as sociedades tendem a ter uma atitude de apoio quase consensual à melhoria das condições de saúde e uma intolerância muito maior à desigualdade em saúde que em outros campos. Ambos os aspectos criam bases favoráveis para políticas ativas nesse campo.

Por estas e outras razões, a equidade na saúde é uma meta essencial para as sociedades democráticas de nosso tempo.

BERNARDO KLIKSBERG – ASSESSOR PRINCIPAL PARA A AMÉRICA LATINA  
DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD.

---

56. KLIKSBERG, Bernardo. Desigualdade na América Latina: o debate adiado. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000, p. 64.

As maiores taxas de mortalidade por causas internas são registradas nos estados das regiões mais pobres do país – Norte e Nordeste. Contudo, mesmo algumas unidades que apresentam nível de renda mais elevado, como o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, também apresentam altas taxas de mortalidade por causas internas.

Essa observação remete a duas possibilidades. De um lado, a provável centralização do atendimento nas unidades federadas mais desenvolvidas às quais recorrem os pacientes das unidades mais pobres em busca de assistência. Como foi dito, o registro de óbitos por ocorrência não diferencia esses casos. Mesmo assim, não deixa de ser um dado relevante do ponto de vista regional, uma vez que se relaciona à dificuldade de acesso à assistência à saúde. Em segundo lugar, as altas taxas de mortalidade por causas internas, aparentemente inconsistentes com a média de renda mais alta dos jovens nessas unidades federadas, remetem também a desigualdades, à existência de nichos de pobreza e a entraves ao acesso aos benefícios do sistema de saúde.

Apesar das quedas experimentadas nos últimos anos, a região Norte continua a ser a de maior taxa de mortalidade por causas internas: 42,5 em 100 mil jovens. Nessa região, destacam-se Acre e Pará, com taxa de mortalidade por causas internas próxima de 50 em 100 mil jovens.

O Nordeste é a segunda região com níveis elevados de mortalidade de jovens por causas internas, com taxa de 37,7 em 100 mil jovens. Entre as unidades federadas, destaca-se Piauí, com uma taxa de 53,1 óbitos em 100 mil jovens, a maior do país.

O Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste assumem patamares semelhantes: 30,3; 28,7 e 30,6, respectivamente. Mas no Sudeste, o Rio de Janeiro ultrapassa a média da região, chegando a 37,6 em 100 mil a taxa de jovens que morrem por causas internas, com um índice elevado semelhante ao da região Nordeste. Goiás e Santa Catarina são os estados com as menores taxas do país, com algo em torno de 24 óbitos por causas internas em 100 mil jovens.

Outro fato que merece destaque é o das significativas quedas nas taxas de mortalidade por causas internas em todas as unidades e regiões. No contexto nacional, se em 2001 a taxa foi de 39,2 em 100 mil jovens, em 2005 esse índice cai para 33,3, o que representa uma queda de 14,9% no período. Mas deve ser notado que a maior queda é registrada no biênio 2003/2005, com um ritmo de 10,3%, que duplica o ritmo do biênio anterior.

Também devemos observar que, apesar de seus elevados índices, a região Nordeste é a que apresenta as menores quedas no período.

Tabela 5.3.1

Taxas de mortalidade juvenil por causas internas por Regiões e Unidades da Federação. Brasil – 2000/2003/2005.

UF/REGIÃO	Taxas (em 100.000)			Crescimento %		
	2001	2003	2005	2001/03	2003/05	2001/05
Acre	73,1	59,4	49,9	-18,8	-16,0	-31,8
Amazonas	49,6	43,8	36,9	-11,8	-15,8	-25,7
Amapá	51,0	38,4	30,0	-24,7	-21,8	-41,1
Pará	54,4	54,0	49,4	-0,7	-8,5	-9,1
Rondônia	41,3	33,8	23,8	-18,1	-29,5	-42,3
Roraima	26,1	41,5	43,8	58,9	5,5	67,8
Tocantins	52,4	40,6	43,1	-22,6	6,0	-17,9
<b>NORTE</b>	<b>51,8</b>	<b>47,8</b>	<b>42,5</b>	<b>-7,8</b>	<b>-10,9</b>	<b>-17,9</b>
Alagoas	51,0	42,9	34,0	-15,8	-20,9	-33,4
Bahia	39,1	35,7	32,9	-8,7	-8,0	-16,0
Ceará	39,7	41,2	37,9	3,8	-7,9	-4,4
Maranhão	44,1	45,5	44,9	3,1	-1,2	1,8
Paraíba	49,5	37,9	36,0	-23,4	-5,0	-27,2
Pernambuco	43,3	39,5	38,4	-8,7	-2,9	-11,3
Piauí	50,8	57,0	53,1	12,1	-6,8	4,5
Rio Grande do Norte	33,3	31,1	30,4	-6,6	-2,3	-8,7
Sergipe	45,0	37,9	42,1	-15,8	11,0	-6,5
<b>NORDESTE</b>	<b>42,5</b>	<b>40,0</b>	<b>37,7</b>	<b>-5,8</b>	<b>-5,8</b>	<b>-11,3</b>
Espírito Santo	37,1	40,8	30,2	10,0	-26,0	-18,6
Minas Gerais	37,7	36,5	31,2	-3,3	-14,4	-17,3
Rio de Janeiro	41,7	44,7	37,6	7,2	-16,0	-10,0
São Paulo	33,6	31,5	27,2	-6,4	-13,7	-19,2
<b>SUDESTE</b>	<b>36,4</b>	<b>35,6</b>	<b>30,3</b>	<b>-1,9</b>	<b>-15,1</b>	<b>-16,8</b>
Paraná	34,9	31,5	30,7	-9,9	-2,3	-12,0
Rio Grande do Sul	36,6	31,7	29,4	-13,4	-7,1	-19,6
Santa Catarina	28,4	25,7	23,7	-9,5	-7,7	-16,5
<b>SUL</b>	<b>34,1</b>	<b>30,3</b>	<b>28,7</b>	<b>-11,4</b>	<b>-5,3</b>	<b>-16,0</b>
Distrito Federal	44,9	40,0	36,4	-11,0	-9,0	-19,0
Goiás	29,1	31,2	24,4	7,4	-22,1	-16,3
Mato Grosso do Sul	36,7	33,4	35,1	-9,1	5,1	-4,4
Mato Grosso	41,9	37,2	34,4	-11,2	-7,3	-17,7
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>36,2</b>	<b>34,6</b>	<b>30,6</b>	<b>-4,4</b>	<b>-11,4</b>	<b>-15,3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>39,2</b>	<b>37,2</b>	<b>33,3</b>	<b>-5,1</b>	<b>-10,3</b>	<b>-14,9</b>

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS.

Poucos estados, como Maranhão, Piauí e, especialmente, Roraima, permaneceram estagnados no período considerado. Roraima, pelo contrário, teve um significativo incremento no período, da ordem de 57,8% em 100 mil nas taxas de mortalidade por causas internas. Apesar disso, a região Norte foi a que apresentou as maiores quedas: 17,9%, em virtude dos elevados declínios observados em Amapá e Rondônia, em ambos os casos, acima de 40%.

Os menores índices do país no ano de 2005 foram observados em Santa Catarina: 23,7 e em Goiás, com 24,4 óbitos para cada 100 mil jovens.

As proporções na mortalidade por causas internas entre homens e mulheres mostram algumas diferenças dignas de registros nos padrões de mortalidade por gênero. Assim como na mortalidade por causas violentas, também as causas internas atingem em maior medida os homens do que as mulheres, embora a discrepância seja bem menor do que no primeiro caso. Vemos pela tabela 5.3.2 que, no ano de 2005, 56,6% dos óbitos devidos a causas internas eram homens e 43,4% mulheres.

Se observarmos os dados dos relatórios anteriores, verificamos que praticamente não houve mudança alguma nos índices, indicando que essa propensão à masculinização parece ser uma constante.

Salvo no Acre, onde a proporção de óbitos é igual para ambos os sexos, e também no Amapá e no Rio Grande do Norte, onde a proporção de óbitos femininos é levemente superior à dos masculinos, nos estados restantes e em todas as regiões observa-se essa tendência masculina nas mortes por causas internas.

Tabela 5.3.2

Óbitos juvenis por causas internas segundo sexo, por Regiões e Unidades da Federação. Brasil. 2000-2003-2005.

UF/ REGIÃO	Masculino	Feminino	Total
Acre	50,0	50,0	100,0
Amazonas	61,9	38,1	100,0
Amapá	47,5	52,5	100,0
Pará	60,3	39,7	100,0
Rondônia	62,8	37,2	100,0
Roraima	70,3	29,7	100,0
Tocantins	56,6	43,4	100,0
<b>NORTE</b>	<b>59,8</b>	<b>40,2</b>	<b>100,0</b>
Alagoas	54,1	45,9	100,0
Bahia	52,3	47,7	100,0
Ceará	55,2	44,8	100,0
Maranhão	58,9	41,1	100,0
Paraíba	59,0	41,0	100,0
Pernambuco	57,2	42,8	100,0
Piauí	58,2	41,8	100,0
Rio Grande do Norte	47,6	52,4	100,0
Sergipe	57,1	42,9	100,0
<b>NORDESTE</b>	<b>55,5</b>	<b>44,5</b>	<b>100,0</b>
Espírito Santo	53,6	46,4	100,0
Minas Gerais	60,6	39,4	100,0
Rio de Janeiro	58,3	41,7	100,0
São Paulo	55,4	44,6	100,0
<b>SUDESTE</b>	<b>54,7</b>	<b>45,3</b>	<b>100,0</b>
Paraná	55,8	44,2	100,0
Rio Grande do Sul	53,5	46,5	100,0
Santa Catarina	54,5	45,5	100,0
<b>SUL</b>	<b>57,3</b>	<b>42,7</b>	<b>100,0</b>
Distrito Federal	59,5	40,5	100,0
Goiás	53,0	47,0	100,0
Mato Grosso do Sul	54,4	45,6	100,0
Mato Grosso	58,4	41,6	100,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>56,1</b>	<b>43,9</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL 2005</b>	<b>56,6</b>	<b>43,4</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>56,5</b>	<b>43,5</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>56,8</b>	<b>43,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS.

Considerando as causas das mortes (tipo de doença segundo a Classificação Internacional de Doenças 10), a tabela 5.3.3 permite verificar a estruturação das causas de mortalidade dos jovens por tipos de doença e sexo.

O capítulo mais expressivo da mortalidade juvenil por causas internas, as neoplasias, com 2.030 casos, isto é, 16,4% da mortalidade por causas internas, mal representa a nona parte dos 17.994 casos de jovens vítimas de homicídio registrados pelo SIM em 2005. O segundo capítulo em ordem de relevância são as doenças do aparelho circulatório, com 13% do total de mortes por causas internas.

O Ministério da Saúde subdivide as doenças da CID-10 em cinco categorias, de acordo com o que poderíamos chamar de princípio de “evitabilidade”: redutíveis por imunoprevenção; redutíveis por adequado controle na gravidez; redutíveis por adequada atenção ao parto; redutíveis através de ações preventivas ou diagnósticos precoces; redutíveis através de parcerias com outros setores. Tomando por base a classificação do próprio Ministério da Saúde, a maioria dessas mortes (92,2%) seria “evitável”.

Segundo as notas técnicas do DATASUS,

[esta] classificação foi elaborada, prioritariamente, para óbitos de menores de um ano e construída a partir da Portaria nº 723/GM, de 10 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2001, instituindo o Pacto dos Indicadores de Atenção Básica. Esta Portaria baseou-se, para estas definições, em informações da Fundação SEADE.<sup>57</sup>

Posteriormente, essa classificação foi ampliada para os demais estratos etários da população, o que nos permite aplicá-la aos jovens. Na tabela 5.3.4, os dados permitem perceber que as mortes por causas internas entre os jovens ocorrem em proporção similar ao seu grau de evitabilidade.

Entre as causas de mortes internas que mais atingem os jovens, as neoplasias, a totalidade das mortes seria evitável. Proporções semelhantes podem ser observadas em relação às doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho circulatório e doenças do aparelho respiratório, que também estão entre os males mais comuns entre os jovens brasileiros que poderiam ser evitadas.

---

57. SIM/DATASUS, 2003, op. cit.

Tabela 5.3.3

Óbitos juvenis por classificação de causa segundo capítulo CID 10 por sexo, por Regiões e Unidades da Federação. Brasil. 2005.

Capítulo CID 10	Número			% Sexo			% Capítulo		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias (A00-B99)	853	560	1.413	60,4	39,6	100,0	12,2	10,5	11,4
Neoplasias [tumores] (C00-D48)	1.133	897	2.030	55,8	44,2	100,0	16,2	16,8	16,4
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos (D50-D89)	170	117	287	59,2	40,8	100,0	2,4	2,2	2,3
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (E00-E90)	184	213	397	46,3	53,7	100,0	2,6	4,0	3,2
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	100	40	140	71,4	28,6	100,0	1,4	0,7	1,1
Doenças do sistema nervoso (G00-G99)	631	375	1.006	62,7	37,3	100,0	9,0	7,0	8,2
Doenças do aparelho circulatório (I00-I99)	960	646	1.608	59,7	40,2	100,0	13,7	12,1	13,0
Doenças do aparelho respiratório (J00-J99)	754	533	1.287	58,6	41,4	100,0	10,8	10,0	10,4
Doenças do aparelho digestivo (K00-K93)	394	270	664	59,3	40,7	100,0	5,6	5,0	5,4
Doenças da pele e do tecido subcutâneo (L00-L99)	23	20	43	53,5	46,5	100,0	0,3	0,4	0,3
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	52	154	206	25,2	74,8	100,0	0,7	2,9	1,7
Doenças do aparelho geniturinário (N00-N99)	156	148	304	51,3	48,7	100,0	2,2	2,8	2,5
Gravidez, parto e puerpério (O00-O99)	0	603	603	0,0	100,0	100,0	0,0	11,3	4,9
Malformações c., deformidades e anomalias c.(Q00-Q99)	142	126	268	53,0	47,0	100,0	2,0	2,4	2,2
Outros e não classificados (R00-R99)	1.434	652	2.086	68,7	31,3	100,0	20,5	12,2	16,9
<b>Total</b>	<b>6.986</b>	<b>5.354</b>	<b>12.342</b>	<b>56,6</b>	<b>43,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS.

Tabela 5.3.4

Óbitos evitáveis entre jovens. 2003

CLASSIFICAÇÃO DA DOENÇA	TOTAL DE ÓBITOS		ÓBITOS EVITÁVEIS					
			por imuno- prevenção	por adequada prevenção ao parto	por ações preventivas diagnósticos precoceas	por parcerias com outros setores	Total de óbitos evitáveis	
	N	%	N	N	N	N	N	%
Neoplasias (tumores)	1.956	18,0	-	-	-	1.956	1.956	18,0
Doenças infecciosas e parasitárias	1.810	16,6	261	-	500	1.000	1.761	16,2
Doenças do aparelho circulatório	1.771	16,3	-	-	1.771	-	1.771	16,3
Doenças do aparelho respiratório	1.453	13,4	-	-	1.450	-	1.450	13,3
Doenças do sistema nervoso	925	8,5	-	-	899	-	899	8,3
Doenças do aparelho digestório	678	6,2	-	-	678	-	678	6,2
Gravidez, parto e puerpério	596	5,5	-	-	-	-	-	-
Outras doenças e transtornos	1.694	15,6	-	1	1.283	233	1.517	13,9
<b>Total</b>	<b>10.883</b>	<b>100,0</b>	<b>261</b>	<b>1</b>	<b>6.581</b>	<b>3.189</b>	<b>10.032</b>	<b>92,2</b>

Fonte: MS/CENEPI.



## 6. OS JOVENS E O UNIVERSO DIGITAL

Já ouvimos falar, e muito, que a nova geração parte de uma matriz diferente das anteriores. Da mesma forma que a da década de 60 foi a dos *hippies*, a do Woodstock e dos levantamentos estudantis, ou a geração dos 80, como reação, foi era dos *yuppies*, a atual já esta sendo caracterizada como a geração digital ou os filhos da era digital. Mas, diferentemente das anteriores, a atual é uma matriz que veio para ficar. Ninguém pode agora imaginar ou aventurar um mundo sem celular, ou sem computadores ou sem Internet.

Que estamos mudando de vida de forma muito veloz, principalmente nas últimas décadas, já é amplamente reconhecido. E também existe um amplo entendimento que essas mudanças encontram-se estreitamente relacionadas com o progresso técnico, com os enormes avanços acontecidos no âmbito das tecnologias.

Como apontávamos num recente estudo, mudanças relacionadas com a tecnologia não são uma especificidade dos momentos atuais. Pelo contrário, vem acontecendo ao longo de toda a história humana, desde a transição da pedra lascada à pedra polida – do paleolítico ao neolítico – até a fundamentação das várias revoluções industriais já acontecidas (a máquina a vapor, a eletricidade, a organização técnica da produção etc.). O específico das recentes mudanças é que não estão acontecendo, fundamentalmente, nos processos produtivos de bens materiais, apesar de continuarem existindo grandes avanços nesse campo. Na atualidade, as grandes mudanças centram-se nos avanços introduzidos nos processos de informação e de comunicação. Com impacto semelhante ou maior que o da máquina a vapor sobre os transportes terrestres e marítimos, a eletrônica aliada à comunicação está globalizando e universalizando, nos dias de hoje, processos de forma inimaginável até duas décadas atrás. E as conseqüências dessas drásticas mudanças começam a ser percebidas<sup>58</sup>.

---

58. WAISELFISZ, Julio Jacobo. Lápis, borracha e teclado: tecnologia da informação na educação. Brasil e América Latina. Brasília. RITLA, Instituto Sangari, MEC. 2007

Nesse aspecto, pretendemos subsidiar o debate com algumas informações e contribuições que nos permitam pensar os processos de constituição/exclusão de identidades juvenis na era digital. Queremos verificar como os jovens de nosso tempo vêm se relacionando com as novas tecnologias, vêm sendo incorporados ou excluídos das novas estruturas e demandas sociais para seu ingresso no mundo adulto. Em tempos caracterizados pelas tecnologias digitais, procuraremos determinar que mudanças e reestruturações se encontram em processo nesta era denominada digital.

As desigualdades e oportunidades de acesso ao mundo das novas tecnologias de informação e da comunicação, que hoje definem o nomeado universo digital, parecem acompanhar e reforçar as sólidas diferenças sociais e educacionais preexistentes. Enquanto a maioria da população não tem acesso à Internet, a minoria conectada bate recordes mundiais em horas navegadas na rede de computadores<sup>59</sup>.

Recentemente, no mês de março de 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou os resultados da ampla coleta, parte suplementar de sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2005, focando pela primeira vez, de forma extensa e específica, o tema do acesso à Internet<sup>60</sup>. De posse dos microdados da pesquisa, cujo escopo encontra-se melhor detalhado a seguir, consideramos que seria uma oportunidade ímpar para aprofundar as análises já divulgadas desagregando a situação específica da juventude.

O IBGE realiza anualmente sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, equiparável a muitas pesquisas de lares em diversos países. Trabalhando com grandes amostras representativas por unidade federada, coleta uma enorme variedade de informações relativas às características gerais da população, migração, educação, trabalho, família, domicílios e rendimento. A pesquisa de 2005 incluiu um tema suplementar, centrado nas características de acesso à Internet e de posse de telefone móvel.

As questões levantadas nesse suplemento foram:

- Se a pessoa utilizou Internet em qualquer local, no período de referência dos últimos três meses.
- Locais onde utilizou a Internet (domicílio, trabalho, unidade de ensino, centro gratuito, centro pago, outros).
- Se no domicílio tem acesso discado ou banda larga.

---

59. Segundo pesquisa apresentada em 24/11/2005 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGL.br). In: <<http://www.nic.br/indicadores/>> Acesso em: 20/12/2005

60. IBGE. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular de Uso Pessoal 2005. Rio de Janeiro. IBGE-Nic.Br. 2007.

- Frequência de utilização da Internet.
- Número de horas semanais de uso da Internet.
- Finalidades de utilização da Internet.
- Motivos de não-utilização da Internet (para aqueles que não utilizam).

Essas questões foram levantadas para as pessoas de dez anos e mais, e a pergunta sobre o uso de Internet refere-se ao período de três meses anteriores à data da coleta.

Independentemente das questões suplementares coletadas em 2005, correntemente a PNAD, no capítulo correspondente às Características da Unidade Domiciliar de seu questionário de pesquisa, levanta uma série de indicadores de extremo interesse para o presente capítulo, que nos permitirão caracterizar globalmente a disponibilidade domiciliar para nossos jovens de alguns importantes equipamentos de informação e comunicação.

Em primeiro lugar, temos disponíveis na PNAD de 2006 dados anuais sobre a existência de telefone –fixo ou celular – e de TV (p/b ou em cores) nos domicílios brasileiros, que nos permite ter uma primeira idéia sobre a distribuição social do acesso a instrumentos de comunicação por parte da juventude. Também temos disponível se o domicílio tem microcomputador, e se esse microcomputador pode ser utilizado para acessar a Internet. Os resultados podem ser encontrados na tabela 6.1.

Percebemos, em primeiro lugar, que a televisão encontra-se quase universalizada no país: 93,2% dos jovens têm algum tipo de TV (cor ou p/b) no seu domicílio. Mas, apesar dessa cobertura, temos ainda algo em torno de 2,4 milhões de jovens, enorme volume em termos quantitativos, sem acesso ao que podemos considerar um meio básico de lazer, entretenimento, informação e visão de mundo, atualmente representado pela TV.

Essa ampla cobertura não significa homogeneidade: entre 98% e 99% dos jovens do Rio de Janeiro, do Distrito Federal e de São Paulo têm TV no domicílio. O mesmo não acontece com os jovens de Piauí ou Maranhão, onde não chega a 80% a proporção de jovens que têm acesso domiciliar.

Dada a ampla cobertura já existente em 2003, os avanços foram reduzidos: 3% no período.

Tabela 6.1.

Proporção de Jovens com posse domiciliar de equipamentos de Informática e/ou Comunicação por Regiões e Unidades da Federação. Brasil – 2003/2006.

UF/ REGIÃO	% de jovens com posse domiciliar de:					
	Celular	Telefone fixo	Celular ou fixo	TV (p/b ou cor)	Micro	Internet
Acre	64,2	30,1	68,6	81,2	12,6	9,4
Amazonas	52,9	33,4	60,0	88,4	12,0	8,2
Amapá	68,1	32,4	72,4	93,8	11,4	4,2
Pará	57,9	22,3	61,5	84,6	9,2	4,7
Rondônia	61,7	29,0	66,5	85,7	13,7	10,3
Roraima	57,3	34,1	66,2	95,9	10,0	6,1
Tocantins	59,0	22,4	62,8	81,1	11,8	6,7
<b>NORTE</b>	<b>58,0</b>	<b>26,5</b>	<b>62,8</b>	<b>85,8</b>	<b>10,8</b>	<b>6,5</b>
Alagoas	47,4	16,4	49,3	88,6	7,1	5,3
Bahia	44,7	27,6	50,9	86,7	10,5	7,5
Ceará	56,4	21,7	59,5	91,5	10,4	7,5
Maranhão	36,8	22,7	42,8	78,4	6,4	4,9
Paraíba	59,0	21,0	61,4	94,6	11,9	7,7
Pernambuco	61,7	24,3	64,3	91,6	11,5	8,9
Piauí	41,2	23,1	45,3	78,8	8,4	6,0
Rio Grande do Norte	67,1	25,5	69,4	93,4	14,0	9,8
Sergipe	66,6	27,2	70,4	95,7	15,0	11,3
<b>NORDESTE</b>	<b>51,3</b>	<b>24,0</b>	<b>55,5</b>	<b>88,1</b>	<b>10,3</b>	<b>7,5</b>
Espírito Santo	72,2	46,2	79,9	96,6	25,5	18,3
Minas Gerais	71,9	47,0	78,4	94,9	24,6	18,0
Rio de Janeiro	79,9	65,9	88,2	99,0	37,2	30,5
São Paulo	79,3	65,8	88,9	98,2	38,3	31,4
<b>SUDESTE</b>	<b>77,2</b>	<b>60,1</b>	<b>85,7</b>	<b>97,4</b>	<b>34,0</b>	<b>27,2</b>
Paraná	79,0	53,4	85,4	94,6	34,0	25,1
Rio Grande do Sul	91,1	45,7	93,6	96,8	32,2	23,7
Santa Catarina	82,0	55,0	88,3	96,6	39,4	31,0
<b>SUL</b>	<b>84,3</b>	<b>50,8</b>	<b>89,2</b>	<b>95,9</b>	<b>34,5</b>	<b>25,9</b>
Distrito Federal	92,8	65,2	95,6	98,5	45,2	33,7
Goiás	80,0	41,8	84,7	95,2	20,9	14,2
Mato Grosso do Sul	86,4	37,0	88,5	95,1	21,0	15,9
Mato Grosso	69,5	31,6	74,0	88,1	17,8	12,1
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>81,1</b>	<b>43,1</b>	<b>85,0</b>	<b>94,3</b>	<b>24,8</b>	<b>17,7</b>
<b>BRASIL 2006</b>	<b>69,1</b>	<b>43,9</b>	<b>75,1</b>	<b>93,2</b>	<b>24,3</b>	<b>18,6</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>12,3</b>	<b>19,4</b>	<b>29,5</b>	<b>90,5</b>	<b>16,7</b>	<b>12,4</b>
<b>Dif % 2003/2006</b>	<b>461,5</b>	<b>126,1</b>	<b>154,5</b>	<b>3,0</b>	<b>45,4</b>	<b>50,1</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Pouco mais de 75% dos jovens têm telefone celular (69,1%) e/ou fixo (43,9%) no seu domicílio. Nesse caso, as regiões Norte (62,8% com celular ou fixo) e Nordeste (55,5%) encontram-se bem distantes das regiões Sudeste (85,7%) e Sul (89,2%). Em termos individuais, as distâncias são bem mais largas. O Distrito Federal, com 95,6% de seus jovens com telefone fixo ou celular domiciliar, representa um extremo. No outro, na menor cobertura, encontramos o Maranhão, com 42,8%, bem menos da metade do DF. Aqui os índices de crescimento foram bem significativos. A telefonia celular cresceu espetacularmente: 561,5% no período 2003/2006. Crescimento bem menor, até relativamente lento, foi o experimentado pelos jovens com microcomputador no domicílio, e a proporção deles com possibilidade de acesso à Internet.

Efetivamente, a proporção de jovens com micros domiciliares passou de 16,7% em 2003 para 24,2% em 2006, evidenciando um incremento de 45,4% nesses três anos. A Internet domiciliar teve um crescimento levemente superior: 50,1% no mesmo período. Mas ainda em 2006, só 18,6% dos jovens tinha acesso a computador com Internet no seu domicílio. Novamente aqui as regiões Norte (10,8% de jovens com micro e 6,5% com Internet domiciliar) e Nordeste (10,3 e 7,5% respectivamente) são as áreas onde os jovens têm menores condições de acesso domiciliar. Já no Sudeste (34% e 27,2%) e no Sul (34,5 e 25,9%), as condições são mais favoráveis.

Mas as possibilidades de acesso a computador e/ou Internet não se esgotam com a presença no domicílio. *Lan-houses*, centros gratuitos, estabelecimentos de ensino, locais de trabalho são outros sítios onde as pessoas podem ter acesso. Só em 2005, de forma extraordinária, a PNAD levantou dados específicos sobre condições e características do acesso à Internet, e por ser a única fonte que permite discriminar a situação do jovem, possibilita ter um amplo panorama das condições de acesso de nossa juventude.

Pela tabela 6.2 podemos verificar que só 13,9% dos jovens indicaram usar Internet no domicílio, contra 18,6% que a pesquisa detectou que possuíam computador com acesso à Internet entre as características domiciliares. Mas 32,3%, perto do dobro, acessaram Internet em algum local nos três meses anteriores à data da pesquisa do IBGE. Isto é, um de cada três jovens teve acesso à Internet. Que representa isso exatamente? Difícil ponderar só com esse dado. Existem algumas fontes com estatísticas de uso de internet nos países<sup>61</sup>, mas não apresentam dados desagregados para a faixa dos 15 aos 24 anos de idade. Mas contamos com um levantamento internacional

---

61. Por exemplo: International Telecommunication Union. Measuring the Information Society. ICT opportunity Index and World Telecommunication/ICT Indicators. Geneva, ITU, 2007 ou a Internet World Stats: <<http://www.internetworldstats.com>>

produzido pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, da OCDE<sup>62</sup>, que avaliou, no ano de 2003<sup>63</sup>, estudantes de 15 anos de idade em 41 países, avaliação que continha um questionário relativo ao uso de tecnologias da informação. Como o Brasil, participou da avaliação, mas não respondeu o mencionado questionário, deveremos recorrer aos dados da PNAD 2005 para ter algum indicador compatível com os do PISA.

Pode-se estimar, a partir dos dados da PNAD 2005, que o acesso à Internet no Brasil por parte de alunos de 15 anos de idade é da ordem de 37%, o que colocaria o Brasil em posição desvantajosa, se não a última, entre os países participantes do PISA 2003. A seguir, alguns exemplos de acesso em diversos países.

Alemanha	78,8%	México	80,0%
Austrália	97,1%	Nova Zelândia	91,5%
Bélgica	80,0%	Polônia	88,1%
Canadá	92,3%	Portugal	85,1%
Dinamarca	99,2%	Reino Unido	95,4%
Estados Unidos	92,1%	Suécia	93,8%
Finlândia	95,1%	Suíça	87,0%
Hungria	94,8%	Tailândia	92,8%
Itália	81,5%	Uruguai	49,7%
Japão	74,6%	Membros OCDE	84,8%

Vemos que os estudantes brasileiros de 15 anos de idade apresentam índices bem inferiores aos dos membros da OCDE e, inclusive, aos de outros países da América Latina, como México e Uruguai.

Pela tabela 6.2 é possível verificar que cada unidade federada ou região apresenta uma configuração específica, tanto na intensidade de uso da Internet por parte dos jovens quando nos locais onde a Internet é usada.

Regiões Sudeste (41,7%) e Sul (42,4%) apresentam níveis de uso de Internet por parte dos jovens bem maiores que as regiões Norte (17,6%) e Nordeste (18,5%). Mas o estado de maior índice se encontra no Centro-Oeste: no DF, acima da metade dos jovens (52,6%) acessou Internet nos três meses anteriores à data da pesquisa do IBGE.

62. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, ou OECD em inglês) é uma organização internacional dos países desenvolvidos e industrializados, que sucedeu à Organização para a Cooperação Econômica Européia.

63. Na data de elaboração do presente estudo ainda não tinham sido divulgados os resultados do PISA 2006.

Já Alagoas e Maranhão apresentam níveis de utilização bem baixos: 12% ou menos dos jovens.

Ainda pela tabela 6.2, 32,3% dos jovens brasileiros tinham acessado a Internet nos três meses anteriores à pesquisa, bem acima da proporção de jovens que possui internet no domicílio. Em que locais o jovem acessa?

- Como já tinha sido indicado, 13,9% acessa no seu domicílio;
- 12,4% no que a PNAD define como outros locais (casa de parentes, amigos, etc.);
- 12% no estabelecimento de ensino que freqüentava;
- 10,2% em centros públicos pagos (posto telefônico e de Internet, *cyber café*, *lan house* etc.);
- 8,3% no local de trabalho;
- 4,4% em centros públicos gratuitos (telecentros, bibliotecas).

Tabela 6.2

Jovens que usaram Internet nos três últimos meses, por Unidade da Federação, Grandes Regiões e Local de Uso.  
Brasil – 2005

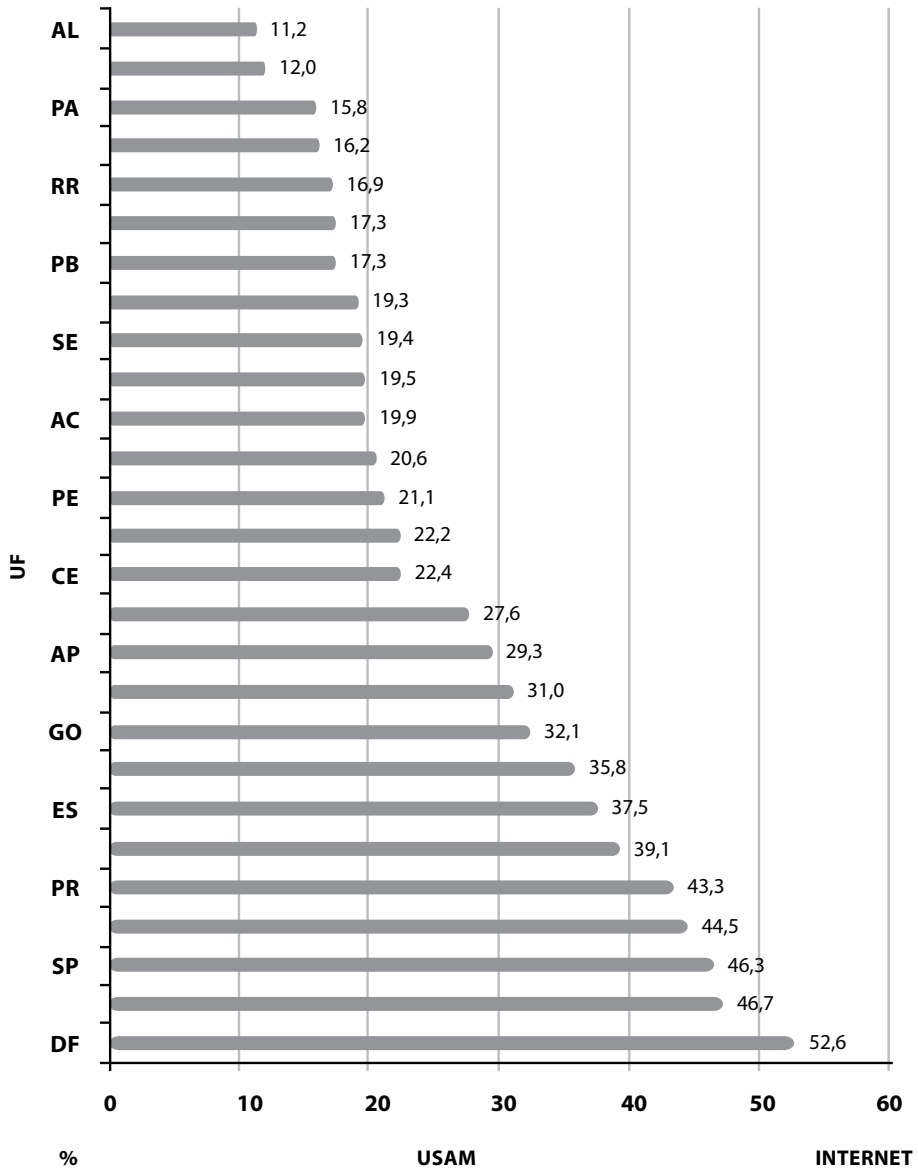
UF/ REGIÃO	Usa Internet (%)	Local de Uso da Internet (%)					
		Domicílio	Trabalho	Escola	C. Grátis	C. Pago	Outros
Acre	19,9	5,3	5,7	6,3	2,8	6,3	8,6
Amazonas	16,2	3,5	2,6	5,1	2,5	9,5	5,1
Amapá	29,3	7,0	4,7	9,6	2,4	20,2	8,7
Pará	15,8	3,0	3,2	6,7	2,4	8,7	4,8
Rondônia	19,3	4,6	4,8	5,3	2,3	8,9	8,3
Roraima	16,9	3,5	4,5	4,1	1,1	8,2	3,9
Tocantins	22,2	4,7	5,5	10,4	3,7	8,7	7,1
<b>NORTE</b>	<b>17,6</b>	<b>3,7</b>	<b>3,6</b>	<b>6,6</b>	<b>2,5</b>	<b>9,3</b>	<b>13,1</b>
Alagoas	11,2	5,0	3,2	4,3	1,2	3,7	5,7
Bahia	19,5	5,4	4,0	7,4	3,0	9,2	7,4
Ceará	22,4	4,9	4,1	9,3	2,5	11,5	6,5
Maranhão	12,0	1,8	2,8	4,7	1,3	5,1	3,9
Paraíba	17,3	7,0	3,5	5,5	2,3	6,3	7,8
Pernambuco	21,1	6,7	4,3	7,7	2,3	8,3	8,6
Piauí	17,3	3,6	3,1	5,4	2,3	7,4	6,5
Rio Grande do Norte	20,6	7,3	3,9	7,4	1,7	7,1	9,3
Sergipe	19,4	6,2	4,2	7,8	3,3	6,7	8,1
<b>NORDESTE</b>	<b>18,5</b>	<b>5,2</b>	<b>3,8</b>	<b>7,0</b>	<b>2,3</b>	<b>8,0</b>	<b>7,0</b>
Espírito Santo	37,5	15,3	10,0	15,1	2,0	8,8	14,5
Minas Gerais	31,0	11,7	8,9	11,7	3,6	8,8	12,8
Rio de Janeiro	44,5	22,6	9,3	13,8	7,3	13,4	19,1
São Paulo	46,3	25,0	11,9	16,3	6,4	13,7	16,6
<b>SUDESTE</b>	<b>41,7</b>	<b>20,7</b>	<b>10,6</b>	<b>14,6</b>	<b>5,6</b>	<b>12,2</b>	<b>5,7</b>
Paraná	43,3	19,5	13,0	16,9	6,1	12,5	17,4
Rio Grande do Sul	39,1	17,1	11,3	17,8	4,9	6,2	16,0
Santa Catarina	46,7	23,5	16,5	20,7	7,1	7,2	21,4
<b>SUL</b>	<b>42,4</b>	<b>19,5</b>	<b>13,1</b>	<b>18,1</b>	<b>5,9</b>	<b>8,8</b>	<b>16,0</b>
Distrito Federal	52,6	28,5	15,4	17,5	11,8	13,3	23,4
Goiás	32,1	9,5	9,7	12,3	3,6	11,3	11,1
Mato Grosso do Sul	35,8	12,1	9,0	14,7	3,5	13,6	11,6
Mato Grosso	27,6	9,2	10,2	10,9	4,9	8,5	9,2
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>35,6</b>	<b>13,5</b>	<b>10,8</b>	<b>13,4</b>	<b>5,4</b>	<b>11,4</b>	<b>17,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>32,3</b>	<b>13,9</b>	<b>8,3</b>	<b>12,0</b>	<b>4,4</b>	<b>10,2</b>	<b>12,4</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

O uso de internet domiciliar acompanha, como não podia deixar de ser, configuração semelhante à distribuição da posse de computador com Internet no domicílio. Já no uso de Internet no trabalho, destacam-se os estados de Santa Catarina e Distrito Federal, com índices acima de 15%. O diferencial entre a população jovem e a adulta, quanto ao uso da Internet, encontra-se no capítulo “Uso de Internet no estabelecimento de ensino”. Se na população total o índice de uso em escolas é de 5,4%, entre os jovens essa taxa eleva-se para 12%. Novamente aqui, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal têm índices destacados, com 20,7, 17,8 e 17,5% respectivamente. Nesse quesito, os estados de Roraima, Alagoas e Maranhão evidenciam índices deficitários: não chega a 5% o número de jovens que usa computador na escola.

Gráfico 6.1.

% de jovens que usaram internet nos três últimos meses por Unidade da Federação. Brasil. 2006



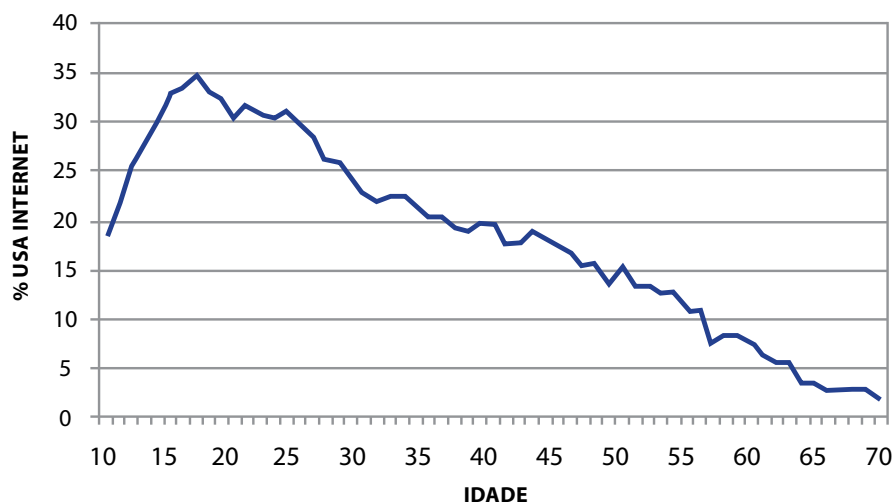
Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Outra área privilegiada pelos jovens são os centros públicos pagos de acesso, como os denominados *cyber cafés*, as *lan-houses* etc. Nessa área, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul são os estados com maior índice de jovens utilizando esses centros: acima de 13%. Por sua vez, os centros de acesso gratuitos aparecem como os de menor procura e utilização: só 4,4% dos jovens manifestaram ter utilizado um nos três meses anteriores à pesquisa. Na população total, essa taxa cai para menos da metade: 2,1%.

Que a utilização da Internet é uma atividade predominantemente jovem é um fato que pode ser verificado no gráfico a seguir.

Gráfico 6.2.

% de população de 10 anos e mais que usou internet nos três últimos meses por idade. Brasil – 2005



Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Pelo gráfico se percebe que o uso preferencial de Internet localiza-se na faixa jovem: o pico de 30% ou mais usuários encontra-se na faixa de 14 a 25 anos, sendo que nos 17 anos de idade registra-se a maior participação: 35% dos jovens dessa idade tiveram acesso à Internet. A PNAD coletou esses dados a partir dos 10 anos de idade. Mas o gráfico permite perceber que também adolescentes de 14 anos ou menos, são usuários intensivos de Internet. Nos 10 anos de idade já são 18% as crianças que acessaram a Internet nos três meses anteriores à pesquisa. Essa participação de 18% ou menos volta a ser encontrada a partir dos 41 anos de idade.

Mas, se as diferenças regionais relativas ao acesso dos jovens aos instrumentos de comunicação já são elevadas, só complementam e reforçam diferenças derivadas da situação econômica. A tabela e os gráficos a seguir verificam a posse, o uso e local de uso do instrumental relativo à Internet segundo grupos de renda familiar *per capita*.

Tabela 6.3.

Posse Domiciliar de Microcomputador e Internet e Uso de Internet por Locais e Decil de Renda Familiar. Brasil – 2005

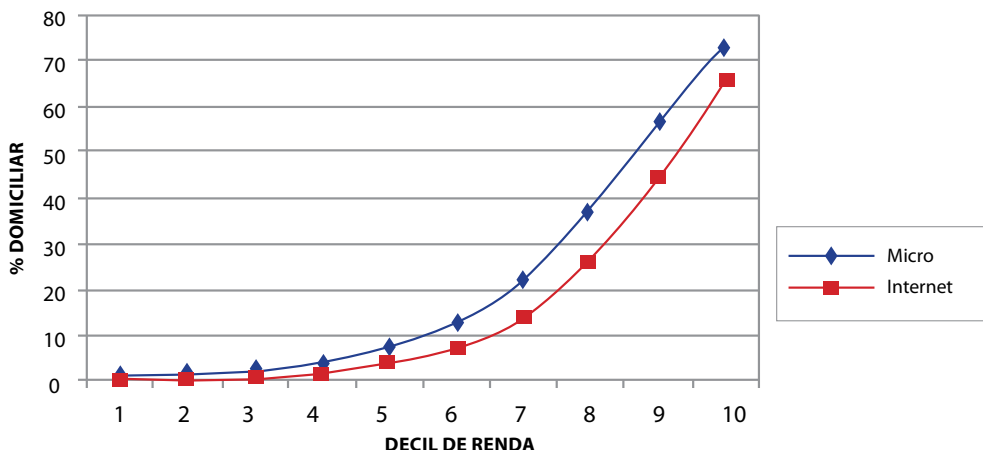
Decil de Renda	Domicílio (%) com		Usa da Internet (%)	Local de Uso da Internet					
	Micro	Internet		Domicílio	Trabalho	Escola	C. Grátis	C. Pago	Outros
Decil 1	1,3	0,8	5,5	0,8	0,3	2,3	0,9	2,4	2,0
Decil 2	1,6	0,5	8,3	0,5	0,7	3,6	1,3	3,2	2,7
Decil 3	2,3	0,8	11,2	0,7	1,4	4,9	2,0	4,5	3,8
Decil 4	4,4	1,7	15,9	1,4	2,4	7,0	2,7	5,6	5,4
Decil 5	7,8	4,4	23,4	3,9	4,3	8,9	3,4	8,9	8,9
Decil 6	12,8	7,1	29,5	6,1	6,2	10,3	4,8	11,3	11,6
Decil 7	22,3	13,6	39,0	12,2	10,3	13,2	5,1	13,0	14,5
Decil 8	35,4	24,8	52,7	22,5	15,4	16,7	6,7	17,0	20,9
Decil 9	56,1	43,9	70,6	41,4	20,9	25,4	9,0	19,8	26,9
Decil 10	73,3	65,9	81,0	63,4	25,5	33,7	9,6	18,5	33,5
<b>Jovem</b>	<b>20,2</b>	<b>15,0</b>	<b>32,3</b>	<b>14,0</b>	<b>8,3</b>	<b>12,0</b>	<b>4,4</b>	<b>10,2</b>	<b>12,4</b>
<b>População</b>	<b>18,5</b>	<b>13,6</b>	<b>21,0</b>	<b>10,5</b>	<b>8,3</b>	<b>5,4</b>	<b>2,1</b>	<b>4,6</b>	<b>6,5</b>
<b>Dif % Jovem/ População</b>	<b>9,2</b>	<b>10,2</b>	<b>53,7</b>	<b>32,7</b>	<b>-0,7</b>	<b>122,5</b>	<b>108,6</b>	<b>121,3</b>	<b>90,3</b>

Fonte: Microdados PNAD 2005.

Em primeiro lugar, essa tabela nos permite verificar a elevada incidência do fator econômico – a renda familiar – sobre a posse de bens, neste caso, de computador no domicílio. Praticamente inexistente nas famílias dos primeiros decis de renda, ultimamente atinge a marca que ultrapassa 10% de presença nos lares a partir do sexto decil. Já no décimo decil, o dos mais ricos, 73,3% dos jovens têm computador domiciliar. Fenômeno bem semelhante, exatamente paralelo, acontece com a posse de computador conectado à Internet no domicílio, só que num nível levemente inferior, já que existem lares com computador, mas sem conexão à Internet. Já com o uso da Internet, que se supõe deveria estar bem mais desconcentrado, os dados estão a revelar que sua distribuição não é muito diferente ao da posse de computador domiciliar. Ainda aqui, os níveis mais baixos de renda têm acesso bem limitado (nos dois primeiros decis o uso de Internet não chega a 10% da população), enquanto no decil superior, mais de 80% dos jovens fizeram uso da Internet.

Gráfico 6.3

% de jovens com Micro e Internet no domicílio segundo decil de renda familiar. Brasil. 2006



Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Observando os locais de uso, algumas situações merecem destaque por serem, no mínimo, paradoxais. Obviamente, o uso de computador domiciliar para acessar a Internet é extremamente limitado nos cinco primeiros decis de renda. É recente, no sexto decil, que mais de 10% da população acessa a Internet no domicílio. Distribuição praticamente idêntica pode ser observada no uso de Internet nos locais de trabalho. Pareceria que são reduzidas as atividades destes cinco primeiros decis que exigem presença de computador conectado à Internet. A Internet nos estabelecimentos de ensino e nos centros públicos gratuitos, que teoricamente deveriam funcionar como elementos de democratização do acesso, parece tender em sentido contrário: reforçam a concentração.

É lógico esperar, dadas as leis de mercado, que as possibilidades de acesso domiciliar à Internet estejam fortemente atreladas à renda do grupo familiar do estudante. Mas também seria de esperar que os locais públicos como os estabelecimentos de ensino e/ou os centros públicos gratuitos de acesso à Internet, fossem pautados

- ou por critérios democráticos, dando condições de acesso a todos os grupos por igual,
- ou por estratégias de inclusão social, privilegiando os setores menos favorecidos.

Mas pelos dados da tabela 6.3, que discrimina os locais de acesso segundo níveis de renda, não parece acontecer nem uma nem a outra. A disponibilidade da Inter-

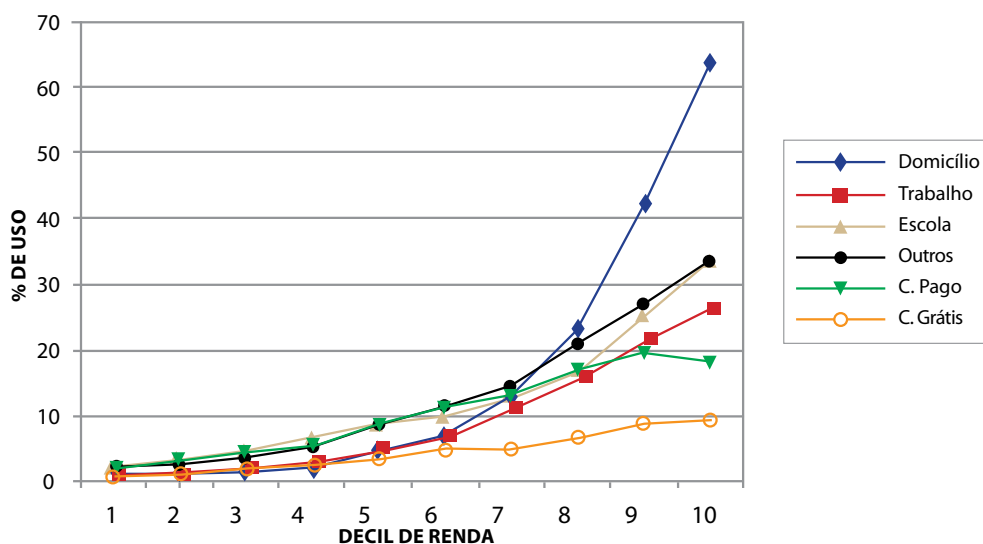
net nos espaços públicos reforça ainda mais a elevada discriminação que se observa no uso privado domiciliar da Internet. Se as políticas públicas de informatização da sociedade (nos estabelecimentos públicos de ensino ou nas comunidades) tiveram a intenção de incluir os setores com escassas ou nulas condições de acesso à internet ou ainda de democratizar as condições de uso, a resultante se encaminha mais a reforçar o uso pelos grupos com melhores condições econômicas.

Também é obvio o fato, na mesma tabela, de que o acesso à Internet em centros públicos pagos vai depender do nível econômico da população.

Gráfico 6.4

Frequência (%) de uso de internet nos três últimos meses dos jovens segundo locais e decil de renda familiar.

Brasil – 2006



Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

E em que medida o sexo do jovem afeta as possibilidades de acesso e uso da Internet? O sexo não parece ser uma variável muito determinante, com uma leve predominância feminina: 31,4% dos jovens e 33,2% das jovens manifestaram ter usado Internet nos três meses anteriores à pesquisa da PNAD.

A mulher usa mais o computador na escola (influencia também o fato de maior escolarização feminina, como foi visto no capítulo correspondente), e provavelmente no trabalho (se os índices de uso são iguais entre homens e mulheres e,

como foi visto, a mulher tem menor participação no mercado de trabalho, temos uso mais intensivo da mulher no local de trabalho). Já os homens fazem maior uso no domicílio e em centros pagos. Mas as diferenças não são muito relevantes.

Tabela 6.4

Uso de Internet (em %) pelos Jovens segundo Local. Brasil – 2005

Local de Uso	Masculino	Feminino	Total
Domicílio	14,2	13,6	13,9
Trabalho	8,3	8,3	8,3
Escola	10,8	13,2	12,0
Centros Gratuitos	4,2	4,6	4,4
Centros Pagos	11,0	9,4	10,2
Outros	12,4	12,4	12,4
Uso Total	31,4	33,2	32,3

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Se as injunções de gênero não parecem ser significativas para explicar o diferencial de oportunidades de acesso à Internet, o fator raça/cor evidencia ter, ainda, forte capacidade de diferenciação.

Vemos pela tabela 6.5 que, se 21,5% dos jovens negros utilizaram a Internet nos três meses anteriores à pesquisa, a taxa dos brancos é mais do dobro que a anterior: 44,1%. Se essa é a média nacional, temos ainda uma variedade de situações específicas.

Nas médias regionais não existem grandes diferenças. O menor diferencial está no Centro-Oeste, onde o uso da Internet por parte dos brancos é 64,7% maior que o dos negros. O maior diferencial é no Nordeste, onde brancos utilizam Internet 80,1% mais que os negros.

Mas, se observamos os estados, vemos grandes oscilações. Alagoas e Paraíba evidenciam diferenciais acima de 150%. Goiás, Distrito Federal e Amapá, apesar de possuírem os menores diferenciais, ainda estão perto de 50% (o acesso dos brancos é perto de 50% maior que o dos negros).

Tabela 6.5.

% de Jovens que usaram internet nos últimos 3 meses por raça/cor, regiões e Unidades da Federação.

Brasil – 2005

UF/REGIÃO	Branca	Negra	Total	Dif. %
Acre	30,1	16,7	19,9	80,7
Amazonas	25,7	13,8	16,2	86,4
Amapá	40,0	27,0	29,3	48,3
Pará	24,6	13,1	15,8	88,6
Rondônia	25,4	15,9	19,3	59,9
Roraima	23,9	15,5	16,9	54,6
Tocantins	32,9	18,8	22,2	74,8
<b>NORTE</b>	<b>26,5</b>	<b>14,9</b>	<b>17,6</b>	<b>77,8</b>
Alagoas	19,8	7,1	11,2	179,2
Bahia	29,1	17,1	19,5	70,2
Ceará	30,5	18,4	22,4	65,3
Maranhão	18,6	9,7	12,0	90,8
Paraíba	29,6	11,5	17,3	157,7
Pernambuco	28,8	16,7	21,1	73,0
Piauí	25,0	14,7	17,3	69,6
Rio Grande do Norte	28,5	15,9	20,6	79,0
Sergipe	26,8	16,4	19,4	63,3
<b>NORDESTE</b>	<b>27,2</b>	<b>15,1</b>	<b>18,5</b>	<b>80,1</b>
Espírito Santo	50,3	29,9	37,5	68,4
Minas Gerais	42,4	22,7	31,0	86,9
Rio de Janeiro	53,4	34,8	44,5	53,5
São Paulo	53,1	31,7	46,3	67,6
<b>SUDESTE</b>	<b>51,0</b>	<b>29,2</b>	<b>41,7</b>	<b>75,0</b>
Paraná	47,9	29,6	43,3	61,9
Rio Grande do Sul	42,0	24,3	39,1	73,1
Santa Catarina	49,3	28,6	46,7	72,6
<b>SUL</b>	<b>45,8</b>	<b>27,7</b>	<b>42,4</b>	<b>65,3</b>
Distrito Federal	65,1	43,6	52,6	49,3
Goiás	39,6	26,9	32,1	47,4
Mato Grosso do Sul	46,0	24,5	35,8	88,1
Mato Grosso	41,3	20,0	27,6	106,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>46,1</b>	<b>28,0</b>	<b>35,6</b>	<b>64,7</b>
<b>BRASIL</b>	<b>44,1</b>	<b>21,5</b>	<b>32,3</b>	<b>105,7</b>

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Como tivemos a oportunidade de analisar, se as diferenças de gênero parecem significar pouco ou nada na determinação das condições de acesso à Internet, as geográficas, as de cor e, fundamentalmente, as econômicas, evidenciaram ter um peso marcado e relevante na determinação das condições e possibilidades de acesso de nossa juventude. Se em outras áreas, como saúde ou educação, os grandes diferenciais existentes foram progressivamente paliados por longas décadas de políticas públicas que, independentemente de sua maior ou menor efetividade, tiveram a virtude de deixar rastros ou seqüelas, nessa área, relativamente nova, com escassas políticas públicas, as contradições e diferenças sociais aparecem em seu estado mais despojado e nu.

Nos itens acima desenvolvidos tivemos a possibilidade de verificar que:

- a. Tomando os extremos geográficos, no Distrito Federal, com um índice de 52,6%, o acesso à Internet é 369% maior que o de Alagoas, cujo índice é de 11,2%.
- b. Tomando como referência os extremos de renda, o decil 10, com um índice de 81% resulta 1.373% superior ao índice do decil mais pobre, cujo nível de acesso é de 5,5%.
- c. Na questão da cor, o índice de acesso dos brancos: 44,1%, resulta 105,7% maior que o dos negros, de 21,5%.

Mas essas desigualdades, de forma isolada, não refletem ainda a nua realidade. Se tomarmos, por exemplo, os jovens negros pobres (os do primeiro decil de renda) do estado de Rio Grande do Norte, ou de Alagoas – em torno de 0,7% de acesso –, e compararmos com os jovens brancos mais ricos do Paraná, que ostentam índices de acesso de acima de 94%<sup>64</sup>, teríamos que estes últimos têm 13.330% mais acesso do que o jovem negro e pobre de Rio Grande do Norte ou de Alagoas.

---

64. Poderia também ser Amapá: 100%; Distrito Federal, Goiás ou Piauí, com 91%.

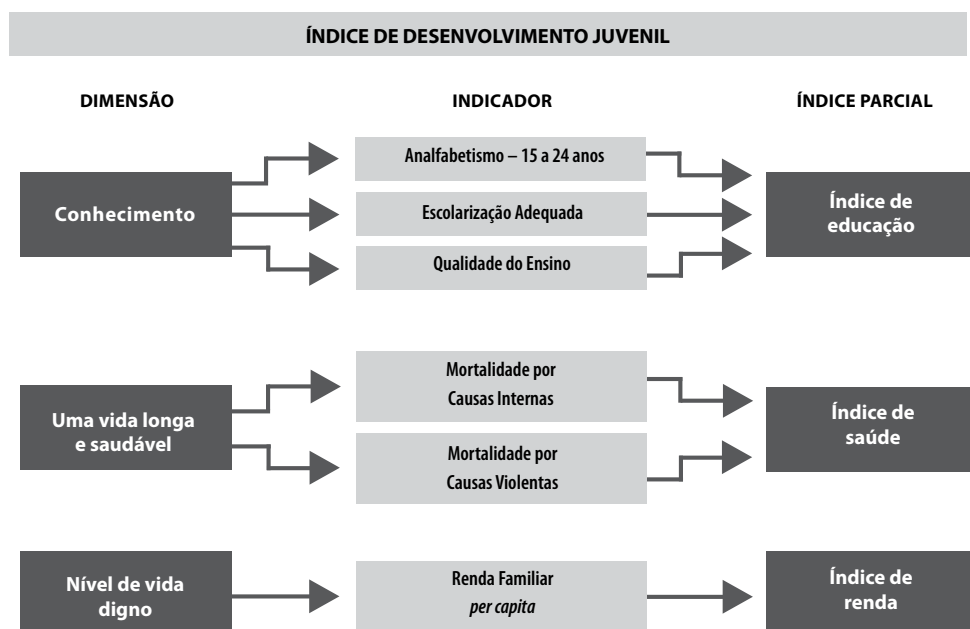
## 7. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL

### 7.1 0 IDJ

A partir das análises desenvolvidas nos capítulos anteriores, já é possível apresentar o nosso indicador sintético da situação da juventude no Brasil.

O intento fundamental na elaboração do Índice de Desenvolvimento Juvenil foi precisar locais, aspectos e graus de desigualdade que afetam os jovens em relação às possibilidades de acesso aos benefícios sociais considerados básicos, como educação, renda e saúde.

A partir dos referenciais fornecidos pelo IDH do PNUD, foram consideradas, para construir o Índice, as seguintes dimensões e seus respectivos indicadores.



Os indicadores de base foram assim construídos:

1. Analfabetismo – porcentagem de analfabetos na faixa dos 15 aos 24 anos de idade em relação à população total da mesma faixa etária. Fonte: PNAD 2006.
2. Escolarização adequada – porcentagem de jovens dos 15 aos 24 anos de idade que freqüentam escola de Ensino Médio ou superior em relação à população total da mesma faixa etária. Fonte: PNAD 2006.
3. Qualidade do ensino – média estandardizada das escalas de proficiência da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, nas áreas de língua portuguesa e matemática. Fonte: SAEB 2005.
4. Mortalidade por causas internas – taxa de óbitos em 100 mil jovens dos 15 aos 24 anos de idade, atribuíveis a causas internas, segundo definição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Fonte: SIM 2005.
5. Mortalidade por causas violentas – taxa de óbitos em 100 mil jovens dos 15 aos 24 anos de idade, acontecidos por causas consideradas violentas (suicídios, acidentes de transporte e homicídios, segundo definição na Classificação Internacional de Doenças – CID-10). Fonte: SIM 2005.
6. Renda familiar *per capita* – valor do rendimento mensal familiar dividido pelo número de integrantes da família dos jovens na faixa dos 15 aos 24 anos de idade. Fonte: PNAD 2006.

Esses seis indicadores foram combinados para estruturar os três índices parciais: o de educação, o de saúde e o de renda, cuja média constitui o Índice de Desenvolvimento Juvenil.

Algumas limitações surgidas durante o processo de construção do IDJ devem ainda ser apontadas. Em primeiro lugar, o fato de investigar exclusivamente fontes secundárias impõe as naturais limitações e restrições que a fonte possui. Entre essas limitações, podemos citar o fato de a PNAD ter começado recentemente a coletar dados das áreas rurais da maior parte dos estados da região Norte em 2004, além de adotar a compreensão da alfabetização como mera capacidade de ler e interpretar um bilhete simples.

Em segundo lugar, a ausência de levantamentos sistemáticos e fidedignos limita o espectro de indicadores potencialmente relevantes para o tema da juventude que poderiam ser incorporados na composição do índice, como condições de acesso à cultura, a esportes, a lazer, à participação política etc.

Entrando diretamente nos resultados, as tabelas a seguir permitem verificar que Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul aparecem liderando o atual Índice de Desenvolvimento Juvenil. Não é surpreendente, dado que são estados que também lideraram o último Índice de Desenvolvimento Humano e, em segundo lugar, e numa ordem diferente, também encabeçaram os IDJ nos anteriores Relatórios de Desenvolvimento Juvenil: o de 2003 e de 2005.

No outro extremo da escala encontramos Piauí, Maranhão, Pernambuco e Alagoas, estados que nas versões anteriores do Índice, também ocupavam posições relativamente extremas.

Amapá, Roraima, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, com índices superiores a 0,950, podem ser consideradas áreas onde praticamente foi erradicado o analfabetismo juvenil, por apresentarem índices de 1% ou menos de jovens analfabetos. Por outro lado, Alagoas, com uma taxa de 9,7% de analfabetos na faixa jovem, ocupa o último lugar no espectro, com um índice de 0,515.

Ocupando postos de destaque no quesito “escolarização adequada”, são encontrados o Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Amapá, com índices acima de 0,700. Os desempenhos mais baixos, nesse aspecto, ficaram com Paraíba, Pará e Alagoas, cujos índices encontram-se abaixo de 0,400.

Concernente à qualidade de ensino, Rio Grande do Sul (0,669) e Distrito Federal (0,657) foram as únicas unidades a ultrapassar a barreira de 0,600. Os menores índices, em torno de 0,200, ficaram com os Estados de Amazonas e Alagoas.

No cômputo da dimensão educacional, o Distrito Federal foi a única unidade a ultrapassar o índice 0,800. Num outro extremo, Alagoas foi a unidade que não atingiu a casa de 0,400 nesse índice.

Tal como foi observado na área educacional, também no que concerne à renda dos jovens, os cinco primeiros lugares são ocupados por unidades (Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro) das regiões consideradas mais favorecidas. Novamente é no Norte e no Nordeste, mais precisamente no Amapá, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, que se apresentam as últimas colocações nesse índice parcial.

Diferentemente do que foi visto com os indicadores de educação e os de renda, não são observadas estreitas relações entres esses índices e os de saúde, sobretudo quando o indicador é mortalidade por causas violentas. É assim que verificamos, por exemplo, como o estado do Rio de Janeiro que, ocupando o 5º lugar em educação e o 4º em renda, encontra-se

no último lugar (27º) quando o quesito é mortalidade por causas violentas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao Distrito Federal, que ocupa o primeiro lugar em educação e também o primeiro em renda e encontra-se na posição 21 na mortalidade juvenil por causas violentas. Situação inversa ocorre no Maranhão, estado que ocupa a 26ª posição tanto em educação quanto em renda e o menor índice do país em mortalidade por causas violentas entre os jovens.

Ainda no que diz respeito à saúde, mais especificamente às mortes por causas naturais, embora haja uma concentração dos maiores índices em estados mais pobres do Norte e Nordeste (Acre, Piauí e Pará), também é possível verificar que unidades que se destacaram positivamente em educação e renda – como o Distrito Federal e Rio de Janeiro – também podem apresentar resultados desfavoráveis.

As tabelas que seguem não só sistematizam as informações referentes ao IDJ até aqui detalhadas, como também apresentam outras de igual relevância.

- A tabela 7.1.1 apresenta os seis indicadores e as três dimensões que integram o índice, assim como o próprio IDJ, para as diversas unidades federadas, regiões e total Brasil.
- A tabela 7.1.2 apresenta os mesmos resultados para as unidades federadas do país, só que ordenadas pelo seu IDJ.
- A tabela 7.1.3 realiza o mesmo ordenamento da Tabela 7.1 2, só que para as cinco grandes regiões do país.
- A tabela 7.1.4 ordena as unidades federadas pela sua posição relativa em cada um dos indicadores, dimensões e IDJ final.
- A tabela 7.1.5 detalha a evolução dos indicadores, dimensões e IDJ final nos três estudos realizados: 2003, 2005 e 2007.
- Por último, a tabela 7.1.6 especifica os valores originais (pontuações, percentagem ou valores) dos diversos indicadores utilizados para construir os indicadores dos IDJ de 2003, 2005 e 2007.

Tabela 7.1.1

Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2007 – Unidades da Federação e Regiões

UF/REGIÃO	Analfabetismo	Escol. adeq.	Qualid. ensino	EDUCAÇÃO	Mortalidade		SAÚDE	RENDA	IDJ
					Internas	Violenta			
Acre	0,752	0,540	0,353	0,548	0,407	0,703	0,555	0,276	0,460
Amapá	0,957	0,735	0,341	0,678	0,711	0,512	0,611	0,234	0,508
Amazonas	0,869	0,477	0,210	0,519	0,572	0,693	0,632	0,271	0,474
Pará	0,832	0,386	0,331	0,517	0,481	0,654	0,568	0,229	0,438
Rondônia	0,945	0,392	0,449	0,595	0,742	0,579	0,661	0,311	0,522
Roraima	0,966	0,519	0,381	0,622	0,597	0,744	0,670	0,287	0,526
Tocantins	0,846	0,610	0,274	0,577	0,542	0,694	0,618	0,272	0,489
<b>NORTE</b>	<b>0,859</b>	<b>0,452</b>	<b>0,304</b>	<b>0,538</b>	<b>0,543</b>	<b>0,656</b>	<b>0,600</b>	<b>0,248</b>	<b>0,462</b>
Alagoas	0,515	0,306	0,258	0,359	0,638	0,489	0,564	0,178	0,367
Bahia	0,796	0,440	0,329	0,522	0,654	0,734	0,694	0,202	0,473
Ceará	0,768	0,486	0,347	0,534	0,620	0,657	0,639	0,203	0,458
Maranhão	0,669	0,404	0,205	0,426	0,551	0,795	0,673	0,189	0,429
Paraíba	0,751	0,396	0,279	0,476	0,644	0,706	0,675	0,213	0,455
Pernambuco	0,742	0,424	0,298	0,488	0,602	0,356	0,479	0,216	0,394
Piauí	0,649	0,486	0,322	0,486	0,441	0,721	0,581	0,224	0,430
Rio G. do Norte	0,682	0,407	0,293	0,461	0,681	0,755	0,718	0,229	0,469
Sergipe	0,753	0,489	0,442	0,561	0,560	0,679	0,619	0,243	0,474
<b>NORDESTE</b>	<b>0,735</b>	<b>0,432</b>	<b>0,305</b>	<b>0,491</b>	<b>0,611</b>	<b>0,652</b>	<b>0,631</b>	<b>0,207</b>	<b>0,443</b>
Espírito Santo	0,916	0,555	0,530	0,667	0,690	0,371	0,530	0,355	0,518
Minas Gerais	0,930	0,610	0,568	0,703	0,668	0,636	0,652	0,347	0,567
Rio de Janeiro	0,952	0,730	0,456	0,712	0,588	0,346	0,467	0,463	0,548
São Paulo	0,966	0,699	0,479	0,715	0,712	0,660	0,686	0,476	0,626
<b>SUDESTE</b>	<b>0,952</b>	<b>0,675</b>	<b>0,500</b>	<b>0,709</b>	<b>0,678</b>	<b>0,584</b>	<b>0,631</b>	<b>0,437</b>	<b>0,592</b>
Paraná	0,951	0,627	0,504	0,694	0,665	0,437	0,551	0,412	0,552
Rio Grande do Sul	0,956	0,630	0,669	0,752	0,692	0,642	0,667	0,429	0,616
Santa Catarina	0,965	0,762	0,579	0,769	0,751	0,612	0,681	0,492	0,647
<b>SUL</b>	<b>0,956</b>	<b>0,659</b>	<b>0,580</b>	<b>0,732</b>	<b>0,695</b>	<b>0,557</b>	<b>0,626</b>	<b>0,435</b>	<b>0,597</b>
Distrito Federal	0,962	0,785	0,657	0,801	0,600	0,509	0,554	0,643	0,666
Goiás	0,938	0,610	0,405	0,651	0,733	0,560	0,646	0,357	0,551
Mato Grosso do Sul	0,950	0,523	0,545	0,673	0,639	0,487	0,563	0,372	0,536
Mato Grosso	0,945	0,537	0,378	0,620	0,643	0,568	0,605	0,343	0,523
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,946</b>	<b>0,612</b>	<b>0,464</b>	<b>0,674</b>	<b>0,672</b>	<b>0,539</b>	<b>0,606</b>	<b>0,408</b>	<b>0,563</b>
IDJ BRASIL 2007	0,879	0,576	0,440	0,632	0,648	0,604	0,626	0,348	0,535
IDJ BRASIL 2005	0,830	0,554	0,498	0,627	0,613	0,594	0,603	0,375	0,535
IDJ BRASIL 2003	0,785	0,476	0,486	0,582	0,597	0,622	0,610	0,419	0,537

Tabela 7.1.2

Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2007 – Ordenamento das Unidades da Federação por IDJ

UF	Analfabetismo	Escol. Adeq.	Qualid. Ensino	EDUCAÇÃO	Mortalidade		SAÚDE	RENDA	IDJ
					Internas	Violenta			
Distrito Federal	0,962	0,785	0,657	<b>0,801</b>	0,600	0,509	<b>0,554</b>	<b>0,643</b>	<b>0,666</b>
Santa Catarina	0,965	0,762	0,579	<b>0,769</b>	0,751	0,612	<b>0,681</b>	<b>0,492</b>	<b>0,647</b>
São Paulo	0,966	0,699	0,479	<b>0,715</b>	0,712	0,660	<b>0,686</b>	<b>0,476</b>	<b>0,626</b>
Rio Grande do Sul	0,956	0,630	0,669	<b>0,752</b>	0,692	0,642	<b>0,667</b>	<b>0,429</b>	<b>0,616</b>
Minas Gerais	0,930	0,610	0,568	<b>0,703</b>	0,668	0,636	<b>0,652</b>	<b>0,347</b>	<b>0,567</b>
Paraná	0,951	0,627	0,504	<b>0,694</b>	0,665	0,437	<b>0,551</b>	<b>0,412</b>	<b>0,552</b>
Goiás	0,938	0,610	0,405	<b>0,651</b>	0,733	0,560	<b>0,646</b>	<b>0,357</b>	<b>0,551</b>
Rio de Janeiro	0,952	0,730	0,456	<b>0,712</b>	0,588	0,346	<b>0,467</b>	<b>0,463</b>	<b>0,548</b>
Mato Grosso do Sul	0,950	0,523	0,545	<b>0,673</b>	0,639	0,487	<b>0,563</b>	<b>0,372</b>	<b>0,536</b>
Roraima	0,966	0,519	0,381	<b>0,622</b>	0,597	0,744	<b>0,670</b>	<b>0,287</b>	<b>0,526</b>
Mato Grosso	0,945	0,537	0,378	<b>0,620</b>	0,643	0,568	<b>0,605</b>	<b>0,343</b>	<b>0,523</b>
Rondônia	0,945	0,392	0,449	<b>0,595</b>	0,742	0,579	<b>0,661</b>	<b>0,311</b>	<b>0,522</b>
Espírito Santo	0,916	0,555	0,530	<b>0,667</b>	0,690	0,371	<b>0,530</b>	<b>0,355</b>	<b>0,518</b>
Amapá	0,957	0,735	0,341	<b>0,678</b>	0,711	0,512	<b>0,611</b>	<b>0,234</b>	<b>0,508</b>
Tocantins	0,846	0,610	0,274	<b>0,577</b>	0,542	0,694	<b>0,618</b>	<b>0,272</b>	<b>0,489</b>
Sergipe	0,753	0,489	0,442	<b>0,561</b>	0,560	0,679	<b>0,619</b>	<b>0,243</b>	<b>0,474</b>
Amazonas	0,869	0,477	0,210	<b>0,519</b>	0,572	0,693	<b>0,632</b>	<b>0,271</b>	<b>0,474</b>
Bahia	0,796	0,440	0,329	<b>0,522</b>	0,654	0,734	<b>0,694</b>	<b>0,202</b>	<b>0,473</b>
Rio Grande do Norte	0,682	0,407	0,293	<b>0,461</b>	0,681	0,755	<b>0,718</b>	<b>0,229</b>	<b>0,469</b>
Acre	0,752	0,540	0,353	<b>0,548</b>	0,407	0,703	<b>0,555</b>	<b>0,276</b>	<b>0,460</b>
Ceará	0,768	0,486	0,347	<b>0,534</b>	0,620	0,657	<b>0,639</b>	<b>0,203</b>	<b>0,458</b>
Paraíba	0,751	0,396	0,279	<b>0,476</b>	0,644	0,706	<b>0,675</b>	<b>0,213</b>	<b>0,455</b>
Pará	0,832	0,386	0,331	<b>0,517</b>	0,481	0,654	<b>0,568</b>	<b>0,229</b>	<b>0,438</b>
Piauí	0,649	0,486	0,322	<b>0,486</b>	0,441	0,721	<b>0,581</b>	<b>0,224</b>	<b>0,430</b>
Maranhão	0,669	0,404	0,205	<b>0,426</b>	0,551	0,795	<b>0,673</b>	<b>0,189</b>	<b>0,429</b>
Pernambuco	0,742	0,424	0,298	<b>0,488</b>	0,602	0,356	<b>0,479</b>	<b>0,216</b>	<b>0,394</b>
Alagoas	0,515	0,306	0,258	<b>0,359</b>	0,638	0,489	<b>0,564</b>	<b>0,178</b>	<b>0,367</b>

Tabela 7.1.3

Índice de Desenvolvimento Juvenil –IDJ– 2007 - Ordenamento das Regiões por IDJ

REGIÃO	Analfabetismo	Escol. Adeq.	Qualid. Ensino	EDUCAÇÃO	Mortalidade		SAÚDE	RENDA	IDJ
					Internas	Violenta			
SUL	0,956	0,659	0,580	<b>0,732</b>	0,695	0,557	<b>0,626</b>	<b>0,435</b>	<b>0,597</b>
SUDESTE	0,952	0,675	0,500	<b>0,709</b>	0,678	0,584	<b>0,631</b>	<b>0,437</b>	<b>0,592</b>
CENTRO OESTE	0,946	0,612	0,464	<b>0,674</b>	0,672	0,539	<b>0,606</b>	<b>0,408</b>	<b>0,563</b>
NORTE	0,859	0,452	0,304	<b>0,538</b>	0,543	0,656	<b>0,600</b>	<b>0,248</b>	<b>0,462</b>
NORDESTE	0,735	0,432	0,305	<b>0,491</b>	0,611	0,652	<b>0,631</b>	<b>0,207</b>	<b>0,443</b>

Tabela 7.1.4

Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2005 – Posição das Unidades da Federação nos Indicadores

UF	Analfabetismo	Escol. adeq.	Qualid. ensino	EDUCAÇÃO	Mortalidade		SAÚDE	RENDA	IDJ
					Internas	Violenta			
Acre	21º	12º	15º	17º	27º	7º	22º	14º	20º
Alagoas	27º	27º	25º	27º	15º	22º	20º	27º	27º
Amapá	5º	3º	17º	8º	5º	20º	16º	18º	14º
Amazonas	15º	19º	26º	20º	21º	9º	13º	16º	17º
Bahia	18º	20º	19º	19º	11º	4º	2º	25º	18º
Ceará	19º	17º	16º	18º	16º	12º	12º	24º	21º
Distrito Federal	4º	1º	2º	1º	18º	21º	23º	1º	1º
Espírito Santo	14º	11º	6º	10º	7º	25º	25º	9º	13º
Goiás	12º	8º	12º	11º	3º	19º	11º	8º	7º
Maranhão	25º	23º	27º	26º	23º	1º	6º	26º	25º
Mato Grosso	10º	13º	14º	13º	13º	18º	17º	11º	11º
Mato Grosso do Sul	9º	14º	5º	9º	14º	23º	21º	7º	9º
Minas Gerais	13º	9º	4º	6º	9º	15º	10º	10º	5º
Pará	17º	26º	18º	21º	25º	13º	19º	19º	23º
Paraíba	22º	24º	23º	24º	12º	6º	5º	23º	22º
Paraná	8º	7º	7º	7º	10º	24º	24º	6º	6º
Pernambuco	23º	21º	21º	22º	17º	26º	26º	22º	26º
Piauí	26º	18º	20º	23º	26º	5º	18º	21º	24º
Rio de Janeiro	7º	4º	9º	5º	20º	27º	27º	4º	8º
Rio Grande do Norte	24º	22º	22º	25º	8º	2º	1º	20º	19º
Rio Grande do Sul	6º	6º	1º	3º	6º	14º	8º	5º	4º
Rondônia	11º	25º	10º	14º	2º	17º	9º	12º	12º
Roraima	2º	15º	13º	12º	19º	3º	7º	13º	10º
Santa Catarina	3º	2º	3º	2º	1º	16º	4º	2º	2º
São Paulo	1º	5º	8º	4º	4º	11º	3º	3º	3º
Sergipe	20º	16º	11º	16º	22º	10º	14º	17º	16º
Tocantins	16º	10º	24º	15º	24º	8º	15º	15º	15º

Tabela 7.1.5

Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – Comparação IDJ 2003, 2005 e 2007

UF/REGIÃO	Analfabetismo			Escol. adequada			Qual. ensino			EDUCAÇÃO			Causas internas		
	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007
	Distrito Federal	0,925	0,950	0,962	0,693	0,768	0,785	0,662	0,620	0,657	0,760	0,779	0,801	0,528	0,573
Santa Catarina	0,950	0,955	0,965	0,660	0,741	0,762	0,628	0,802	0,579	0,746	0,832	0,769	0,740	0,731	0,751
São Paulo	0,945	0,955	0,966	0,660	0,709	0,699	0,520	0,545	0,479	0,708	0,736	0,715	0,635	0,671	0,712
Rio Grande do Sul	0,935	0,935	0,956	0,580	0,670	0,630	0,713	0,678	0,669	0,743	0,761	0,752	0,639	0,673	0,692
Minas Gerais	0,885	0,910	0,930	0,450	0,559	0,610	0,561	0,558	0,568	0,632	0,676	0,703	0,582	0,621	0,668
Paraná	0,920	0,935	0,951	0,588	0,669	0,627	0,517	0,588	0,504	0,675	0,731	0,694	0,659	0,674	0,665
Goias	0,890	0,935	0,938	0,490	0,581	0,610	0,476	0,498	0,405	0,619	0,672	0,651	0,650	0,668	0,733
Rio de Janeiro	0,920	0,945	0,952	0,585	0,677	0,730	0,582	0,584	0,456	0,696	0,735	0,712	0,546	0,537	0,588
Mato Grosso do Sul	0,900	0,900	0,950	0,363	0,529	0,523	0,594	0,443	0,545	0,619	0,624	0,673	0,590	0,651	0,639
Roraima	0,742	0,829	0,966	0,453	0,575	0,519	0,341	0,450	0,381	0,512	0,618	0,622	0,428	0,543	0,597
Mato Grosso	0,870	0,910	0,945	0,408	0,417	0,537	0,482	0,577	0,378	0,586	0,635	0,620	0,610	0,606	0,643
Rondonia	0,845	0,861	0,945	0,235	0,388	0,392	0,479	0,408	0,449	0,520	0,552	0,595	0,613	0,643	0,742
Espirito Santo	0,840	0,905	0,916	0,490	0,554	0,555	0,529	0,514	0,530	0,620	0,658	0,667	0,594	0,572	0,690
Amapá	0,917	0,917	0,957	0,507	0,555	0,735	0,377	0,432	0,341	0,600	0,634	0,678	0,495	0,528	0,711
Tocantins	0,740	0,810	0,846	0,403	0,464	0,610	0,326	0,269	0,274	0,490	0,514	0,577	0,510	0,567	0,542
Sergipe	0,565	0,640	0,753	0,338	0,496	0,489	0,372	0,360	0,442	0,425	0,499	0,561	0,508	0,602	0,560
Amazonas	0,621	0,698	0,869	0,322	0,525	0,477	0,274	0,329	0,210	0,406	0,517	0,519	0,531	0,569	0,572
Bahia	0,615	0,700	0,796	0,278	0,380	0,440	0,378	0,402	0,329	0,423	0,494	0,522	0,593	0,633	0,654
Rio Grande do Norte	0,520	0,625	0,682	0,383	0,448	0,407	0,359	0,356	0,293	0,420	0,476	0,461	0,680	0,677	0,681
Acre	0,314	0,490	0,752	0,346	0,518	0,540	0,314	0,416	0,353	0,324	0,474	0,548	0,271	0,360	0,407
Ceará	0,530	0,650	0,768	0,358	0,403	0,486	0,349	0,391	0,347	0,412	0,481	0,534	0,585	0,570	0,620
Parariba	0,410	0,625	0,751	0,218	0,333	0,396	0,355	0,340	0,279	0,327	0,432	0,476	0,520	0,612	0,644
Pará	0,571	0,630	0,832	0,260	0,390	0,386	0,407	0,354	0,331	0,413	0,458	0,517	0,507	0,427	0,481
Piauí	0,345	0,475	0,649	0,333	0,412	0,486	0,436	0,414	0,322	0,371	0,433	0,486	0,530	0,414	0,441
Maranhão	0,520	0,600	0,669	0,250	0,285	0,404	0,289	0,372	0,205	0,353	0,419	0,426	0,617	0,527	0,551
Pernambuco	0,540	0,580	0,742	0,295	0,350	0,424	0,308	0,356	0,298	0,381	0,429	0,488	0,538	0,593	0,602
Alagoas	0,230	0,230	0,515	0,153	0,224	0,306	0,309	0,339	0,258	0,230	0,264	0,359	0,482	0,556	0,638

Tabela 7.1.5 (Continuação)

Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – Comparação IDJ 2003, 2005 e 2007

UF/REGIÃO	Causas violent.									SAÚDE			RENDIA			IDJ			Posição																				
	2003			2005			2007			2003			2005			2007			2003			2005			2007														
	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007												
Distrito Federal	0,458	0,415	0,509	0,493	0,494	0,554	0,703	0,649	0,643	0,652	0,641	0,666	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º										
Santa Catarina	0,731	0,669	0,612	0,735	0,700	0,681	0,537	0,527	0,492	0,673	0,687	0,647	1º	1º	4º	4º	3º	4º	4º	3º	4º	3º	4º	3º	4º	3º	4º	3º	4º	3º									
São Paulo	0,442	0,490	0,660	0,538	0,580	0,686	0,620	0,517	0,476	0,622	0,611	0,626	3º	2º	3º	2º	4º	3º	2º	4º	3º	2º	4º	3º	2º	4º	3º	2º	4º	3º									
Rio Grande do Sul	0,707	0,678	0,642	0,673	0,675	0,667	0,523	0,485	0,429	0,646	0,641	0,616	6º	8º	5º	6º	7º	6º	5º	6º	7º	6º	5º	6º	7º	6º	5º	6º	7º	6º									
Minas Gerais	0,800	0,677	0,636	0,691	0,649	0,652	0,371	0,341	0,347	0,565	0,555	0,567	5º	5º	6º	5º	6º	5º	6º	5º	6º	5º	6º	5º	6º	5º	6º	5º	6º	5º	6º								
Paraná	0,650	0,549	0,437	0,655	0,611	0,551	0,471	0,429	0,412	0,600	0,590	0,552	7º	6º	7º	6º	7º	6º	7º	6º	7º	6º	7º	6º	7º	6º	7º	6º	7º	6º	7º	6º							
Goiás	0,628	0,633	0,560	0,639	0,651	0,646	0,417	0,392	0,357	0,558	0,571	0,551	8º	7º	8º	7º	8º	7º	8º	7º	8º	7º	8º	7º	8º	7º	8º	7º	8º	7º	8º	7º							
Rio de Janeiro	0,357	0,326	0,346	0,452	0,432	0,467	0,523	0,518	0,463	0,557	0,562	0,548	9º	9º	9º	8º	9º	8º	9º	8º	9º	8º	9º	8º	9º	8º	9º	8º	9º	8º	9º	8º							
Mato Grosso do Sul	0,576	0,507	0,487	0,583	0,579	0,563	0,426	0,410	0,372	0,543	0,538	0,536	10º	10º	10º	9º	10º	9º	10º	9º	10º	9º	10º	9º	10º	9º	10º	9º	10º	9º	10º	9º							
Roraima	0,371	0,552	0,744	0,400	0,548	0,670	0,327	0,294	0,287	0,413	0,486	0,526	11º	11º	11º	10º	11º	10º	11º	10º	11º	10º	11º	10º	11º	10º	11º	10º	11º	10º	11º	10º	11º	10º					
Mato Grosso	0,517	0,554	0,568	0,564	0,580	0,605	0,440	0,365	0,343	0,530	0,527	0,523	12º	12º	12º	11º	12º	11º	12º	11º	12º	11º	12º	11º	12º	11º	12º	11º	12º	11º	12º	11º	12º	11º					
Rondônia	0,607	0,598	0,579	0,610	0,620	0,661	0,287	0,275	0,311	0,472	0,483	0,522	13º	13º	13º	12º	13º	12º	13º	12º	13º	12º	13º	12º	13º	12º	13º	12º	13º	12º	13º	12º	13º	12º	13º				
Espírito Santo	0,431	0,370	0,371	0,513	0,471	0,530	0,374	0,387	0,355	0,502	0,505	0,518	14º	14º	14º	13º	14º	13º	14º	13º	14º	13º	14º	13º	14º	13º	14º	13º	14º	13º	14º	13º	14º	13º	14º				
Amapá	0,467	0,735	0,512	0,481	0,632	0,611	0,337	0,269	0,234	0,473	0,511	0,508	15º	15º	15º	14º	15º	14º	15º	14º	15º	14º	15º	14º	15º	14º	15º	14º	15º	14º	15º	14º	15º	14º	15º				
Tocantins	0,697	0,675	0,694	0,604	0,621	0,618	0,329	0,272	0,272	0,474	0,469	0,489	16º	16º	16º	15º	16º	15º	16º	15º	16º	15º	16º	15º	16º	15º	16º	15º	16º	15º	16º	15º	16º	15º	16º	15º			
Sergipe	0,670	0,642	0,679	0,589	0,622	0,619	0,260	0,263	0,243	0,425	0,461	0,474	17º	17º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º	16º	17º		
Amazonas	0,706	0,386	0,693	0,619	0,478	0,632	0,259	0,278	0,271	0,428	0,424	0,474	18º	18º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º	17º	18º		
Bahia	0,865	0,797	0,734	0,729	0,715	0,694	0,237	0,212	0,202	0,463	0,474	0,473	19º	19º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º	18º	19º		
Rio Grande do Norte	0,833	0,779	0,755	0,757	0,728	0,718	0,260	0,224	0,229	0,479	0,476	0,469	20º	20º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º	19º	20º		
Acre	0,700	0,639	0,703	0,486	0,500	0,555	0,345	0,268	0,276	0,385	0,414	0,460	21º	21º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	21º	20º	
Ceará	0,742	0,698	0,657	0,663	0,634	0,639	0,243	0,215	0,203	0,440	0,443	0,458	22º	22º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º	21º	22º
Pernambuco	0,771	0,751	0,706	0,645	0,681	0,675	0,214	0,221	0,213	0,396	0,445	0,455	23º	23º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º	22º	23º
Paraná	0,817	0,723	0,654	0,662	0,575	0,568	0,238	0,211	0,229	0,438	0,415	0,438	24º	24º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º	23º	24º
Pará	0,838	0,776	0,721	0,684	0,595	0,581	0,214	0,199	0,224	0,423	0,409	0,430	25º	25º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º	24º	25º
Piauí	0,893	0,829	0,795	0,755	0,678	0,673	0,217	0,195	0,189	0,442	0,431	0,429	26º	26º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º	25º	26º
Maranhão	0,360	0,361	0,356	0,449	0,477	0,479	0,251	0,217	0,216	0,361	0,374	0,394	27º	27º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º	26º	27º
Pernambuco	0,660	0,545	0,489	0,571	0,551	0,564	0,209	0,191	0,178	0,337	0,335	0,367	28º	28º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º	27º	28º
Alagoas	0,660	0,545	0,489	0,571	0,551	0,564	0,209	0,191	0,178	0,337	0,335	0,367	29º	29º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º	28º	29º

Tabela 7.1.6

Valores Originais dos Indicadores de Base do IDJ 2003, 2005 e 2007

UF/REGIÃO	Analfabetos (%)						Matric. adequada v(%)						Qualidade do ensino (Escala SAEB)					
	2003		2005		2007		2003		2005		2007		Matemáticas 8º EF		Português 8º EF			
	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007			
Acre	13,7	10,2	5,0	23,8	30,7	31,6	223,1	229,1	226,7	222,5	222,5	222,5	226,0	228,2				
Amapá	1,7	1,7	0,9	30,3	32,2	39,4	231,8	232,5	225,0	232,5	234,7	223,2	223,2					
Amazonas	7,6	6,0	2,6	22,9	31,0	29,1	226,3	225,8	218,6	221,2	221,0	217,5	217,5					
Pará	8,6	7,4	3,4	20,4	25,6	25,4	235,6	230,8	230,1	235,9	227,4	231,2	231,2					
Rondônia	3,1	2,8	1,1	19,4	25,5	25,7	240,7	233,6	240,4	237,4	223,4	232,9	232,9					
Roraima	5,2	3,4	0,7	28,1	33,0	30,8	234,6	242,6	228,1	229,4	237,9	224,5	224,5					
Tocantins	5,2	3,8	3,1	26,1	28,6	34,4	232,3	226,2	221,2	227,9	222,4	219,6	219,6					
<b>NORTE</b>	<b>7,3</b>	<b>6,1</b>	<b>2,8</b>	<b>22,1</b>	<b>27,7</b>	<b>28,1</b>	<b>231,9</b>	<b>229,3</b>	<b>226,6</b>	<b>229,3</b>	<b>224,9</b>	<b>225,7</b>	<b>225,7</b>					
Alagoas	15,4	15,4	8,2	16,2	18,9	22,2	225,5	228,0	218,7	216,6	215,6	210,0	210,0					
Bahia	7,7	6,0	4,1	21,2	25,2	27,6	232,3	235,9	227,1	225,9	228,9	224,8	224,8					
Ceará	9,4	7,0	4,6	24,3	26,1	29,5	226,2	227,9	225,5	219,6	220,8	217,9	217,9					
Maranhão	9,6	8,0	6,6	20,0	21,4	26,2	223,1	221,5	218,4	215,6	219,4	218,5	218,5					
Paraiaba	11,8	7,5	5,0	18,7	23,3	25,9	232,0	227,5	224,0	224,6	221,5	219,5	219,5					
Pernambuco	9,2	8,4	5,2	21,8	24,0	27,0	226,2	229,8	225,3	217,9	220,2	215,8	215,8					
Piauí	13,1	10,5	7,0	23,3	26,5	29,4	239,6	238,6	228,3	228,9	223,5	220,6	220,6					
Rio Grande do Norte	9,6	7,5	6,4	25,2	27,9	26,3	233,7	232,6	226,4	228,2	221,0	219,0	219,0					
Sergipe	8,7	7,2	4,9	23,5	29,8	29,5	231,6	233,0	240,7	226,5	221,3	231,1	231,1					
<b>NORDESTE</b>	<b>9,6</b>	<b>7,9</b>	<b>5,3</b>	<b>21,6</b>	<b>24,6</b>	<b>27,3</b>	<b>228,8</b>	<b>230,3</b>	<b>225,2</b>	<b>221,7</b>	<b>222,3</b>	<b>219,4</b>	<b>219,4</b>					
Espírito Santo	3,2	1,9	1,7	29,7	32,2	32,2	246,4	245,5	250,0	240,6	231,3	234,5	234,5					
Minas Gerais	2,3	1,8	1,4	28,0	32,4	34,4	254,9	250,7	254,3	242,5	232,0	238,1	238,1					
Rio de Janeiro	1,6	1,1	1,0	33,4	37,1	39,2	251,5	251,7	243,5	247,4	239,5	236,7	236,7					
São Paulo	1,1	0,9	0,7	36,4	38,4	38,0	247,1	253,6	242,0	237,2	236,3	237,4	237,4					
<b>SUDESTE</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>1,0</b>	<b>33,4</b>	<b>36,3</b>	<b>37,0</b>	<b>249,7</b>	<b>252,1</b>	<b>245,9</b>	<b>240,3</b>	<b>235,4</b>	<b>237,4</b>	<b>237,4</b>					
Paraná	1,6	1,3	1,0	33,4	36,8	35,1	247,4	258,2	245,0	240,5	238,3	230,0	230,0					
Rio Grande do Sul	1,3	1,3	0,9	33,2	36,8	35,2	260,4	259,3	257,8	252,4	245,9	244,5	244,5					
Santa Catarina	1,0	0,9	0,7	36,3	39,6	40,5	260,1	257,3	252,5	245,9	242,5	246,1	246,1					
<b>SUL</b>	<b>1,4</b>	<b>1,2</b>	<b>0,9</b>	<b>34,0</b>	<b>37,4</b>	<b>36,4</b>	<b>255,3</b>	<b>258,4</b>	<b>251,4</b>	<b>246,4</b>	<b>242,3</b>	<b>239,0</b>	<b>239,0</b>					
Distrito Federal	1,5	1,0	0,8	37,7	40,7	41,4	257,6	257,7	260,8	249,1	240,0	247,0	247,0					
Goiás	2,2	1,3	1,2	29,6	33,3	34,4	240,3	245,1	234,9	232,3	236,4	230,4	230,4					
Mato Grosso do Sul	2,0	2,0	1,0	24,5	31,2	30,9	250,8	251,8	244,9	244,8	238,8	239,9	239,9					
Mato Grosso	2,6	1,8	1,1	26,3	26,7	31,5	238,9	236,8	231,6	231,9	224,7	224,7	224,7					
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2,1</b>	<b>1,5</b>	<b>1,1</b>	<b>29,5</b>	<b>32,8</b>	<b>34,5</b>	<b>244,8</b>	<b>246,2</b>	<b>239,7</b>	<b>237,2</b>	<b>234,6</b>	<b>233,1</b>	<b>233,1</b>					
<b>BRASIL</b>	<b>4,2</b>	<b>3,4</b>	<b>2,4</b>	<b>29,2</b>	<b>32,2</b>	<b>33,1</b>	<b>243,4</b>	<b>244,8</b>	<b>239,4</b>	<b>235,2</b>	<b>231,9</b>	<b>231,7</b>	<b>231,7</b>					

Tabela 7.1.6 (Continuação)

Valores Originais dos Indicadores de Base do IDJ 2003, 2005 e 2007

UF/REGIÃO	Qualidade do ensino (Escala SAEB)									Mortalidade (em 100.000)						Renda familiar (em SMPC)					
	Matemática 3ª-EM			Português 3ª-EM			Internas			Violentas			2003			2005			2007		
	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007			
Acre	258,4	274,5	257,1	247,0	263,1	252,6	72,9	64,0	59,3	60,0	72,2	59,3	60,0	72,2	59,3	1,21	0,94	0,96			
Amapá	255,6	269,8	260,3	252,5	259,2	253,2	50,5	47,2	28,9	106,7	53,0	97,6	106,7	53,0	97,6	1,18	0,94	0,82			
Amazonas	243,8	255,5	241,2	240,8	253,7	230,6	46,9	43,1	42,8	58,7	122,7	61,4	58,7	122,7	61,4	0,91	0,97	0,95			
Pará	259,3	256,0	248,7	253,1	247,7	243,2	49,3	57,3	51,9	36,5	55,3	69,2	36,5	55,3	69,2	0,83	0,74	0,80			
Rondônia	275,2	271,6	271,1	260,7	260,1	257,7	38,8	35,7	25,8	78,5	80,5	84,2	78,5	80,5	84,2	1,00	0,96	1,09			
Roraima	253,0	262,2	268,5	240,6	257,1	256,9	57,2	45,7	40,3	125,8	89,5	51,2	125,8	89,5	51,2	1,14	1,03	1,00			
Tocantins	255,0	246,6	253,6	237,4	235,2	240,5	49,0	43,3	45,8	60,6	65,0	61,2	60,6	65,0	61,2	1,15	0,95	0,95			
<b>NORTE</b>	<b>255,1</b>	<b>257,4</b>	<b>250,1</b>	<b>247,8</b>	<b>250,5</b>	<b>241,9</b>	<b>48,9</b>	<b>51,1</b>	<b>45,7</b>	<b>53,8</b>	<b>62,5</b>	<b>66,7</b>	<b>53,8</b>	<b>62,5</b>	<b>66,7</b>	<b>0,93</b>	<b>0,89</b>	<b>0,87</b>			
Alagoas	261,3	260,5	259,4	246,7	253,1	243,6	51,8	44,4	36,2	68,0	91,0	102,2	68,0	91,0	102,2	0,73	0,67	0,62			
Bahia	267,6	266,0	261,6	250,1	252,8	242,8	40,7	36,7	34,6	27,0	40,6	53,3	27,0	40,6	53,3	0,83	0,74	0,71			
Ceará	266,7	270,9	265,2	254,0	262,6	257,3	41,6	43,0	38,0	51,5	60,4	68,6	51,5	60,4	68,6	0,85	0,75	0,71			
Maranhão	257,1	271,0	238,2	246,1	265,1	230,3	38,3	47,3	44,9	21,3	34,2	40,9	21,3	34,2	40,9	0,76	0,68	0,66			
Paraiíba	265,9	261,5	253,6	244,1	250,6	239,5	48,0	38,8	35,6	45,8	49,9	58,9	45,8	49,9	58,9	0,75	0,78	0,75			
Pernambuco	260,4	264,5	254,4	245,0	253,1	249,4	46,2	40,7	39,8	128,0	127,7	128,8	128,0	127,7	128,8	0,88	0,76	0,76			
Piauí	270,7	262,8	256,9	258,8	255,1	247,5	47,0	58,6	55,9	32,4	44,7	55,7	32,4	44,7	55,7	0,75	0,70	0,78			
Rio Grande do Norte	259,1	259,3	254,9	245,1	251,5	241,7	32,0	32,3	31,9	33,4	44,3	49,0	33,4	44,3	49,0	0,91	0,78	0,80			
Sergipe	267,0	256,1	269,4	248,2	251,1	258,3	49,2	39,8	44,0	66,0	71,6	64,2	66,0	71,6	64,2	0,91	0,92	0,85			
<b>NORDESTE</b>	<b>264,1</b>	<b>265,3</b>	<b>257,3</b>	<b>248,8</b>	<b>255,3</b>	<b>245,5</b>	<b>42,8</b>	<b>41,4</b>	<b>38,9</b>	<b>52,1</b>	<b>62,1</b>	<b>69,7</b>	<b>52,1</b>	<b>62,1</b>	<b>69,7</b>	<b>0,82</b>	<b>0,74</b>	<b>0,72</b>			
Espirito Santo	280,5	282,7	282,4	265,8	269,9	267,7	40,6	42,8	31,0	113,7	126,0	125,9	113,7	126,0	125,9	1,31	1,36	1,24			
Minas Gerais	280,3	290,8	289,2	266,5	272,5	268,0	41,8	37,9	33,2	40,1	64,7	72,9	40,1	64,7	72,9	1,30	1,19	1,22			
Rio de Janeiro	280,9	281,7	267,1	272,5	278,5	255,5	45,4	46,3	41,2	128,6	134,7	130,7	128,6	134,7	130,7	1,83	1,81	1,62			
São Paulo	279,9	280,5	272,6	266,1	268,3	261,3	36,5	32,9	28,8	111,7	102,0	68,0	111,7	102,0	68,0	2,17	1,81	1,67			
<b>SUDESTE</b>	<b>280,2</b>	<b>283,1</b>	<b>276,0</b>	<b>267,2</b>	<b>271,0</b>	<b>262,2</b>	<b>39,7</b>	<b>37,1</b>	<b>32,2</b>	<b>96,7</b>	<b>99,7</b>	<b>83,2</b>	<b>96,7</b>	<b>99,7</b>	<b>83,2</b>	<b>1,85</b>	<b>1,63</b>	<b>1,53</b>			
Paraná	280,0	291,5	284,2	260,5	269,2	266,8	34,1	32,6	33,5	69,9	90,2	112,5	69,9	90,2	112,5	1,65	1,50	1,44			
Rio Grande do Sul	309,9	301,5	306,1	285,4	285,7	282,5	36,1	32,7	30,8	58,5	64,5	71,6	58,5	64,5	71,6	1,83	1,70	1,50			
Santa Catarina	292,1		286,5	273,6		267,0	26,0	26,9	24,9	53,8	66,2	77,6	53,8	66,2	77,6	1,88	1,85	1,72			
<b>SUL</b>	<b>293,0</b>	<b>296,7</b>	<b>292,3</b>	<b>272,0</b>	<b>278,7</b>	<b>272,2</b>	<b>33,1</b>	<b>31,4</b>	<b>30,5</b>	<b>62,0</b>	<b>74,9</b>	<b>88,6</b>	<b>62,0</b>	<b>74,9</b>	<b>88,6</b>	<b>1,77</b>	<b>1,65</b>	<b>1,52</b>			
Distrito Federal	295,8	292,7	297,8	282,9	277,0	278,2	47,3	42,7	40,0	108,4	117,1	98,2	108,4	117,1	98,2	2,46	2,27	2,25			
Goiás	280,1	272,9	266,8	261,9	266,2	253,1	35,0	33,2	26,7	74,4	73,3	88,1	74,4	73,3	88,1	1,46	1,37	1,25			
Mato Grosso do Sul	288,5	284,2	283,1	275,1	272,6	272,6	41,0	34,9	36,1	84,8	98,6	102,6	84,8	98,6	102,6	1,49	1,43	1,30			
Mato Grosso	280,0	272,5	263,6	266,4	268,0	255,7	39,0	39,4	35,7	96,6	89,1	86,4	96,6	89,1	86,4	1,54	1,28	1,20			
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>285,1</b>	<b>278,8</b>	<b>274,5</b>	<b>269,6</b>	<b>269,9</b>	<b>261,6</b>	<b>39,2</b>	<b>36,6</b>	<b>32,8</b>	<b>87,4</b>	<b>89,4</b>	<b>92,1</b>	<b>87,4</b>	<b>89,4</b>	<b>92,1</b>	<b>1,67</b>	<b>1,52</b>	<b>1,43</b>			
<b>BRASIL</b>	<b>276,7</b>	<b>278,0</b>	<b>270,7</b>	<b>262,3</b>	<b>266,2</b>	<b>257,1</b>	<b>40,5</b>	<b>38,7</b>	<b>35,2</b>	<b>74,4</b>	<b>81,3</b>	<b>79,3</b>	<b>74,4</b>	<b>81,3</b>	<b>79,3</b>	<b>1,46</b>	<b>1,31</b>	<b>1,22</b>			



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que dizer sobre a situação e a evolução dos índices que refletem a situação de nossa juventude e de suas condições de acesso a benefícios sociais considerados básicos?

Neste campo temos duas sérias limitações. Por um lado, não contamos ainda com pesquisas ou estatísticas internacionais, ou ao menos de grupos de países, que permitam comparar a situação de nossa juventude com a existente em outros contextos a partir de indicadores comuns. Mas nesta área já resultam fatos extremamente promissores.

- Uma reunião de Ministros de Juventude dos 39 países – 6<sup>th</sup> Commonwealth Youth Ministers Meeting – que integram a Commonwealth foi convocada especificamente para tratar da adoção de um Índice de Desenvolvimento Juvenil, com intenção e estrutura semelhantes às que levaram à concretização de nosso trabalho no Brasil<sup>65</sup>.
- A implementação, em andamento, do Índice de Desenvolvimento Juvenil nos países caribenhos da Commonwealth<sup>66</sup>.
- Um recente estudo do Banco Mundial, que realiza o aprofundamento do Índice aqui proposto para o Brasil, arrolando uma bateria de 36 indicadores distribuídos em cinco dimensões: saúde, comportamentos de risco, desempenho escolar, conectividade institucional e situação socioeconômica<sup>67</sup>.
- As discussões que vêm acontecendo na sede das Nações Unidas referentes à necessidade de desenvolver um sistema de indicadores e, inclusive, desenvolver ou adotar um Índice de Desenvolvimento Juvenil em nível internacional<sup>68</sup>.

---

65. Commonwealth Secretariat. 6<sup>th</sup> Commonwealth Youth Ministers Meeting. Strategy Papers. London, 2006.

66. Dell’Aglío, Debora. Youth Well-Being in Brazil. An Index for Cross-Regional Comparisons. World Bank Policy Research Working Paper 4189, April 2007.

67. Dell’Aglío, Débora op. cit.

68. United Nations. Report of the Expert group meeting on Youth Development Indicators. United Nations Headquarters, New York, 12-14 December 2005.

- Por outro lado, também os recentemente criados Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) têm entre seus planos desenvolver sistemas de indicadores relativos à juventude do país.

Outro agravante é que não contamos com séries históricas longas que permitam verificar e ponderar quais os aspectos que melhoraram ou estagnaram ao longo de décadas. Mudanças sociais só ficam evidentes e se manifestam no médio e no longo prazos. Pequenas mudanças, no curto prazo, só podem indicar tendências ou, muitas vezes, mudanças circunstanciais ou conjunturais. Ainda assim, a elaboração do conjunto seqüencial de relatórios possibilitou contar com um marco de referência, linha de base, que possibilita ter um referencial comparativo para aquilatar as mudanças.

Tomando em consideração essas ressalvas, podemos nos perguntar como evoluíram as diversas dimensões desde nosso primeiro relatório.

No âmbito educacional o país tem mostrado avanços lentos, mas positivos, ao longo dos anos. Resultado de políticas nacionais de combate ao analfabetismo e, fundamentalmente, da recente universalização na cobertura do Ensino Fundamental, o analfabetismo juvenil dá sinais de desaparecer no curto prazo. Se em 1993 a taxa de analfabetos jovens era de 8,2%, em 2001 caiu para 4,2, em 2003 para 3,4% e em 2006 para 2,4%. Mas ainda é necessário um esforço nesse campo, crítico na região Nordeste, que concentra acima de 2/3% dos jovens analfabetos do país. Essa focalização deverá acontecer principalmente nos estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco, que são os que concentram os maiores contingentes em termos absolutos (perto de 300 mil jovens analfabetos). Já em 2006 muitos estados apresentam índices de 1% ou menos de jovens analfabetos, pelo que podem ser considerados territórios livres de analfabetismo juvenil. Nos outros estados, as tendências, impulsionadas pelas elevadas taxas de escolarização no Ensino Fundamental, evidenciam que esse é um desafio que deverá ser vencido em poucos anos.

Um segundo aspecto positivo, ainda no campo da alfabetização, merece destaque. De forma contrária às tendências internacionais vigentes nessa área, que segregam a mulher na área educacional, no Brasil tanto na alfabetização quanto nas condições educacionais em geral são as mulheres que levam a dianteira com respeito aos homens.

Se a discriminação educacional por gênero atua positivamente para o lado feminino, o mesmo não acontece quando abordamos a questão racial. Negros apresentam taxas de analfabetismo e de escolaridade que indicam a existência de realidades dis-

criminentes. Em algumas unidades federadas, como Alagoas e Piauí, o analfabetismo juvenil entre os negros ultrapassa a casa dos 7%. Mas as diferenças por cor, nos últimos anos, tendem a diminuir sensivelmente, o que indica a existência de políticas tendentes à superação da questão racial. Tudo leva a acreditar que essas políticas não são específicas para a questão racial. Pareceria ter mais a ver com políticas de escolarização (bolsa-escola) e/ou de transferência de renda (a bolsa-família tradicional). Como tivemos oportunidade de analisar no capítulo de renda essas políticas, ao focalizar a pobreza e ao ter os negros maior participação nas camadas mais pobres da população, foram mais beneficiados por essas políticas, que demandam, via de regra, a presença dos filhos na escola.

Mas o nosso entendimento sobre o que é analfabetismo vem sofrendo mudanças significativas ao longo do tempo. A definição utilizada pela PNAD/IBGE, fonte das análises até aqui desenvolvidas, toma como base conceitos propostos pela UNESCO em 1958, quando era definida como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. A própria UNESCO, em 1978, sugeriria a adoção do conceito de alfabetismo funcional, quando é considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto e poder usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

Nesse sentido, a última pesquisa anual, a de 2005, do Instituto Paulo Montenegro e da Ação Educativa do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional –INAF<sup>69</sup>, que aplicou testes de compreensão de textos numa amostra nacional de população, verifica que só 38% dos jovens podem ser considerados alfabetizados funcionais<sup>70</sup>. Além disso, essa proporção se mantém praticamente a mesma à encontrada desde 2001, pelo que pode ser afirmado que nesse campo não houve praticamente evolução. Já na população total do estudo (15 a 64 anos), o índice de alfabetizados funcionais foi ainda menor: 26%, índice também estagnado nos últimos anos.

Entrando no terreno da escolarização, observamos poucas mudanças no quinquênio tomado como referência. Entre 2001 e 2006 a proporção de jovens fora da escola aumentou levemente devido, fundamentalmente, ao processo de regularização do fluxo escolar, que fez com que os jovens ainda matriculados no Ensino Fundamental,

---

69. INSTITUTO PAULO MONTENEGRO 5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Um diagnóstico para a inclusão social pela educação. [Avaliação de Leitura e Escrita]. São Paulo., Ação Educativa. 2005

70. É o que a pesquisa chama de Alfabetizado Nível Pleno: consegue ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos, identificar fontes.

quando deveriam estar no Ensino Médio, diminuíssem de 17,7% em 2001 para 12,5 em 2007. Assim, diminuiu a proporção de jovens na escola, aumentou levemente a matrícula no Ensino Médio e, principalmente, no ensino superior.

Não obstante a cobertura do Ensino Fundamental ter sido praticamente universalizada para a população de 7 a 14 anos, observa-se, na faixa dos 15 aos 24 anos, que em 12 das 27 Unidades da Federação, todas na região Norte e Nordeste, a população jovem nem chega a uma média de oito anos de estudo, correspondente ao Ensino Fundamental completo. E com casos extremos, como o de Alagoas, onde essa média cai para 6,3 anos de estudo.

Novamente se verifica melhor situação educacional das mulheres (8,8 anos de estudo, contra 8,1 anos dos homens) e significativas diferenças educacionais devidas à raça/cor dos jovens: se brancos conseguem estudar 9,3 anos em média, os negros só conseguem 7,7 anos de estudo. Um fato que merece destaque é que a discriminação econômica reforça ainda mais a discriminação racial. Nas camadas mais pobres, as diferenças por raça/cor são bem mais elevadas do que nos setores mais ricos de nossa juventude. Entre jovens brancos e negros das camadas superiores de renda, as diferenças de anos de escolaridade são muito baixas.

Mas a área educacional deve ser analisada não só no plano quantitativo, as magnitudes da população efetivamente escolarizada e seu fluxo, nos sistemas de ensino. Devemos levar também em conta, de forma imprescindível, os aspectos qualitativos, que falam das condições de acesso efetivo ao conhecimento socialmente necessário para a inserção social, familiar e produtiva de nossos jovens. Mas, nesse campo, o panorama resulta pouco alentador.

No plano internacional, diversas foram as evidências colocando o Brasil num plano extremamente deficitário quanto à qualidade do ensino ministrado. Pouco depois dos resultados da primeira avaliação do SAEB de 1990, foram também divulgados os resultados de uma pesquisa internacional do Educational Testing Service – ETS sobre proficiência de adolescentes de 13 anos, cursando como mínimo a 5ª série, em 20 países, nas áreas de matemática e ciências<sup>71</sup>. Tanto na prova de matemática quanto na de ciências os alunos brasileiros mostraram um desempenho muito baixo quando comparados com os restantes países participantes: entre os 20 países, o Brasil só ficou acima de Moçambique.

---

71. Educational Testing Service –ETS. The 1991 I.A.E.P Assessment. New Jersey, Princeton, Center of Assessment of Educational Progress, 1992.

Também os resultados do PISA 2003 da OCDE<sup>72</sup> são claros ao apontar significativos déficits quanto às competências em leitura, matemática e ciências de nossos jovens de 15 anos de idade. O Programme for International Student Assessment – PISA constitui, na atualidade, a mais abrangente e rigorosa avaliação comparativa internacional referente a competências para a vida da juventude do mundo. Dos 41 países participantes da avaliação de 2003, o Brasil, junto com Indonésia e Tunísia, ocuparam as últimas posições nas habilidades testadas. A média situa os brasileiros no nível mais baixo da escala de proficiência, o nível 1, no qual os alunos são capazes apenas de realizar as tarefas mais simples.

No plano nacional, o SAEB, desde a avaliação de 1997, passando pela de 1999, de 2001, a de 2003 e a mais recente, a de 2005, mostra preocupantes evidências. São níveis de desempenho extremamente baixos e de contínua erosão ao longo do tempo, da proficiência dos alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio no domínio da língua portuguesa e da matemática.

Uma releitura das escalas e dos resultados de 2001, realizada pelo próprio Ministério da Educação<sup>73</sup>, evidencia a extrema gravidade da atual situação do ensino para nossa juventude. Segundo essa releitura, na 8ª série do Ensino Fundamental, só 10,29% dos alunos apresentaram competências consideradas adequadas para a série que se encontram cursando na área de língua portuguesa. Na área de matemática, a situação é ainda mais crítica: só 2,79% dos alunos conseguiram evidenciar competências compatíveis com a 8ª série. Na 3ª série do Ensino Médio, a situação não é melhor: 5,34% em língua portuguesa e 5,99% em matemática evidenciam capacidades adequadas com a 3ª série de nosso Ensino Médio. Dessa forma, boa parte dos avanços quantitativos experimentados nos últimos anos, está sendo erodida pelos gargalos qualitativos de nosso sistema educacional. E os diversos fatores que determinam essa situação não são simples de remover, nem se podem esperar avanços espetaculares e significativos em curto prazo.

De forma consistente com outras pesquisas nacionais e internacionais, se as competências das mulheres são maiores na área de línguas, a dos jovens é maior na área de matemática. Por outro lado, em todas as séries e disciplinas testadas o

---

72. OECD. Learning for Tomorrow's World. First Results from Pisa 2003. Organization For Economic Cooperation and Development, 2003. Últimos resultados divulgados quando da elaboração do presente relatório.

73. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/MEC. Qualidade da Educação. Uma Nova Leitura do Desempenho dos Estudantes da 3ª Série do Ensino Médio. Brasília, Janeiro de 2004.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/MEC. Qualidade da Educação. Uma Nova Leitura do Desempenho dos Estudantes da 8ª Série do Ensino Fundamental. Dezembro de 2003.

aproveitamento dos alunos negros está entre 6,6 e 8,4% abaixo do aproveitamento dos alunos brancos. Se tais diferenças parecem à primeira vista de pouca monta, ficou demonstrado que representam em torno de três anos completos de estudo.

Se alguns dos indicadores da área educacional merecem forte preocupação sob o ponto de vista das políticas públicas, é na área da saúde de nossa juventude que o panorama se mostra mais inquietante. Como foi verificado no capítulo correspondente, a mortalidade juvenil vem crescendo historicamente contrariando as tendências do restante da população, cujas taxas de mortalidade vêm caindo ao longo dos anos aumentando a esperança de vida. E a principal causa da mortalidade de nossa juventude é encontrada nas denominadas mortes violentas. Praticamente duas em cada três mortes de jovens têm sua origem em fatos violentos. No contexto internacional, se as taxas de mortalidade de jovens ocasionadas por suicídios são relativamente baixas, acontece o contrário quando entramos no capítulo das mortes ocasionadas por homicídios ou por acidentes de transporte.

O Mapa da Violência 2006<sup>74</sup>, ao fazer uma comparação internacional com mais 83 países dos quais contamos com dados compatíveis quanto às taxas de mortalidade violenta de jovens nessa mesma faixa etária, permite estabelecer que o Brasil de 2004, com uma taxa de homicídios de 55,5 em cada 100 mil jovens era o terceiro país que mais mata sua juventude por homicídios, só superado por Colômbia e Venezuela.

Também nas mortes de jovens por acidentes de transporte nossas taxas são elevadas: 22,3 óbitos em 100 mil jovens em 2006 colocam o Brasil em 26º lugar no ranking dos 83 países com dados compatíveis disponíveis sobre o tema. Só no quesito de suicídios nossas taxas são relativamente baixas: com uma taxa de 4,7 suicídios em cada 100 mil jovens, o Brasil se localiza na posição 66 dentre os países analisados.

Nesse campo, morrem jovens, especialmente do sexo masculino: 82,4% das mortes jovens em acidentes de transporte são homens; 93,5 nos homicídios e 76,2 nos suicídios. Nos homicídios morrem preferencialmente negros, nos acidentes de transporte e nos suicídios, brancos. Em conjunto, essas três causas são responsáveis por mais de 60% da mortalidade dos jovens brasileiros.

O termo acidente, aplicado às mortes no trânsito, ou a característica de fato ou drama individual e único com que a justiça trata os homicídios podem dar a falsa idéia de fatalidade, de aleatoriedade nessas ocorrências. Mas, se observamos de perto as estatísticas internacionais, poderemos ver que países como Espanha, França, Ale-

---

74. WASELFSISZ, J. Jacobo. Mapa da Violência 2006: Os Jovens do Brasil. Brasília: OEI, 2006.

manha, Hong Kong, Grécia, Cingapura, Japão, Egito, dentre outros, sistematicamente, ao logo dos anos, apresentam índices que estão abaixo de um homicídio a cada 100 mil jovens.

Já outros países, como Brasil, Colômbia, Venezuela, África do Sul, Federação Russa, etc. também de forma sistemática e contínua, apresentam taxas sempre superiores a 50 homicídios para cada 100 mil jovens, isto é, 50 vezes maior. Tal sistematicidade não parece nem pode ser obra da casualidade ou da circunstancialidade.

Se cada uma dessas mortes tem sua história individual, seu conjunto de determinantes e causas, diferentes e específicas para cada caso, irreduzíveis em sua diversidade e compreensíveis só a partir de seu contexto específico, sociologicamente temos que notar sua regularidade e constância. Todo ano acontece um número determinado de mortes violentas, levemente maior ou menor do que as acontecidas no ano anterior. Sem muito esforço, a partir desses dados, poderíamos prognosticar, com certa margem reduzida de erro, quantos jovens morrerão em nosso país no próximo ano por causas violentas, por homicídios, por acidentes de transporte, por suicídios. E são essas regularidades que nos possibilitam inferir que, longe de ser resultado de decisões pessoais tomadas por indivíduos isolados, estamos perante fenômenos de natureza social, produto de conjuntos de determinantes que se originam na convivência dos grupos e nas estruturas da sociedade, e por tal motivo, previsíveis e evitáveis.

Diferentemente das mortes por causas violentas, que nos remetem a uma intervenção humana, isto é, resultante de alguma ação dos indivíduos, seja contra si, como no caso dos suicídios, seja pela intervenção, intencional ou não, de outras pessoas, as mortes por causas endógenas, ou causas naturais, são produto da deterioração ou erosão da saúde causada por algum tipo de enfermidade/doença.

As taxas de mortalidade por causas internas (39,2 em 100.000 jovens) resultam bem inferiores às taxas por causas violentas (93,2 em 100.000 jovens) e têm caído 4,1 pontos percentuais desde o relatório anterior. Contudo, essa taxa varia consideravelmente entre as regiões e unidades federativas, indo de 53,1 cada 100.000 habitantes no Piauí até 23,7, menos da metade, em Santa Catarina. Isto revela níveis bem diferenciados de vulnerabilidade dos jovens a doenças e outros males que terminam sendo letais, revelando, paralelamente, situações extremamente diferenciadas de oferta e cobertura dos serviços de saúde para a população, especialmente para sua juventude.

Se considerarmos que o próprio Ministério da Saúde assume que a quase totalidade (92,2%) dessas mortes seria evitável por imunoprevenção, por adequado controle na gravidez, por adequada atenção ao parto, por ações preventivas ou diagnóstico precoce,

constatamos que nessa área existe ainda um amplo campo de avanços necessários para uma vida longa e salutar de nossos jovens.

Como ficou evidente no decorrer do estudo, existe uma forte polarização na distribuição da renda, situação que tem originado mecanismos marcadamente diferenciados de acesso aos diversos benefícios sociais básicos, como educação e saúde. Esse fato tem reforçado a vulnerabilidade de amplos segmentos da população – brancos pobres, negros – e de diversos âmbitos geográficos – como as regiões Norte e Nordeste, historicamente desfavorecidos.

No campo econômico, foi possível verificar que renda familiar *per capita* da juventude brasileira caiu entre 2001 e 2003 de 1,46 para 1,31 salário mínimo *per capita*, o que representa um decréscimo de 10,2%. Já no período seguinte, de 2003 a 2006, a queda foi bem menor: de 1,31 Salário Mínimo para 1,23, com queda de 6%. Com isso, a queda da renda acumulada no período analisado foi bem significativa: 15,7%. Em maior ou menor medida, isso aconteceu em todas as Unidades da Federação e regiões do país, com fortes desequilíbrios de renda entre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste, distribuição que acompanha e reforça a concentração de renda no interior de cada estado.

Mas, por outro lado, também houve significativa queda nos níveis de concentração de renda, com ganhos notórios nos setores de extrema pobreza e queda nos ingressos nos níveis elevados de renda. Efetivamente, no primeiro decil de renda, o decil 10% mais pobre da população teve um aumento de 17,1% nos ingressos entre 2001 e 2003 e um grande salto de 78,5% entre 2003 e 2006. A partir do quarto decil, à medida que se eleva a renda, registram-se quedas progressivamente maiores: no decil mais rico, as perdas acumuladas foram de 29,6%.

Mas, inclusive com as quedas registradas, a concentração dos ingressos continua elevada, com forte repercussão sobre as condições de acesso dos jovens ao que podemos considerar benefícios sociais básicos. Assim, por exemplo, na área educacional, se o decil de renda mais pobre só pode atingir 5,8 anos de estudo, o decil mais rico pode completar, em média, mais de 11 anos de estudo. Uma forte fonte de discriminação é a cor. Comprovadamente, a renda familiar dos jovens negros é 50,6% inferior (menos da metade) à dos brancos.

Pelos dados da PNAD 2006, praticamente a metade dos jovens – 49,2% – tinha renda própria. Nesse sentido, as diferenças de sexo são vultosas: 53,6% dos jovens, e só 42,1% das mulheres declaram ter renda própria. Entretanto vão além da proporção, também as diferenças de montante são significativas: a renda média dos homens

foi de R\$ 442,10, e a feminina foi de R\$ 370,10, isto é, os homens recebiam 19,5% mais que as mulheres. A distorção não se resume a isso, pois as mulheres com ingressos próprios tinham 9,4 anos de estudo e os homens só 8,5. Mas, apesar da maior escolaridade, o ingresso dos homens resulta 18% superior ao das jovens. Um outro fato significativo é que se as diferenças por sexo na proporção de jovens com renda própria parecem estar diminuindo, e as diferenças de montante de renda, aumentando.

- Em 2001 as diferenças de jovens com renda própria segundo sexo era de 42,9%, favorável aos homens. Esse diferencial cai para 38,4% em 2003 e para 33,7% em 2006.
- Em 2003 a diferença de montante de renda por sexo, que era de 18% favorável aos homens, passa para 19,5% em 2006.

Contrariando imagens estereotipadas referentes a nossa juventude, mais de 80% de nossos jovens desenvolvem alguma atividade considerada legítima e apropriada para a idade: estudar, trabalhar ou fazer as duas ao mesmo tempo. Mas, ainda assim, quase 20% dos jovens que não estudam nem trabalham representam ainda um enorme contingente de quase sete milhões de jovens em situação de elevada vulnerabilidade.

A situação ocupacional dos jovens, considerando os últimos relatórios, permaneceu praticamente inalterada. Nos três momentos pesquisados, aproximadamente 30% dos jovens só estudam, 18% estudam e trabalham, 32% só trabalham, e 20% nem estudam nem trabalham. Também, como era de se esperar, as possibilidades de trabalho e estudo encontram-se determinadas pela situação financeira das famílias. Mas nesse sentido, um fato paradoxal e significativo deve ser observado. Boa parte da bibliografia sobre o tema propõe uma relação quase linear entre o nível de renda e o acesso à escola, dadas as escassas possibilidades de as famílias bancarem os estudos. Assim, os jovens de baixa renda deveriam deixar os estudos e ingressar, de forma mais ou menos precoce, no mercado de trabalho. Mas diversas evidências arroladas ao longo do estudo parecem não condizer com essa visão simplificada.

- Os jovens que conseguem se dedicar só a estudar, não só o sexo masculino, mas também o feminino, formam uma espécie de curva em “U” com maiores possibilidades nos extremos da distribuição de renda.
- Os jovens que conciliam trabalho e estudo têm o maior nível de renda e a maior média de tempo de estudo, e isso acontece também com os jovens que

só estudam. A proporção de jovens que concilia trabalho e estudo aumenta com o nível de renda, principalmente para as mulheres.

- A proporção de jovens que só trabalha aumenta com o incremento da renda, mas só até o 8º decil. Nos dois decis de renda superior a proporção cai drasticamente. Os jovens se dedicam só a estudar, ou conciliam estudo e trabalho.
- Nas camadas de renda inferior, os jovens não conseguem trabalhar nem continuar estudando. São os modernos excluídos dos benefícios sociais e educacionais. Como não têm níveis de escolaridade compatíveis com as demandas do mercado, não conseguem trabalho. Como não têm renda suficiente, não conseguem continuar estudando. Mas nesse campo, um aspecto positivo foi detectado. Ainda incipiente, é crescente a proporção de crianças e jovens de baixa renda que pode continuar estudando, resultado atribuível aos programas de transferência de renda condicionada aos estudos – Bolsa-Escola; Bolsa-Família.

Uma última dimensão abordada nos capítulos analíticos, que não tinha sido veiculada nos relatórios anteriores, refere-se às relações do jovem com o universo digital. Como sintetizamos nesse capítulo, as desigualdades e oportunidades de acesso ao mundo das novas tecnologias de informação e da comunicação, que hoje definem o nomeado universo digital, parecem acompanhar e reforçar as sólidas diferenças sociais e educacionais preexistentes. Enquanto a maioria da população não tem acesso à Internet, a minoria conectada bate recordes mundiais em horas navegadas na rede de computadores.

Em primeiro lugar, destaca-se a universalização da TV nos domicílios e a rápida expansão do celular nos lares de nossos jovens: em 2006, quase 70% contava com um aparelho no domicílio, quando essa proporção, em 2003, foi de só 12,3%. O crescimento nesses três anos teve algo de espetacular: 462%. Isto é, nossos jovens são “ligados”, seja via TV, seja via celular.

Já não encontramos essa maciça presença ao falar de computador ou Internet nos domicílios: só 24,3% de nossos jovens contavam com o primeiro, e 18,6% com o segundo. E o crescimento desde 2003, se elevado, não foi nada espetacular, ou comparável com o do celular: 45,4 e 50,1%, respectivamente.

Diversas evidências permitem ainda apontar que os níveis de acesso de nossa juventude são ainda muito precários, não só quando comparados com os países avançados do norte, mas também com diversos países da América Latina, notadamente Chile, Argentina ou Uruguai.

Pelos levantamentos da PNAD 2005, é possível confirmar que o acesso à Internet é um fenômeno essencialmente jovem. O pico de utilização é encontrado nos 17 anos de idade, pois 35% dos jovens usaram Internet nos meses anteriores à pesquisa. O faixa jovem – 15 a 24 anos – teve um índice de 32,3%. De 25 a 64 anos de idade, o índice cai para 18,6%. Com 65 ou mais anos só 2,1% utilizou Internet.

Essa utilização da Internet pelos jovens se dá, principalmente:

- no domicílio: 13,9%;
- em outros locais, como casa de parentes ou amigos: 12,4%;
- na escola: 12%;
- em centros de acesso pagos: 10,2%;
- no trabalho: 8,3%;
- em centros de acesso gratuitos: 4,4%.

Surpreende nesse campo, o baixo nível de acesso nas escolas, sendo que, nos países avançados, acima de 80% dos alunos jovens na mesma situação têm essa possibilidade. Também surpreende a baixa disponibilidade de centros de acesso gratuito, permitindo acesso à Internet só a 4,4% dos jovens.

Também nesse campo, as determinações geográficas e as socioeconômicas atuam como fortes determinantes das possibilidades de inclusão digital. Mas é altamente surpreendente e preocupante que os dois mecanismos usados em todo o mundo como estratégias de inclusão dos setores mais pobres: as escolas (em sua maior parte públicas) e os centros públicos de acesso gratuito (em sua grande maioria financiados com recursos públicos) em vez de reduzirem a brecha digital, concorrem inexoravelmente para reforçar a exclusão. Efetivamente, nos dois casos – escolas e centros gratuitos – são as camadas mais ricas da população as que mais utilizam.

Se as injunções de gênero não parecem significativas para originar um diferencial de oportunidades de acesso à Internet, o fator raça/cor evidencia ter, ainda, forte poder de diferenciação. Se 25% dos jovens negros tiveram oportunidade de acessar a Internet, o mesmo foi feito por 44,1% dos brancos, mais do duplo.

Se juntarmos as diversas fontes geradoras de desigualdade e tomarmos, por exemplo, os jovens negros pobres do estado de Rio Grande do Norte, ou de Alagoas – em torno de 0,7% de acesso – e compararmos com os jovens brancos mais ricos do Paraná, que ostentam índices de acesso de mais de 94%, teríamos que estes últimos têm 13.330% mais acesso do que o jovem negro e pobre de Rio Grande do Norte ou de Alagoas.

Foi possível, assim, diagnosticar a existência de diversos avanços, mas também os muitos gargalos ainda existentes. Mas, apesar dos avanços, existem ainda fortes fatores limitantes entravando o acesso de nossos jovens aos benefícios sociais básicos. E isso repercute fortemente na construção do presente, e mais ainda do futuro, de nossa juventude. Ficou comprovado o enorme poder discriminador do fator educacional sobre as oportunidades no mercado de trabalho tanto na empregabilidade quanto nas condições salariais. As limitadas condições de inserção e progressão educacional de amplos setores da juventude vêm marcando de forma indelével o seu destino social. Com limitadas condições educacionais, sem experiência laboral, com as estreitas oportunidades que oferece o mercado, vão engrossar o exército dos jovens sem ocupação socialmente definida, muitos deles enveredando pelas escassas alternativas que a realidade lhes oferece, sejam legítimas ou não.

Tudo parece indicar que, às contradições e exclusões que acometem o restante da população, a condição de ser jovem estaria agregando suas próprias necessidades e direitos fundamentais ainda insatisfeitos.

Mas uma longa série de propostas recentes, muitas das quais ainda em estado embrionário, por ter dado início em 2006, e outras em 2007, pelo que os dados utilizados no presente estudo não permitem ponderar, pareceriam ter condições de reduzir vários dos problemas e gargalos acima apontados. No cabe dúvida que ulteriores relatórios já poderão captar os resultados e impacto dessas medidas. De forma sintética, podemos definir como estratégias que atuam como esperanças de futuro.

- A continuidade, o reajuste, a concentração de benefícios no programa Bolsa-Família, o incremento da fiscalização, a melhoria da focalização são indicadores que os programas de transferência de renda, responsáveis pela melhoria das condições de vida das camadas mais pobres do país, como já verificamos no relatório, deverão aumentar progressivamente seus efeitos e resultados. Dessa forma, pode-se esperar a melhoria dos diversos indicadores analisados no presente relatório que afetam, primordialmente, os jovens de baixa renda.
- As reformulações recentemente introduzidas no programa ProJovem, da Secretaria Nacional de Juventude, cujo foco são os jovens excluídos da escola e do mercado de trabalho formal, instituídas há mais de dois anos, apresentam alcance limitado até o momento. Agora se propõe:
  - ampliar a meta de cobertura de 500 mil para 4,2 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade até 2010;

- unificar uma longa e fragmentada série de projetos e programas em quatro iniciativas que acompanham o jovem desde o Ensino Fundamental até o mercado de trabalho: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador;
  - destinar o total de R\$ 5,4 bilhões nesses programas até 2010.
- O recém-lançado Programa de Desenvolvimento Educacional, com grande leque de programas, ações e metas para o curto, médio e longo prazos, encaminha-se a modificar a situação de nossa educação básica, principalmente os problemas de qualidade do ensino ministrado no país. Aqui são esperados fortes impactos.
    - Na alfabetização inicial, dentre outra longa série de medidas, com criação de uma avaliação do universo escolar das crianças dos seis aos oito anos de idade com o objetivo de verificar a qualidade do processo de alfabetização no momento em que ainda é possível corrigir distorções e salvar o futuro escolar da criança.
    - Na responsabilização pela qualidade do ensino ministrado, com avaliação por escola, a construção de um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) por escola e o repasse, de uma parcela extra de 50% do valor já repassado no Programa Dinheiro Direto na Escola, a título de incentivo ou premiação àquelas escolas que em 2008 e 2009 atingirem as metas intermediárias previstas.
    - Também concorrentes para a melhoria da qualidade são as propostas de piso salarial nacional para os profissionais do ensino, a formação de professores do interior com o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), melhoria da qualidade das licenciaturas para professores de educação fundamental, bolsas de iniciação à docência permitindo a alunos dos cursos de licenciatura e pedagogia atuar em projetos pedagógicos em escolas da rede pública etc.
    - A exclusão digital dos adolescentes e jovens nas escolas pretende ser combatida mediante o Projeto de Inclusão Digital do PDE, que pretende, até 2010, distribuir computadores para todas as escolas públicas de educação básica depois de equipar as escolas de Ensino Médio em 2007. Para a mesma data de 2010, o projeto prevê que todas as escolas públicas de Ensino Médio tenham acesso via banda larga.
  - Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) refere uma recente iniciativa no combate à criminalidade no país com foco na juventude. Segundo o próprio Ministério, o diferencial do projeto está na articulação de políticas de segurança

pública com ações sociais e no ataque às causas da violência e não apenas às suas conseqüências.

- Inicialmente, a proposta será implementada nas regiões metropolitanas brasileiras mais violentas.
- Deverão ser desenvolvidas cerca de 90 ações, e o Programa terá investimentos de R\$ 6,7 bilhões no desenvolvimento das ações até 2012.
- A meta é reduzir de 29 para 12 o número de homicídios em cada 100 mil habitantes nos próximos quatro anos.
- As ações visam à valorização dos profissionais da área da segurança, à ressocialização de pessoas com penas restritivas de liberdade, à promoção do acesso de jovens e adolescentes às políticas sociais do governo, à promoção do acesso à Justiça em territórios de descoesão social e à intensificação das medidas de enfrentamento ao crime organizado e à corrupção policial.

Vemos assim que o leque de possibilidades e esperanças é largo. A juventude parece ter entrado, de vez, na agenda das políticas públicas. Ulteriores Relatórios de Desenvolvimento Juvenil deverão dar conta em que medida tais promessas se convertem em realidade. Nosso futuro depende disso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam et alii. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ensino médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo et alii. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a centralidade e as metamorfoses do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 1998.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.
- BALSADI, Otavio Valentim. Emprego Agrícola no Brasil e no Estado de São Paulo nos Anos 90. Revista Ops, Salvador, v. 2, n. 7, Inverno 1997.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Economia brasileira em perspectiva - 1996. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- BONELLI, R.; SEDLACEK, G. L. Distribuição da renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G. L.; BARROS, R. P. de. Mercado de trabalho e distribuição da renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- BOURDIEU, P – “La jeunesse n’est qu’un mot”. Questions de sociologie. Paris: Minit, 1980.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do Ensino Fundamental. Brasília, 2003.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 3ª série do Ensino Médio. Brasília, 2004.

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Disponível em: [http://www.inep.gov.br/básica/saeb/plano\\_amostal.htm](http://www.inep.gov.br/básica/saeb/plano_amostal.htm).
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. SAEB 2001. Relatório Nacional, Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília: MEC/INEP, [2003].
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde do Adolescente e do Jovem. Políticas de juventude: evolução histórica e definição. Brasília, DF, Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento, v. 1, ago. 1999. Disponível em: <http://www.bireme.br/bvs/adlec>. Acesso em 16/06/2003.
- BRASLAVSKY, CECILIA.: La juventud argentina: informe de situación. Buenos Aires: Centro Editor, 1986.
- BRAUNGART, Richard G.; BRAUNGART, Margaret M. Cultura da juventude. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 167-168.
- CAMARANO, Ana Amélia et alii. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, Textos para Discussão 1038, agosto de 2004.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. Movimento. Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: DP&A, n. 1, maio 2000.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTRO, Mary et alii. Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Panorama Social de América latina 2000. Santiago de Chile: CEPAL/ONU, 2000.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe. 2006. Santiago. CEPAL/ONU. 2007.

- COMMONWEALTH SECRETARIAT. 6<sup>th</sup> Commonwealth Youth Ministers Meeting. Strategy Papers. London, 2006.
- DELL'AGLIO, Debora. Youth Well-Being in Brazil. An Index for Cross-Regional Comparisons. Washington, World Bank Policy Research Working Paper 4189, April 2007.
- EDUCATIONAL TESTING SERVICE - ETS. The 1991 I.A.E.P Assessment. New Jersey, Princeton, Center of Assessment of Educational Progress, 1992.
- FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (org). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- FILGUEIRA, C. Estructura de Oportunidades y Vulnerabilidad Social: aproximaciones conceptuales recientes. In: Seminário Internacional: Las Diferentes Expresiones de la Vulnerabilidad Social Santiago de Chile, 20/21 jun. 2001. Anales. Santiago de Chile: 2001.
- FORACCHI, Maria Alice. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em: 22/07/2003.
- GÓMEZ, Elza. Género, equidad y acceso a los servicios de salud: una aproximación empírica. Revista Panamericana de Salud Pública, Washington, v. 11, n. 5-6, maio/junho 2002.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1697 (Verbetes Juventude).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2003. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>. Acesso em: 14/06/2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS 2001. Microdados. Cd-rom. Rio de Janeiro, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil socioeconômico da Maternidade nos extremos do período reprodutivo (Primeira Versão). Rio de Janeiro, maio de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comentários. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/comentarios2006.pdf>. Acesso em 01/10/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular de Uso Pessoal 2005. Rio de Janeiro. IBGE-Nic.Br. 2007.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. 5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Um diagnóstico para a inclusão social pela educação. [Avaliação de Leitura e Escrita]. São Paulo. Instituto Paulo Montenegro, Ação Educativa. 2005

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (UNPD). Definição do cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida. Disponível em: <http://www.unpd.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias-IDH-M-e-ICV.pdf>. Acesso em: 09/05/2003.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados. Disponível em: [http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos\\_IDH/Novo\\_Atlas-Press\\_release\\_1.doc](http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos_IDH/Novo_Atlas-Press_release_1.doc). Acesso em: 23/07/2003.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Measuring the Information Society. ICT opportunity Index and World Telecommunication/ICT Indicators. Geneva, ITU, 2007.

KLIKSBERG, Bernardo. Desigualdade na América latina: o debate adiado. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

LANGER, Ana. El embarazo no deseado: impacto sobre la salud y la sociedad en

- América Latina y el Caribe. Revista Panamericana de Salud Pública, Washington, v. 11, n. 3, março. 2002.
- LANGONI, C. G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LOTUFO, Paulo. Como funciona a transição demográfica. Publicado em 24 de maio de 2007. Acessado em 2/10/2007: <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/transicao-demografica.htm>>
- MANNHEIM, Karl O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Maria Alice (org.). Mannheim. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (org.). Sociologia da juventude. Rio de Janeiro: Zahar, v.1, 1968.
- MATSUURA, Koichiro. Discurso do Sr. Koichiro Matsuura (Diretor Geral da UNESCO), por ocasião do lançamento da Década das Nações Unidas para a Alfabetização, em Nova York, 13 de fevereiro de 2003. UNESCO. Alfabetização como liberdade. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.
- MICHAUD, Pierre-André. Estudo multicultural com adolescentes: uma perspectiva em saúde pública. Adolescência Latino-americana, Porto Alegre, v. 2, n. 3, abr. 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et alii. Fala galera: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- NAJBERG, Sheila; OLIVEIRA, André de Souza de. Políticas públicas: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e variantes. Informe Secretaria da Fazenda. Brasília: Secretaria para Assuntos Fiscais, n. 19, out/2000, p. 2. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br>.
- OLIVEIRA, Luciano. Os “excluídos” existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 33, ano 12, fevereiro.1997.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Learning for Tomorrow’s World. First Results from Pisa 2003. OCDE, 2003.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Alfabetização como liberdade. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA/OECD. Literacy Skills for the World of Tomorrow – Further Results from PISA 2000. UNESCO – Institute for Statistics/Organisation for Economic Cooperation and Development, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Políticas de juventud em América Latina. Evaluación y diseño. Disponível em: <http://echo.ilo.org/public/spanish/region/ampro/centefor/temas/youth/doc>. Acesso em: 16/06/2003.

ORTEGA Y GASSET, José. Em torno de Galileu: esquema das crises. Petrópolis: Vozes, 1989.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retratos da realidade contemporânea e estratégias de mensuração. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PAES DE BARROS, Ricardo; et alii. Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira. In PAES DE BARROS, Ricardo; FOGUEL Miguel Nathan & ULYSSEA Gabriel (Orgs). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Volume 1. Brasília: IPEA, 2007.

PARSONS, T. Social Structure and Personality. Nova York: Free press, 1964. Apud BRAUNGART, Richard G.; BRAUNGART, Margaret M. Cultura da juventude. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 167.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD/IBGE) 2001. Situação do mercado de trabalho: comentários. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mtexto/pnadcoment3.htm>. Acesso em: 19/12/2003.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD/IBGE). Notas Técnicas. Rio de Janeiro, 2001. Microdados. CD-Rom.

PORCHMAN, Marcio e AMORIN, Ricardo (orgs.). Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2002. Disponível em: <http://www.undp.gov.br>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2003. Disponível em: <http://www.undp.gov.br>.

- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/ IPEA. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, 1996.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2006. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>, consultado em 19/09/2007.
- PROJETO SANEAR. UNESCO/Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.
- ROBERTS, Bryan R. A dimensão social da cidadania. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 33, ano 12, fevereiro. 1997, p. 14.
- RODRÍGUEZ, Garcia et alii. El ambiente legislativo y de políticas relacionado com la salud del adolescente en América Latina y el Caribe. Washington, OPS/OMS/Fundación W.K. Kellogg, junho. 1999. In: <http://www.adolesc.org/pdf/legislative/pdf>.
- SABÓIA, Ana Lucia. As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socio-econômica. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campinas, ABEP/Unicamp, outubro/2000. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br). Acesso em: 12/05/2003.
- SEN, Amartya. A economia da vida e da morte. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 23, ano 8, outubro. 1993, p. 138-145.
- SEN, Amartya. Algumas Idéias sobre o Dia Internacional da Alfabetização. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Alfabetização como liberdade. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.
- SIM/DATASUS. Mortalidade: notas técnicas, 2003. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm>. Acesso em: 02/06/2003.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE/DATASUS. Mortalidade: notas técnicas, 2003. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm>. Acesso em: 02/06/2003.
- SPOSITO, MARILIA PONTES. Considerações em Torno do Conhecimento sobre Juventude na Área da Educação. In: SPOSITO, MARILIA PONTES (Coord). Estado do Conhecimento. Juventude e Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2000.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. Os Colonos do Vinho. São Paulo, Hucitec, 1978
- WASELFISZ, J. Jacobo e MACIEL, Maria. Revertendo violências, semeando futuros:

- avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: UNESCO, 2003.
- WASELFISZ, J. Jacobo. Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília. Brasília: UNESCO; Cortez Editora, 1998.
- WASELFISZ, J. Jacobo. Mapa da violência: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998a.
- WASELFISZ, J. Jacobo. Mapa da violência: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998a.
- UNITED NATIONS. Report of the Expert group meeting on Youth Development Indicators. United Nations Headquarters, New York, 12-14 December 2005.
- WASELFISZ, J. Jacobo. Mapa da violência II: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.
- WASELFISZ, J. Jacobo. Mapa da Violência III. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, 2002.
- WASELFISZ, J. Jacobo. Mapa da Violência IV. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, 2004.
- WASELFISZ, J. Vidas Poupadas. Avaliação do Impacto da Campanha do Desarmamento no Brasil. Brasília, UNESCO; Ministério da Saúde. 2005.
- WASELFISZ, J. Mortes matadas por armas de fogo no Brasil: 1979/2003. Brasília, UNESCO. 2005.
- WASELFISZ, J. Mapa da Violência 2006. Brasília: OEI, 2006.
- WASELFISZ, J. Lápis, borracha e teclado: tecnologia da informação na educação. Brasil e América Latina. Brasília. Ritla, Instituto Sangari, MEC, 2007.
- WERTHEIN, Jorge. Alfabetismos ou analfabetismos. Construção e identidade: as idéias da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2002.
- UNITED NATIONS. World Youth Report 2005. Young people today, and in 2015. N. Cork, UN, 2005.

## NOTA SOBRE O AUTOR

JÚLIO JACOBO WAISELFISZ, Diretor de Pesquisa do Instituto Sangari, Ex-Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco, Ex-Coordenador de Pesquisa e Avaliação da UNESCO/Brasil e Ex-Coordenador do Setor de Desenvolvimento Social da UNESCO/Brasil. Licenciado em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires e Mestrado em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Exerceu atividades docentes em diversas universidades latino-americanas e foi consultor de organismos internacionais como o PNUD, a OEA, OEI e o IICA. Implantou o sistema de avaliação no ensino público no Brasil (convênio MEC/IICA/PNUD) e em Pernambuco (convênio UNESCO/Governo do Estado de PE/Secretaria de Educação). Dentre as suas mais recentes publicações, destacam-se: “Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil” (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004), “Revertendo Violências, Semeando Futuros” (Brasília, UNESCO, 2003), “Mapa da Violência de São Paulo” (Brasília, UNESCO, 2005), “Mortes ‘matadas’ por armas de fogo no Brasil: 1979/2003”. (Brasília, UNESCO. Série Debates VII, 2005), “Relatório de Desenvolvimento Juvenil. 2006. (Brasília: OEI, 2003). Mapa da Violência 2006 (Brasília: OEI, 2006), Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (Brasília, OEI, 2007), Lápis, Borracha e Teclado: Tecnologia da Informação na Educação. Brasil e América Latina. (Brasília, Ritla, MEC, Instituto Sangari, 2007). Mapa das Desigualdades Digitais. (Brasília, Ritla, MEC, Instituto Sangari, 2007).

e-mail: juliowa@uol.com.br

## Publicações da RITLA

LÁPIS, BORRACHA E TECLADO: TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASIL E AMÉRICA LATINA  
Julio Jacobo Waiselfisz, RITLA, Instituto  
Sangari, MEC, Julho de 2007, Brasília, DF

AValiação DO PROGRAMA CTC – CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA COM CRIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE  
SALVADOR, BA  
Eliane Ribeiro Andrade, Luiz Carlos Gil Esteves,  
Miguel Farah Neto, RITLA, Agosto de 2007,  
Brasília, DF

AValiação DO PROGRAMA CTC – CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA COM CRIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE  
BELO HORIZONTE, MG  
Eliane Ribeiro Andrade, Luiz Carlos Gil  
Esteves, Miguel Farah Neto, RITLA, Novembro  
de 2007, Brasília, DF

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA – QUANTO MAIS CEDO MELHOR  
Isaac Roitman, RITLA, Dezembro de 2007,  
Brasília, DF

MAPA DAS DESIGUALDADES DIGITAIS NO BRASIL  
Julio Jacobo Waiselfisz, RITLA, Instituto  
Sangari, MEC, Dezembro de 2007, Brasília, DF

RITLA  
SHS Q.06, Conj.A, Bloco C  
Salas 1102 a 1108  
Ed. Brasil XXI  
Cep: 70316-000  
Brasília-DF  
Tel: 55 (61) 3225-7330/  
3225-8509  
Fax: 55 (61) 3321-8740  
veraros@ritla.net  
www.ritla.net

INSTITUTO SANGARI  
Rua Estela Borges Morato, 336.  
Vila Siqueira  
Cep: 02722-000  
São Paulo-SP  
Tel: 55 (11) 3474-7500  
Fax: 55 (11) 3474-7699  
www.sangari.com

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA  
E DA TECNOLOGIA  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco E – 4º andar  
CEP: 70067-900  
Brasília-DF



Secretaria de Ciência e  
Tecnologia para Inclusão Social

Ministério da  
Ciência e Tecnologia



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)